

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Giovana Martins Brito

Percepções sobre o Patrimônio Mundial em risco:
o caso de Ouro Preto

Juiz de Fora

2024

Giovana Martins Brito

**Percepções sobre o Patrimônio Mundial em risco:
o caso de Ouro Preto**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientador: Professor Doutor Rodrigo Christofoletti

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Brito, Giovana Martins.
Percepções sobre o Patrimônio Mundial em risco : o caso de Ouro Preto / Giovana Martins Brito. -- 2024.
305 p.

Orientador: Rodrigo Christofoletti
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Ouro Preto. 2. Patrimônio Mundial. 3. Riscos. 4. Percepções. I. Christofoletti, Rodrigo, orient. II. Título.

Giovana Martins Brito

Percepções sobre o patrimônio mundial em risco: o caso de ouro preto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História, cultura e poder. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Aprovada em 23/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti- Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Marcos Olender

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª. Dra. Maria Cristina Rocha Simão

Instituto Federal de Minas Gerais

Juiz de Fora, 16/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Professor(a)**, em 24/02/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rocha Simão, Usuário**



Externo, em 26/02/2024, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Olender, Professor(a)**, em 27/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1708224** e o código CRC **F15A6415**.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, por todo carinho e amor que me dedicaram. Por todo afeto que se transformava em suporte para que eu pudesse seguir conquistando meus sonhos. Pelo coração sempre tão cheio de bondade e esperança a iluminar meus caminhos. Por me ensinarem a andar de pés descalços nas curvas da vida para que meus passos ficassem gravados na estrada de terra – frágil, macia e segura. Por me fazerem bem “mineirinha”. Por terem me ensinado o significado de viver entre as montanhas de Minas Gerais.

Ao meu pai, por me fazer perceber a importância de uma personalidade assertiva e livre. Por me ensinar a beleza que há em navegar fora da zona de conforto. Por me mostrar que a felicidade mora na simplicidade do detalhe. Por ser minha inspiração e força a cada novo passo. Por me ensinar a amar aos outros e a mim mesma da maneira mais pura e verdadeira. Por me ensinar que o melhor jeito de crescer é mantendo o encantamento de criança. Por me fazer enxergar a delicadeza da gratidão.

À minha mãe, por me mostrar o poder que há em ser mulher. Por me ensinar a levantar depois de cada fragilidade. Por me fazer enxergar que dentro de mim existem muitas de nós. Por me incentivar aos estudos. Por ter sempre colo e abraço para me aquecer quando o mundo se mostra frio demais. Por me ensinar a sustentar muito mais do que imaginei que poderia aguentar. Por me explicar a ternura que há em cuidar de mim mesma e de quem está ao meu redor. Por me mostrar o amor que mora em cada preocupação.

Aos meus amigos, por tornarem a rotina mais alegre. Por sempre encontrarem um espaço na correria dos compromissos acadêmicos para que pudéssemos recarregar as energias. Por terem abraços e ouvidos atentos toda vez que algo parecia sair dos trilhos. Em especial, aos amigos Bruno, Mayara, Barbara e Josuan. E às amigas Ana Elisa e Ívina, que me acompanharam nas aventuras pelas ruas de Ouro Preto.

Aos colegas do Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) e do Centro de Conservação da Memória (CECOM), por me acolherem gentilmente. Por todas as dicas e conselhos.

Aos professores Rodrigo Christofolletti e Marcos Olender, por me impulsionarem nessa trajetória. Por confiarem e acreditarem no meu potencial.

À disponibilidade e recepção do Tenente Leandro Rodrigues, Maria Raquel Ferreira e Charles Murta. Por terem aceitado em participar da pesquisa, contribuindo com seu conhecimento e experiência.

Ao Centro de Documentação e Informação do Iphan em Belo Horizonte, por abrirem às portas para que eu pudesse realizar a pesquisa aos documentos organizados no arquivo da Instituição.

A Deus, por ter me amparado durante todos os momentos e, principalmente, naqueles mais difíceis. Por ter me sustentado enquanto, ao mesmo tempo em que eu iniciava o mestrado, meu avô começava seu tratamento de câncer, e o processo de perda de memória da minha avó avançava. Por ter me capacitado para conseguir ajudar os meus avós e meu pai nesta fase de medo e incerteza. À proteção de Nossa Senhora Aparecida durante minha crise de cálculo renal. Pela fé que nos salva a cada dia.

Agradeço por ser a neta de uma dona de casa e de operários que não tiveram oportunidade de estudo, conquistando agora uma titulação acadêmica em universidade pública.

A todos que de alguma forma contribuíram para esta trajetória.

*Sobre o tempo, sobre a taipa,
a chuva escorre. As paredes
que viram morrer os homens,
que viram fugir o ouro,
que viram finir-se o reino,
que viram, reviram, viram,
já não veem. Também morrem.*
(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A preocupação com a salvaguarda dos Patrimônios Mundiais é tema de crescente debate, uma vez que os bens culturais se encontram em frequente exposição a riscos. Diante disso, a pesquisa aborda as conceituações sobre patrimônio mundial em perigo adotadas pela Unesco e a forma como a noção de risco é interpretada no contexto da sociedade contemporânea, de modo a refletir acerca das principais ameaças e estratégias para sua redução. Para estabelecer relações e fundamentar este estudo, são analisadas as problemáticas que envolvem o estado de conservação do sítio histórico de Ouro Preto, o primeiro bem brasileiro a ser reconhecido como Patrimônio Mundial. A fim de construir uma análise mais aproximada e de correlacionar as percepções da comunidade local de Ouro Preto com as concepções técnicas e teóricas, são realizadas entrevistas e aplicação de questionários, além da elaboração de mapas. Logo, a busca por compreender as percepções em torno dos riscos ao patrimônio orientam esta pesquisa.

Palavras-chave: Ouro Preto; Patrimônio Mundial; Riscos; Percepções.

ABSTRACT

The concern with safeguarding World Heritage Sites is a topic of growing debate, since cultural assets are frequently exposed to risks. In view of this, the research addresses the concepts of world heritage in danger adopted by Unesco and the way in which the notion of risk is interpreted in the context of contemporary society, in order to reflect on the main threats and strategies for their reduction. To establish relationships and support this study, the issues surrounding the state of conservation of the historic site of Ouro Preto, the first Brazilian property to be recognized as a World Heritage Site, will be analyzed. In order to construct a more approximate analysis and correlate the perceptions of the local community of Ouro Preto with technical and theoretical conceptions, interviews and questionnaires were carried out, in addition to the creation of maps. Therefore, the search to understand perceptions surrounding risks to property guides this research.

Keywords: Ouro Preto; World Heritage; Risks; Perceptions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Três pilares do Valor Universal Excepcional.....	37
Figura 2 - Lista de fatores/ameaças ao Patrimônio Mundial (Parte 1).	45
Figura 3 - Lista de fatores/ameaças ao Patrimônio Mundial (Parte 2).	46
Figura 4 - Esquema do cenário de gestão.	60
Figura 5 - Complexidade das questões que afetam a gestão do patrimônio.	61
Figura 6 - Os componentes de um sistema de gestão do patrimônio.....	65
Figura 7 - Ciclo de Gestão de Risco de Desastre (GRD).....	69
Figura 8 - Principais componentes de um planejamento de Gestão de Riscos de Desastres...	70
Figura 9 - Relação entre risco, vulnerabilidade e desastres no Patrimônio Mundial.....	71
Figura 10 - Grupo etnolinguístico Ewe-Fon.	85
Figura 11 - Foto nº 1 de Adinkra no portão da Igreja Santa Efigênia em Ouro Preto, MG.....	86
Figura 12 - Foto nº 2 de Adinkra no portão da Igreja Santa Efigênia em Ouro Preto, MG.....	86
Figura 13 - Exemplos de Adinkra Sankofa.....	87
Figura 14 – Caminhão atinge o Chafariz da Igreja do Pilar (2002).....	91
Figura 15 – Foto 1 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.....	93
Figura 16 – Foto 2 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.....	94
Figura 17 – Foto 3 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.....	94
Figura 18 – Foto 4 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.....	96
Figura 19 – Foto 5 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.....	96
Figura 20 – Foto 1 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).	97
Figura 21 – Foto 2 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).	97
Figura 22 – Foto 3 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).	97
Figura 23 – Foto 4 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).	98
Figura 24 – Incêndio na vegetação próximo ao Museu Boulieu em Ouro Preto.....	101
Figura 25 – Desmoronamento do Morro da Forca em Ouro Preto destruindo o casarão Solar Baeta Neves, 13/01/2022 (Foto 1).	102
Figura 26 – Desmoronamento do Morro da Forca em Ouro Preto destruindo o casarão Solar Baeta Neves, 13/01/2022 (Foto 2).	103
Figura 27 – Casarão do Vira-Saia, localizado na ladeira de Santa Efigênia.....	104
Figura 28 - Manifestação da comunidade pela restauração da Igreja do Sr. Bom Jesus de Matozinhos e São Miguel e Almas (Foto 1).	107

Figura 29 - Manifestação da comunidade pela restauração da Igreja do Sr. Bom Jesus de Matozinhos e São Miguel e Almas (Foto 2).	108
Figura 30 - Desabamento de casa no bairro Alto da Cruz devido a existência de mina abandonada.	110
Figura 31 - Mapa Plataforma Minas Antigas.	119
Figura 32 - Localização de 8 minas turísticas do distrito sede de Ouro Preto.	123
Figura 33 - Resultados do diagnóstico da população em área de risco geológico - Ouro Preto.	126
Figura 34 - 313 áreas de risco geológico em Ouro Preto.	127
Figura 35 - Rua Conde de Bodadela (Rua Direita), Ouro Preto, 2019. (Foto 1).	130
Figura 36 - Rua Conde de Bodadela (Rua Direita), Ouro Preto, 2019. (Foto 2).	130
Figura 37 - Símbolo do Movimento Chama.	132
Figura 38 - Dificuldade de acesso para combate a incêndio em edificações coloniais.	133
Figura 39 - Mapa 1 de incêndios e explosões em Ouro Preto (2015-2023) – visão geral.	136
Figura 40 - Mapa 2 de incêndios e explosões em Ouro Preto (2015-2023) – imagem ampliada.	136
Figura 41 - Organograma de modelo e estrutura organizacional.	138
Figura 42 - Aspectos definidores e estruturantes da estratégia de ação assumidos pelo Projeto.	145
Figura 43 - Problemas em relação à proteção do patrimônio cultural e desafios urbanos.	152
Figura 44 - Problemas em relação à proteção do patrimônio cultural e desafios urbanos (Continuação).	152
Figura 45 - Identificação dos bens contemplados em Ouro Preto pelos Programas PCH, Monumenta e PAC-CH.	155
Figura 46 – Relação dos bairros onde moram os participantes da pesquisa.	165
Figura 47 - Pichação no muro da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa.	169
Figura 48 - Logomarca do projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”.	171
Figura 49 - Mapa turístico de Ouro Preto.	175
Figura 50 - Publicação no Instagram @arco_ouro preto.	177
Figura 51 - Transporte através de cavalos na Rua Conde de Bobadela (Rua Direita), 2023.	183
Figura 52 – Local de moradia x área de risco percebida pela população.	189
Figura 53 – Área de risco percebida pela população x Área de risco identificada pela Defesa Civil/CPRM.	191
Figura 54 - Pichação no Museu da Inconfidência.	211

Figura 55 - Rede Integrada de Proteção ao Turismo.	216
Figura 56 - Demonstração do estudo sobre o Morro da Força desenvolvido pelo Tenente Leandro Rodrigues.....	217
Figura 57 - Projeto de conscientização do Corpo de Bombeiros com as escolas de Ouro Preto.	220
Figura 58 - Quadro comparativo de ocorrências de combate a incêndio florestal (2018-2022).	221
Figura 59 - Curso de formação de brigada orgânica na UFOP.....	223
Figura 60 - Área de atuação do 1º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais (1º BBM/CBMMG).....	228
Figura 61 - Patrimônio Cultural e Setores de Risco.	233
Figura 62 - Localização das 18 barragens situadas no município de Ouro Preto.	248
Figura 63 - Divulgação do aplicativo da Defesa Civil de Ouro Preto.	251
Figura 64 - Localização do Morro do Curral.	254
Figura 65 - Projeto BomSerá.	262

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fatores que mais afetaram os Patrimônios Mundiais entre 1979 e 2013.....	47
Gráfico 2 - Fatores que mais afetaram os Patrimônios Mundiais entre 2005 e 2009.....	49
Gráfico 3 – Os principais usos das 170 minas subterrâneas de Ouro Preto.....	122
Gráfico 4 – Perfil dos entrevistados de acordo com gênero e cor.	160
Gráfico 5 – Perfil dos entrevistados de acordo com a faixa etária.....	161
Gráfico 6 - Perfil dos entrevistados de acordo com o tempo de moradia em Ouro Preto.	161
Gráfico 7 - Perfil dos entrevistados de acordo com grau de escolaridade.	162
Gráfico 8 - Região onde trabalham os participantes.....	164
Gráfico 9 – Respostas à pergunta: “Você sabe que Ouro Preto faz parte da Lista do Patrimônio Mundial?”	166
Gráfico 10 – Aspectos e elementos que tornam Ouro Preto especial para população, segundo a entrevista com os moradores.....	170
Gráfico 11 - Respostas à pergunta: “Em um cartão postal de Ouro Preto, o que não pode faltar na fotografia?”	174
Gráfico 12 - Frequência de visita aos espaços culturais da cidade (em um período de 6 meses).	176
Gráfico 13 – Respostas à pergunta: “Você concorda que todo o conjunto e seu entorno devem ser preservados, não apenas o centro histórico?”.....	179
Gráfico 14 - Avaliação sobre o estado de preservação do sítio histórico de Ouro Preto.....	180
Gráfico 15 – Respostas à pergunta: “Algo pode ser feito para melhorar a preservação da cidade?”.....	181
Gráfico 16 – Áreas/setores que poderiam ser melhorados contribuindo para a preservação, segundo os entrevistados.....	182
Gráfico 17 - Avaliação do patrimônio de Ouro Preto em situação de risco ou perigo, segundo os entrevistados.....	186
Gráfico 18 – Riscos que atingem o sítio histórico de Ouro Preto.....	198
Gráfico 19 – Quantitativo de entrevistados que lembram do incêndio no Hotel Pilão.....	200
Gráfico 20 – Quantitativo de entrevistados que lembram de notícias sobre abalos na manutenção do título mundial.....	202
Gráfico 21 - Acreditava que a perda do título mundial ou inclusão na lista do patrimônio em perigo realmente poderia acontecer.	204
Gráfico 22 - Avaliação da atuação das autoridades responsáveis.....	205

Gráfico 23 - Conhece os trabalhos desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.	205
Gráfico 24 - Participação em projetos de orientação, prevenção, proteção e/ou educação patrimonial.	207
Gráfico 25 - Conhece o Iphan.	208
Gráfico 26 - Cronograma do Programa de Descaracterização de Barragens a Montante da Vale.	247

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Novo paradigma para áreas protegidas, segundo os estudos de Adrian Phillips (2003).....	62
Quadro 2 - Avaliação do estado de conservação dos eixos da área de intervenção escolhida pelo projeto.	141
Quadro 3 - Avaliação do estado de conservação dos eixos da área de intervenção escolhida pelo projeto (Continuação).	142
Quadro 4 - Quadro de componentes e características do projeto.....	143
Quadro 5 – Problemas e potencialidades de Ouro Preto.....	149
Quadro 6 - Respostas à pergunta: “Na sua visão, o que significa o recebimento do título de Patrimônio Mundial?”.....	168
Quadro 7 – Respostas à pergunta: “O que você entende como patrimônio cultural?”.....	172
Quadro 8 – Respostas à pergunta: “Por que é importante preservar o patrimônio de Ouro Preto?”.....	178
Quadro 9 - Respostas sobre considerar o patrimônio de Ouro Preto em situação de risco ou perigo.	187
Quadro 10 - Respostas às perguntas sobre a diferença entre risco e perigo.	196
Quadro 11 - Ações desenvolvidas após o incêndio do Hotel Pilão.	201
Quadro 12 - Resposta sobre momentos de abalo na manutenção ao título de Patrimônio Mundial.	203
Quadro 13 - Respostas sobre as ações desenvolvidas pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.	206
Quadro 14 - Relação entre os projetos de que participaram e a sua profissão/ocupação.	208
Quadro 15 - Respostas sobre as ações desenvolvidas pelo Iphan.....	209
Quadro 16 - Representantes do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Escritório Técnico do Iphan.	212
Quadro 17 - Perguntas de base comum aos órgãos de proteção.....	213
Quadro 18 - Perguntas específicas para cada órgão de proteção.....	213
Quadro 19 - Patrimônios sobrepostos em setores de risco.	234
Quadro 20 - Patrimônios culturais localizados em um raio de 20m de setores de risco geológico.	236
Quadro 21 - Classificação das barragens localizadas no município de Ouro Preto.....	249

Quadro 22 - Quadro de treinamento especial para brigadas de edificações com bens culturais.
.....256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial por região.	38
Tabela 2 - Número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo por região. 42	
Tabela 3 - Porcentagem dos fatores de ameaça encontrados referentes à região da América Latina e Caribe entre 1979 e 2013.	48
Tabela 4 - Assistência Internacional fornecida pela Unesco a Ouro Preto (1991-1999).....	112
Tabela 5 - Faturamento mensal médio de 6 minas turísticas em Ouro Preto no ano de 2016.	123
Tabela 6 - Registros de movimentos de massa na área urbana do distrito sede de Ouro Preto (1989-2009).....	124
Tabela 7 - Carta de hidrantes de Ouro Preto.	135
Tabela 8 - Relação da profissão/ocupação dos entrevistados.	163
Tabela 9 - Resultado da pesquisa do NEASPOC/UFOP sobre o conhecimento em relação ao título da Unesco.	167
Tabela 10 – Resultado da pesquisa NEASPOC sobre avaliação do Patrimônio de Ouro Preto.	181
Tabela 11 - Resultado da pesquisa do NEASPOC/UFOP sobre o que deveria ser feito para melhorar o Patrimônio Cultural de Ouro Preto.	185
Tabela 12 – Número de moradores por bairro x frequência em que o bairro foi percebido como área de risco.	193
Tabela 13 – Frequência em que os locais de risco percebidos pelos participantes foram citados.	194

LISTA DE SIGLAS

- AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
- CDI – Centro de Documentação e Informação
- FAOP – Fundação de Artes e Ofícios de Ouro Preto
- GAT – Grupo de Assessoramento Técnico
- GRD – Gestão de Riscos de Desastres
- ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais
- ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
- IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- NEASPOC – Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados
- PAC-CH – Programa de Aceleração para o Crescimento Cidades Históricas
- UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
- UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- VUE – Valor Universal Excepcional
- ZPE – Zona de Proteção Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 O DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE RISCO AO PATRIMÔNIO MUNDIAL	27
2.1(DES)CAMINHOS EM DIREÇÃO AO PATRIMÔNIO MUNDIAL EM RISCO.....	28
2.2 A CONVENÇÃO DE 1972 E A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL.....	35
2.3 A MULTIPLICAÇÃO DE INTERPRETAÇÕES EM TORNO DAS DIMENSÕES DE RISCO E PERIGO.....	44
2.4 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PREVENÇÃO DE RISCOS.....	58
3 OURO PRETO: ENTRE RELEVOS DE DESTAQUE E COMPLEXIDADES.....	72
3.1 O PROTAGONISMO DE OURO PRETO E AS DISPUTAS À NARRATIVA COLONIAL.....	73
3.2 A REPERCUSSÃO MUDIÁTICA EM TORNO DAS INQUIETAÇÕES AO TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL.....	88
3.3 PANORAMA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E RISCOS AO SÍTIO HISTÓRICO.....	110
3.3.1 Os Relatórios do Estado de Conservação e a política urbana.....	111
3.3.2 O risco geológico e os vestígios da mineração.....	118
3.3.3 O risco de incêndio urbano.....	129
3.4 PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: MONUMENTA E PAC CIDADES HISTÓRICAS.....	137
4 ATRAVESSAMENTOS EM UM EMARANHADO DE PERCEPÇÕES	157
4.1 PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE LOCAL: A INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS.....	159
4.1.1 Perfil dos participantes.....	160
4.1.2 A relação da população com o patrimônio cultural.....	166
4.1.3 A percepção de risco envolvendo o sítio histórico.....	180
4.1.4 A visão sobre as ações dos órgãos responsáveis pela proteção	204
4.2 O DIÁLOGO COM AS INSTITUIÇÕES: A INTERLOCUÇÃO POR MEIO DE ENTREVISTAS.....	212
4.2.1 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (1º BBM/2ª CIA OP).....	214

4.2.2 Defesa Civil de Ouro Preto.....	229
4.2.3 Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS.....	276
Anexo A – Questionário de pesquisa	294

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão da segurança e preservação do Patrimônio Cultural vem conquistando cada vez mais espaço nas discussões contemporâneas devido aos recentes acidentes ocorridos em bens culturais. Partindo da noção de Patrimônio Mundial em Perigo (*World Heritage in Danger*) proposta pela Unesco, pretende-se refletir sobre os riscos que atingem os Patrimônios Culturais, colocando-os em situação de maior vulnerabilidade. Dessa maneira, busca-se compreender com profundidade a amplitude deste conceito, assim como os critérios apontados como indicadores de tal condição. Além disso, pretende-se explorar como a noção de “risco” é interpretada e experienciada pela sociedade contemporânea em suas dinâmicas de desenvolvimento urbano. Isso porque, diante dos avanços da modernidade, a relação entre os homens e o espaço foi se transformando de modo que novos perigos surgiram, mas, ao mesmo tempo, há maior possibilidade de controle e prevenção quanto a determinadas ameaças.

Esta pesquisa tem como objetivo principal explorar os significados da noção de risco atrelado ao Patrimônio Mundial por meio do enfoque na análise correlacionada das percepções da comunidade local a respeito dos desafios à preservação do sítio histórico de Ouro Preto (MG). O trabalho se desenvolve através de objetivos específicos que possibilitam alcançar as metas traçadas e correspondem ao propósito de cada capítulo. No primeiro momento, busca-se compreender a conjuntura em que se consolidam as concepções sobre patrimônio mundial em perigo, em um movimento de destacar as definições colocadas pela Unesco e problematizar as reflexões em torno dos sentidos de “risco”. Em seguida, a intenção é investigar o estado de conservação de Ouro Preto, explorando os principais riscos que incidem sobre a cidade e que intensificam processos de descaracterização e destruição. Por fim, tem-se como objetivo analisar as percepções da população de Ouro Preto acerca da preservação do sítio histórico e relacionar tais perspectivas com os discursos técnicos dos órgãos de proteção.

Para melhor compreensão do tema proposto, o sítio histórico de Ouro Preto foi escolhido como estudo de caso. O conjunto foi o primeiro bem brasileiro a receber o título de Patrimônio Mundial pela Unesco. No entanto, apresentava um processo complexo de deterioração e descaracterização de seu patrimônio cultural. Dessa forma, propõe-se evidenciar o panorama acerca do estado de conservação de Ouro Preto para, assim, destacar os principais riscos que incidem sobre a cidade, podendo gerar perdas e prejuízos aos bens culturais e ao conjunto da paisagem. Além disso, são estudados o Programa Monumenta e PAC Cidades

Históricas, enquanto dois grandes projetos que possibilitaram uma significativa entrada de recursos para a execução de obras e atividades de maior porte e cuja proposta levava em conta a dimensão da gestão do patrimônio relacionada ao planejamento urbano.

O recorte temporal desta pesquisa se dá a partir do ano de 1980, referindo-se ao período em que Ouro Preto recebeu o título de Patrimônio Mundial pela Unesco. E, então, estende-se até 2023, observando o cenário mais recente do estado de preservação do conjunto. Neste momento atual, busca-se compreender as percepções da comunidade de Ouro Preto em relação aos problemas vivenciados na cidade Patrimônio Mundial, destacando suas considerações a respeito das dificuldades à preservação e verificando de que forma suas observações se articulam às interpretações técnicas e teóricas.

Segundo Rodrigo Meniconi (1999), a formação de Vila Rica deve ser compreendida não apenas pelos aspectos condicionantes de natureza geográfica, tecnológica, política ou econômica, mas também abordando a cidade como produto de uma expressão artística e criativa construída ao decorrer do tempo. Sendo assim, o autor considera que Ouro Preto representa o resultado da acumulação no tempo e no espaço de diversos elementos que são conservados e substituídos de acordo com o imaginário coletivo e a interferência dos agentes históricos. Ele explica que o desenvolvimento do “caminho-tronco” aponta como a imagem da cidade foi se construindo com o desejo de se manter um diálogo com a paisagem, atribuindo-lhe singularidade e caráter próprio através das interações (Meniconi, 1999).

Para além da ocupação atrelada aos córregos auríferos e às áreas de extração mineral, a localização das igrejas também influenciou na organização interna dos povoados, uma vez que as aglomerações tendiam a se estabelecerem nos vales e a subirem os morros em torno das igrejas, as quais se encontravam, em geral, na meia-encosta (Costa, 2018). Conforme John Bury (2006), Ouro Preto se situa abaixo da Pedra do Itacolomi, importante formação rochosa que antigamente funcionou como marco de localização para os bandeirantes paulistas e que domina a cidade a sudeste, integrando a paisagem em um belíssimo pano de fundo. Nesse cenário, ele descreve que as igrejas barrocas coroam as encostas e colinas e as ruas íngremes são construídas com o conhecido “calçamento pé de moleque” (Bury, 2006).

Rodrigo Meniconi (1999) demonstra em seus estudos que o momento de abandono vivenciado por Ouro Preto após a mudança da capital para Belo Horizonte foi superado por meio da redescoberta de valores históricos e artísticos e da reinvenção da cidade através da valorização de sua arquitetura colonial, além do resgate da memória e da tradição de um passado heroico, elaborado fundamentalmente para a construção da identidade mineira e

nacional (Meniconi, 1999). Em concordância, Caion Natal (2007) aponta como o olhar sobre a cidade foi dotado de uma sensibilidade que a afirma como patrimônio a ser preservado, dando destaque às ruas, prédios, fatos históricos e personalidades. Desse modo, o autor observa como o espaço é entendido enquanto conjunto artístico e arquitetônico, cujos elementos se unem em harmonia na composição da paisagem formada pela integração entre natureza e artefato humano (Natal, 2007).

A partir da década de 1980, o olhar sobre o patrimônio foi se transformando, tornando-se mais abrangente. Márcia Chuva (2017) esclarece que se ampliaram as perspectivas a fim sair de um paradigma inicial pautado no caráter excepcional para se chegar à compreensão de bem cultural como elemento do cotidiano, do trabalho, das minorias e das diferentes religiões, reconhecendo-os como igualmente importantes enquanto referências à identidade e produção de conhecimento (Chuva, 2017).

Joaquim Falcão (1984) menciona que a participação da comunidade na salvaguarda dos bens culturais passou a ser tida como fundamental para a prática democrática, colaborando para o sucesso da gestão cultural, principalmente ao expandir o debate público e fortalecer o senso de responsabilidade. Assim, o autor ressalta a importância da permanente e progressiva participação das comunidades durante o processo de tomada de decisões e implementação dos programas e projetos a serem desenvolvidos, uma vez que, segundo o que acredita, essa visão da preservação do patrimônio vai ao encontro da democracia (Falcão, 1984). Completando esse momento chave de novas perspectivas em torno das ações de salvaguarda, é promulgada a Constituição Federal de 1988 na qual é afirmada a preservação do patrimônio cultural nos artigos 215 e 216 (Brasil, 2016). Diante disso, Lia Motta (2000) declara que a Constituição, um dos mais emblemáticos documentos para consolidar a redemocratização do Brasil, trouxe consigo o reconhecimento da natureza material e imaterial dos bens e a afirmação dos direitos culturais, consolidando uma noção abrangente de patrimônio, sob uma ótica plural de construção da identidade brasileira (Motta, 2000).

Em 1972, é realizada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tal convenção define a noção de patrimônio mundial e consolida a ideia de valor universal excepcional, por meio da Lista do Patrimônio Mundial. Além do documento trazer orientações para a salvaguarda dos bens culturais, é colocada ainda a criação da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, considerando a necessidade de atenção aos patrimônios expostos a uma condição grave de risco.

Conforme os manuais de referência da Unesco para o Patrimônio Mundial, é explicado que a ocorrência de desastres é consequência da vulnerabilidade e de perigos potenciais que estão ligados a fenômenos ambientais (geológicos, meteorológicos, hidrológicos, biológicos e alterações climáticas) e antrópicos. Ademais, entre as ameaças gradativas que podem ao longo do tempo acentuar os riscos aos bens culturais, aponta-se o turismo descontrolado e a ausência ou inadequação de gestão e políticas de preservação, cujo resultado é a deterioração progressiva dos patrimônios. Os manuais afirmam que tais condições perturbam a integridade e autenticidade dos bens, levando a perda de significação cultural. Dessa forma, os manuais avaliam que, reconhecendo os principais perigos que podem afetar os patrimônios, é possível traçar estratégias de redução e gestão de riscos, a fim de garantir o valor universal excepcional dos patrimônios da humanidade (Unesco, Iphan, 2015; 2016).

Além disso, consideramos que a compreensão da ideia de risco implica na análise de diferentes elementos e se faz possível a partir de amplos sentidos e interpretações, os quais se referem à historicidade do conceito e às percepções experienciadas pela contemporânea “*sociedade de risco*” – pautada nos tópicos da globalização, individualização e reflexividade, conforme desenvolvido por Ulrich Beck (2010). Nesse sentido, o autor afirma que a produção globalizada distribui os efeitos nefastos do processo industrial, gerando uma espécie de universalismo dos perigos. Contudo, ainda que esta sociedade livre passe a gerar o risco e a naturalizar a convivência com ele e suas consequências, existe uma capacidade de reflexão da sociedade sobre si mesma que permite alterar o cenário (Beck, 2010). Segundo as teorias de risco trazidas ao debate por Zanirato *et al.* (2008) e Kalb e Caralli (2018), as percepções sobre a exposição aos perigos estão atravessadas pelos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos e, por isso, não devem ser analisados apenas sob o viés técnico e científico, mas precisam ser levadas em conta as percepções da população. Desse modo, compreende-se que a atenção a tais aspectos pode contribuir para se pensar os riscos que afetam os patrimônios culturais e as ações de proteção, prevenção e gestão.

Os obstáculos enfrentados pelo sítio histórico de Ouro Preto estão atrelados a diferentes fatores, entre eles: o risco geológico agravado por fortes chuvas, que culminam na ocorrência de deslizamentos de terra e desabamentos; o crescimento urbano acelerado e sem planejamento, que acarretou a ocupação desordenada e irregular dos morros circundantes; o risco de incêndio no centro histórico devido às características construtivas do período colonial. Desse modo, defendemos que as problemáticas que envolvem o sítio histórico de Ouro Preto convergem

para a necessidade de uma gestão integrada da preservação não só para obtenção de recursos, como também para a cooperação técnica e o compartilhamento de responsabilidades.

Sendo assim, torna-se fundamental o envolvimento articulado entre as três instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Unesco e a participação efetiva da comunidade (Oliveira, 2005; Silva, 2006). Logo, os estudos levantados tendem a demonstrar que a apropriação democrática do território através da construção de diálogos entre as organizações e os indivíduos pode potencializar as ações de salvaguarda do patrimônio e fortalecer os sentidos de identificação e pertencimento (Villaschi, 2014; Simão, 2016).

A respeito das perguntas que expõem a lacuna fundamental que o estudo investiga e direcionam ao problema de pesquisa podemos centralizá-las através dos questionamentos sobre como se expressam as diferentes nuances entre as percepções da comunidade e as compreensões técnicas sobre a noção de risco ao patrimônio mundial. Partindo disso, podemos pensar também como as percepções da comunidade sobre as noções de risco no sítio histórico de Ouro Preto podem ajudar a indicar orientações para a salvaguarda ao patrimônio cultural. Este ponto configura a originalidade do trabalho diante dos estudos anteriormente já feitos, uma vez que explora as percepções sociais locais na relação com o risco e com o sítio histórico – tendo em vista que as dissertações e teses sobre esta temática, em sua grande maioria, pautam-se na análise técnica de fatos e dados objetivos. Por isso, a pesquisa se torna relevante na medida que preenche lacunas no âmbito da produção historiográfica acerca da temática da preservação do Patrimônio Mundial de Ouro Preto e sobre a gestão de risco em conjuntos históricos, uma vez que a maioria dos trabalhos feitos nesse campo são produzidos por profissionais de outras áreas do conhecimento.

Em relação a literatura precedente existe certa carência de trabalhos produzidos por historiadores sobre a preservação de Ouro Preto. Isso ocorre porque grande parte dos textos sobre essa temática do patrimônio cultural foram escritos por profissionais da arquitetura e urbanismo (Salgado, 2010; Santana, 2012; Silva, 2006; Simão, 2016; Gomes, 2016; Carmo, 2020), enquanto em geral os textos historiográficos focam mais nos processos de formação de Vila Rica no contexto da História do Brasil. As pesquisas sobre os riscos que envolvem a cidade também foram elaboradas em áreas como arquitetura, engenharia, geologia e geotecnia (Calil, 2018; Fontes, 2011; Moutinho, 2014; Oliveira, 2005; Gouveia, 2006; Araújo, 2004). Isto é, apresentam uma perspectiva mais técnica no sentido de trabalhar com outras formas de metodologias que lidam com dados estatísticos de modo mais próximo às ciências exatas.

Analisando o cenário brasileiro, há um baixo volume de produções sobre gestão de risco voltada aos sítios históricos, posto que o mais comum são obras que pensam essa gestão para uma edificação específica, como um museu ou arquivo; porém, que não chegam a aprofundar a abordagem sobre o território urbano em que as construções históricas estão inseridas e como os diversos aspectos da cidade podem se relacionar à salvaguarda do patrimônio (Pedersoli Jr, 2016; Stovel, 1998; Unesco, Iphan, 2015; 2016; Ramirez *et al.*, 2017; Veillon, 2014; Coelho, 2018). Diante disso, esta dissertação traz uma bibliografia interdisciplinar, buscando aproveitar as contribuições mais significativas das diversas áreas de conhecimento que atravessam a práxis do patrimônio cultural.

Além disso, o estudo utiliza fontes pouco trabalhadas anteriormente tanto do ponto de vista da seleção feita por meios digitais quanto da própria visita presencial ao Centro de Documentação e Informação do Iphan Minas Gerais, no qual foram selecionados arquivos referentes ao Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas em Ouro Preto. Ainda, traz resultados recentes por meio da aplicação de questionários e das entrevistas feitas. Com isso, apresenta uma percepção mais atual do contexto, uma vez que grande parte dos trabalhos vão apenas até o início dos anos 2000.

Nesse sentido, a dissertação traz contribuições ao se dispor a saltar de um acúmulo teórico para a possibilidade de construção de uma atuação prática a partir da articulação entre os conhecimentos técnicos e as percepções da comunidade local. Desse modo, as resoluções da pesquisa podem ajudar a identificar lacunas entre a gestão pública e a participação da população no processo de salvaguarda do sítio histórico. Logo, as informações mobilizadas para a elaboração deste trabalho vêm a colaborar para a formulação de diretrizes e ações de proteção ao patrimônio cultural.

A fim de viabilizar a pesquisa, foram selecionados determinados métodos, instrumentos e técnicas: levantamento bibliográfico; pesquisa nos sites oficiais da Unesco e Icomos; investigação em portais de informação jornalística; visita ao arquivo (Centro de Documentação e Informação (CDI) do Iphan, localizado em Belo Horizonte) e digitalização de documentos; aplicação de questionários; realização de entrevistas; elaboração de mapas.

De início foi feito um levantamento bibliográfico para compreender o estado da arte e assim eleger os trabalhos (livros, artigos, monografias, dissertações e teses) a serem utilizados para construir o debate teórico que está presente ao longo de todos os capítulos. Os textos pertinentes foram lidos e utilizados para apreensão dos principais conceitos necessários ao desenvolvimento da dissertação, dando embasamento às discussões levantadas. Para o estudo

das questões que envolvem as dinâmicas do patrimônio mundial, foi utilizado o portal online da Unesco e do Icomos, no qual são disponibilizados, por exemplo, relatórios do estado de conservação, documentos resultantes das convenções, orientações, manuais, periódicos e livros. Nesse sentido, utilizam-se publicações de referência para compreender os aspectos atrelados à gestão do patrimônio mundial e do patrimônio mundial em perigo. Para demonstrar as inquietações surgidas pela preocupação acerca da manutenção do título de Patrimônio Mundial de Ouro Preto e os acontecimentos de maior repercussão midiática, foram apuradas reportagens veiculadas pelas mídias. Assim, foram escolhidos portais de informação cujas notícias são divulgadas de forma online, a citar: Jornal do Brasil, Estadão, Folha de São Paulo, G1/O Globo, Estado de Minas e Itatiaia.

Diante desse panorama, são analisados os debates bibliográficos e as informações técnicas sobre o cenário de risco em que se encontraria o sítio histórico de Ouro Preto. Assim, discutiu-se os dados sobre os riscos que atingem a cidade, evidenciando as questões de planejamento urbano, risco geológico e de incêndio. Para tanto, são utilizados mapas e demais dados produzidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Defesa Civil de Ouro Preto, Serviço Geológico do Brasil – CPRM e pela Prefeitura Municipal.

Para ter acesso a alguns arquivos relacionados aos projetos de salvaguarda em Ouro Preto, uma visita presencial ao Centro de Documentação e Informação do Iphan-MG, localizado em Belo Horizonte (MG), fez-se necessária. Estes documentos dizem respeito às ações dos programas de reabilitação do patrimônio cultural urbano: Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas. Os processos analisados se referem, sobretudo, ao perfil de projeto, diagnósticos e plano de ação elaborados para a implementação dos projetos em Ouro Preto. Em suma, os documentos apresentam os principais problemas e potencialidades do sítio histórico e relatam as etapas de desenvolvimento das atividades executadas. Assim, é possível investigar as ações desenvolvidas pelos dois grandes programas realizados na cidade, no sentido de compreender o que foi identificado como demanda pelos órgãos competentes e o que foi feito em prol da salvaguarda.

A pesquisa de campo foi organizada em duas etapas, realizadas entre os dias 8 e 13 de março de 2023, as quais consistiam na aplicação de questionários com a população e na realização de entrevistas com alguns órgãos de proteção. A primeira serviu para identificar as percepções da população local e a segunda para compreender a atuação dos organismos responsáveis pela preservação do conjunto. O questionário contou com 28 perguntas, das quais foram analisadas as respostas da amostra populacional de 29 moradores do distrito sede de

Ouro Preto. As questões elaboradas no questionário buscaram revelar os seguintes aspectos centrais: (1) perfil dos participantes; (2) a relação da população com o patrimônio cultural; (3) a percepção de risco envolvendo o sítio histórico; (4) a visão sobre as ações dos órgãos responsáveis pela proteção. Desse modo, buscou-se compreender a experiência da população local, explorando os diversos sentidos que se constroem por meio da interação com o sítio histórico no cotidiano. O recorte espacial foi delimitado para abordar pessoas que circulavam pelo centro histórico. Assim, participaram principalmente indivíduos que trabalhavam ou moravam nesta região. As respostas obtidas a partir do questionário foram sistematizadas na plataforma Excel e serão analisadas de modo quantitativo e qualitativo, respeitando as particularidades de cada questão e, ao mesmo tempo, avaliando resultados gerais.

As entrevistas foram realizadas com representantes de determinadas instituições de proteção da cidade. Tendo em vista as discussões que se queria trazer para a pesquisa, decidiu-se fazer contato com o Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e a Defesa Civil de Ouro Preto para agendamento das reuniões. Por conseguinte, a entrevista foi desenvolvida com os seguintes representantes: Maria Raquel Alves Ferreira (Chefe do Escritório Técnico do Iphan), Charles Murta (engenheiro geólogo da Defesa Civil) e Leandro de Carvalho Rodrigues (2º Tenente do 1º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais, 2ª Companhia Ouro Preto). Foi elaborado previamente um roteiro de questões a serem levantadas durante a conversa. O diálogo buscou elucidar a atuação desses órgãos, a forma como se articulam para a preservação do sítio histórico e a relação que mobilizam com a comunidade local. Vale ressaltar que o processo de realização e análise das entrevistas segue a metodologia da história oral.

Sendo assim, a pesquisa de campo vem a privilegiar métodos que dão enfoque à percepção dos indivíduos sobre as noções de risco e salvaguarda ao patrimônio cultural. Desse modo, os questionários serão analisados de forma a comparar a perspectiva dos cidadãos com a posição teórica e técnica exposta pelo debate conceitual e pelas falas dos profissionais competentes. Além disso, serão relacionados com outros estudos desenvolvidos, por exemplo, por Cristina Simão (2016), João Villaschi (2014) e Zaira Moutinho (2014), bem como a pesquisa feita pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados (NEASPOC/UFOP). Diante disso, a pesquisa de campo virá ao encontro da literatura precedente e se mostrará atrelada aos debates sobre a importância do diálogo com a comunidade como elemento chave para a ligação das pessoas com a paisagem histórica e sua preservação.

Para a elaboração dos mapas desenvolvidos para este estudo, foram utilizados dados cartográficos do IBGE, do PromoSAT-OP (Programa de Monitoramento Socioambiental do Território Ouro-pretano), do Serviço Geológico do Brasil - CPRM e dos levantamentos da pesquisa de campo. A base de dados foi padronizada no sistema de coordenadas UTM e no sistema geodésico SIRGAS 2000, Fuso 23K. Os mapas foram trabalhados no software de geoprocessamento ArcGis.

Foram elaborados quatro mapas: (1) distribuição geográfica dos entrevistados por bairros; (2) local de moradia X área de risco percebida pela população; (3) área de risco percebida pela população X área de risco identificada pela Defesa Civil e CPRM; (4) patrimônio cultural e setores de risco. O mapa (1) apresenta a distribuição geográfica dos bairros de moradia dos participantes da pesquisa de campo que responderam ao questionário, a fim de compreender melhor o perfil desta amostra populacional. O mapa (2) busca demonstrar os bairros de moradia em relação aos locais identificados como áreas de risco pela população, na tentativa de entender se eles consideram a região onde moram como espaços onde existem tais riscos. O mapa (3) consiste na representação entre os bairros de moradia, os locais de risco percebidos pela população e os setores de risco identificados pela Defesa Civil de Ouro Preto e Serviço Geológico do Brasil – CPRM, na intenção de comparar a percepção de risco da comunidade com a análise técnica do risco geológico. O mapa (4) expressa o cruzamento entre os patrimônios culturais tombados, a Zona de Proteção Especial (ZPE) e os setores de risco geológico, com o objetivo de verificar a proximidade dos bens culturais das regiões suscetíveis a acontecer movimentos de massa.

Algumas hipóteses foram levantadas para tentar responder ao problema de pesquisa. Os entraves na interlocução entre os órgãos de proteção e a comunidade dificultam o pleno desenvolvimento dos processos e ações de salvaguarda do patrimônio. Tais conflitos são expressos na forma como a população constrói relações de afeto com o patrimônio cultural por meio de sua vivência, porém, não do ponto de vista institucional. Outro ponto é que os desafios que perpassam a preservação de Ouro Preto demandam uma gestão pautada na articulação entre os diversos setores e instituições não apenas para a obtenção de recursos, mas também para cooperação técnica e compartilhamento de responsabilidades. O diálogo do campo do patrimônio alinhado com as várias esferas do planejamento urbano é um elemento-chave para a redução de riscos do sítio histórico. Nesse cenário, pode ser considerado que o desenvolvimento de trabalhos de prevenção é de importante contribuição para evitar a transformação de riscos em desastres. Ainda, diante de uma constante de impasses que se

atravessam entre sistemas de gestão, legislação e habitação, é preciso refletir sobre como os critérios de avaliação da preservação de um sítio histórico devem estar pautados em uma análise abrangente dos diversos elementos que o afetam, não podendo ser restritos a um olhar isolado do bem cultural que ignora o contexto no qual está inserido.

Para dar conta de abordar os pontos destacados acima, esta dissertação será desenvolvida a partir da seguinte estrutura de capítulos. Após a introdução, no segundo capítulo, busca-se compreender o cenário em que emergiu a noção de patrimônio em perigo colocada pela Unesco e os critérios que indicariam tal avaliação, segundo suas orientações. Assim, parte-se de uma contextualização acerca das transformações ocorridas nos últimos anos, em especial no pós Guerra Mundial, e de como os recentes eventos repercutiram na trajetória e nas políticas de preservação ao patrimônio. Aborda-se então como a preservação do patrimônio figurou entre as grandes preocupações que marcaram a virada do século XX para o XXI, uma vez que a destruição de monumentos teria direcionado a atenção para a proteção dos bens culturais, sendo estes entendidos enquanto expressões materiais do legado da humanidade. Na construção desse cenário, são identificadas as principais cartas, recomendações e resoluções que tratam da preservação do patrimônio.

Neste momento, é dado destaque à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, resultante da Conferência da Unesco de 1972, que se configura como um dos primeiros e mais importantes documentos internacionais tidos como referência para a salvaguarda do patrimônio mundial. Juntamente com este documento, é analisada as Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, que complementa e aprofunda aspectos pautados na Convenção de 1972. Desse modo, são observadas as definições postuladas e as competências de atuação da organização, assim como os compromissos e responsabilidades dos Estados-partes. Além disso, é verificado o processo de instituição da Lista do Patrimônio Mundial e da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, problematizando como elas se constituem diante das desigualdades políticas, sociais e econômicas entre as regiões.

Em seguida, pretende-se explorar os diversos elementos que vêm afetando os patrimônios mundiais. Para tanto, utiliza-se as análises publicadas e produzidas a partir dos relatórios do estado de conservação dos bens (*State of Conservation Reports*). Desse modo, são examinados os dados obtidos a fim de compreender as ameaças mais frequentes aos patrimônios nos últimos anos. Outra questão fundamental baseia-se na intenção de interpretar a noção de risco no contexto da contemporaneidade, levando em consideração as demandas e transformações geradas pelo avanço da globalização, do modelo de produção capitalista e das

mudanças climáticas. Neste ponto, são levantadas as discussões propostas por autores que se debruçam sobre os estudos das teorias de risco e que trazem contribuições ao debate em torno dos aspectos que atravessam as percepções de risco pela sociedade.

Diante dos perigos que atingem os bens culturais, propõe-se reconhecer a gestão do patrimônio e a gestão de risco como ferramentas fundamentais para prevenção e controle, representando peças-chave para a proteção do patrimônio mundial. Desse modo, são explicitados os instrumentos e mecanismos necessários para a elaboração e implementação desses sistemas de gestão. Tais processos de gestão afirmam a articulação com os diversos setores e com o planejamento urbano, propondo uma visão integrada do patrimônio. Ressaltam também a importância do envolvimento e participação da comunidade nas diversas ações e projetos a serem desenvolvidos, de forma a abrir diálogos e potencializar a aproximação da população com o seu patrimônio em prol da sua preservação.

O terceiro capítulo se inicia com a discussão dos elementos que levaram Ouro Preto a ser inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Assim, tem-se: o dossiê de candidatura; a avaliação do Icomos (*Advisory Body Evaluation*) realizada em 1980, que recomenda a inscrição do sítio histórico de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial; a Declaração Retrospectiva de Valor Universal (*Retrospective Statement of Outstanding Universal Value*) elaborada em 2012. Além disso, é analisado o discurso do Diretor Geral da Unesco, Sr. Amadou-Mahtar M'Bow, durante a cerimônia de inscrição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial, em 21 de abril de 1981. Tais documentos serão contrabalanceados por recentes debates que trazem à tona as disputas em torno da narrativa colonial, buscando apresentar outras perspectivas em relação ao discurso oficial, os quais dão destaque à presença africana na formação da antiga Vila Rica.

Para demonstrar o contexto que relaciona a inquietação sobre a posição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial em consequência dos danos ocorridos aos seus bens culturais, são investigadas as reportagens veiculadas pelas mídias de informação. Assim, trabalha-se com os conteúdos divulgados nos seguintes jornais disponibilizados de forma online: Jornal do Brasil, Estadão, Folha de São Paulo, G1/O Globo, Estado de Minas e Itatiaia. Faz-se necessário o uso de diferentes noticiários para que se possam cruzar os dados, de modo a verificar as informações e as nuances nas opiniões que perpassam a escrita das notícias. Dessa maneira, tais matérias já apontam alguns dos problemas e desafios com que o sítio histórico vinha se confrontando.

Os obstáculos experienciados pelo sítio histórico de Ouro Preto são diversos e remetem tanto aos estragos ocasionados por chuvas torrenciais e deslizamentos de terra quanto às

lacunas deixadas por incêndios, em especial o caso do Hotel Pilão (2003) – um casarão situado em ponto central do núcleo histórico, na Praça Tiradentes. Outra dificuldade se refere aos impactos causados pelo trânsito pesado de ônibus e caminhões que constantemente causavam perturbações no traçado urbano colonial. Além disso, o crescimento acelerado sem o planejamento da cidade levou à construção de obras irregulares e à ocupação desordenada dos morros circundantes, afetando a paisagem e sobrecarregando a rede de infraestrutura urbana.

Tendo em vista esse panorama, serão exploradas as informações sobre os riscos que atingem a cidade, de modo a trazer estudos e análises técnicas que possibilitam a melhor compreensão do contexto. Com efeito, são utilizados os relatórios do estado de conservação de Ouro Preto (*State of Conservation Reports*) disponibilizados pela Unesco, mapas e outros dados produzidos, por exemplo, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), pela Defesa Civil e pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM. O procedimento adotado neste ponto visa a articulação entre os estudos levantados pela bibliografia selecionada e as avaliações técnicas sobre o cenário de risco em que se encontraria Ouro Preto. Diante disso, são investigados os elementos que afetam o sítio histórico a partir de três eixos principais: a avaliação de seu estado de conservação e sua relação com a política urbana, o risco geológico e o risco de incêndio.

Ao final deste terceiro capítulo, há o intuito de identificar as ações mobilizadas pelas autoridades responsáveis para a salvaguarda diante do reconhecimento das demandas de Ouro Preto. Assim, são analisadas as atividades propostas pelos programas de reabilitação do patrimônio cultural urbano: o Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas. São escolhidos esses projetos devido ao considerável impacto que tiveram, ao volume de recursos que movimentaram e à dimensão que se propunham a atuar. Isto é, através da realização de ações em vários bens culturais, da articulação entre os setores responsáveis e da ligação da salvaguarda do patrimônio com o desenvolvimento urbano. Para abordar este assunto, serão analisados os documentos sobre o Monumenta e o PAC-CH, encontrados no Centro de Documentação e Informação (CDI) do IPHAN, em especial aos processos que se referem ao perfil de projeto, diagnósticos e planos de ação elaborados para a implementação dos programas em Ouro Preto.

O quarto capítulo aborda a discussão das informações coletadas por meio da pesquisa de campo realizada em Ouro Preto. Logo, serão avaliados os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário elaborado pela autora aos moradores da cidade, relacionando-o também com outras pesquisas feitas anteriormente. O questionário será analisado de forma

qualitativa e quantitativa, considerando as respostas da população. O local escolhido para aplicação das perguntas foi o centro histórico, de modo que se chegou ao total de 29 participantes que cumpriam ao critério de ser morador do distrito sede de Ouro Preto. Foram elaboradas 28 questões que se estruturam a partir de quatro eixos principais: (1) perfil dos participantes; (2) relação da população com o patrimônio cultural; (3) percepção de risco envolvendo o sítio histórico; (4) visão sobre as ações dos órgãos responsáveis pela proteção. Desse modo, o foco se dirige à compreensão da experiência da população local, explorando as diversas percepções que se constroem por meio da interação com esse espaço patrimonializado no dia a dia.

Depois, serão exploradas as entrevistas feitas com representantes de órgãos de proteção (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Escritório Técnico Iphan), a fim de melhor compreender o seu modo de atuação e interlocução com a comunidade. Assim, concordaram em dar entrevista: Maria Raquel Alves Ferreira (Chefe do Escritório Técnico do Iphan), Charles Murta (Engenheiro Geólogo da Defesa Civil de Ouro Preto) e Tenente Leandro de Carvalho Rodrigues (2º Tenente do 1º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais, 2ª Companhia Ouro Preto). Foi elaborado previamente um roteiro de questões a serem levantadas durante a conversa de forma que o diálogo buscou elucidar as ações desenvolvidas por esses órgãos e o modo como se articulam para a preservação do sítio histórico. Além disso, serão trazidos os quatro mapas elaborados ao longo do estudo, pois se encontram conectados com as discussões levantadas pela aplicação dos questionários e pela realização das entrevistas. Assim, eles foram intitulados: (1) distribuição geográfica dos entrevistados por bairros; (2) local de moradia X área de risco percebida pela população; (3) área de risco percebida pela população X área de risco identificada pela Defesa Civil e CPRM; (4) patrimônio cultural e setores de risco.

Diante dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo, o que se procura é analisar comparativamente a visão técnica e teórica com a vivência prática dos indivíduos que habitam cotidianamente esse espaço, ressaltando as complexidades que o envolvem. Desse modo, são averiguados os pontos de aproximação e/ou distanciamento, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos que atravessam as perspectivas. Nesse sentido, busca-se articular as análises com a bibliografia selecionada na intenção de levantar os debates em torno dos sentidos e percepções construídos e das relações de identificação e pertencimento da população com o conjunto de Ouro Preto, sendo estes elementos entendidos como aspectos fundamentais para a ligação das pessoas com o sítio histórico e sua preservação.

2 O DEBATE SOBRE A NOÇÃO DE RISCO AO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Este capítulo traz um aporte teórico e conceitual sobre as discussões em torno da conjuntura em que se consolidam as concepções sobre o patrimônio mundial e em perigo, tendo em vista as definições postas pela Unesco. Diante da compreensão deste panorama, busca-se levantar as reflexões de autores contemporâneos em relação à multiplicidade das dimensões de risco, considerando as transformações decorrentes dos processos de modernização e desenvolvimento. Nesse quadro de possíveis ameaças à preservação dos bens culturais, coloca-se a importância das ferramentas de gestão, conforme as orientações dos Manuais de Referência da Unesco.

A primeira seção deste capítulo debruça-se sobre o contexto que marca uma crescente preocupação com a preservação do patrimônio. Assim, verifica-se que o período de virada do século XX para o XXI foi atravessado por grandes eventos que levaram à ocorrência de sérios danos ao patrimônio cultural. Desse cenário emerge um sentimento de perda que direciona o olhar para a necessidade de mobilização em prol da salvaguarda desses bens. Tal movimento é então evidenciado por meio da elaboração de uma série de cartas e recomendações em defesa da proteção do patrimônio.

Na esteira desse processo, é realizada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, organizada pela Unesco em 1972. Neste momento, analisa-se a criação da Lista do Patrimônio Mundial e os aspectos atrelados à afirmação do Valor Universal Excepcional. Diante do reconhecimento dos riscos capazes de atingir os bens culturais e naturais, é instituída também a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Assim, são apresentados os critérios para o enquadramento nessa condição, as responsabilidades dos Estados-parte e as possibilidades de assistência internacional. Além disso, são comentadas as desigualdades presentes entre as duas Listas, tendo em vista a influência da geopolítica.

Através dos estudos levantados, são verificados os principais fatores que afetam os patrimônios mundiais, em que se destacam aqueles relacionados aos problemas de gestão e desenvolvimento urbano. Perante tal constatação, busca-se ampliar as reflexões acerca dos sentidos do risco, por meio de debates contemporâneos que consideram os impactos do avanço da modernidade sob o aspecto da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo. Por meio da articulação entre diferentes autores e, em especial, da utilização dos conceitos de Ulrich Beck (2010), são problematizadas as questões referentes à produção e distribuição desigual dos ricos. Desse modo, as discussões apontam a complexa relação entre naturalização

da convivência com o risco e, ao mesmo tempo, a demanda por medidas de controle e mitigação de danos. Além disso, evidencia-se como a percepção de risco é atravessada pelos contextos sociais, políticos, culturais e econômicos – isto é, pelas particularidades da vivência de uma população em determinado local.

Dentro deste quadro que indica a necessidade de maior atenção às questões de administração em relação à proteção do patrimônio e dos riscos que o atingem, são trazidos os manuais de referência da Unesco. As orientações para gestão do Patrimônio Mundial atentam para a importância da articulação entre os diversos setores responsáveis, de forma a compartilhar as responsabilidades e envolver diferentes agentes. Ademais, coloca-se o caráter fundamental de participação das comunidades locais nas ações de salvaguarda e nos processos de tomada de decisão. Assim, estas abordagens mais recentes ao patrimônio apostam em estratégias relacionadas a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Frente ao crescimento urbano e das suas possíveis consequências ao patrimônio, a gestão de riscos e desastres afirma a urgência da elaboração de planos de prevenção. Nesse sentido, a partir da identificação e avaliação dos riscos devem então ser desenvolvidas ações para proteção do patrimônio.

2.1(DES)CAMINHOS EM DIREÇÃO AO PATRIMÔNIO MUNDIAL EM RISCO

O sentimento de perda é um dos grandes sofrimentos da condição humana. Do incêndio da Biblioteca de Alexandria (604 d. C.) ao do Museu Nacional do Rio de Janeiro (2018), a comoção social inevitavelmente eflui do desaparecimento de um legado material dos nossos séculos. Segundo Inês Costa (2020), é justamente esta consciência da perda que fundamenta os esforços por uma preservação do patrimônio cada vez mais eficaz. Então, a luta contra o esquecimento é travada através da lembrança, de tal modo que, para compreender as relações pessoais e coletivas com o patrimônio, podemos pensar nas categorias propostas por Maurice Halbwachs (2003) a respeito da “memória coletiva” e de Pierre Nora (1993) sobre os “lugares de memória”. Também Paul Ricoeur considera que a memória não é um fenômeno espontâneo, mas que carece de lugares e objetos externos ao “portador” (Costa, 2020).

Halbwachs (2003) mostra como a percepção do ambiente que nos circunda é mediada pelas nossas vivências e lembranças individuais e coletivas. A cultura e os gostos de uma tal comunidade podem ser, então, percebidos através da escolha e disposição dos seus objetos, que tendem a se explicar através de laços que se conectam a um conjunto de sociedades sensíveis

e invisíveis. Esses elementos nos permitem imaginar a que grupo social pertencem os indivíduos que viveram em um dado lugar, uma vez que recordam um modo de ser e viver comum a muitas pessoas. Logo, o grupo urbano tem a sensação de não mudar enquanto persistir de forma quase idêntica a aparência das ruas e construções (Halbwachs, 2003).

Assim, concluímos com Halbwachs (2003) que a cultura imaterial se ancora, de uma maneira ou de outra, na materialidade, uma vez que a memória coletiva se apoia em imagens espaciais – e vice-versa, já que as próprias imagens espaciais também são expressões da memória coletiva. Por conseguinte, os costumes locais, as tradições, os modos de ser, viver e fazer resistem às forças que tentam transformá-los. Segundo o autor, os grupos humanos estão naturalmente ligados a um local, e é justamente por meio dessa proximidade espacial que se formam as relações sociais entre seus membros. Dessa forma, afirma que as memórias são preservadas no pensamento de um grupo, pois ele se mantém estabelecido no solo e, também, porque a imagem do lugar se conserva materialmente fora dele e pode ser resgatada a qualquer momento (Halbwachs, 2003).

A partir disso, inferimos a importância da preservação do patrimônio cultural como instrumento de manutenção das práticas sociais dos grupos e de suas manifestações culturais. Sob tal perspectiva, a paisagem e seus elementos materiais carregam a herança cultural dos povos que nos antecederam, atravessando o passado em direção ao presente que nos rodeia. Não é a pura e simples conservação da pedra e cal, mas sim a salvaguarda dessa argamassa sensível de memórias, tempos e espaços que se constroem em simbiose (Vieira-de-Araújo, 2022).

Essa temática da preservação do patrimônio cultural, cuja preocupação crescente marcou a virada do século XX para o XXI, é abordada pelo antropólogo José Reinaldo Gonçalves com o intuito de problematizar como esse processo estava ao mesmo tempo ligado a um cenário de consideráveis desastres naturais e sociais. A “obsessão preservacionista” desse período, portanto, figurou ao lado da “fúria destruidora”, nesse contexto em que os esforços para proteção parecem não ser suficientes para a contenção do impulso destruidor do mundo contemporâneo (Gonçalves, 2015).

Para Gonçalves (2015), o receio da possível “perda” do patrimônio parece mais ligado à visão ocidental do mundo e à sua perspectiva de “tempo histórico” (Hartog, 2003). Diante desta ameaça caberia então às instituições responsáveis o esforço em salvar os bens culturais do processo de degradação e desaparecimento. Tal postura está pautada em uma compreensão progressista, finalista e linear de tempo, na qual o presente se apresenta ora como destruidor

do passado, ora como meio de construção do futuro. Uma saída proposta pelo autor seria “pensar os patrimônios como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro” (Gonçalves, 2003, p. 216).

Às nossas sociedades, responsáveis ou vítimas de tragédias horríveis, aterrorizadas pelos efeitos da explosão demográfica, o desemprego e outros males, um apego renascente ao patrimônio, o contato que se esforçam para retomar com suas raízes [...] dariam a ilusão, como a outras civilizações ameaçadas, que elas podem – de maneira totalmente simbólica, é óbvio – contrariar o curso da história e suspender o tempo. (Lévi-Strauss, 1983, p. 9-10 *apud* Gonçalves, 2015, p. 217).

Gonçalves (2015) argumenta que o discurso moderno sobre a perda patrimonial vem, assim, acompanhado da ideia de iminência da destruição e da necessidade do empenho coletivo para a proteção dos bens culturais. Contudo, o risco é colocado como algo que está fora da narrativa institucional do patrimônio, como um inimigo externo que deve ser enfrentado. Para ele, a ameaça pode ser natural, social ou histórica, e pode inclusive estar coligida nas próprias práticas de preservação, o que identificamos, por exemplo, no abandono dos patrimônios e na negligência comum ou governamental (Gonçalves, 2015).

Seguindo o argumento do autor, existem circunstâncias em que a ameaça de destruição de um patrimônio resulta de sua preservação inadequada e da falta de mobilização de forças em prol de sua salvaguarda. Na concepção das sociedades ocidentais, a simples permanência dos elementos materiais garantiria a perpetuação da memória e da identidade, e, por conseguinte, a sua destruição acarretaria seu esquecimento. Alguns autores vêm, no entanto, destacando a importância de objetos e espaços materiais enquanto meio de produção de consciência individual e coletiva que podem provocar impactos na vida social – e não apenas um mero suporte (Gonçalves, 2015).

As reflexões do antropólogo Tim Ingold (2012) acerca de sua distinção entre “objetos” e “coisas” nos possibilitam novas compreensões sobre a potência da materialidade. A partir de seu pensamento, o que chamamos de patrimônio material deve ser entendido enquanto “coisa”, no sentido de retomada dos processos vitais que o compõem, numa abordagem que vai além da materialidade e se concentra nos fluxos materiais. Com base nas categorias propostas pelo cientista, podemos também compreender o patrimônio cultural como este “emaranhado de coisas”, isto é, “uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento” (Ingold, 2012, p. 27). O autor afirma que nossas experiências arquitetônicas são verbais (ação em constante processo de construção e transformação), que somos chamados a experimentar uma casa enquanto coisa, logo a habitar o mundo juntando-se ao seu processo de formação (Ingold, 2012).

A coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião. Nós participamos, colocou Heidegger enigmaticamente, na coisificação da coisa em um mundo que mundifica. [...] Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas. (Ingold, 2012, p. 29)

A concepção de lembrança como um dever emerge na década de 1990, conforme sinaliza Costa (2020), como efeito dos eventos traumáticos que marcaram a sociedade, em especial o Holocausto, e partir dos quais a permanência da verdade foi vista como arma para impedir a repetição desses acontecimentos. Outra data marcante foi o 11 de setembro de 2001 com o ataque ao World Trade Center, no qual o sentimento de perda remetia ao final de um suposto tempo de segurança para a passagem a uma época de risco onipresente. Diante disso, a autora argumenta que o sentimento de perda conduziu a uma gradativa consciência da demanda de proteção do patrimônio cultural (Costa, 2020).

Pensando a própria trajetória de consolidação da preservação do patrimônio, percebemos como os principais avanços em relação à conservação dos monumentos históricos se deram a partir da reação à destruição que acompanhou a iconoclastia no período da Revolução Francesa e à imprevidência da sociedade europeia diante da intempestividade das transformações científicas e técnicas provocadas pela Revolução Industrial, que levaram a grandes alterações na configuração social e urbana. Um dos principais teóricos sobre a preservação do patrimônio nesse momento é John Ruskin, que faz duras críticas ao processo de industrialização e de seus efeitos sobre os indivíduos. Para ele, a industrialização moderna é vista como algo opressor, alienante e desumanizante, o que liga diretamente sua crítica de arte à crítica da sociedade que a produz (Ruskin, 1996). Em seu livro *A Lâmpada da Memória*, traduzido para o Brasil por Odete Dourado, há uma interessante nota de rodapé cuja citação é feita a partir de outro texto seu intitulado “A natureza do gótico” (este traduzido por Lígia Larcher):

O grito que se eleva de todas as nossas cidades industriais, mais forte do que o estrondo das suas fornalhas, quer dizer exatamente isto: nós podemos fabricar tudo, menos homens. Esbranquiçamos o algodão, comparamos o aço, refinamos o açúcar, modelamos a cerâmica; mas reavivar, temperar, refinar ou modelar um único espírito vivo, não entra jamais nos cálculos dos nossos lucros. (Ruskin, 1996, p. 46)

O século XX foi marcado pelas duas grandes guerras mundiais que levaram à destruição generalizada e à conseqüente conscientização sobre a necessidade da preservação do

patrimônio. Em resposta a isso, deu-se a Primeira Conferência Internacional sobre a Conservação Artística e Histórica de Monumentos e a publicação da *Carta de Atenas* (1931). Como resultado do pós Segunda Guerra, houve a criação, primeiro, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1945. Alguns anos depois, em 1954, criou-se a *Convenção de Haia*, que trata da proteção dos bens culturais em caso de conflito armado e considera qualquer ataque ao patrimônio como uma ameaça para a humanidade (Costa, 2020).

A Primeira Guerra Mundial, segundo Olender (2020), permaneceu na memória da sociedade ocidental como um dos grandes eventos traumáticos do século, pois invocou uma dimensão de desastre jamais vista anteriormente. O autor resgata um artigo do arquiteto Paul Léon intitulado “La guerre et les monuments”, no qual é abordado o cenário de incerteza diante da proporção da destruição provocada e dos danos causados aos monumentos históricos, chegando a se esboçar as primeiras reflexões sobre o que fazer para a preservação dos patrimônios afetados. Neste momento é debatido, então, a questão de como lidar com as devastações, discutindo entre as alternativas de deixar os monumentos permanecerem como ruínas, destacando os impactos da guerra ou reconstruí-los totalmente como eram antes dos ataques (Olender, 2020).

Conforme Olender (2020), o conceito de Patrimônio da Humanidade e a própria questão do Patrimônio em Perigo é muito anterior à Convenção de 1972 e, na verdade, remontaria ao Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos de 1889. Neste Congresso teria sido apresentado, pelo arquiteto Charles Normand, a ideia de uma “Cruz Vermelha dos monumentos”. A partir disso, tal noção de patrimônio da humanidade veio a aparecer anos depois na Carta de Atenas de 1931, assim, assumindo um caráter oficial (Olender, 2020). Sobre este processo, o autor explica que

Em 1889, em Paris, naquele que, provavelmente, foi o primeiro encontro internacional destinado especificamente para a preservação do patrimônio histórico e artístico, foi introduzida a ideia de que haviam “monumentos de arte [que] pertencem à totalidade da humanidade” ou seja, que podem ser considerados seu patrimônio. Nesse evento foi esboçado, também, o instrumento do “tombamento internacional”, sendo sugerido que o primeiro bem a ser contemplado fosse o conjunto das pirâmides do Egito. Cerca de quatro décadas depois, a Acrópole de Atenas, de certa forma, “assombrava” a discussão sobre a possibilidade da instalação de procedimentos que viabilizassem justamente a implementação da noção de “patrimônio da humanidade” na Conferência Internacional que se realizava na mesma cidade e que versava sobre temas semelhantes aos do Congresso de 1889. De Paris à Atenas, da concepção e dos vestígios de uma antiga Civilização Egípcia àqueles de uma Grécia Antiga, eis o percurso adotado para a formação e o início da consolidação da noção de “patrimônio da humanidade”. Percurso extremamente atribulado, que vivenciou grandes tensões, conflitos e acordos internacionais, como a primeira Grande Guerra e a instalação da

Liga das Nações. Outro grande conflito mundial, outras instituições internacionais e mais algumas décadas seriam necessárias para testemunharmos, porém, a consagração dessa noção. (Olender, 2020, p. 311)

Na esteira dessas discussões sobre o patrimônio histórico assim inauguradas, um acontecimento que aprofundou o debate em torno do tema da proteção foi a construção de uma grande barragem em Assuão, cidade localizada no entorno do Rio Nilo. O empreendimento, que possibilitaria resolver demandas energéticas e financeiras, colocava em risco patrimônios culturais sudaneses, egípcios, cristãos e islâmicos nos territórios do Egito e do Sudão, uma vez que o aumento da altura das águas ocasionado pela barragem forçava a urgência de construção de diques secundários para controlar a sua subida no entorno dos monumentos e, em casos extremos, até mesmo de mover templos, como o de Abu Simbel, para ajustá-los à nova altura (Costa, 2020).

Diante desta ameaça, a Unesco iniciou uma campanha internacional para mobilização de recursos técnicos e financeiros a fim de ampliar e aprofundar os conhecimentos acerca do patrimônio da região em questão. Segundo Costa (2020), a campanha em defesa dos monumentos núbios e egípcios no caso da barragem de Assuão, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, demonstrou o potencial da cooperação internacional, de modo que a extensão do projeto e o envolvimento dos países significou não só uma mudança de paradigma, como também direcionou o olhar da comunidade global para o patrimônio em risco (Costa, 2020).

Na década de 1960, a Unesco publicou a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios* (1962), reconhecendo que, ao longo do tempo, a ação humana provocou impactos que afetaram a paisagem e implicaram em perdas culturais e estéticas. Tais danos foram impulsionados, principalmente, pelo crescente desenvolvimento urbano e industrial. Desta mesma época resulta a *Carta Internacional de Veneza para a conservação e restauro de monumentos e sítios* (1964), que entre outros aspectos afirma a preservação do patrimônio para as gerações futuras e a necessidade de elaboração de um documento internacional comum, ainda que cada país o ajuste conforme suas particularidades:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições. (Carta de Veneza, 1964, p. 1)

Na década de 1970, é aprovado o documento mais significativo e relevante para salvaguarda do patrimônio em âmbito internacional: a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972). Tal normativa representa um grande avanço e uma conquista ímpar no sentido de consolidação de uma rede de proteção aos bens culturais e naturais ao nível global a partir da cooperação de diversos países. É notado a crescente exposição a riscos e o empobrecimento da herança dos povos, tendo como efeito a importância em pautar o valor universal de cada cultura e a responsabilidade de cada Estado na preservação de seu patrimônio e dos demais (Costa, 2020). Este documento terá destaque maior devido à sua importância para a temática debatida, por isso será mais profundamente abordada no próximo subtópico.

As décadas de 1980 e 1990 teriam sido marcadas por uma preocupação ambiental na visão de Costa (2020). Nesse cenário, temos: a *Declaração de Nairóbi* (1982), em que são investigados os efeitos das mudanças climáticas e a insuficiência das políticas internacionais frente à gravidade da problemática; a *Declaração do Rio de Janeiro* (1992), que trata da questão do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade dos países em administrar seus recursos sem gerar prejuízos a outras regiões; e a *Conferência de Nara* (1994), que destaca a importância da autenticidade para a salvaguarda e perpetuação da memória dos povos, principalmente no contexto da globalização (Costa, 2020).

Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade. (Conferência de Nara, 1994, p. 1).

Em março de 2001, um ataque comandado pelo grupo fundamentalista Talibã se direcionou à destruição das estátuas budistas do Vale de Bamiyan no Afeganistão. Para Costa (2020), esse ato marcou uma fase de receio pelo crescimento do extremismo religioso, que se configurou como um risco aos direitos humanos e à identidade cultural dos povos. Em setembro desse mesmo ano, um novo ataque executado pela Al-Qaeda levou à destruição das torres gêmeas do World Trade Center. A partir desse cenário surge a *Declaração sobre a destruição intencional de patrimônio cultural* (2003), na qual é apontada a luta contra o terrorismo cultural por meio da prevenção, abolição e punição de qualquer ação que ameace a integridade dos bens culturais (Costa, 2020).

A *Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas* (2011) reconhece as transformações provocadas pelos impactos da expansão dos centros urbanos que envolvem

também a degradação dos patrimônios culturais, gerando prejuízos às comunidades locais. Nesse sentido, o documento afirma a importância da integração entre a conservação, a gestão e o planejamento das áreas históricas, enquanto elementos que devem fazer parte das políticas de desenvolvimento e planejamento urbano (Costa, 2020).

2.2 A CONVENÇÃO DE 1972 E A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, elaborada na Conferência Geral da Unesco, em Paris, no ano de 1972, define conceitos e critérios, além de estabelecer uma série de diretrizes e orientações. O início do documento da Convenção já nos explicita o contexto que motivou a sua realização, isto é, o cenário de avanço na degradação e destruição do patrimônio. A preocupação em torno da situação em que se encontravam os patrimônios impulsiona, então, um movimento de reflexão para a elaboração de medidas em prol da sua proteção. Desse modo, podemos entender que diante de uma conjuntura de risco emerge a necessidade de formular instrumentos para prevenção e preservação. Quatro pontos se destacam nesta consideração: (1) a relação de ameaça com o desenvolvimento social e econômico; (2) a irreversibilidade da degradação; (3) a carência de recursos dos países; e (4) a responsabilidade coletiva (Unesco, 1972).

Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural se encontram **cada vez mais ameaçados de destruição** não somente devido a causas naturais de degradação, mas também ao **desenvolvimento social e econômico** agravado por fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais preocupantes,

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem cultural e natural acarreta o **empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo**,

Considerando que a proteção desse patrimônio em âmbito nacional é muitas vezes **insatisfatória** devido à magnitude dos meios necessários e à **insuficiência dos recursos financeiros, científicos e técnicos** do país em cujo território se localiza o bem a ser salvaguardado,

Considerando que, diante da amplitude e da **gravidade dos novos perigos** que os ameaçam, cabe à coletividade internacional participar da proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, prestando **assistência coletiva** que, sem substituir a ação do Estado interessado, irá completá-la eficazmente. (Unesco, 1972, p. 1-2, grifo próprio)

Segundo a Convenção (Unesco, 1972), cada país deve se comprometer em aplicar todos os esforços necessários para garantir a salvaguarda do patrimônio e manter o compromisso com a sua transmissão para as próximas gerações. Entre os mecanismos para tal estão: a elaboração de política e integração com o planejamento urbano; a criação de órgãos de proteção dotados de profissionais capacitados; a promoção de centros de formação e desenvolvimento de estudos

e pesquisas; e a aplicação de medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras. Além disso, os países devem se empenhar na realização de programas de educação e informação, a fim de fortalecer a relação da população com o patrimônio, impulsionando uma postura de respeito e cuidado. Os Estados-parte, enquanto representantes da comunidade internacional, são chamados a assumir o dever de cooperação e assistência em apoio à preservação destes patrimônios que carregam um valor universal excepcional para a humanidade (Unesco, 1972).

É incentivado o desenvolvimento de materiais, atividades e programas educativos que colaborem para a promoção, divulgação e salvaguarda dos patrimônios. Essa ação busca acentuar o envolvimento e participação dos diversos grupos sociais, aprofundando as relações da comunidade com os bens culturais. Nesse sentido, foi desenvolvido então um kit educativo sobre o patrimônio mundial destinado aos professores para ser utilizado em espaços educacionais. O material pedagógico, intitulado *Patrimônio Mundial nas Mãos dos Jovens* (Unesco, 2012), decorreu de um trabalho internacional composto por uma equipe de docentes, especialistas em patrimônio e responsáveis pela elaboração de currículos escolares, tendo sido testado em diferentes escolas associadas da Unesco¹. O material conta com 42 sugestões de atividades a serem desenvolvidas e adaptadas, além de uma lista de documentos de referências, fichas de atividades, breve descrição e fotografia dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco, 2012).

O Comitê do Patrimônio Mundial conta com organizações consultivas para auxiliar na execução das tarefas, são elas: ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais); ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza). O que se destaca para a temática que abordamos nesta pesquisa é o trabalho desenvolvido pelo ICOMOS. Seu papel se concentra em, primeiro, avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, além de garantir o acompanhamento do estado de conservação destes bens e analisar os pedidos de assistência internacional solicitados pelos países (Unesco, 2017).

O conceito de Valor Universal Excepcional (VUE) se refere a uma “importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste de uma importância comum para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade” (Unesco, 2017, p.

¹ A lista de escolas associadas pode ser encontrada no site da PEA Unesco. Disponível em: <https://peaunesco.wixsite.com/website>. Acesso em: 13 jul. 2023.

11). Os pilares que estruturam o VUE são ilustrados pela Unesco e Iphan (2016) da seguinte forma:

Figura 1 - Três pilares do Valor Universal Excepcional.



Fonte: Unesco e Iphan (2016, p. 39).

Assim, são definidos dez critérios para inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, os quais estão relacionados à explicitação do VUE (Iphan, 2008). São eles:

(I) representar uma obra-prima do gênio criador humano;

(II) testemunhar um intercâmbio de valores humanos considerável, durante um período concreto ou em uma área cultural do mundo determinada, nos âmbitos da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;

(III) fornecer um testemunho único ou excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;

(IV) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana;

(V) ser um exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com o seu meio, sobretudo quando este tornou-se vulnerável devido ao impacto causado por alterações irreversíveis;

(VI) estar direta ou materialmente associada a acontecimentos ou tradições vivas, idéias, crenças ou obras artísticas e literárias que têm um significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério deva ser utilizado preferentemente de modo conjunto com os outros critérios).

(VII) representar fenômenos naturais ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;

(VIII) ser exemplos eminentemente representativos das grandes fases da história da terra, incluído o testemunho da vida, de processos geológicos em curso na evolução das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos;

(IX) ser exemplos eminentemente representativos dos processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de ecossistemas e de comunidades de plantas e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
 (X) Conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, compreendidos aqueles nos quais sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista da ciência ou da conservação. (Iphan, 2008, p. 16-17, grifo próprio)

Especificamente sobre Ouro Preto (MG) são os critérios I e III que justificam a sua entrada na Lista do Patrimônio Mundial, como veremos no próximo capítulo.

As definições expostas na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 foram posteriormente complementadas pela publicação das *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*, em 1977 – documento que é constantemente atualizado. Essas diretrizes operacionais fornecem orientações detalhadas sobre a aplicação da Convenção, sobre a gestão de bens e sobre a Lista do Patrimônio do Mundial (Scifoni, 2017; Unesco; Iphan, 2016).

A Lista do Patrimônio Mundial, decorrente da Convenção de 1972, teve suas primeiras inscrições a partir de 1978, tendo um considerável aumento no número de bens reconhecidos nas últimas décadas. Contudo, uma das principais críticas a ela se refere à desigual representação dos continentes, posto que há uma presença bem maior de bens europeus ou norte-americanos em detrimento das demais regiões (Costa, 2020), como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial por região.

Regions	Cultural	Natural	Mixed	Total	%	States Parties with inscribed properties
Latin America and the Caribbean	100	38	8	146 *	12.62%	28
Europe and North America	469	66	11	546 *	47.19%	50
Asia and the Pacific	195	70	12	277 *	23.94%	36
Arab States	82	5	3	90	7.78%	18
Africa	54	39	5	98	8.47%	35
Total	900	218	39	1157	100%	167

Fonte: World Heritage Convention, Unesco. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/stat>.

Simone Scifoni (2017) propõe interessantes considerações a respeito da Lista do Patrimônio Mundial ao pensar como esta traz critérios baseados numa perspectiva norte-americana e europeia. A autora questiona como essa visão repercute dentro de outras regiões situadas à margem do capitalismo avançado. Assim, questiona: “O que o patrimônio mundial representa para as populações locais que vivem no cotidiano a imposição desse modelo de preservação?” (Scifoni, 2017). Ela reflete então sobre como se expressa a experiência do patrimônio mundial no contexto da América Latina, uma vez que representa um território no qual a herança cultural resulta de um passado colonial marcado por profundas desigualdades sociais que reverberam até os dias de hoje (Scifoni, 2017).

Scifoni (2017) traz o argumento de Néstor Canclini (2012) acerca de uma “geopolítica da cultura” e concorda com sua concepção de que a Lista do Patrimônio Mundial promove uma hierarquização a partir de critérios que não fazem sentido à realidade de países fora do eixo norte-americano e europeu. Com isso, acarreta-se uma representação desigual na qual a diversidade cultural é pouco contemplada. Segundo o autor, nesta “geopolítica da cultura” as classes populares teriam pouca oportunidade de serem representadas e o poder econômico e político marcaria uma imposição na forma de enxergar a cultura:

Embora ocasionalmente o patrimônio sirva para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de disputa material e simbólica entre os setores que a compõem. Consagram-se como superiores bairros, objetos e saberes gerados por grupos hegemônicos, porque eles contam com informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los e, portanto, para controlá-los melhor. Historiadores, arqueólogos e políticos da cultura definem quais os bens superiores que merecem ser conservados. (Canclini, 2012, p. 72 *apud* Scifoni, 2017, p. 95)

A pesquisadora afirma que as contradições entre as dimensões mundial e local remetem a uma época em que as políticas de patrimônio brasileiras visavam os títulos da Unesco como forma de impulsionar o turismo internacional, dedicando-se pouco a ações internas. O período entre os anos 1990 e início dos anos 2000 foi crítico para as políticas culturais no Brasil, devido à orientação neoliberal que resultou na drástica redução orçamentária e dos quadros técnicos. A autora recorre à observação de Meneses (2012) para demonstrar que os projetos desenvolvidos neste momento deixavam de lado a atuação próxima à comunidade local, enfraquecendo o diálogo com os moradores e esvaziando os compromissos sociais.

Pior seria – e essa situação não é propriamente excepcional – que bens declarados de valor mundial fossem ignorados pela população local (salvo como mercadoria!): como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? (Meneses, 2012, p. 29 *apud* Scifoni, 2017, p. 96)

Assim, o patrimônio na esfera local vem sendo constantemente reivindicado, pois se conecta aos valores da memória coletiva que são construídos ao longo da passagem do tempo no cotidiano (Scifoni, 2017).

Retomando o contexto de preocupação sobre a proteção do patrimônio anteriormente explicitado, fica estabelecido a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo para indicar aqueles patrimônios que se encontram sob séria ameaça e exigem a execução de significativas intervenções para frear o seu processo de degradação e, assim, impedir o risco de desaparecimento. O Comitê analisa e fornece assistência de modo a cooperar no desenvolvimento dos trabalhos a serem empreendidos em defesa da salvaguarda (Unesco, 1972). Logo, a Lista se configurou como uma referência para identificação dos bens culturais e naturais que se encontram em risco, considerados graves e específicos (Costa, 2020).

O Comitê estabelece, atualiza e divulga, cada vez que as circunstâncias assim o exigirem, sob o nome de “**Lista do Patrimônio Mundial em Perigo**”, os bens que figuram na Lista do Patrimônio Mundial, cuja salvaguarda exige **intervenções importantes** e para os quais foi **solicitada assistência** nos termos da presente Convenção. Esta lista contém estimativa dos custos das operações. Nela figurarão apenas os bens do patrimônio cultural e natural **sob ameaça precisa e grave**, com o **risco de desaparecimento** devido a degradação acelerada, empreendimentos de grande porte públicos ou privados, desenvolvimento urbano e turístico acelerados, destruição devida a mudanças de uso, alterações profundas por causas desconhecidas, abandono por qualquer motivo, conflito armado já iniciado ou latente, calamidades ou cataclismas, incêndios, terremotos, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas, modificação do nível das águas, inundações e maremotos. O Comitê pode, a qualquer momento, em caso de emergência, proceder a nova inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo e dar-lhe imediata divulgação. (Unesco, 1972, p. 7-8, grifo próprio)

A inscrição de bens na Lista do Patrimônio em Perigo é indicada com base nas condições que acarretam tal circunstância, são elas: ser um bem que está inscrito na Lista do Patrimônio Mundial; estar ameaçado por perigos graves e específicos; necessitar de obras de grandes proporções para garantir a salvaguarda do bem; ter solicitado assistência ao Comitê de modo a exprimir uma mensagem de preocupação (Unesco, 2017). No caso de bens culturais, podem ser inscritos na Lista do Patrimônio em Perigo se for considerado que se enquadram em um dos critérios definidos abaixo:

- a) PERIGO COMPROVADO – O bem está ameaçado por um perigo comprovado, específico e iminente, como por exemplo:
 - (I) deterioração grave dos materiais;
 - (II) deterioração grave das estruturas e/ou da decoração;
 - (III) deterioração grave da coerência arquitetônica e urbanística;
 - (IV) deterioração grave do espaço urbano ou rural, ou do ambiente natural;
 - (V) perda significativa de autenticidade histórica;
 - (VI) perda grave do significado cultural.

b) PERIGO POTENCIAL – O bem está confrontado com ameaças graves que poderão ter efeitos nocivos sobre as suas características essenciais como, por exemplo:

- (I) modificação do estatuto jurídico do bem, suscetível de reduzir o grau de proteção;
- (II) ausência de uma política de conservação;
- (III) ameaças decorrentes de projetos de desenvolvimento regional;
- (IV) ameaças decorrentes de planos de urbanização;
- (V) conflito armado que eclodiu ou está em vias de eclodir;
- (VI) ameaças de impactos decorrentes de fatores climáticos, geológicos ou outros fatores ambientais. (Unesco, 2017, p. 40)

Já os pedidos para solicitação da assistência internacional precisam se basear em pareceres técnicos e devem descrever as operações necessárias a serem executadas, acompanhadas de seu custo, assim como a urgência e justificativa de que o país não pode financiar os trabalhos. Logo, a assistência será concedida ou não após a devida análise científica, econômica e técnica. Entre as ações possíveis de serem oferecidas pelo Comitê estão: estudo de problemas artísticos, científicos e técnicos; disponibilização de técnicos e mão de obra qualificada; formação de especialistas; fornecimento de equipamentos; e empréstimos a juros reduzidos (Unesco, 1972). A assistência internacional é distribuída prioritariamente aos bens inscritos na Lista do Patrimônio em Perigo. Além disso, ela é dividida em três tipos: de emergência; preparatória; na conservação e gestão (Unesco, 2017).

As ameaças e/ou efeitos negativos sobre a integridade do bem devem ser passíveis de correção por meio da intervenção humana, por exemplo, através de medidas administrativas ou legislativas (embargo de projetos e obras, melhoria do estatuto jurídico etc.). Assim, o Comitê pode enviar missões de observadores e especialistas qualificados para visitar o patrimônio, analisar os riscos e propor ações a serem tomadas, constituindo uma espécie de programa de ações corretivas que devem ser colocadas em prática, a fim de recuperar o bem. Além disso, o Comitê revê anualmente o estado de conservação dos bens incluídos na lista do patrimônio em Perigo na intenção de verificar se é necessário a inserção de medidas complementares para a preservação, se o bem já não está mais ameaçado e pode ser retirado da Lista do Patrimônio em Perigo, ou se o bem se encontra tão alterado a ponto de ter perdido suas características essenciais, devendo ser retirado simultaneamente da Lista do Patrimônio em Perigo e da Lista do Patrimônio Mundial (Unesco, 2017).

Ao contrário do que acontece na Lista do Patrimônio Mundial em que notamos uma presença mais forte de bens localizados na Europa e América do Norte, na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo percebemos que as regiões com porcentagem mais expressiva de bens ameaçados são os Estados Árabes e a África, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 2 - Número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo por região.

List of World Heritage in danger by region					
Regions	Cultural	Natural	Mixed	Total	%
Latin America and the Caribbean	4	2	0	6	11%
Europe and North America	4	1	0	5	9%
Asia and the Pacific	4	2	0	6	11%
Arab States	23	0	0	23	42%
Africa	4	11	0	15	27%
Total	39	16	0	55	100%

Fonte: World Heritage Convention, Unesco. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/stat#s9>.

Os países são chamados a apresentar relatórios periódicos sobre a situação em que se encontra seus patrimônios, devendo informar sobre as disposições legislativas, mecanismos administrativos e demais medidas adotadas. Tais relatórios contribuem para otimizar a conservação a longo prazo e reforçar a legitimidade da aplicação da Convenção de 1972. Assim, esses documentos correspondem a quatro objetivos principais: fornecer avaliação da aplicação da Convenção; avaliação da manutenção do valor universal excepcional; informações atualizadas dos bens e registro de mudanças no estado de conservação; instrumento de cooperação regional e intercâmbio de informações e experiências entre os países (Unesco, 2017).

A dissertação da autora Inês Costa (2020) analisa os principais riscos que atingem os bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, na intenção de afirmar que o sentimento de perda pode ser um importante impulsionador para a salvaguarda do Patrimônio. Sua hipótese central é de que a quantidade de bens identificados como estando em risco pelos organismos internacionais é bem menor do que o número real de sítios ameaçados. A partir disso, são levantadas outras suspeitas, entre elas: a existência de disputas políticas e econômicas que legitimem a omissão do perigo cultural; a discrepância no tratamento dos patrimônios em risco; as motivações políticas e financeiras que atravessam as iniciativas de salvaguarda (Costa, 2020).

A partir de suas análises, Costa (2020) declara que algumas críticas podem ser feitas à atuação da Unesco nos últimos anos. Entre elas estão, primeiro, a manutenção de uma maioria de colaboradores europeus, de modo que muitos países permanecem sem representantes no

Comitê do Patrimônio Mundial, devido ao volume financeiro que é exigido. Em segundo lugar, a autora comenta que a assistência técnica e a salvaguarda teriam se tornado cada vez mais ligadas ao turismo cultural. Contrasta ainda que, ao aumento dos problemas ambientais, impunha-se também a progressiva diminuição dos fundos orçamentários.

Além disso, a capacidade de ação da organização ficou cada vez mais subordinada aos interesses e demandas dos Estados que injetam as maiores contribuições e assim influenciam nos orçamentos e programas. De algum modo, Costa (2020) considera que há uma certa impotência da organização diante do desrespeito à Convenção de 1972. Porém, mesmo com a insuficiência dos instrumentos normativos e a dependência do jogo diplomático, a Unesco permanece sendo o principal organismo para salvaguarda do patrimônio em nível internacional, sem a existência do qual estaríamos enfrentando uma ameaça muito maior aos bens culturais (Costa, 2020).

O reconhecimento de certos patrimônios pela Unesco, em alguns casos, também levou ao aumento de processos de gentrificação, especulação imobiliária e fluxo turístico. Assim, de acordo com Costa (2020), o número de bens culturais em perigo é bem maior do que a quantidade classificada pela Unesco nessa condição – preocupação que pode ser justificada pelas constantes notícias de novas ocorrências e ameaças aos patrimônios. Da análise de estudos de casos de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo selecionados por Inês Costa, apontam-se alguns dos fatores que implicam na manutenção de tal estado, entre eles: entraves legais; exposição a fenômenos climáticos; instabilidade estrutural; incoerência das medidas de gestão. A inclusão nessa Lista facilita o acesso à assistência internacional, que diversas vezes é fundamental para a proteção do bem, ainda que, em determinadas circunstâncias, a ajuda técnica não se mostre suficiente para recuperar os bens ameaçados. Dessa forma, Costa (2020) enfatiza, e com ela temos acordo, que o esforço dos países na defesa de seus patrimônios, o cumprimento das recomendações da Unesco e a existência de um quadro político-econômico estável são aspectos essenciais para a redução dos problemas.

Em suma, o futuro do Patrimônio Mundial em Risco está nas mãos das gerações contemporâneas e na mudança da sua atitude para com estes Bens não renováveis. A resistência destes testemunhos históricos reclama o reerguer da proteção patrimonial às prioridades dos governos e ao esboço de um futuro mais sustentável e democrático. Para que os Bens ameaçados voltem ao seu esplendor, urge pensar o seu papel prospetivo para a humanização e refletir acerca do prejuízo que a sua perda representa. Até lá, assiste-se à destruição, que se continua a entranhar. (Costa, 2020, p. 170)

Diante das discussões levantadas, fica exposto que, frente aos indícios de destruição que despertam o sentimento de perda, emergem ações pela preservação dos patrimônios

culturais. A compreensão do caráter insubstituível destes bens indicou a relevância de sua transmissão para as gerações futuras. Portanto, a relação entre o patrimônio e as comunidades demanda a proteção do conjunto e a identificação dos bens, cujos valores sejam reconhecidos e partilhados por vários territórios (Costa, 2020).

2.3 A MULTIPLICAÇÃO DE INTERPRETAÇÕES EM TORNO DAS DIMENSÕES DE RISCO E PERIGO

Richard Veillon faz uma análise estatística a partir dos relatórios de estado de conservação (*State of Conservation reports - SOC reports*) elaborados pelo Centro do Patrimônio Mundial e seus órgãos consultivos entre os anos de 1979 e 2013, os quais totalizam um volume de 2.642 relatórios sobre 469 Patrimônios Mundiais localizados em 130 Estados participantes da Convenção. Assim, seu estudo se fundamenta na compilação das informações obtidas a partir destes relatórios, levando em conta apenas os casos que foram comunicados ao Comitê do Patrimônio Mundial. Para construir uma abordagem consistente, o autor utilizou a lista de fatores/ameaças definida pela Unesco. Nela são identificadas 14 ameaças primárias e 83 secundárias agrupadas de acordo com as categorias principais. Para fins de organização, as ameaças descritas nos relatórios foram então adequadas ao fator correspondente da lista para melhor compreensão (Veillon, 2014). É válido dizer que esta lista de fatores foi elaborada pelo Comitê do Patrimônio Mundial no contexto de revisão do exercício de Relatórios Periódicos (Seção II) em 2008 e foi estabelecida após um longo processo de consulta com especialistas das áreas do patrimônio cultural e natural.

Figura 2 - Lista de fatores/ameaças ao Patrimônio Mundial (Parte 1).

<p><u>1. Buildings and Development</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Housing • Commercial development • Industrial areas • Major visitor accommodation and associated infrastructure • Interpretative and visitation facilities <p><u>2. Transportation Infrastructure</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ground transport infrastructure • Air transport infrastructure • Marine transport infrastructure • Effects arising from use of transportation infrastructure • Underground transport infrastructure <p><u>3. Utilities or Service Infrastructure</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Water infrastructure • Renewable energy facilities • Non-renewable energy facilities • Localised utilities • Major linear utilities <p><u>4. Pollution</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pollution of marine waters • Ground water pollution • Surface water pollution • Air pollution • Solid waste • Input of excess energy 	<p><u>5. Biological resource use/modification</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fishing/collecting aquatic resources • Aquaculture • Land conversion • Livestock farming/grazing of domesticated animals • Crop production • Commercial wild plant collection • Subsistence wild plant collection • Commercial hunting • Subsistence hunting • Forestry /wood production <p><u>6. Physical resource extraction</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mining • Quarrying • Oil and gas • Water extraction <p><u>7. Local conditions affecting physical fabric</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Wind • Relative humidity • Temperature • Radiation/light • Dust • Water, Rain • Pests • Micro-organisms
--	---

Fonte: Veillon (2014, p. 9).

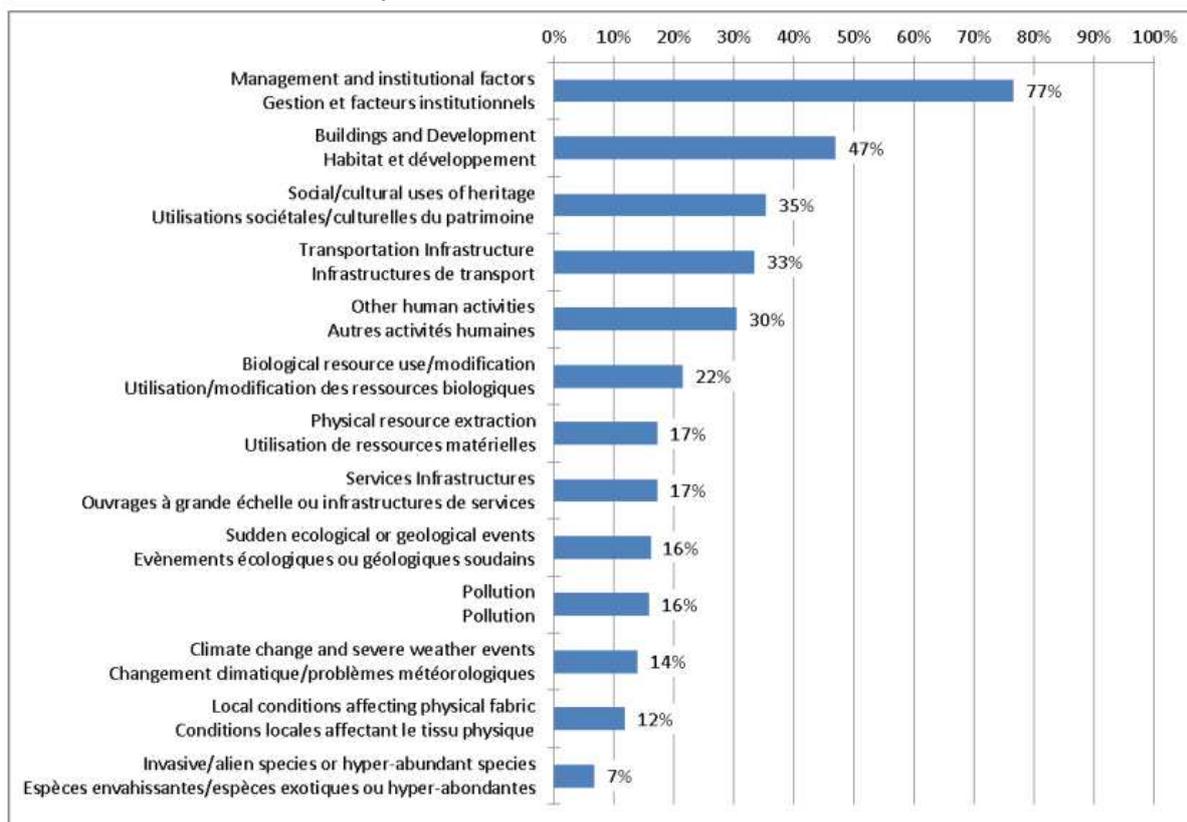
Figura 3 - Lista de fatores/ameaças ao Patrimônio Mundial (Parte 2).

<p><u>8.Social/cultural uses of heritage</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ritual/spiritual/religious and associative uses • Society's valuing of heritage • Indigenous hunting, gathering and collecting • Changes in traditional ways of life and knowledge system • Identity, social cohesion, changes in local population and community • Impacts of tourism/visitor/recreation <p><u>9.Other human activities</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Illegal activities • Deliberate destruction of heritage • Military training • War • Terrorism • Civil unrest <p><u>10.Climate change and severe weather events</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Storms • Flooding • Drought • Desertification • Changes to oceanic waters • Temperature change • Other climate change impacts 	<p><u>11.Sudden ecological or geological events</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Volcanic eruption • Earthquake • Tsunami/tidal wave • Avalanche landslide • Erosion and siltation/deposition • Fire (wildfires) <p><u>12.Invasive/alien species or hyper-abundant species</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Translocated species • Invasive/alien terrestrial species • Invasive / alien freshwater species • Invasive/alien marine species • Hyper-abundant species • Modified genetic material <p><u>13.Management and institutional factors</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Legal framework • Low impact research/monitoring activities • Governance • High impact research/monitoring activities • Management activities • Management activities • Financial resources • Human resources <p><u>14.Other factor(s)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Other factor(s)
---	--

Fonte: Veillon (2014, p. 10).

Segundo a análise de Veillon (2014), podem ser identificados os fatores primários que mais afetam os patrimônios mundiais no período recortado, são eles: “gestão e fatores institucionais”, “construções e desenvolvimento”, “usos sociais/culturais do patrimônio”, “infraestruturas de transporte” e “outras atividades humanas”. Como explicita o gráfico abaixo, essas seriam as ameaças mais comuns que levam à formulação de um relatório para avaliação do Comitê (Veillon, 2014).

Gráfico 1 - Fatores que mais afetaram os Patrimônios Mundiais entre 1979 e 2013.



Fonte: Veillon (2014, p. 16).

De acordo com as pesquisas de Veillon (2014), a região da América Latina e Caribe tem como principal problema a falta de planos ou sistemas de gestão (*Management Plan or System*). Tal ponto abarca não só a ausência como também a inadequação, a não-implantação ou a carência de limites claramente definidos. O aspecto da gestão e questões institucionais constituiria assim a grande ameaça para a preservação dos patrimônios analisados nesta região, de modo que os fatores secundários representam uma porcentagem significativa dos riscos identificados, como: quadro jurídico inadequado ou inexistente (41%), falta ou insuficiência de recursos financeiros (26%) ou recursos humanos (21%) e atividades de gestão inadequadas (21%).

A segunda ameaça mais notada na região está relacionada à habitação (43%), por exemplo, devido às pressões de desenvolvimento nos centros históricos ou urbanização descontrolada. Sobre o impacto negativo do turismo/visitante/entretenimento é necessário interpretá-lo juntamente com os efeitos da expansão de grandes acomodações para visitantes e infraestruturas associadas. Outra relevante ameaça se refere à construção de infraestruturas de transporte (28%) e os consequentes efeitos de seu uso (18%). A presença de atividades humanas ilegais afeta também a conservação dos patrimônios desta região (22%),

especialmente aquelas ligadas à extração de recursos naturais e ocupação ilegal de terras. Um fenômeno climático que teve considerável repercussão foi a ocorrência de tempestades, que afetaram cerca de 16% dos patrimônios. É importante destacar que a América Latina e o Caribe apresentam um impacto cumulativo de diversos fatores de risco. Desse modo, enquanto a taxa média de ameaças relatadas por patrimônio é de 5,1, nesta região o índice cresce para 6,3. Todos os dados apresentados foram obtidos por Veillon (2014) e são também expostos na tabela abaixo:

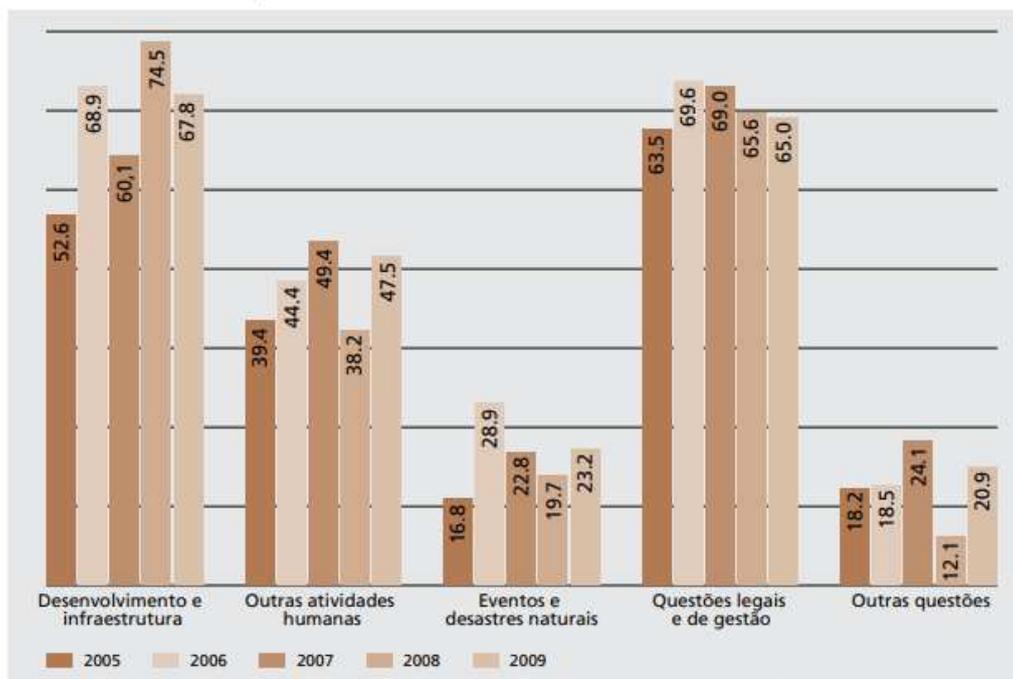
Tabela 3 - Porcentagem dos fatores de ameaça encontrados referentes à região da América Latina e Caribe entre 1979 e 2013.

Threats	Number of properties affected	% of properties affected
Management systems/ management plan	51	75%
Housing	29	43%
Legal framework	28	41%
Impacts of tourism/visitor/recreation	20	29%
Ground transport infrastructure	19	28%
Financial resources	18	26%
Illegal activities	15	22%
Human resources	14	21%
Land conversion	14	21%
Major visitor accommodation and associated infrastructure	14	21%
Identity, social cohesion, changes in local population and community	14	21%
Management activities	14	21%
Effects arising from use of transportation infrastructure	12	18%
Storms	11	16%
Livestock farming/grazing of domesticated animals	10	15%

Fonte: Veillon (2014, p. 81).

Outra análise feita pelo Comitê do Patrimônio Mundial a partir dos 766 relatórios de estado de conservação elaborados entre 2005 e 2009 para mais de 200 bens, demonstra os fatores que mais afetaram estes patrimônios (Unesco, 2010). Os resultados deste estudo expressam que, dentre os múltiplos elementos que atingem os bens, dois grupos de ameaças se destacam, independentemente da região ou do tipo de bem: (1) desenvolvimento e infraestrutura (construções, transporte, serviços públicos, poluição, extração de recursos físicos); e (2) gestão (aspectos legais e institucionais). Logo, as pesquisas mostram que a gestão inadequada vem afetando cada vez mais a condição de preservação dos bens (Unesco; Iphan, 2016).

Gráfico 2 - Fatores que mais afetaram os Patrimônios Mundiais entre 2005 e 2009.



Fonte: Unesco e Iphan (2016, p. 53).

Silvia Helena Zanirato (2010) afirma que o processo de deterioração dos patrimônios está relacionado aos materiais que constituem os bens culturais, de modo que quanto mais as condições ambientais permanecem relativamente estáveis, menor e mais lento é a sua degradação. Alguns fatores podem atingir os patrimônios de forma gradual e cumulativa, só sendo percebidos após um dado período, por exemplo, devido às atividades humanas negligentes, que se expressam em consequência das pressões urbanas, turismo descontrolado e predomínio dos interesses econômicos.

Segundo Zanirato (2010), os relatórios publicados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em 2004, fizeram com que a Unesco viesse a considerar as ameaças oriundas das mudanças climáticas entre os fatores de risco ao patrimônio mundial. Com isso, a autora informa que em 2006 o Comitê intergovernamental responsável pelas políticas do patrimônio indicou a realização de estudos a respeito dos impactos das mudanças climáticas nos patrimônios e dos processos socioculturais que os envolvem (Zanirato, 2010).

Assim, o Comitê começou a averiguar a vulnerabilidade dos locais em que se situam patrimônios mundiais, observando aspectos como exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas, além de analisar a necessidade de formulação de estratégias para as regiões entendidas como mais suscetíveis. Na conclusão de suas

investigações, Zanirato (2010) argumenta que a temática do risco não está restrita ao olhar técnico, mas é profundamente atravessada por questões políticas.

Neste momento, a intenção é explicitar o debate acerca das interpretações sobre as teorias de risco na sociedade contemporânea. Para isto, utilizamos dois artigos que abordam as concepções e conceitos de autores clássicos e referenciais nesta temática, destacando suas ideias principais e colocando-as em diálogo entre si. Assim, recorreremos ao texto “Dos riscos ao patrimônio cultural em debate: o olhar da Sociologia Ambiental” (2018), de Christiane Kalb e Marluci Carelli, e ao artigo de Silvia Zanirato, Jane Ramires, Anie Amicci, Zulimar Ribeiro e Wagner Ribeiro, intitulado “Sentidos do risco: interpretações teóricas” (2008).

O artigo de Christiane Kalb e Marluci Carelli (2018) apresenta as principais vertentes da sociologia ambiental: realistas, construtivas e realista-construtivistas, tendo como base as teorias da sociedade de risco. O texto se concentra sobre o meio ambiente urbano e o patrimônio histórico-cultural das cidades para pensar como a sociologia ambiental pode trazer contribuições e reflexões acerca dos riscos que vem afetando os patrimônios na contemporaneidade.

De acordo com as autoras e a partir de suas leituras de Cristina Sisino (2000 *apud* Kalb; Carelli, 2018), cada formação social tende a selecionar os riscos aos quais dá maior atenção em detrimento de outros perigos variados. Tal atitude depende das relações de confiança e medo, de modo que os cidadãos não se sentiriam ameaçados diante de determinadas situações na medida em que houvesse confiança nos sistemas de justiça e suporte social. Com isso, o risco não representaria uma realidade objetiva, e a percepção se constituiria enquanto um processo social. Nesta abordagem sociológica são averiguados os níveis de preocupação do público leigo, que se apresentam atrelados aos aspectos das relações sociais, políticas e econômicas, como: os laços sociais e de fidelidades com os grupos sociais a que pertencem; a legitimidade das instituições responsáveis pela gestão de riscos; contextos e características dos processos políticos na tomada de decisões; e a existência ou não de evidências perceptíveis pelos órgãos sensoriais (Kalb; Carelli, 2018).

Um dos pontos comuns nesta bibliografia sobre riscos é a crítica às análises técnicas e quantitativas, dominantes internacionalmente na definição, avaliação e controle dos riscos, por ignorarem que tanto as causas dos danos como a magnitude de suas consequências estão mediadas por experiências e interações sociais. (Guivant, 2002, p. 1 *apud* Kalb; Carelli, 2018, p. 11).

O artigo “Sentidos do risco: interpretações teóricas” (2008) apresenta a reflexão de diferentes autores a respeito da noção de risco, de modo a traçar um panorama da historicidade

à sociedade atual, debatendo conceitos, tipologias e suas relações com o território, escala e gestão dos riscos. A ideia central do texto parte da compreensão de que ameaças à humanidade podem ser encontradas ao analisar o passado, porém a *sociedade de risco* em que nos situamos se diferencia por produzir riscos que tendem a atingir de forma desigual à população. Nesse cenário, a gestão de risco se tornou uma das preocupações de governos e organismos internacionais desde o século XX. Entretanto, em alguns casos, as ações tomadas não se baseiam em uma matriz reflexiva que indique as várias interpretações sobre o risco e suas causas (Zanirato *et al.*, 2008).

Segundo Zanirato *et al.* (2008), é reconhecido que vivemos em uma sociedade de riscos, isto é, em um mundo de ameaças decorrentes dos processos de modernização e do “progresso”. Essa concepção – que está para além de fatores como mudanças climáticas, desastres ecológicos, terrorismo e demais riscos globais – pauta não obstante sua compreensão no fato de que esta sociedade se identifica como causadora dos riscos que a impactam, e é justamente devido a isso que afirma a necessidade de mecanismos de controle para as ameaças criadas por ela mesma. Para entender a historicidade deste fenômeno e as análises sobre a sociedade contemporânea recorre-se principalmente aos sociólogos Ulrich Beck (1986 *apud* Zanirato *et al.*, 2008) e Anthony Giddens (1991; 2002 *apud* Zanirato *et al.*, 2008). Concordamos com a postura dos autores do artigo ao acreditar que debater os conceitos que atravessam a sociedade de risco, as definições de risco e suas tipologias pode contribuir para a construção de políticas públicas destinadas à gestão de risco (Zanirato *et al.*, 2008).

Zanirato *et al.* (2008), a partir de sua leitura de Calvo Garcia-Tornel (1997; 2001 *apud* Zanirato *et al.*, 2008), consideram que todo estudo sobre risco precisa levar em conta o modo como o meio ambiente foi tratado no decorrer do tempo, em função das características particulares de cada sociedade. De acordo com os autores, na investigação de Beck (2006 *apud* Zanirato *et al.*, 2010) sobre a historicidade do risco, no passado, durante o período das Grandes Navegações de Cristóvão Colombo, os significados do risco eram atrelados a uma ideia de coragem e aventura, sendo percebidos através dos sentidos humanos (visão, olfato, audição), diante da carência de infraestrutura nas cidades. Avançando para a atualidade, os riscos agora são considerados globais e colocam em perigo a sobrevivência da vida no planeta. Estes são frutos de causas técnico-científicas, uma vez que resultam da industrialização. Os riscos contemporâneos são então entendidos como produtos históricos, efeito das ações e omissões humanas, expressão do desenvolvimento capitalista das forças produtivas. Assim, os autores abordam as construções históricas dos sentidos de risco articulando também o pensamento de

Giddens (1991; 2002 *apud Zanirato et al.*, 2008) de que na modernidade ocidental o risco é produzido socialmente e atrelado à noção de perigo. Para ele, a principal mudança é que os perigos passam a ser codificados como riscos, pois os indivíduos são capazes de exercer algum tipo de controle. Ou seja, a novidade se concentra no fato de que a sociedade passa a produzir o risco, naturalizando a convivência com ele e seus efeitos (Zanirato *et al.*, 2008).

De acordo com Kalb e Carelli (2018), o ano de 1968 significou um marco em decorrência do início dos movimentos sociais urbanos que traziam pautas feministas, ambientalistas e pacifistas. As autoras identificam que essa virada temporal teria acarretado numa perda de fé na razão, na ciência e no sujeito. Logo, essa nova fase foi chamada por Anthony Giddens (2002 *apud Zanirato et al.*, 2008) de *modernidade reflexiva*, e por Ulrich Beck (2010 *apud Zanirato et al.*, 2008) de *sociedade de risco*. Nesta época tudo era passível de questionamento, e o processo de individualização representaria uma nova dimensão da política. Segundo as autoras, para Giddens e Beck, os instrumentos da modernidade estariam pautados na separação entre tempo e espaço; no desencaixe dos sistemas sociais; na ordem e desordem reflexiva das relações sociais e suas ligações de confiança e risco. Assim, reconhecem a existência dos riscos e acreditam que a sua transformação está atrelada à forma como esses são percebidos socialmente. Outra autora trazida para o debate pelo artigo é Julia Guivant (2002), a qual defende que as tomadas de decisões sobre os riscos deveriam ser feitas aliando os julgamentos sociais com os estudos científicos (*apud Kalb; Carelli*, 2018).

A expressão *sociedade de risco*, utilizada para se referir à sociedade contemporânea, foi criada por Ulrich Beck e seria marcada por três aspectos principais: globalização, individualização e reflexividade (Zanirato *et al.*, 2008). Explicando o conceito de Beck, Zanirato *et al.* (2008) afirma que a produção capitalista globalizada distribui os graves danos do processo industrial, e aliado a isso há também o acúmulo de distritos a nível mundial. Porém, ao se encontrar imersa em riscos, esta sociedade pôs-se na necessidade de refletir sobre si, e tal reflexividade inaugura a possibilidade de transformar o contexto a partir da ponderação sobre os impactos do seu estilo de vida. No cenário de discussão sobre a crescente ocupação humana que tem aumentado os espaços de risco, os autores defendem a necessidade de repensar a atividade humana e suas formas de ocupação do território, uma vez que a ocupação diferenciada resulta na diferente exposição da população a situações de vulnerabilidade (Zanirato *et al.*, 2008).

Zanirato *et al.* (2008) explicam que, de acordo com Giddens (1991 *apud Zanirato et al.*, 2008), a reflexividade faz com que seja possível constatar as incertezas surgidas com o avanço

da ciência e da tecnologia. Para pensar este ponto, os autores relacionam o entendimento de Beck (2006 *apud* Zanirato *et al.*, 2008) de que os riscos teriam sido apropriados para a reprodução do capital, por exemplo, por meio da contratação de seguros e de instrumentos para prevenção de risco. Nessa forma de sociabilidade, a produção social de riquezas estaria diretamente ligada à produção social de riscos. Sendo assim, as ameaças ultrapassam as fronteiras dos países e se alastram por entre todas as classes sociais. Isto é, há uma espécie de universalismo dos perigos que independe do lugar de sua produção. Porém, as classes mais altas podem morar em locais mais seguros e ter acesso à informação mais rapidamente, enquanto as classes mais pobres muitas vezes precisam se submeter a morar em áreas de risco e ficam então mais expostas ao perigo. Os autores destacam também que a convivência com o risco não necessariamente resulta no seu entendimento pela população, pelo contrário, este debate ainda permanece muito circunscrito ao âmbito universitário. O artigo traz o argumento de Calvo Garcia-Tornel (1997; 2001 *apud* Zanirato *et al.*, 2008) para reforçar sua posição de que a reflexividade implica que a sociedade de risco reveja seu padrão de consumo e apropriação dos recursos naturais.

Nos estudos de Kalb e Carelli (2018) sobre a *sociedade de risco* e de acordo com a teoria de Beck (1995 *apud* Kalb; Carelli, 2018), a relação entre os seres humanos seria permeada por diversos riscos e perigos decorrentes da ação humana. Os riscos dessa era moderna seriam diferentes do período anterior, uma vez que “as ameaças nucleares, químicas, biológicas e biológicas da contemporaneidade não são (a) delimitáveis, nem social nem temporalmente; (b) imputáveis de acordo com as regras prevalecentes de causalidade, culpa e responsabilidade; nem (c) compensáveis ou asseguráveis” (Beck, 1995 *apud* Kalb; Carelli, 2018, p. 20). Assim, para Beck, Giddens e Lash (1997), a produção intensiva de riscos de destruição está diretamente relacionada à vitória da modernização ocidental e do capitalismo, ou seja, o progresso desses processos é proporcional à sua própria autodestruição. Haveria, então, uma tendência globalizante dos riscos, pois passaram a ser independentes do local onde são produzidos. Desse modo, as autoras identificam que Beck (1995 *apud* Kalb; Carelli, 2018) afirma que a *sociedade de risco* é uma comunidade de perigo – partindo de uma perspectiva realista reflexiva atravessada pelo construtivismo institucional –, posto que esta sociedade ultrapassa as barreiras geográficas, políticas e sociais. Acrescenta-se a reflexão de Brüseke (2001 *apud* Kalb; Carelli, 2018) para concordar que estes riscos sociais e ambientais produzidos pela sociedade têm sido distribuídos de forma desigual (Kalb; Carelli, 2018).

Para Beck (1992), a **definição de risco é uma construção cognitiva e social**, porém ninguém é de fato expert no assunto, já que o risco consiste em uma forma sistemática de tratar dos peritos e inseguranças induzidos e introduzidos pela própria modernização. Beck, Giddens e Lash (1997) entendem que é a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco, pois, com o seu advento, os conflitos da distribuição no que se refere aos “bens” são encobertos pelos conflitos de distribuição dos “malefícios”, assim como os riscos que acompanham a produção de bens podem ser distribuídos, evitados, controlados e legitimados.

Para Giddens (2002a), a noção de risco só passa a ser relevante para uma sociedade quando ela deixa seu passado para trás e alcança os problemas futuros, quando o cálculo desses riscos é possível de se efetivar. Assim, Guivant (2000) alega que a ciência, ao estipular níveis aceitáveis de contaminação de agrotóxicos, por exemplo, ou de qualquer outro meio de poluição, ainda que visual, num patrimônio cultural, estaria outorgando uma espécie de cheque em branco para poluir e envenenar “um pouquinho” os seres humanos e também o meio ambiente, deixando utópico o parâmetro de não contaminação. Por isso, Porto (2007) esclarece que os riscos ocupacionais e ambientais envolvem não só questões científicas e tecnológicas, mas primeiramente **dimensões éticas, políticas e culturais**, já que, dependendo das decisões tomadas, elas podem influenciar a vida das pessoas e as relações de poder na sociedade. (Kalb; Carelli, 2018, p. 22-23, grifo próprio)

Kalb e Carelli (2018) argumentam que os riscos ao serem globais se referem a toda a civilização, mas, também por não serem evidentes, demandam uma reflexão científica sobre a modernização. Assim, concordam com o pensamento de Beck (1995, *apud* Kalb; Carelli, 2018) de que a imediata invisibilidade dos riscos coloca cientistas e políticos numa posição central enquanto intérpretes do perigo. Para melhor compreensão do autor, Brüseke (2001 *apud* Kalb; Carelli, 2018) aponta as cinco principais teses de Beck desenvolvidas no livro *Sociedade de Risco*:

1. O Risco em si
2. Os Riscos relativizam as posições de classe
3. Os Riscos da modernização não contradizem a lógica da valorização do capital
4. O Papel da consciência na sociedade de risco e exige da sociologia uma contribuição para uma teoria do surgimento e da divulgação da consciência do risco
5. A Sociedade do risco é caracterizada como uma sociedade catastrófica, onde o estado de emergência ameaça tornar-se o estado normal. (Brüseke, 2001, p. 32 *apud* Kalb; Carelli, 2018, p. 24)

Outro autor trazido por Zanirato *et al.* (2008) para falar dos múltiplos sentidos do risco é Ortwin Renn (1992). Para ele, seria importante considerar a análise cultural porque os indivíduos percebem o mundo através de lentes carregadas de significados culturais e sociais que são transmitidos por meio de processos de socialização. Por isso, faz uma crítica às análises técnicas que não levam em conta que as causas dos danos e a dimensão das consequências são atravessadas pelas experiências e interações sociais. Em concordância e para complementar a compreensão dessa visão, os autores trazem o pensamento de Mary Douglas (1976; 1992 *apud* Zanirato *et al.*, 2008). Ela também afirma a necessidade da perspectiva cultural, pois possibilita compreender como são estruturadas e definidas as estratégias de prevenção, uma vez que se

orientam a partir do contexto cultural em que estão inseridos os sujeitos. Conforme Zanirato *et al.* (2008), na visão de Calvo Garcia-Tornel (1997; 2001 *apud* Zanirato *et al.*, 2008), o risco se torna presente quando o ritmo das transformações se torna de tal modo acelerado que ultrapassa o nível aceito como tolerável. Desse modo, o risco implicaria em uma condição de perigo que pode ou não acarretar catástrofe (Zanirato *et al.*, 2008).

Mais uma autora importante para este debate desenvolvido por Zanirato *et al.* (2008) é Veyret (2007). Ela traz uma noção fundamental de que os riscos estão relacionados à percepção de um perigo possível que é identificado por um grupo social. Assim, para ela, a percepção dos riscos está diretamente ligada ao contexto que o produziu (Veyret, 2007 *apud* Zanirato *et al.*, 2008).

Veyret também afirma que o risco é diferente de catástrofe. Para ela, o risco é “a **percepção de um perigo possível, mais ou menos previsível por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido exposto a ele**” e pode ser definido como “a representação de um perigo ou alea (reais ou supostos) que afetam os alvos e que constituem **indicadores de vulnerabilidades**” (Veyret, 2007, p. 30). A autora entende que o risco é a percepção por um indivíduo ou por um grupo social, pois um sujeito, um grupo social ou profissional, uma comunidade ou uma sociedade apreende o risco por meio de representações mentais e passa a conviver com ele por intermédio de práticas específicas. Por isso mesmo, **a percepção do perigo é historicamente determinada**. Afirma Veyret que os riscos contemporâneos, tanto naturais quanto tecnológicos ou sociais, são tributários de um passado nem sempre conhecido e de escolhas políticas ou econômicas que só podem ser compreendidas no contexto de sua ocorrência. Portanto, os riscos e a percepção que se tem deles não podem ser enfocados sem que se considere o contexto que os produziu. (Veyret, 2007, p. 30 *apud* Zanirato *et al.*, 2008, p. 5-6, grifo próprio)

De acordo com Zanirato (*et al.*, 2008), Clinton Jenkins (2006) vai de encontro desta reflexão ao dizer que o risco é algo socialmente construído e psicologicamente orientado. Logo, estaria mais ligado à percepção do que ao fato ou acontecimento em si. Assim, os autores retomam o argumento de Mary Douglas (1976; 1992 *apud* Zanirato *et al.*, 2008) ao considerar que o risco não pode ser visto apenas como um dado objetivo e mensurável, mas sim como algo que é elaborado através de um viés social, cultural e político. Tal conceito seria essencial para as discussões sobre políticas públicas a serem desenvolvidas e sobre a responsabilidade de gestão. Neste ponto volta-se às concepções de Klinke e Renn (1999), pois, para ele, a percepção dos riscos tende a ficar centrada na mão de especialistas e, conseqüentemente, afastada da população, de modo que ajustar essa desconexão se torna um complexo desafio para os gestores públicos. Zanirato *et al.* (2008) apontam e explicam a teoria dos autores, a qual se baseia em três elementos que caracterizariam o risco: complexidade, incerteza e ambigüidade. Diante dessas interpretações, Zanirato *et al.* (2008) afirmam que o risco é um produto social e sua percepção é subjetiva e técnica. Acreditam que ao mesmo tempo em que

a análise do risco se constitui através do diagnóstico de especialistas deve também envolver o diálogo sobre seus efeitos à comunidade, que tende a estar distanciada do entendimento em relação ao potencial de perigo de uma determinada situação. Sob tal compreensão, o caráter subjetivo do risco estaria na construção estabelecida pelos grupos sociais, e é justamente por isso que ele sofre mudanças ao longo do tempo, conforme a experiência humana no decorrer da história. Logo, declaram que, se a prevenção é tida como função do Estado, cabe aos gestores públicos agir previamente a fim de garantir a proteção dos cidadãos (Zanirato *et al.*, 2008).

Zanirato *et al.* (2008) descrevem a distinção entre riscos induzidos e tecnológicos proposta por Calvo Garcia-Tornel (1997; 2001 *apud* Zanirato *et al.*, 2008). Os induzidos seriam o resultado da intensificação do potencial destrutivo de um determinado acontecimento natural e da transformação de uma situação em algo catastrófico devido à ação do homem, posto que a intervenção humana em processos naturais destrói equilíbrios preexistentes, extrapolando níveis em que os perigos poderiam ser absorvidos. Por isso, o conjunto de ações envolvidas no uso do espaço poderiam acentuar o risco potencial em um determinado território. Os riscos tecnológicos seriam oriundos da atividade humana e das estruturas produzidas na intenção de impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Atualmente, estes riscos possuem a capacidade de atingir grandes superfícies, atravessando fronteiras e perpetuando seus danos através do tempo (Zanirato *et al.*, 2008).

A partir dos debates levantados por Zanirato *et al.* (2008), é demonstrado que todos os riscos são criados em um espaço geográfico, marcando uma relação risco-território. Para pensar tal questão, os autores utilizam o raciocínio de Calvo Garcia-Tornel (2001 *apud* Zanirato *et al.*, 2008) ao explicitar que, tendo definindo-se a dimensão física de um perigo, o estudo para compreensão dos seus impactos demanda o uso de diversas escalas, conforme os objetivos traçados. Para análise dos efeitos dos riscos e das políticas de prevenção ou mitigação, indica-se a aplicação de uma escala que abarca uma esfera maior e mais complexa. Já na investigação dos grupos diretamente atingidos, é sugerido o uso de uma escala mais centrada e em maior detalhe. O conceito de “território de risco”, de Garcia-Tornel, é explicado como sendo aquele espaço onde há a possibilidade de ocorrência de um evento catastrófico, de modo que a forma de ocupação do território determina diferentes níveis de vulnerabilidade relacionados às perdas humanas e materiais (Zanirato *et al.*, 2008).

Calvo Garcia-Tornel (2001) define o “território de risco” como aquele onde existe a possibilidade de que ocorra uma catástrofe. Sua delimitação está relacionada com os eventos físicos e com a informação que se possui sobre a frequência e as características dos acontecimentos anteriores. O “espaço da catástrofe” é aquele inserido no interior do território do risco, determinado pelas características de um

risco efetivo ao manifestar-se em um setor e em uma determinada fração da sociedade. (Garcia-Tornel, 2001 *apud* Zanirato *et al.*, 2008, p. 10)

Vale lembrar a reflexão exposta por Zanirato *et al.* (2008), que recorre às considerações de Veyret (2007 *apud* Zanirato *et al.*, 2008), quando afirma que é preciso ir além do determinismo geográfico e da análise quantitativa para que seja possível analisar danos em alvos vulneráveis, como patrimônios culturais ou uma população. Discorre-se sobre a observação dessas autoras acerca de que a vulnerabilidade demonstra a fragilidade de um conjunto, de modo que, para diminuí-la, é necessário compreender os processos e mecanismos pertinentes para enfrentá-la. Sob tal perspectiva, a estimativa do risco depende das percepções da população sobre a ocorrência de um perigo no seu cotidiano. Com isso, defendem que o conhecimento científico e técnico não é suficiente para mensurar a gravidade de um evento potencial, pois as nuances culturais interferem na interpretação do risco. Sendo assim, apontam a importância das representações e enunciados sobre os riscos, os quais influenciam a percepção do perigo de forma a dramatizar ou subestimar. Veyret (2007 *apud* Zanirato *et al.*, 2008) argumenta que a gestão dos riscos demanda articulação com as políticas de organização do território para o desenvolvimento de ações preventivas – e isso inclui administrar disputas de poder. São diversos os atores sociais que devem e precisam fazer parte desse processo trazendo suas contribuições, entre eles: especialistas para diagnóstico de riscos; população que alerta sobre perigos; mídia para divulgar informações e amplificar mobilizações; e políticas que devem trazer respostas à comunidade. Portanto, Zanirato *et al.* (2008) identificam que são múltiplos os elementos que atravessam a gestão de risco, uma vez que ela não pode estar restrita a um campo técnico, mas que devem ser nela levados em conta aspectos da cultura, do gênero de vida e as desigualdades sociais presentes no território (Zanirato *et al.*, 2008).

Não será possível avançar na mitigação dos riscos se não forem considerados os princípios de solidariedade, de cidadania, de humanidade e de corresponsabilidade dos indivíduos em face aos perigos que nos ameaçam. É inegável que vivemos em uma sociedade de risco. Controlar os riscos requer a construção de outras formas de viver a democracia e a cidadania. Isso exige a participação de todos os indivíduos como cidadãos diante dos perigos que nos ameaçam. Entretanto, as ameaças não estão distribuídas igualmente. Muitos não são afetados pelos riscos. Outros, mesmo afetados, têm condições de enfrentá-los. Na escala nacional, estadual e até internacional, a equalização dessa discrepância exige políticas públicas que levem a uma atenuação dos riscos para todos.

A gestão dos riscos naturais, tecnológicos ou sociais solicita a multiplicação de atores e não pode ser colocada somente em termos técnicos ou estritamente securitários. As negociações devem envolver agências multilaterais, governos dos estados, empresas, associações ou grupos de pressão e a sociedade em geral, de modo a esclarecer os fatos que desencadeiam os riscos e determinar as condições para seu enfrentamento. (Zanirato *et al.*, 2008, p. 11-12)

2.4 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PREVENÇÃO DE RISCOS

Nesta última seção do segundo capítulo, escolheu-se abordar as publicações de referência do Patrimônio Mundial elaboradas pela Unesco. É reconhecida a existência de outros materiais relacionados a gestão do patrimônio, porém neste momento foram selecionados os manuais da Unesco a fim de compreender os conceitos, propostas e orientações do organismo internacional. Assim, são trazidas as seguintes produções: *Comunicação e Cidades do Patrimônio no Brasil* (2010); *Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial* (2015) e *Gestão do Patrimônio Mundial Cultural* (2016).

Com a crescente expansão da Lista do Patrimônio Mundial foi verificada a necessidade de criação de programas de treinamento e capacitação para dar suporte às principais demandas dos países e gestores responsáveis. É neste cenário em que são desenvolvidos e publicados os Manuais de Referência do Patrimônio Mundial, buscando servir como base de apoio para a adequada implementação da Convenção de 1972. O manual de *Gestão do Patrimônio Mundial Cultural* (2016) foi elaborado para auxiliar os Estados-parte a conseguirem gerir e conservar seus patrimônios de forma eficaz e assim proteger os valores de seus bens, além de visar garantir que o patrimônio tenha um papel dinâmico na sociedade em que está inserido e seja capaz de gerar benefícios recíprocos. Segundo o manual, as capacidades de gestão estariam distribuídas em três grandes grupos: profissionais; instituições; comunidades e redes (Unesco; Iphan, 2016).

Dentre essas publicações sobre gestão desenvolvidas pela Unesco e Iphan temos também o livro *Comunicação e Cidades do Patrimônio no Brasil* (2010), organizado por Jurema Machado e Sylvia Braga, e que vai de encontro às orientações indicadas pelos manuais. Segundo este material, cabe ao gestor público o compromisso e a responsabilidade em cuidar e valorizar o patrimônio que pertence a toda a humanidade, prestando conta do trabalho desenvolvido aos Estados-parte da Convenção de 1972. Além disso, deve buscar fazer bom uso do título de Patrimônio Mundial como estratégia para expandir os benefícios socioeconômicos do patrimônio para a população local. As autoras defendem que o reconhecimento e a valorização do patrimônio podem trazer uma série de benefícios sociais, educacionais, culturais e políticos. Tal destaque ajuda a atrair maiores investimentos públicos e privados, aumenta o afluxo turístico, amplia a projeção internacional, gera novas oportunidades de emprego e renda, mobiliza diferentes organizações e agentes em prol da sua preservação. E proporciona uma

alternativa econômica às cidades coloniais que tiveram um esgotamento da exploração de metais preciosos (Machado; Braga, 2010).

O patrimônio tem importância cada vez maior para as sociedades. O motivo desse interesse não está claro, mas provavelmente está relacionado com a velocidade crescente da modernização e a escala das mudanças sociais. Em tais circunstâncias, as evidências de sociedades do passado podem oferecer uma sensação de pertencimento e segurança para as sociedades modernas, sendo uma âncora em um mundo que se transforma rapidamente. Além disso, em muitas sociedades, o patrimônio pode ser um importante definidor de identidade. Compreender o passado pode também ajudar a gerir os problemas do presente e do futuro. (Unesco; Iphan, 2016, p. 15)

Segundo o manual de Gestão do Patrimônio Mundial (2016), a expansão do conceito de patrimônio e o aumento dos lugares e paisagens passou-se a exigir dos gestores do patrimônio outras habilidades interdisciplinares. Os gestores não devem agir de forma independente, mas sim atuar em parceria com os demais interessados na proteção dos bens, a fim de construir uma perspectiva compartilhada e implementar políticas que considerem o contexto físico e social de modo abrangente. Cresceu também o número de ameaças que podem afetar os bens culturais e seus arredores, uma vez que os patrimônios não são mais entendidos isoladamente. As alterações ocorridas no entorno dos bens culturais podem ter efeitos diretos em seu valor e significado, por isso é importante que os gestores do patrimônio tenham lugar na tomada de decisões relativas à área em que está localizado o patrimônio e suas proximidades. Para tanto, as Diretrizes Operacionais indicam a definição de zonas de amortecimento (zona tampão) e/ou áreas de influência, a fim de monitorar e salvaguardar as fronteiras do bem (Unesco; Iphan, 2016).

A expansão do conceito de patrimônio e a ênfase maior sobre a relação dos locais de patrimônio com seus arredores marcam uma mudança importante na forma de pensar. Os locais considerados patrimônio não podem ser protegidos de maneira isolada ou como peças de museu, resguardados de desastres (naturais ou provocados pela humanidade) ou excluídos do planejamento do uso da terra. Também não podem ser separados das atividades de desenvolvimento, isolados de mudanças sociais ou desvinculados das preocupações das comunidades. (Unesco; Iphan, 2016, p. 16)

Figura 4 - Esquema do cenário de gestão.



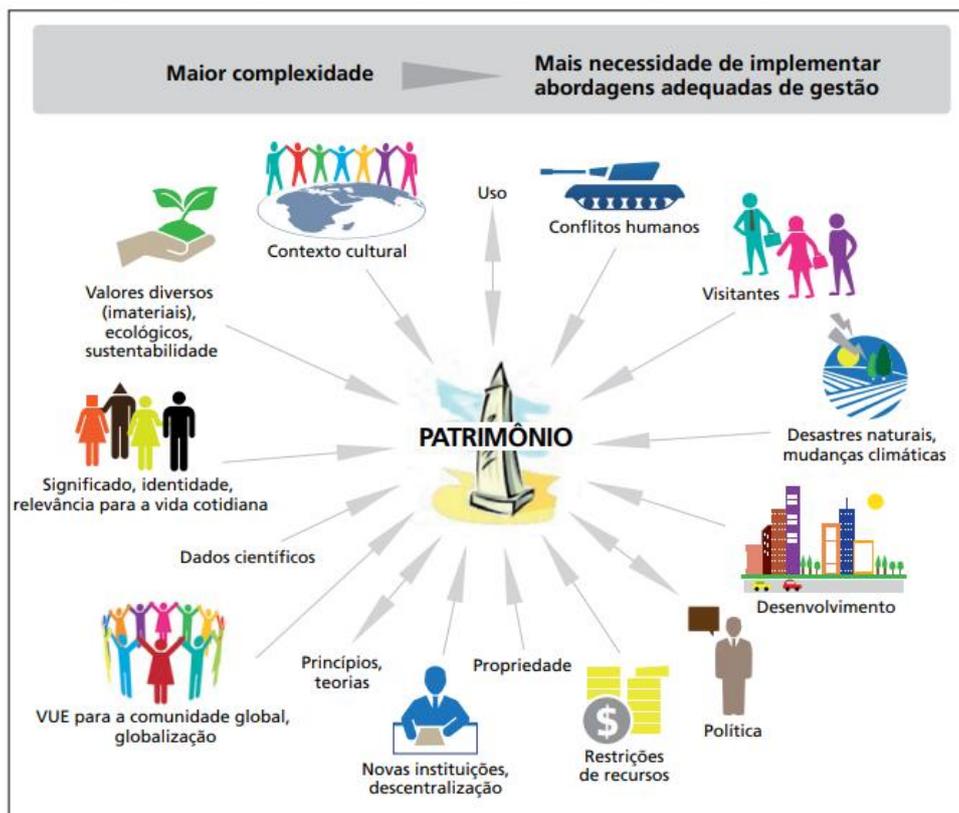
Fonte: Unesco e Iphan (2016, p. 63).

O manual de Gestão do Patrimônio Mundial (2016) considera que com as novas pressões do mundo contemporâneo ampliaram-se os desafios para a gestão e preservação do patrimônio. Os elementos para a salvaguarda se articulam em um emaranhado de fatores relacionados às estruturas institucionais e organizacionais, perspectivas sociais, formas de conhecimentos, valores, entre outros aspectos. Ao aumento da complexidade coloca-se a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e que promova uma maior participação da comunidade. Apesar de se buscar uma abordagem participativa, muitas vezes o envolvimento da comunidade nos processos se apresenta imerso em diversos obstáculos. Tal distanciamento pode acarretar mal-entendidos que prejudicam o desenvolvimento das ações de salvaguarda. Diante disso, é preciso investigar, por exemplo, quais são os grupos que participam dos processos decisórios, quem tem acesso à informação e à educação, e quem se beneficia economicamente. Compreender estes componentes sociais é fundamental para criar estratégias que se proponham a garantir a participação do maior número possível de interessados (Unesco; Iphan, 2016). Para ilustrar a importância do diálogo com a comunidade local na preservação do patrimônio é potente a fala do ex-diretor-geral da Unesco, Koichiro Matsuura²:

Sem a compreensão e o apoio do público em geral, sem o respeito e o cuidado diário das comunidades locais, que são os verdadeiros detentores da custódia do Patrimônio Mundial, nenhuma quantia de dinheiro ou exército de especialistas será suficiente para proteger os sítios. (Unesco; Iphan, p. 56)

² Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-13be.pdf> Acesso em 20 jul. 2023.

Figura 5 - Complexidade das questões que afetam a gestão do patrimônio.



Fonte: Unesco e Iphan (2016, p. 18).

Conforme explicado por Jurema Machado e Sylvia Braga (2010), os sítios urbanos reconhecidos como Patrimônio Mundial no Brasil têm sua gestão compartilhada pelas três instâncias governamentais: município, estado e união. A essas três esferas acrescenta-se ainda a comunidade. Em especial, ao município cabe a responsabilidade pela legislação e controle urbanístico. Tendo em vista a necessidade de compatibilidade ação entre esses setores, têm se desenvolvido outras experiências por meio de convênios e estruturas interinstitucionais, com representantes dos três níveis de governo a fim de que trabalhem de modo cooperativo e articulado na análise de projetos, fiscalização e orientação à população. O avanço do processo democrático possibilitou a emergência de diversas associações de moradores, culturais, religiosas e preservacionistas, as quais têm se tornado agentes de representação popular e parceiros das instituições públicas. As Universidades também trazem contribuições importantes através de projetos de extensão, pesquisa, identificação e documentação, realização de inventários e cadastramentos, e programas de educação patrimonial. Ainda, o setor privado pode ser mais um agente de cooperação e impulsionar mudanças cada vez mais

duradouras e sustentáveis. Assim, tal categoria pode financiar e participar de projetos de preservação, capacitação, promoção de seminários e eventos etc. (Machado; Braga, 2010).

O quadro disponibilizado no manual de Gestão do Patrimônio Mundial (2016) demonstra, com base nas análises desenvolvidas por Adrian Phillips (2003 *apud* Gestão do Patrimônio Mundial, 2016), as transformações ocorridas na forma de compreensão e gestão do patrimônio:

Quadro 1 - Novo paradigma para áreas protegidas, segundo os estudos de Adrian Phillips (2003).

Tema	Como era antes: as áreas protegidas...	Como começa a ser: as áreas protegidas...
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • isoladas para conservação • estabelecidas principalmente para a proteção da vida silvestre e de paisagens espetaculares • geridas principalmente para visitantes e turistas • valorizadas como áreas de natureza selvagem • voltadas para a proteção 	<ul style="list-style-type: none"> • geridas também com objetivos sociais e econômicos • muitas vezes estabelecidas por motivos científicos, econômicos e culturais • geridas levando em consideração os povos locais • valorizadas pela importância cultural da dita "natureza selvagem"
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • geridas pelo governo central 	<ul style="list-style-type: none"> • geridas por parceiros, com o envolvimento de vários interessados
Povos locais	<ul style="list-style-type: none"> • planejadas e geridas contra os povos • geridas sem levar em consideração a opinião dos locais 	<ul style="list-style-type: none"> • geridas em parceria com os povos locais, para eles e, em alguns casos, apenas por eles • geridas para atender às necessidades dos povos locais
Contexto mais amplo	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvidas isoladamente • geridas como "ilhas" 	<ul style="list-style-type: none"> • planejadas como parte de sistemas nacionais, regionais e internacionais • desenvolvidas como "redes" (áreas estritamente protegidas, com zonas-tampão e ligadas por corredores verdes)
Percepções	<ul style="list-style-type: none"> • vistas principalmente como um bem nacional • vistas como preocupação exclusivamente nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • vistas também como bem comunitário • vistas também como preocupação internacional
Técnicas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • geridas de forma reativa, em uma escala de tempo curta • geridas de forma tecnocrática 	<ul style="list-style-type: none"> • geridas de forma adaptativa, em uma perspectiva de longo prazo • geridas com base em considerações políticas
Finanças	<ul style="list-style-type: none"> • pagas pelo contribuinte 	<ul style="list-style-type: none"> • pagas por muitas fontes
Habilidades de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • geridas por cientistas e especialistas em recursos naturais • lideradas por especialistas 	<ul style="list-style-type: none"> • geridas por indivíduos de múltiplas habilidades • geridas com a contribuição do conhecimento local

Fonte: Unesco e Iphan (2016, p. 19).

Nota-se que a relação entre a conservação do patrimônio e o desenvolvimento sustentável vem sendo tema cada vez mais crescente, como expressa o manual de Gestão do Patrimônio Mundial (2016). Através da sua capacidade de compreensão do passado, o patrimônio carrega elementos da diversidade cultural que são fundamentais para a identidade

e dignidade das comunidades locais, promovendo o bem-estar e a paz. Além disso, o patrimônio possui importante potencial para contribuir com a proteção ambiental, o capital social e o crescimento econômico. Não é mais possível deixar o patrimônio isolado de outros setores, uma vez que continuamente os fatores externos vem a impactar a sua preservação e em muitas situações as causas de deterioração estão para além dos limites de atuação do gestor do bem. Desse modo, colaborar com o desenvolvimento sustentável torna-se questão de sobrevivência, principalmente diante dos baixos investimentos públicos voltados para a conservação (Unesco; Iphan, 2016).

Compreender a contribuição que os bens do patrimônio podem trazer para a sociedade e para as economias local e nacional é cada vez mais urgente diante do aumento da importância atribuída ao uso sustentável e ao compartilhamento dos benefícios do patrimônio. Nos últimos anos, diante de fenômenos como a globalização, o crescimento demográfico e as pressões do desenvolvimento, o setor do patrimônio cultural começou a refletir sobre as relações entre conservação e desenvolvimento sustentável. A principal motivação para isso foi a percepção de que, diante desses novos desafios, o patrimônio já não poderia ficar “confinado ao papel de conservação passiva do passado”, mas deveria “fornecer as ferramentas e a estrutura que ajudarão a moldar, delinear e conduzir o desenvolvimento das sociedades do futuro”. Foi reflexo, também, de uma tendência a considerar os sítios “vivos” como parte do patrimônio, e não apenas os monumentos. Esses sítios vivos do patrimônio são considerados importantes não apenas por constituírem vestígios do passado, mas também por serem testemunho da continuidade de antigas tradições culturais e por oferecerem evidências implícitas de sua sustentabilidade. (Unesco; Iphan, 2016, p. 22)

De acordo com Jurema Machado e Sylvia Braga (2010), as considerações sobre desenvolvimento sustentável que emergiram principalmente a partir da década de 1980 tiveram reflexo no campo do patrimônio cultural, de forma a se tornar inseparável as estratégias de preservação e de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável extrapolou o sentido econômico e passou a se referir também aos valores da equidade, desenvolvimento social, respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e à diversidade cultural. O desenvolvimento sustentável passou a estar então diretamente ligado à elaboração de projetos e às estratégias de gestão do patrimônio. A apropriação social dos benefícios da preservação deve ser entendida como um objetivo central a ser atingido, através do uso adequado dos bens e do ganho de resultados econômicos a partir da conservação do acervo. Além disso, os projetos devem contar com a ampla participação dos grupos sociais para que estes princípios possam ser efetivamente aplicados. Diante disso, afirma-se que a base mais sólida de uma política de preservação se pauta na construção de um projeto comum, que é socialmente elaborado e desenvolvido e que representa os significados da preservação para a comunidade em questão, contemplando os usos e atividades que podem absorver e dar suporte de forma permanente a

essa população. São elencados alguns motivos que justificam a importância do envolvimento dos atores sociais no planejamento e gestão dos centros históricos (Machado; Braga, 2010):

- O envolvimento dos atores sociais permite diagnosticar melhor os problemas;
- Atores sociais são mais aptos a informar, direta ou indiretamente, aos gestores públicos, sobre valores, traços culturais, práticas e comportamentos de grupos sociais, muitas vezes não percebidos pelos técnicos;
- Projetos sem participação têm maior risco de descontinuidades ou de ter sua implementação retardada devido a conflitos não previstos na fase de concepção;
- Processos participativos favorecem mais ao consenso do que o simples aporte de propostas construídas apenas pelos técnicos;
- Compatibilizar ideias, desejos e princípios de diferentes atores é uma tarefa difícil, mas não pode ser evitada;
- Abrir a formulação de projetos e programas à participação social exige transparência para que a confiança entre as partes esteja garantida;
- Antes de iniciar um processo participativo, o gestor público deve estar pronto a alterar planos originais eventualmente existentes para absorver as contribuições aportadas. (Unesco; Iphan, 2010, p. 46)

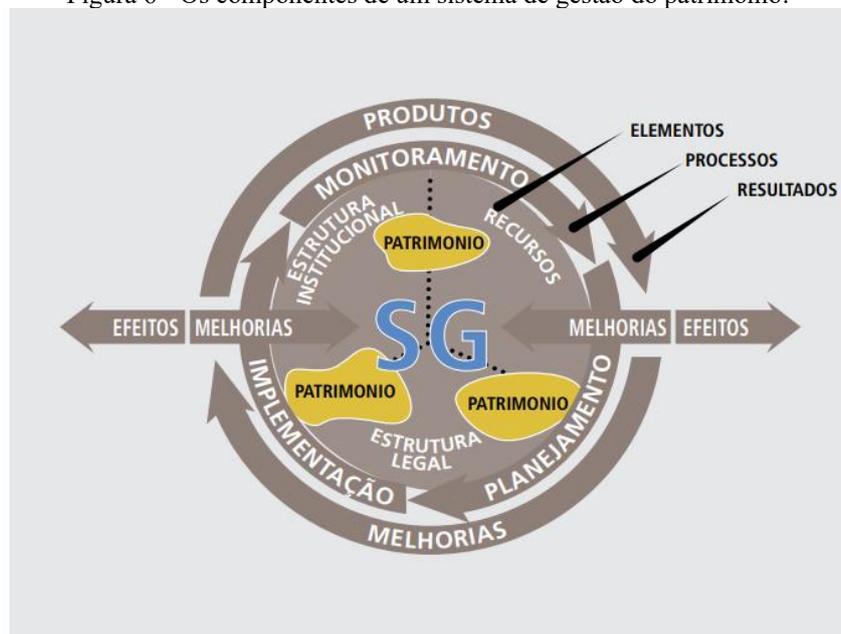
Para a gestão do patrimônio, a abordagem baseada em valores tem se tornado cada vez mais predominante e é considerada a mais adequada pelo Manual de Gestão do Patrimônio Mundial (2016). Esta abordagem ficou conhecida a partir da Carta de Burra³, e se baseia na avaliação do significado de um lugar através dos valores atribuídos por todos os interessados e na utilização de uma declaração de significado para desenvolver as estratégias de conservação e gestão. Assim, parte da premissa de que os membros de uma sociedade atribuem diferentes valores ao patrimônio. Sua estrutura se organiza em quatro etapas: 1) coletar dados/informações; 2) avaliar o significado (Declaração de Valor Universal Excepcional contemplando valores, atributos, autenticidade, integridade; valores e atributos locais); 3) avaliar as condições; 4) planejar a conservação e gestão. É importante destacar que o ambiente histórico está em constante transformação e consciente disto o desafio do gestor se relaciona com a capacidade de gerir as mudanças de forma a garantir a proteção do bem e a continuidade do uso sustentável da paisagem, perante os valores múltiplos e mutáveis que permeiam as percepções dos indivíduos que ocupam tal espaço (Unesco; Iphan; 2016).

O manual demonstra que os sistemas de gestão do patrimônio são compostos por nove categorias divididas em 3 grupos: elementos, processos e resultados. Os elementos são a estrutura legal, institucional e os recursos (humanos, financeiros, intelectuais). Os processos são o planejamento, implementação e monitoramento. Os resultados se referem aos efeitos (atingindo os objetivos), produtos (resultados tangíveis) e melhorias no sistema. Nos sítios do Patrimônio Mundial a gestão envolve diversas entidades, de modo que, para lidar com sua

³ Carta de Burra, ICOMOS, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf> Acesso em 20 jul. 2023.

complexidade, deve haver instrumentos para possibilitar que as decisões sejam articuladas coletivamente (Unesco; Iphan, 2016).

Figura 6 - Os componentes de um sistema de gestão do patrimônio.



Fonte: Unesco e Iphan (2016, p. 122).

Jurema Machado e Sylvia Braga (2010) argumentam que compreender o patrimônio cultural sob a esfera do desenvolvimento sustentável demanda que a preservação esteja cada vez mais atrelada ao planejamento urbano. Partindo deste entendimento, o país teve dois projetos de considerável impacto: Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas. O Programa Monumenta foi implementado pelo Ministério da Cultura e pelo Iphan, por meio do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do suporte técnico da Unesco. O Monumenta visava a recuperação sustentável de sítios históricos urbanos, entre suas ações estavam: restauração e conservação de monumentos e espaços públicos; financiamento para recuperação de imóveis privados; capacitação de mão de obra; promoção de atividades culturais com objetivo de impulsionar a dinâmica econômica local. Enquanto mecanismo de gestão e fomento à conservação, promoveu a criação de Fundos Municipais de Preservação, os quais seriam geridos por Conselhos de representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil. Já o PAC Cidades Históricas, estruturou-se a partir da elaboração, pelas três instâncias governamentais e a comunidade, de um plano de ação para cada sítio histórico urbano. Tal plano deveria tratar de toda a problemática do sítio e diante do contexto averiguado, propor ações específicas de conservação a serem executadas. Assim, o PAC buscou conectar as ações de preservação com os programas governamentais direcionados ao desenvolvimento urbano e

aproveitar o potencial econômico e simbólico do patrimônio cultural. O programa tinha como proposta a reabilitação de imóveis e espaços públicos, a viabilização de investimentos em saneamento, transporte público e habitações sociais, de modo a intervir em processos que poderiam acelerar a deterioração dos patrimônios culturais (Machado; Braga, 2010). Estes dois projetos serão mais profundamente analisados no próximo capítulo a fim de compreender como foram desenvolvidos e suas contribuições para a preservação do sítio histórico de em Ouro Preto.

Outra importante publicação é o manual *Gestão de risco de desastres para o Patrimônio Mundial* (2015), que faz parte da série de manuais publicados pelo Centro do Patrimônio Mundial da Unesco e seus órgãos consultivos. Traduzido e publicado pelo Centro Lúcio Costa, torna-se uma referência para gestores e autoridades responsáveis pela proteção do Patrimônio Mundial. Desse modo, traz orientações a fim de auxiliar nos processos de identificação e avaliação de ameaças e para que se possam traçar estratégias de redução de riscos. Além disso, pretende demonstrar como os planos da Gestão de Riscos de Desastres (GRD) voltados para bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial podem ser combinados a outros programas nacionais e regionais de gestão de risco (Unesco; Iphan, 2015).

O prólogo escrito por Francesco Bandarin, diretor do Centro do Patrimônio Mundial na época da publicação, introduz o tema destacando os progressivos impactos causados pelo desenvolvimento econômico e crescimento urbano e sua relação com o aumento de riscos e desastres. Frente às possíveis ameaças, Francesco afirma a importância da implementação de planos de gestão e da execução de ações preventivas, destacando a dimensão da responsabilidade humana para o controle e mitigação de danos. Assim, busca sensibilizar os gestores públicos sobre a proporção dos riscos e ressalta que juntamente ao uso do manual devem ser promovidos programas de treinamento a fim de se construir uma cultura da prevenção (Unesco, Iphan, 2015).

Diante desses desafios, o número de bens inscritos como Patrimônio Mundial que elaborou um plano de redução de riscos de desastres adequado é surpreendentemente baixo. Uma série de percepções equivocadas parece ser a causa. Por um lado, há uma crença generalizada de que desastres são eventos que transcendem a vontade e o controle humanos, e pouco pode ser feito para evitá-los. Por outro lado, os gestores de patrimônio e os formuladores de políticas públicas tendem a orientar sua atenção e recursos para aquilo que identificam como sendo as verdadeiras prioridades para o seu bem, ou seja, a pressão exercida pelo desenvolvimento, bem como pela utilização e pelo desgaste diários dos sítios como resultado de processos cumulativos e lentos e que podem ser “vistos”. Por fim, e **de certa forma, ironicamente, a vulnerabilidade do patrimônio histórico a desastres é normalmente reconhecida após a ocorrência de um evento catastrófico – inclusive pela mídia e pela comunidade de doadores – quando muitas vezes já é tarde demais.**

[...]Desastres são o produto da combinação de riscos e vulnerabilidades resultantes da interação complexa de múltiplos fatores intrincados, muitos dos quais pertencem à **esfera humana de controle**. Portanto, é possível impedi-los, ou pelo menos reduzir consideravelmente os seus efeitos, por meio do aumento da capacidade de resistência dos bens a serem protegidos. (Unesco; Iphan, 2015, p. 6, grifo próprio)

O manual de Gestão de Risco (2015) considera que o patrimônio cultural pode trazer significativas contribuições para reduzir os impactos diante da ocorrência de desastres. A integração dos sistemas de conhecimento tradicional ao planejamento físico e construtivo assim como os sistemas locais de gestão e ecologia podem auxiliar na prevenção e enfrentamento a eventos catastróficos. Ainda, os bens culturais podem ser espaços para abrigar de forma segura as comunidades que necessitem de uma transferência temporária em caso de emergências. Outro ponto levantado é que, financeiramente, faz mais sentido investir em uma gestão para prevenção de riscos do que precisar gastar grandes volumes de dinheiro para recuperação após um desastre (Unesco; Iphan, 2015).

Utilizaremos aqui as definições sobre desastre, risco e perigo adotadas no manual a fim de seguir as conceituações propostas pela Unesco. Desse modo, será proposto posteriormente analisar as variações entre as concepções técnicas e as percepções da população.

Desastre é definido como uma perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, causando amplas perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais que excedem a capacidade da comunidade afetada ou da sociedade para lidar com a situação por meio de recursos próprios (UNISDR, 2002). Neste Manual, a definição de desastre é estendida para incluir o seu impacto não só sobre pessoas e bens, mas também sobre os valores culturais do Patrimônio Mundial e, quando pertinente, sobre seus ecossistemas.

O **risco de desastres** é produto do perigo potencial e da vulnerabilidade. Enquanto o perigo pode ser um fenômeno (como um terremoto ou um ciclone) com potencial de causar perturbação ou dano ao bem cultural, a vulnerabilidade é a susceptibilidade ou a exposição dos bens culturais ao perigo. Enquanto o **perigo** é a fonte externa de um desastre, a **vulnerabilidade** é a fraqueza inerente ao bem cultural (em virtude da sua localização ou das suas características específicas).

Perigo: Qualquer fenômeno, substância ou situação que tem o potencial de causar o rompimento ou danos à infraestrutura e serviços, às pessoas, aos seus bens e a seu ambiente (Abarquez; Murshed, 2004).

Risco: Possibilidade de que algo ocorra, com impacto sobre os objetivos. (Emergency Management Australia, 2000).

Vulnerabilidade: Susceptibilidade e resiliência da comunidade e do meio ambiente aos perigos. Resiliência se refere a controles existentes e à capacidade de reduzir ou suportar danos. Susceptibilidade refere-se à exposição (Emergency Management Australia, 2000) (Unesco; Iphan, 2015, p. 12-13, 71, grifo próprio)

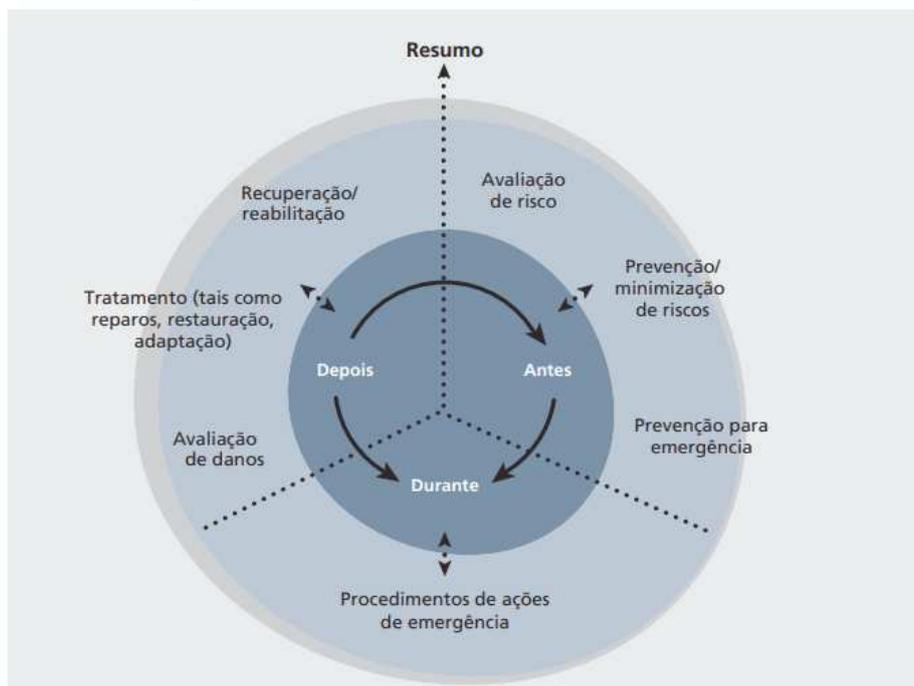
O Manual (2015) indica alguns dos riscos mais frequentes: meteorológicos; hidrológicos; geológicos; astrofísicos; biológicos; antrópicos; mudanças climáticas. É válido pontuar que mesmo aqueles desastres que são considerados como fenômenos naturais devem ser compreendidos a partir das interferências das ações humanas como, por exemplo, a construção em áreas inadequadas, desrespeitando parâmetros de segurança. As mudanças

climáticas podem intensificar as ameaças sobre os bens culturais, por exemplo o aumento da umidade do solo pode causar prejuízos a vestígios arqueológicos e edificações históricas de modo a aumentar sua vulnerabilidade perante a ocorrência de desastres. A preocupação em torno dos riscos se refere tanto aos patrimônios e seus elementos materiais como também à vida dos turistas, funcionários e população local. Assim, um desastre pode acarretar consequências negativas para a economia da região devido à baixa do turismo e renda da comunidade local que dependa do bem. Além disso, o crescimento populacional tem resultado no estabelecimento em áreas de risco dos grupos sociais mais pobres, de modo que os moradores da região acabam ficando mais vulneráveis (Unesco; Iphan, 2015).

A Gestão de Riscos de Desastres (GRD) tem como preocupação central a redução de riscos relacionados aos valores patrimoniais atribuídos aos bens, como a autenticidade e integridade. Nesse sentido, os valores que justificam a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial devem ser o alicerce para fundamentar os planos e ações a serem desenvolvidos. Compreendendo que diversos aspectos de menor gravidade podem cumulativamente aumentar a vulnerabilidade do patrimônio, a GRD dirige sua atenção também para a diminuição de fatores de risco subjacentes como: falta de manutenção; gestão inadequada; deterioração progressiva; não estabelecimento de zonas de amortecimento. As ameaças aos bens podem ter origem tanto dentro do bem como ao espaço que o cerca, por isso é tão importante a correta definição das zonas de amortecimento, entendendo-as como uma camada a mais de proteção. Alguns elementos podem auxiliar na gestão de riscos nestas zonas, em especial um estudo das probabilidades de risco de incêndio e de deslizamento de terra a partir de levantamentos geológicos (Unesco; Iphan, 2015).

O Ciclo de Gestão de Risco de Desastre (GRD) se baseia em três momentos de atuação: antes, durante e depois. As ações a serem realizadas antes se concentram na avaliação de risco, minimização de riscos (manutenção, monitoramento, políticas de gestão), prevenção de emergência (equipe de emergência, plano de evacuação, sistemas de alertas e treinamento). Destaca-se que a comunicação e o acompanhamento periódico devem acontecer durante todas as etapas do ciclo (Unesco; Iphan, 2015).

Figura 7 - Ciclo de Gestão de Risco de Desastre (GRD).



Fonte: Unesco e Iphan (2015, p. 18).

O plano de GRD deve ter uma orientação clara, flexível e prática. Não deve apenas listar as ações a serem empreendidas, mas também descrever os procedimentos a serem adotados nas diferentes situações. Pensando num cenário onde se tem diversos patrimônios localizados em uma mesma cidade, é indicado que o planejamento estabeleça uma interligação entre os bens, propondo atividades comuns e que esteja articulado com os demais setores, como prefeitura, corpo de bombeiros, defesa civil e polícia. Além disso, é preciso considerar os cientistas/pesquisadores, os líderes das comunidades e organizações locais e as escolas como parceiros nesse processo, incentivando sua participação. Outra questão importante é a divulgação e acesso deste planejamento que deve estar adequado a cada tipo de público, de modo que podem ser elaborados folhetos e cartazes para distribuição ao público geral e relatórios mais detalhados para serem estudados pelos órgãos públicos. Entre as principais dificuldades para que o plano se torne eficaz estão a falta de coordenação entre os programas de gestão do conjunto, a estrutura organizacional, suas políticas e procedimentos – por isso a integração é fundamental. (Unesco; Iphan, 2015).

Figura 8 - Principais componentes de um planejamento de Gestão de Riscos de Desastres.



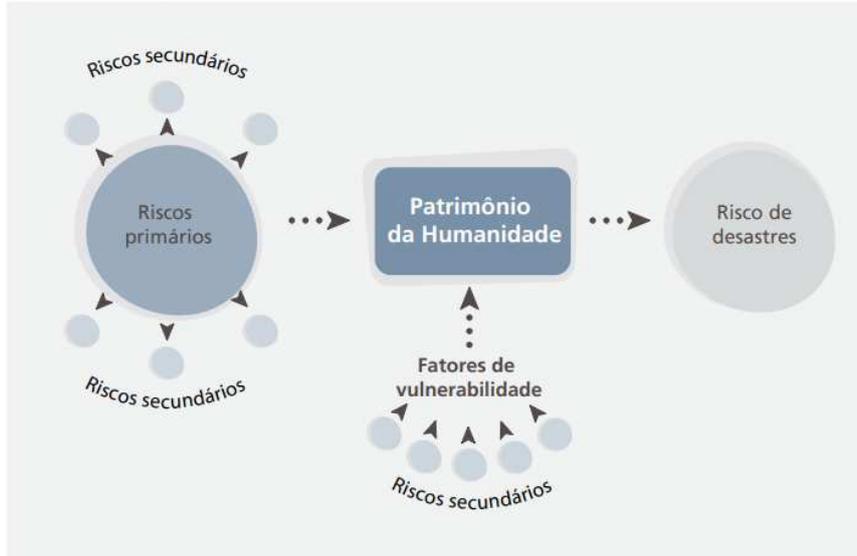
Fonte: Unesco e Iphan (2015, p. 21).

São listados, de forma simplificada, alguns elementos necessários e relevantes para se levar em consideração ao construir as análises de identificação de risco ao patrimônio, segundo o manual da Unesco.

- Atributos específicos que portam o valor universal excepcional e justificam os critérios para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial;
- Fatores e processos que, para cada um dos possíveis perigos que afetam o bem, possam resultar em danos ou deterioração;
- Informações geográficas;
- Mapas gerais, especializados e temáticos, (mapa de vulnerabilidade a riscos, conjunto de mapas que mostrem a localização dos Patrimônios juntamente com os focos de desastre natural conhecidos, mapa de riscos do patrimônio cultural etc.);
- Histórico de diferentes catástrofes que afetaram a região ou o bem;
- Inventários e estado atual dos sistemas de gestão e dos equipamentos e instalações existentes no bem;
- Instituições relevantes e comunidades existentes na área do bem e ao seu redor
- Ordenamento do território;
- Condição das estradas;
- Sistemas de conhecimento local e tradicional;
- Lista completa e de fácil acesso das agências que farão parte do esforço conjunto. (Unesco; Iphan, 2015, p. 29-30)

Segundo o manual da GRD, o processo de análise de risco se estrutura a partir de 4 etapas: (1) Listar as causas naturais ou antrópicas; (2) Identificar fatores de vulnerabilidade; (3) Analisar as relações de causa e efeito; (4) Analisar o possível impacto sobre os valores patrimoniais. O nível de risco a um patrimônio é então medido pelo cruzamento entre a dimensão da probabilidade em relação a severidade das consequências físicas, econômicas e sociais (pessoas, vidas, meios de subsistência) e da potencial perda de valores (Unesco; Iphan, 2015).

Figura 9 - Relação entre risco, vulnerabilidade e desastres no Patrimônio Mundial.



Fonte: Unesco e Iphan (2015, p. 33).

Diante do exposto, podemos concluir que a compreensão do risco ao patrimônio demanda a atenção a vários fatores que vão para além da pura análise técnica e se relacionam aos contextos políticos, sociais e culturais. Nesse cenário difuso de ameaças, a adequada gestão do patrimônio figura como aspecto central para garantir a proteção destes bens, através de instrumentos de avaliação, monitoramento, manutenção, prevenção e planejamento. Assim, é fundamental que a gestão do patrimônio se faça em articulação com os diversos setores e com o planejamento urbano, não devendo ser tratada de forma isolada e distanciada do território em que se insere. Por fim, o diálogo com a comunidade local é peça chave para a salvaguarda, sendo necessário promover o envolvimento da população na participação das ações a serem desenvolvidas e nos processos de decisão, na intenção de se construir uma gestão cada vez mais democrática, inclusiva e sustentável.

3 OURO PRETO: ENTRE RELEVOS DE DESTAQUE E COMPLEXIDADES

Neste capítulo, busca-se compreender o destaque de Ouro Preto enquanto Patrimônio Mundial e investigar o estado de conservação do sítio histórico, explorando os principais riscos que incidem sobre a cidade. Além disso, são apresentados os programas Monumenta e PAC Cidades Históricas, articulando, assim, os desafios enfrentados à preservação de Ouro Preto com as ações propostas pelos órgãos de proteção.

O processo de reconhecimento de Ouro Preto como Patrimônio Mundial é analisado a partir dos documentos disponibilizados pelo Icomos e Unesco, em que constam os critérios para sua inscrição ao título internacional. Nota-se que os elementos destacados para afirmação do valor universal excepcional se mostram atrelados ao protagonismo relacionado ao ciclo do ouro, às expressões arquitetônicas do barroco e à harmonia entre a paisagem natural montanhosa e o traçado urbano colonial. Em contraponto a esta narrativa oficial, faz-se uma crítica acerca do silenciamento da participação africana na construção de Vila Rica, a qual se evidencia, por exemplo, através da inteligência sobre as técnicas de mineração e das suas referências culturais dispersas pelo sítio histórico.

Tendo em vista este quadro de projeção internacional de Ouro Preto, é feito um levantamento sobre a repercussão midiática em torno de possíveis abalos na manutenção do título de Patrimônio Mundial. Assim, são selecionadas notícias que apontam a presença de riscos ao sítio histórico. Entre os danos ao patrimônio cultural, destacam-se: a destruição do chafariz do Pilar devido ao acidente de trânsito causado por um caminhão (2002); o incêndio do Hotel Pilão na Praça Tiradentes (2003); o desmoronamento do casarão Solar Baeta Neves em razão do deslizamento do Morro da Forca (2022). No volume de reportagens levantadas, fica evidente como o viés midiático direciona sua preocupação para a preservação dos bens situados nas proximidades da Praça Tiradentes, isto é, na região considerada como o circuito turístico do centro histórico.

A fim de verificar as condições de preservação e os principais riscos que atingem Ouro Preto, a terceira seção deste capítulo se concentra nos estudos e análises técnicas produzidos pelos órgãos responsáveis. Os relatórios do estado de conservação de Ouro Preto, apesar de não se aprofundarem nas questões elencadas, trazem importantes contribuições ao levantar as problemáticas centrais que afetam a preservação do conjunto. Diante da necessidade de atenção aos impactos do crescimento urbano, colocou-se a demanda de uma consolidação dos instrumentos da política urbana que viessem a dar suporte à preservação do sítio histórico.

Assim, ressalta-se a implementação do plano diretor, a legislação para uso e ocupação do solo e as diretrizes para intervenção urbanística e arquitetônica.

A respeito do risco geológico e dos vestígios da mineração, trabalha-se com os estudos da Plataforma Minas Antigas e do Serviço Geológico do Brasil/CPRM. Desse modo, são evidenciadas o grande número de minas subterrâneas e demais estruturas da mineração que se encontram dispersas pelo território e demandam um olhar atento em relação a seu fechamento e seus usos futuros. Outro ponto fundamental se coloca diante da identificação do elevado número de setores de risco geológico na cidade, que implica na frequente ocorrência de movimentos de massa. Nesse sentido, identifica-se como a configuração geomorfológica da Serra de Ouro Preto, aliada à intensa exploração mineral, resulta em uma região de alto risco geológico, que se agrava ainda mais com a ocupação das encostas.

O risco de incêndio é discutido por meio da compreensão das características que tornam o sítio colonial particularmente vulnerável ao fogo. Assim, são esclarecidos os elementos que aprofundam o risco de propagação e as limitações para o combate, tornando-se fundamental a prevenção contra incêndio. Nessa perspectiva, destaca-se o projeto “Movimento Chama: Consciência e Prevenção Contra o Fogo” que, apesar de não ter se consolidado a longo prazo, constituiu-se como um programa exemplar de ação preventiva.

Diante desse cenário de complexidades, procura-se examinar as propostas dos programas de reabilitação ao patrimônio cultural urbano para salvaguarda de Ouro Preto. São, então, investigados os documentos referentes ao Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas na intenção de investigar os diagnósticos produzidos pelos órgãos de proteção e que identificam os principais problemas e potencialidades do sítio histórico. De modo semelhante, ambos os programas traziam uma proposta de abordagem para além da preservação, atentando-se também às questões socioeconômicas, territoriais e de infraestrutura urbana. Contudo, estes pontos acabaram não sendo efetivamente contemplados durante a execução dos projetos e seus resultados ficaram atrelados, em grande medida, à realização de obras de restauração.

3.1 O PROTAGONISMO DE OURO PRETO E AS DISPUTAS À NARRATIVA COLONIAL

A antiga Vila Rica começa seu percurso como importante arraial agraciado com significativas jazidas de ouro, que levam o seu território a ser povoado por indivíduos de várias regiões. Com sua intensa produção mineradora, o local se torna o principal centro político e

econômico do período colonial, ganhando o status de capital. Em decorrência da exploração da metrópole portuguesa, os habitantes das regiões das Minas Gerais organizaram diversas revoltas e conjurações por discordâncias quanto à arrecadação de impostos, sendo a mais famosa a Inconfidência Mineira. A cidade foi, ainda, espaço fecundo para o desenvolvimento da atividade intelectual e de manifestações culturais, sendo reconhecida como o grande exemplar da arte barroca no Brasil – com destaque para a originalidade dos trabalhos dos mestres Aleijadinho e Ataíde. Dessa maneira, Minas Gerais e seus grandes personagens foram elencados como responsáveis pela formação de uma identidade nacional (Meniconi, 1999; Vasconcelos, 2011; Bury, 2006; Fausto, 2006).

Ao final do século XVIII, houve um declínio da mineração, de modo que em fins do século XIX Ouro Preto se encontrava em complicado processo de decadência econômica. Com o advento da República e a decisão pela mudança da capital para Belo Horizonte, sua situação se complicou ainda mais devido ao esvaziamento populacional que se sucedeu. Contudo, foi essa estagnação que possibilitou a manutenção e conservação de seu tradicional traçado colonial. A preocupação com o estado de abandono de Ouro Preto fez modernistas e intelectuais iniciarem um movimento de redescoberta e valorização do seu passado, resgatando sua memória e seus valores históricos e artísticos. Em 1933, a cidade é erigida a Monumento Nacional (Decreto nº 22.928/1933), e a ação dos modernistas abriu caminhos para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Assim, em 1937, é publicado o Decreto-lei nº 25 (Brasil, 1937) que institui os instrumentos para o tombamento, possibilitando a consolidação de uma política de preservação. Nesse sentido, Ouro Preto teve seu tombamento oficializado no ano de 1938 ao ser inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes e depois, em 1986, passou a ser também inscrita no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Assim, foi considerada o local precursor do movimento preservacionista no Brasil (Meniconi, 1999; Natal, 2007).

O primeiro documento analisado nesta seção é de 1980. A avaliação para inscrição de Ouro Preto como Patrimônio Mundial (*Advisory Body Evaluation*) foi feita pelo ICOMOS. Os argumentos para inclusão enfatizam sua importância durante o ciclo do ouro no século XVIII e destacam o caráter singular de sua produção artística e arquitetônica barroca. A análise, assim, ressalta o sítio histórico por sua notável homogeneidade e harmônico encaixe com a paisagem. Além disso, aponta a genialidade de seus artistas nas construções religiosas e civis e na formação de uma arte originalmente nacional, desenvolvida em uma acidentada topografia (Icomos, 1980). Nesse sentido, o documento apresenta a seguinte justificativa:

Localizada 513 km ao norte do Rio de Janeiro, Ouro Preto foi o principal ponto focal de todo o período denominado "a idade de ouro do Brasil". Originalmente chamada de Vila Rica, esta cidade desempenhou um papel importante na história do Brasil no século 18. Foi criada por milhares de homens ansiosos por fortunas e por enriquecer explorando os depósitos de ouro; tais indivíduos foram seguidos por um grande número de artistas que vieram para se estabelecer e realizar obras de uma notável qualidade como a igreja de São Francisco de Assis do Aleijadinho.

Ouro Preto é considerada um patrimônio ímpar por suas igrejas, sua arquitetura urbana simples mas original, suas pontes, suas fontes e sua localização. É principalmente sua homogeneidade geral e caráter global que o tornam uma propriedade cultural única. **Como primeira capital do estado de Minas, Ouro Preto é de interesse local; como centro mineiro da Idade de Ouro do Brasil, é de interesse nacional, e como centro único da arquitetura barroca, tem um valor universal excepcional.**

Ouro Preto é uma obra-prima artística e urbanística ímpar e indicada para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial pelos critérios 1 e 3 da Convenção⁴. (Icomos, 1980, tradução própria, grifo próprio)

A partir dos elementos destacados nesta avaliação para inscrição, podemos começar a problematizar como os critérios e valores eleitos foram se construindo. A historiadora Jussara Dias (2020) aborda o modo como, ancorados na ideia de originalidade e essência do passado e baseado numa história positivista, enfatizou-se a consolidação de mitos de origem. Assim, a autora destaca que a atenção foi direcionada para o “centro histórico”, focalizando as grandes e excepcionais obras de tradição luso-brasileiras. Enquanto isso, as memórias e patrimônios representativos para as populações de bairros periféricos, morros e distritos de Ouro Preto foram por muito tempo deixados de lado, excluídos das políticas públicas de preservação do município (Dias, 2020).

Jussara Dias (2020) identifica que atualmente há uma preocupação de que os bens identificados com proteção municipal sejam mais heterogêneos e diversificados. Apesar da tentativa de democratização dessas memórias, a autora considera que muitas delas ainda permanecem às sombras do turismo e do orçamento dos planos de salvaguarda. Dessa forma, as iniciativas se apresentam ligadas aos interesses políticos, privilegiando determinados bens em detrimento de outros. Diante desse jogo de interesses em torno da preservação, podemos

⁴ Texto original: “Located 513 km north of Rio de Janeiro, Ouro Preto (Black Gold) was the main focal point of all the period called "the golden age of Brazil". Originally called Vila Rica, this city played a leading role in Brazil's history of the 18th century. It was created by thousands of soldiers of fortune eager to enrich themselves by exploiting the gold deposits; they were followed by a great number of artists who came to settle and achieve works of an outstanding quality such as the São Francisco of Assis church by the Aleijadinho.

Ouro Preto is considered an unequalled heritage because of its churches, its simple but original urban architecture, its bridges, its fountains and its setting. It is mainly its overall homogeneity and global character that make it a unique cultural property. As first capital of the state of Minas, Ouro Preto is of local interest; as mining center of the Golden Age of Brazil, it is of national interest, and as unique centre of baroque architecture, it is of outstanding universal value.

Ouro Preto is a unique artistic and urbanistic master piece and is recommended for inclusion to the World Heritage List under criteria 1 and 3 of the Convention” (ICOMOS, 1980)

dialogar com Bechler e Pereira (2014), a fim de refletir sobre outros possíveis olhares para Ouro Preto e questionar a priorização de determinados sentidos.

[...] quando propomos a **variação de escalas para ver e pensar** Ouro Preto, entendemos que o ajuste da objetiva, variando das imagens e memórias canônicas de uma cidade-passado a uma cidade-presente (e passados) traria não exatamente a exclusão do passado (não se trata desta operação), mas os jogos de efeito que o devir histórico dispõe ao usufruto dos viventes. Nessa perspectiva **o presente inclui o passado, não o elimina. Mas enquanto o passado não coloniza o presente, o interroga.** (Bechler; Pereira, 2014, p. 78-80, grifo próprio)

A disputa é inerente à construção da memória, como alerta Michael Pollak (1989) ao comentar os processos e atores que intervêm na consolidação de memórias. Sob esse contexto, emergem as memórias subterrâneas, na busca por ressaltar a história de grupos por muito tempo excluídos e marginalizados, em contraposição à narrativa oficial/nacional (Pollak, 1989). Nesse sentido, apresenta-se aqui o discurso trazido pelos documentos oficiais da Unesco e Icomos, objetivando problematizar tais critérios de valoração, a fim de demonstrar as disputas que atravessam a construção dessa cidade patrimonializada. Bechler e Pereira (2014) questionam os efeitos da patrimonialização. Desse modo, suas interrogações podem trazer contribuições para contrapor os sentidos únicos e homogêneos da narrativa colonial que tendem a aparecer nos documentos oficiais. Assim, as autoras consideram que os caminhos históricos são trilhados através das vivências e percepções dos sujeitos, de modo que a patrimonialização pode levar tanto à enunciação de sentidos como à evocação de silenciamentos.

com quantas histórias se faz a história de uma cidade? Que efeitos de conhecimento se produzem quando em uma mesma cidade há marcos considerados mais históricos do que outros? **Que horizontes de pertencimento se produzem em cenários de patrimonialização?** De que forma alargar as visadas interpretativas com vistas a proporcionar o conhecimento e a experiência sensível dos sujeitos em cenários que opõem presente e passado em jogos dissonantes? **Em qual e por meio de qual escala o histórico é definido?** (Bechler; Pereira, 2014, p. 87, grifo próprio)

Um segundo registro importante desse processo de reconhecimento de Ouro Preto como Patrimônio Mundial é a Declaração Retrospectiva de Valor Universal (*Retrospective Statement of Outstanding Universal Value*) elaborada no ano de 2012. A Declaração de Valor Universal Excepcional é um documento que passou a ser adotado a partir do ano de 2007 pelo Comitê do Patrimônio Mundial. Desse modo, os bens inscritos antes de 2005 (como é o caso de Ouro Preto) não apresentavam tal documentação e, assim, tiveram que elaborar a Declaração Retrospectiva. Nela deve constar os critérios pelos quais o bem foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial, as condições de integridade e autenticidade e os meios para proteção e gestão, a fim de assegurar seus valores a longo prazo. Assim, são expostas as questões de

integridade e autenticidade referentes a Ouro Preto:

Declaração de integridade:

O Centro Histórico de Ouro Preto mantém seu núcleo urbano construído no período colonial, incluindo a diversidade de edificações cívicas e religiosas marcadas por refinadas qualidades estéticas e arquitetônicas que expressam Valor Universal Excepcional. Nem todos estão em bom estado de conservação; algumas casas e igrejas sofrem com o abandono.

A cidade histórica é vulnerável ao crescimento urbano, ao tráfego, à industrialização e ao impacto turístico. A expansão de Ouro Preto para as encostas do entorno, ocupando terrenos geologicamente instáveis, áreas verdes, áreas arqueológicas e espaços públicos, representa uma ameaça de danos irreversíveis ao cenário urbano.

Declaração de autenticidade:

Os exemplos relevantes de arquitetura religiosa e cívica e as obras de arte que a acompanham em Ouro Preto foram preservados em termos de forma e design, materiais e ambiente próximo. O crescimento controlado das áreas circundantes da cidade e os limites à escala dos novos edifícios serviram para manter a paisagem urbana dos séculos XVIII e XIX dentro da propriedade em grande parte inalterada. No que diz respeito às construções residenciais e comerciais da cidade, **foram autorizadas modificações inevitáveis, salvaguardando o traçado original das fachadas.** As medidas de preservação adotadas pelo governo federal com apoio do governo local, baseadas em normas urbanísticas e sucessivos projetos de conservação e recuperação têm garantido a autenticidade do bem cultural.⁵ (Unesco, 2012, p. 1-2, tradução própria, grifo próprio)

Por meio dessa citação, percebemos que em relação à integridade é indicada uma preocupação especial quanto ao crescimento urbano e a conseqüente ocupação das encostas. A construção nestas áreas vulneráveis pode acarretar sérios riscos à vida da população, além de danos à paisagem histórica. (Este aspecto do risco geológico será mais profundamente explorado no tópico 3.3.2, visto que é um assunto fundamental e que demanda maior atenção). Quanto à autenticidade, direciona-se à arquitetura religiosa e cívica e às edificações residenciais e comerciais. Isto é, este aspecto aparece mais ligado ao estado das construções arquitetônicas consideradas individualmente e ao cumprimento de regulações urbanas.

⁵ Texto original: “Statement of Integrity: The Historic Town of Ouro Preto retains its urban nucleus built in the colonial period, including the diversity of civic and religious buildings marked by refined aesthetic and architectural qualities that express 2 Outstanding Universal Value. Not all of these are in a good state of conservation; some houses and churches suffer from neglect. The historic town is vulnerable to urban growth, traffic, industrialization and tourist impact. The expansion of Ouro Preto to the surrounding hillsides, occupying geologically unstable terrains, green areas, archaeological areas, and public spaces, poses a threat of irreversible damage to the urban setting.

Statement of Authenticity: The relevant examples of religious and civic architecture and the accompanying works of art within Ouro Preto have been preserved in terms of form and design, materials and immediate setting. Controlled growth of the city’s surrounding areas and limits on the scale of new buildings have served to maintain the urban landscape of the 18th and 19th centuries within the property largely unaltered. In regard to the city’s residential and commercial constructions, inevitable modifications have been authorized while safeguarding the original facades. The preservation measures adopted by the Federal Government with the support of the local government, based on urban planning norms and successive conservation and recovery projects have ensured the authenticity of the cultural property.” (Unesco, 2012, p. 1-2)

A Declaração Retrospectiva (2012) também trouxe de forma um pouco mais detalhada os critérios de inclusão de Ouro Preto. O texto permanece baseando os critérios a partir dos aspectos arquitetônicos e artísticos, em especial às edificações barrocas. Além disso, nota-se o direcionamento dado à influência europeia, especificamente portuguesa, na formação do caráter esplêndido do conjunto urbano. Não há, assim, nenhuma referência à contribuição da cultura africana nesse processo, apenas a citação aos mestres Aleijadinho e Ataíde, porém sem identificação de sua origem.

Critério (I): Situado em uma paisagem remota e acidentada, a qualidade estética vernacular e erudita da arquitetura e o padrão urbano irregular de Ouro Preto fazem da cidade um tesouro da genialidade humana. A maioria notável das obras arquitetônicas da cidade são representadas pelos monumentos religiosos e edifícios administrativos, incluindo o Palácio dos Governadores, hoje Escola de Minas, e a Antiga Casa de Câmara e Cadeia, sede do Museu da Inconfidência. As igrejas barrocas carregam esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, o maior artista plástico do Brasil colonial, e as pinturas de teto de Manuel da Costa Athaide, entre outros. Estes eram os representantes das primeiras expressões de uma forma artística considerada genuinamente nacional e desenvolvida numa região marcada pelo difícil acesso e escassez de materiais e mão de obra no século XVIII.

[...]

Critério (III): O patrimônio edificado da Cidade Histórica de Ouro Preto é testemunho excepcional de talentos criativos de uma sociedade construída na pioneira riqueza mineira sob o domínio colonial português. Apesar da arquitetura pinturas e esculturas serem baseadas em modelos subjacentes introduzidos por imigrantes portugueses, as obras variam significativamente da arte europeia contemporânea, não só no que diz respeito à sua concepção de espaço, mas no seu tratamento decorativo, em particular as esculturas em pedra talhadas nas fachadas. Distingue-se pela originalidade e design e pelo uso combinado de dois materiais, gnaiss e pedra-sabão. A ausência de conventos ou mosteiros formais, devido ao decreto da Coroa portuguesa que proibia o estabelecimento de ordens religiosas em Minas Gerais, levou à construção de igrejas e capelas exibindo todo o esplendor, qualidade e originalidade das tradições artísticas sincretizadas de duas culturas.⁶ (Unesco, 2012, p. 1, tradução própria)

⁶ Texto original: “Criterion (I): Set in a remote and rugged landscape, the aesthetic quality of the vernacular and erudite architecture and irregular urban pattern of Ouro Preto makes the town a treasure of human genius. The most notable of the city’s architectural works are represented by the religious monuments and administrative buildings, including the Palácio dos Governadores (Governors’ Palace), today the School of Mines, and the former Casa de Câmara e Cadeia (Administrative and Prison House), home to the Inconfidência Museum. The Baroque churches carry sculptures by Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho, colonial Brazil’s greatest artist, and the ceiling paintings of Manuel da Costa Athaide among others. These were the representatives of the initial expressions of an artistic form deemed genuinely national and developed in a region marked by difficult access and a scarcity of materials and labor in the 18th century.

[...]

Criterion (III): The built heritage of the Historic City of Ouro Preto bears exceptional testimony to the creative talents of a society built on pioneering mining wealth under Portuguese colonial rule. Although the architecture, paintings, and sculptures are based on underlying models introduced by Portuguese immigrants, the works vary significantly from the contemporary European art, not only with respect to their spatial conception, but in their decorative treatment, in particular the stone sculptures carved on the facades, distinctive for their originality and design and in the combined use of two materials, gneiss and soapstone. The absence of formal convents or monasteries, due to the edict of the Portuguese Crown which prohibited the establishment of religious orders in Minas Gerais, led to the construction of churches and chapels displaying the full splendor, quality, and originality of the syncretized artistic traditions of two cultures” (Unesco, 2012, p. 1).

Sobre os critérios de inscrição, Isadora Ribeiro (2021) faz considerações interessantes ao refletir acerca da atenção excessiva dedicada aos elementos barrocos e às obras de Aleijadinho e Ataíde, o que acabou por deixar de lado a pluralidade das manifestações culturais existentes na cidade e desconsiderou a compreensão da dinâmica viva do espaço com a comunidade. A autora critica o caráter da monumentalidade representado através de edificações administrativas e religiosas e de expressões ligadas exclusivamente ao barroco. Os demais artistas que desenvolveram obras na cidade têm seus trabalhos desconhecidos diante do único destaque às figuras de Aleijadinho e Ataíde – reflexão que também é trazida por Guiomar de Grammont no livro *Aleijadinho e o aeroplano* (2008).

A ausência da menção à presença de outras culturas no processo de formação de Ouro Preto é igualmente problematizada por Ribeiro (2021). Nesse sentido, é desconsiderado o fato de que a cidade permanece viva – habitada, produtiva e dinâmica –, e os atritos entre as exigências da Unesco e a população local podem ser percebidos no modo como “a comunidade autóctone é invisibilizada e a cidade transformada em parque temático” (Ribeiro, 2021, p. 109). Tal questão será mais profundamente discutida no capítulo quatro, quando serão apresentados os questionários respondidos pela população.

Segundo Ribeiro (2021), há uma preocupação de que o Valor Universal Excepcional no Patrimônio Mundial possa provocar certa homogeneização dos espaços, se não for capaz de envolver e incluir as comunidades locais, detentoras da memória, nas diversas ações de salvaguarda. Por isso, a autora afirma como é importante ressaltar o patrimônio enquanto elemento promovedor da qualidade de vida e fundamental para a consolidação da memória coletiva, de tal maneira que não se deve permitir que o interesse mercadológico predatório se sobreponha ao uso e interação da população com o bem cultural (Ribeiro, 2021).

Foi visto até aqui que o distanciamento da população com o Iphan é resultado de uma série de ações iniciadas na década de 1930 e perpetuadas em nível federal, estadual e municipal ao longo dos anos. Existem profundas lacunas na condução administrativa nacional que refletem nas políticas patrimoniais e, portanto, nos órgãos responsáveis. **Elevar cidades a Patrimônio Mundial sem considerar os contextos locais, a geopolítica e as interações socioeconômicas é colocar em risco as culturas locais, esvaziando seus sentidos e preenchendo com intenções mercadológicas prejudiciais às comunidades.** (Ribeiro, 2021, p. 104, grifo próprio)

A consideração ao histórico no processo de vivência de uma cidade, como apontado por Bechler e Pereira (2014), produz diferentes efeitos de sentido aos residentes, visto que vivenciam dinâmicas paradoxais, costurando memórias silenciadas àquelas evidenciadas como condições da história. As autoras defendem que a experiência sócio-histórica dos moradores da cidade de Ouro Preto não pode ser deixada de lado, sob pena de priorização de um único

efeito de sentido e não dos diversos efeitos que a lembrança produz ao evocar suas permanências. Nesse sentido, elas consideram que uma cidade marcada pelas razões da história, onde se encontram opostos e contrapostos o centro e as demais regiões, proporcionará, através de abordagens educativas, o emergir de sensibilidades para a compreensão da costura da história a partir dos dispositivos das lutas em que se fazem a demarcação do esquecimento. Assim, Bechler e Pereira (2014) se voltam para a ampliação dos horizontes de interpretação desse espaço múltiplo que é a “cidade histórica”, a fim de que outras histórias e memórias possam ser reconhecidas, habitando o espaço nos quais aqueles que estão vivos produzem o real-histórico.

O terceiro documento escolhido para análise se refere ao momento da cerimônia de inscrição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial, em 21 de abril de 1981, em que o Diretor Geral da Unesco, Sr. Amadou-Mahtar M’Bow, faz um significativo discurso apontando o valor universal excepcional contido em tal sítio histórico. Alguns pontos deste discurso merecem atenção especial e serão destacados a seguir.

O primeiro ponto do discurso se refere à compreensão da noção de um patrimônio comum pertencente a toda a humanidade e a escolha de Ouro Preto como a grande contribuição do Brasil à cultura mundial, inserindo o local nos emaranhados da História que conecta os diversos povos e países existentes. Desse modo, o contexto histórico de formação da antiga Vila Rica produziu elementos de singular importância em diversos aspectos (artístico, arquitetônico, político, econômico), e estes se desenvolveram por meio da interlocução entre povos da Europa, América e África sob as condições deste território, consolidando então uma autenticidade brasileira (M’bow, 1981).

Assim, o direito à herança cultural é evocado na Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras (Unesco, 1997), de forma que o reconhecimento dos povos e de seu passado se constitui como base para a compreensão do presente. Partindo deste contexto, podemos considerar Ouro Preto como um *soft power*, ou seja, um produto cultural que traduz valores universais amplamente compartilhados pela comunidade internacional e, por conseguinte, pode gerar um poder de atração (Christofolletti, 2017; Nye Jr, 2004; 2011). Logo, tal papel de destaque de Ouro Preto no cenário internacional é evidenciado no discurso de M’Bow:

Esta cerimônia em Ouro Preto é uma ocasião para a Unesco **prestar homenagem ao lugar do Brasil no panorama cultural mundial**. Numa época em que as pessoas vão cada vez mais além dos seus próprios horizontes para considerar as contribuições de todos os países como uma herança indivisível, **o espírito criativo do Brasil tem um valor exemplar**. Parafraseando André Malraux, pode-se dizer que as obras

brasileiras de Ouro Preto e de Minas Gerais unem os templos astecas, as grutas da Índia e da China, os monumentos do Egito e da Núbia, as artes escultóricas do Benin e do Zimbábue, às pinturas de Portinari e os murais de Diego Rivera, porque estamos aqui **num dos lugares do mundo onde se pode captar com emoção o misterioso elo que une todas as grandes obras do espírito**. Ouro Preto é a prova de que o Brasil não representa uma espécie de exílio histórico em que Europa e África se reproduziriam separadamente, sem nunca fundirem suas respectivas contribuições nutricionais. Pelo contrário, **por ser uma América nas Américas, o Brasil ilustra aqui a sua capacidade de misturar estilos, sensibilidades, épocas e modos de vida e de expressão**.⁷ (M'Bow, 1981, tradução própria, grifo próprio)

Como foi visto no discurso aqui citado, a entrada de Ouro Preto como primeiro bem brasileiro reconhecido como Patrimônio Mundial contribuiu para o fortalecimento das relações entre Brasil e Unesco, promovendo a cooperação e assistência internacional para proteção dos bens. Com isso, é também afirmada uma responsabilidade coletiva no que diz respeito à preservação do sítio histórico, cumprindo assim as recomendações postas pela Convenção do Patrimônio Mundial (1972). Sob esse aspecto podemos perceber a ligação deste evento com a diplomacia cultural, visto que se constitui como meio de aproximação entre os diferentes povos, contribuindo para a ampliação da indústria cultural e consolidação de vínculos culturais e linguísticos.

A diplomacia cultural representa um instrumento do qual a política externa vem se utilizando para afirmar espaços conquistados internacionalmente através do *soft power*. Isso porque, ao proporcionar a difusão das culturas vivenciadas em seus territórios no cenário externo, os atores estatais evidenciam a identidade nacional com a intenção de aprofundar relações bilaterais (Carvalho, 2019; Gomes, 2016; Ribeiro, 2011). Diante disso, a articulação para salvaguarda de Ouro Preto pode ser considerada uma forma de diplomacia cultural, pois coloca em destaque um patrimônio histórico que carrega a representação da identidade nacional, e a sua adequada preservação em conformidade com a Convenção de 1972 estreita laços de confiança e respeito perante as demais nações.

Este é um empreendimento que requer a participação ativa de todos os moradores da cidade e o apoio do povo brasileiro como um todo. **A conservação de Ouro Preto**

⁷ Texto original: “Esta cerimonia de Ouro Preto es una ocasión para la Unesco de rendir homenaje al lugar que ocupa el Brasil en el panorama cultural del mundo. En una época en que los pueblos sobrepasan cada vez más sus propios horizontes para considerar como un patrimonio indivisible los aportes de todos los países, el espíritu creador del Brasil tiene un valor ejemplar. Parafraseando a André Malraux, puede decirse que Las obras brasileñas de Ouro Preto y Minas Gerais se unen a los templos aztecas, las grutas de la India y de la China, a los monumentos de Egipto y de Nubia, a las artes escultóricas de Benin y de Zimbabue, a las telas de Portinari y a los murales de Diego Rivera, porque estamos aquí en uno de los sitios de la tierra en que se puede captar con emoción el vínculo misterioso que liga entre sí a todas las grandes obras del espíritu. Ouro Preto constituye la prueba de que el Brasil no representa una especie de exilio histórico en que Europa y el Africa se reproducirían separadamente, sin fundir jamás sus respectivos aportes nutricios. Por el contrario, por ser una América en las Américas, el Brasil ilustra aquí su capacidad de mezclar los estilos, las sensibilidades, las épocas y los modos de vida y de expresión” (M'Bow, 1981).

também é importante para aqueles que ao redor do mundo promovem o cumprimento dos objetivos da Convenção do Patrimônio Mundial. [...]

Estou convencido de que **a brilhante entrada de Ouro Preto no patrimônio mundial contribuirá para fortalecer ainda mais os laços de cooperação que foram criados entre o Brasil e a Unesco.** Quero terminar expressando a esperança de que no imenso espaço que faz do Brasil, com tão variadas contribuições humanas, uma espécie de resumo do mundo, o seu generoso Povo possa contribuir com um impulso sempre renovado para encontrar respostas adequadas a todas as questões que, nesta fase final do século XX, atormentam a humanidade como um todo.⁸ (M'bow, 1981, tradução própria, grifo próprio)

Mais uma questão fundamental na fala de M'Bow é o esclarecimento de que a salvaguarda está para além da mera preservação dos edifícios individualmente. É preciso que a salvaguarda seja entendida de maneira ampla, a fim de garantir a integridade da paisagem. Os elementos culturais e naturais apresentam uma conexão profunda na formação histórica de Ouro Preto, uma vez que as edificações foram construídas seguindo o ritmo da topografia montanhosa que envolve a antiga Vila Rica em uma integrada paisagem histórica. Destaca-se nesse cenário o Pico do Itacolomi, uma formação rochosa que foi utilizada como ponto de referência para os bandeirantes durante a busca pelo ouro ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Tenho o prazer de sublinhar que a execução do plano de conservação e revalorização de Ouro Preto inclui não só os trabalhos de restauro e reabilitação necessários à manutenção da coerência, equilíbrio e características desta cidade monumento, mas também a **proteção do seu enquadramento natural** que é um dos seus elementos capitais. **A harmonia e variedade da paisagem**, o perfil das montanhas coroadas por picos de beleza singular, fazem parte do valor universal que deve ser protegido da deterioração a todo custo.⁹ (M'bow, 1981, tradução própria, grifo próprio)

Outro trecho importante deste discurso é a referência ao trabalho dos escravizados na construção de Ouro Preto, principalmente em relação à abertura das minas e à exploração dos metais preciosos, o que possibilitou o enriquecimento da cidade, bem como à construção dos monumentos, edificações e igrejas, entregando todo seu talento para arte e arquitetura, tornando

⁸ Texto original: “Se trata de una empresa que requiere la participación activa de todos los habitantes de la ciudad y el apoyo del pueblo brasileño en su totalidad. La conservación de Ouro Preto es importante también para que quienes en todas partes del mundo impulsan el cumplimiento de los objetivos de la Convención del Patrimonio Mundial. [...]

Estoy convencido de que la brillante entrada de Ouro Preto en el patrimonio mundial contribuirá a estrechar aún más los lazos de cooperación que se han creado entre el Brasil y la Unesco. Quiero terminar formulando el voto de que en el inmenso espacio que hace que el Brasil, con aportes humanos tan variados, sea una especie de resumen del mundo, su Pueblo generoso pueda contribuir en un impulso siempre renovado a encontrar respuestas adecuadas a todas las cuestiones que, en esta etapa final del siglo XX, acosan al conjunto de la humanidad” (M'bow, 1981).

⁹ Texto original: “Me complace subrayar que la ejecución del plan de conservación y de revalorización de Ouro Preto comprende no sólo los trabajos de restauración y de habilitación necesarios para mantener la coherencia, el equilibrio y las características de esta ciudad monumento, sino también la protección de su marco natural que es uno de sus elementos capitales. La armonía y la variedad del paisaje, el perfil de las montañas coronadas por cumbres de singular belleza, forman parte del valor universal que es necesario proteger a toda costa del deterioro” (M'bow, 1981).

o local consagrado pela sua originalidade e beleza. Desse modo, este foi um dos poucos trechos de documentos oficiais da Unesco/Icomos deste período que apresentou diretamente alguma menção de destaque aos africanos e seus descendentes, ao considerar que o êxito de Vila Rica estaria diretamente ligado ao ofício destes homens negros.

Muitas vezes essas igrejas, assim como os monumentos e obras profanas, eram fruto do **trabalho de artesãos negros ou mulatos** que haviam aprendido seu ofício nas oficinas dos mestres portugueses. Estes escravos importados de África, antes de se dedicarem à arte, **constituíam a mão de obra mineira sobre a qual assentava a prosperidade do Estado de Minas.** [...] A **fê dos afrodescendentes**, assim como a dos demais **filhos oprimidos do Brasil colonial**, extraiu apaixonadamente da pedra e da madeira expressões de um imaginário eminentemente brasileiro.¹⁰ (M'bow, 1981, tradução própria, grifo próprio)

Nogueira e Passos (2017) nos atentam que, diante das hierarquias de poder expressas no espaço, somos chamados a ressignificar os sentidos da “arquitetura colonial”, visto que expressam a visão de determinados grupos sociais sob específicos contextos políticos, econômicos e culturais. Diversas narrativas atravessam a preservação do sítio histórico de Ouro Preto. Se por um lado temos o discurso oficial pautado na figura de heróis brancos, como Filipe dos Santos, Tiradentes e demais inconfidentes, por outro temos a história do povo negro sendo apagada. Desse modo, é preciso trazer à tona a presença da herança africana através dos elementos que compõem o patrimônio cultural do sítio histórico da cidade.

A memória dos escravizados é, assim, silenciada por intenções notadamente políticas. Contudo, essas zonas de sombra não desaparecem, elas aguardam o momento para que possam enfim irromper. Recentemente, com a consolidação da metodologia da História Oral e a eclosão do movimento decolonial, o conhecimento de outras histórias tem sido possível. Diferentes memórias de grupos de matrizes africanas e indígenas, por exemplo, têm sido trazidas à superfície, colaborando para a dinamização das interpretações históricas e atestando o caráter plural de formação do país. Sobre esse processo de emergência das memórias subterrâneas Pollak (1989) afirma:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e **transmitidas de uma geração a outra oralmente**, e não através de publicações, permanecem vivas. **O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil imponente opõe ao excesso de discursos oficiais.** Ao mesmo tempo, ela transmite

¹⁰ Texto original: “A menudo essas iglesias, así como los monumentos y las obras profanas, eran el producto del trabajo de artesanos negros o mulatos que habían aprendido su oficio em los talleres de los maestros portugueses. Esos esclavos importados del Africa, antes de dedicarse al arte, constiuían la mano de obra minera sobre la cual descansaba la prosperidad del Estado de Minas. [...] La fe de los descendientes de africanos, así como la de los otros hijos oprimidos del Brasil colonial, arrancaron apasionadamente a la piedra y a la madera expresiones de una imaginación eminentemente brasileña” (M'bow, 1981).

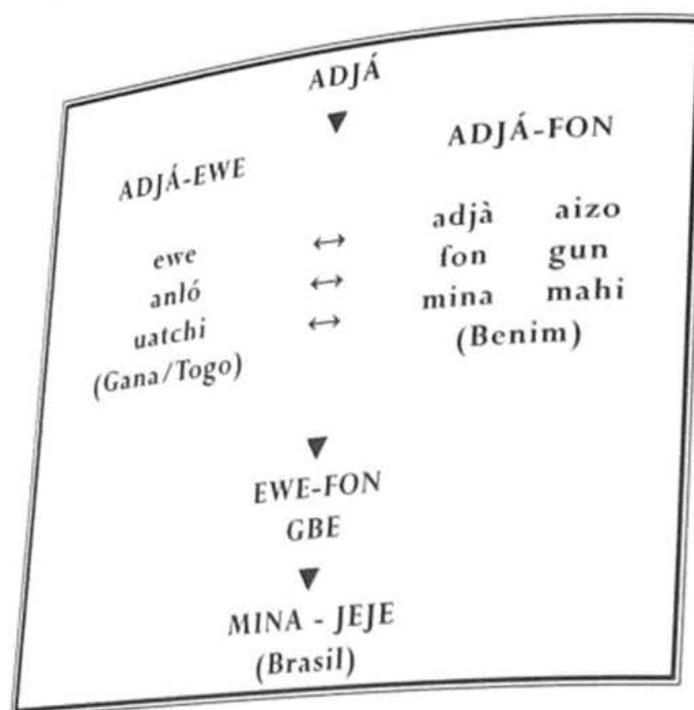
cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da **redistribuição das cartas políticas e ideológicas**. (Pollak, 1989, p. 5, grifo próprio)

Até o ano de 2005 a bandeira de Ouro Preto carregava a inscrição em latim “*proetiosum tamen nigrum*” (ou seja, precioso, embora negro). Tal frase foi alterada após a incessante luta de atores do movimento negro local, sendo transformada em “Precioso Ouro Negro” (em latim, *proetiosum aurum nigrum*)¹¹. Entretanto, não podemos deixar de perceber o quanto a frase original é pejorativa e carrega um tom de exclusão quanto a população negra. Além disso, ela apaga toda a contribuição primordial da inteligência africana, que foi amplamente utilizada enquanto conhecimento tecnológico para a mineração. Esse saber africano foi apropriado pelos colonizadores europeus que o tomaram como seu nas narrativas oficiais (Nogueira; Passos, 2017).

Segundo Paiva (2002) e Castro (2002), o principal grupo identificado com a atividade mineradora era aquele oriundo da região Costa da Mina – local assim denominado pelo tráfico transatlântico e que corresponde à região do Golfo de Benin, na África Ocidental, também conhecida de “sudanesa”. Esses povos provenientes das proximidades do forte de El-Mina e pertencente ao grupo linguístico mina-jeje eram tradicionais conhecedores dos ofícios de mineração do ouro e do ferro e ainda dominavam antigas técnicas de fundição destes metais. Tal conhecimento técnico apurado foi construído e consolidado há centenas de anos, muito antes do contato com os reinos europeus. Nesse sentido, Paiva (2002) afirma que a escolha dos traficantes luso-brasileiros pelos escravizados da Mina (especialmente durante a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII) se pautou na exploração desse saber minerador e metalúrgico, na intenção de abastecer a área de mineração da colônia (Minas Gerais) com uma mão-de-obra especializada (Paiva, 2002).

¹¹ Para saber mais ver em: <https://ouopreto.mg.gov.br/hino-bandeira>

Figura 10 - Grupo etnolinguístico Ewe-Fon.



Fonte: Castro (2002, p. 52).

Conforme Paiva (2002), grande parte do universo social das Minas Gerais setecentista se deve à presença dos negros Mina, cuja participação pode ser percebida, por exemplo, no desenvolvimento das técnicas de mineração; nas formas de habitação; nos comportamentos; nas práticas e representações culturais.

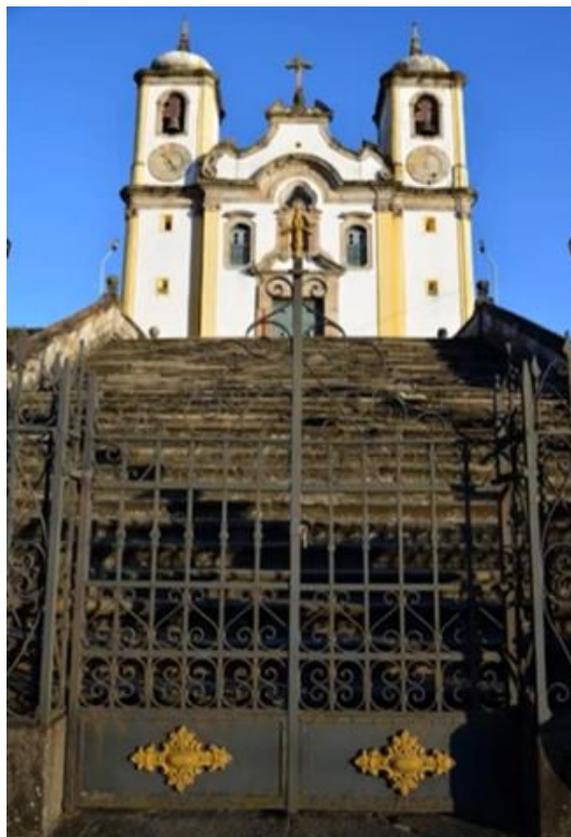
Um dos elementos que também pode ser percebido para atestar a presença e contribuição africana no sítio histórico de Ouro Preto é a identificação de Adinkras nas construções coloniais, principalmente nos portões das igrejas barrocas. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), os Adinkras são um conjunto de símbolos característicos do povo Ashanti, grupo que se destacou no passado justamente por seu forte comércio de extração de ouro das minas de sua região. O IPEAFRO explica que os Adinkras representam ao mesmo tempo sabedoria, conhecimento e tecnologia ancestral africana expressas por meio da linguagem, posto que são ideogramas que indicam valores, filosofias, condutas e normas sociais. O mais comum é o Adinkra denominado Sankofa, o qual simboliza um pássaro olhando para trás e pode ser traduzido como “volte e pegue” ou “voltar para buscá-lo” – isto é, aponta a importância de aprender com o passado para elaboração do presente e do futuro (Veloso, 2022).

Figura 11 - Foto nº 1 de Adinkra no portão da Igreja Santa Efigênia em Ouro Preto, MG.



Fonte: Minicurso “Formação em Linguagens da Educação Patrimonial” - Projeto BomSerá (Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto)

Figura 12 - Foto nº 2 de Adinkra no portão da Igreja Santa Efigênia em Ouro Preto, MG.



Fonte: Minicurso “Formação em Linguagens da Educação Patrimonial” - Projeto BomSerá (Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto)

Figura 13 - Exemplos de Adinkra Sankofa.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO).

É válido salientar que a cultura africana é pautada na tradição oral e em uma memória viva. Ao ser constituída de um significado moral e divino, a tradição oral, conforme aborda Hampaté Bâ (2010), é fundada na experiência e na fidelidade da transmissão, de forma a conduzir o homem à sua totalidade. Sob essa perspectiva, não há dissociação entre o espiritual e o material. Nesse sentido, o autor explica que os ofícios tradicionais representam umas das principais formas de expressão da tradição oral, visto que a atividade artesanal é relacionada a um conhecimento transmitido entre gerações e com origens em uma revelação inicial (Hampaté Bâ, 2010).

Pensando nestes elementos estruturantes da cultura africana, podemos compreender melhor a pauta trazida pelo movimento negro de Ouro Preto, em especial o coletivo Mina du Veloso, através do “Manifesto Ou(T)ro Preto”, movidos pelo reconhecimento da inteligência africana frente aos apagamentos na narrativa histórica.

O outro preto é a mão que levanta a bandeira da inteligência preta. Movimenta a energia sedenta que investiga e escova a história a contrapelo em busca de embasamentos, informação e conhecimento para mostrar ao povo preto a possibilidade de ser outro preto; que se instrui para desconstruir e **ressignificar o papel do povo preto, buscando coletivamente a restauração de seu real lugar na história**. Busca novas visões sobre a relação Brasil-África-América-Europa. Valendo-se do uso da força cultural e da inteligência sufocada, para construir novas formas de relação; compreende que os valores civilizatórios afro-brasileiros possam dar novos caminhos, dispor novas metodologias de ensino/aprendizado, que permitam ao povo preto se entender e utilizar de sua história para se reinserir

socialmente; e assim, construir conjuntamente possibilidades de emancipação. A saber, os valores civilizatórios afro-brasileiros são oralidade, energia vital, ludicidade, memória, ancestralidade, cooperatividade, musicalidade, corporeidade, religiosidade e circularidade, elementos fundamentais, para o impulso ao salto capaz de apresentar outras visões de mundo, outra história, outro preto com outras oportunidades de existir e se libertar. Só conhecimento, somado a inteligência liberta. (Aparecido, 2017, grifo próprio)

Portanto, foi visto que os critérios de inscrição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio Mundial estiveram pautados em valores tradicionais que destacavam uma narrativa oficial através de figuras históricas selecionadas e da sua conexão com um passado heroico e de influência portuguesa. São então evidenciadas as importantes edificações civis religiosas, assim como as expressões consagradas do barroco mineiro. Nesse contexto, encontra-se marginalizada a participação dos povos africanos, forçadamente trazidos ao território brasileiro, representando um sério silenciamento da memória dos escravizados. No discurso comum, os poucos momentos em que a contribuição negra é lembrada tendem a ser quase que unicamente na referência enquanto força de trabalho, de modo que a dimensão da inteligência africana é intencionalmente apagada. Tais disputas de narrativa vêm sendo cada vez mais trazidas à tona, incitando novos debates que colocam em questão a historiografia e as formas de patrimonialização. A dinâmica dos embates reverbera de forma atual e constante na vivência da comunidade e diante da urgência de se executar outros meios de gestão do patrimônio, os quais sejam capazes de movimentar o diálogo das instituições com a população local.

3.2 A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA EM TORNO DAS INQUIETAÇÕES AO TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

Neste subtópico iremos trazer a repercussão midiática em torno da preservação de Ouro Preto e levantaremos alguns eventos que tiveram maior destaque nos portais de informação – entre eles, o incêndio no Hotel Pilão e o desmoronamento do Morro da Forca. Os jornais selecionados foram: Jornal do Brasil, Estado de Minas, Folha de São Paulo, G1/Globo, Estadão e Itatiaia. A intenção aqui não é atestar a veracidade das notícias, mas sim compreender a reverberação de certos aspectos na mídia que gerou, por exemplo, um clima de insegurança quanto ao título de Patrimônio Mundial. Tendo em vista o cenário difundido por essas plataformas de informação, nos próximos tópicos (3.3 e 3.4) e no capítulo 4 será possível verificar os dados a respeito do estado de conservação, além da perspectiva dos próprios técnicos ou gestores responsáveis e da população local, confrontando assim o discurso trazido pela imprensa.

A elevação a Monumento Mundial trouxe uma série de expectativas no sentido de impulsionar a preservação do sítio histórico de Ouro Preto, que passava por dificuldades na garantia de sua salvaguarda. Em 1980, foi publicado no Jornal do Brasil reportagem intitulada “Como monumento mundial, Ouro Preto pode ser salva das ruínas”, escrita por Maurílio Torres. A matéria destacou a ampliação das possibilidades de ações de conservação e restauração advindas com o reconhecimento do Patrimônio Mundial. O Secretário Municipal de Turismo apostava que a elevação poderia favorecer o investimento de recursos oriundos do fundo de cultura da ONU e contribuir para a divulgação internacional da cidade para o turismo. O Secretário de Obras, Sérgio Queirós, também carregava grandes expectativas quanto a um possível maior aporte de recursos financeiros direcionados à cidade para executar obras mais complexas de infraestrutura urbana, inclusive pensando na viabilidade de construção de um bairro-satélite ou área de expansão que permitisse o crescimento da cidade sem descaracterizar sua paisagem histórica (Torres, 1980).

“Desde que um país aceite que um dos seus bens culturais seja declarado de interesse universal, ele implicitamente estará se comprometendo, perante a comunidade mundial, a **zelar por todos os meios por esse bem**”, explica o Diretor Regional do Sphan, Sr. Roberto Lacerda. De acordo com ele, tendo declarado Ouro Preto Cidade Monumento Mundial, a **Unesco poderá cobrar e pressionar as autoridades brasileiras** para que os complexos problemas que ameaçam Ouro Preto – **das ameaças dos fenômenos geológicos à desfiguração paisagística e arquitetônica, passando por ameaças, como incêndios e depredações de toda ordem** – sejam atacados e resolvidos. [...]

Problemas de infraestrutura são também invocados pelo Secretário Municipal de Obras Sr. Sérgio Queirós, que vê a próxima elevação da Cidade a Monumento Mundial como a **possibilidade de evitar uma das maiores causas da desfiguração arquitetônica da ex-Vila Rica: a falta de recursos**. A restauração de um casarão em Ouro Preto sai caríssima, pois são construções sofisticadas, com estruturas de madeira. O resultado é que a maior parte dos proprietários prefere demolir as casas e refazê-las em concreto armado, do que decorre a verdadeira **falsificação do barroco** por que o conjunto da cidade vem passando.

De acordo com o Secretário de Obras, agora que a cidade iniciará obras de restauração de sua rede de esgotos, **o recebimento desse título – que ocorre pela primeira vez na história do país – facilitará a ele os meios de conseguir recursos federais para outras obras urgentes de infraestrutura urbana**, como a construção de um novo sistema de captação e de distribuição de água.

Lembra o Coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural, órgão do MEC, Sr. Luís Felipe Perret Serpa, que o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procura agora **levar as comunidades a assumir a maior parte da conservação dos monumentos e conjuntos arquitetônicos tombados, em todo o país, em vez de esperar que o órgão execute a impossível tarefa de preservar tudo o que existe no país, de interesse histórico e artístico, de maneira paternalística e irrealista**. (Torres, 1980, grifo próprio)

Isadora Ribeiro (2021) afirma que o crescimento acelerado da cidade de Ouro Preto durante os anos 1980 e sua elevação a Patrimônio Mundial fizeram surgir novas nuances na

dinâmica deste espaço, levando às transformações na paisagem e à necessidade de inclusão dos morros circundantes nos parâmetros de preservação. Dessa maneira, diferentes utilizações e apropriações do território foram sendo absorvidas no núcleo urbano em meio a um contexto não resolvido de conflitos e divergências entre população local, Prefeitura e Iphan. Assim, a autora aponta que muitas vezes as atribuições se confundem, e as esferas responsáveis pela proteção do patrimônio se atrapalham na execução de suas funções. Ainda, a comunidade se queixa de que mesmo com o título de Monumento Mundial poucas melhorias foram realizadas para a cidade de modo mais abrangente (Ribeiro, 2021, p. 87-97, 117).

A respeito dos problemas decorrentes do tráfego de veículos pesados, em reportagem do Jornal do Brasil (Caminhão, 2002) e da Folha de São Paulo (Werner, 2022), é noticiado que o chafariz da Igreja do Pilar foi atingido em novembro de 2002. O acidente foi causado por um caminhão que, ao descer uma das ruas mais íngremes da cidade (Rua Randolpho Bretas, conhecida como rua da Escadinha), numa pista molhada devido à chuva, deixou o motorista sem o controle do veículo e atingiu o chafariz da Igreja do Pilar, quebrando-o em diversos pedaços. Os fragmentos foram numerados e fotografados na expectativa de se conseguir reconstruir o monumento. Porém, em outra reportagem da Folha de São Paulo (Guimarães, 2003), em agosto de 2003, dois meses após a restauração ter sido concluída, novamente um acidente envolvendo um caminhão destruiu parte do chafariz.

Além de mobilizar os moradores da cidade, que se aglomeraram no local, o acidente também levanta a discussão sobre a conservação de Ouro Preto, que corre o risco de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, dado pela Unesco em 1980 (Werner, 2002).

Figura 14 – Caminhão atinge o Chafariz da Igreja do Pilar (2002).



Fonte: Jornal do Brasil, 2002.

No mesmo mês do acidente de 2002, Ouro Preto recebeu o representante da Unesco, Jorge Werthein, para conferir a situação da preservação da cidade. Segundo reportagem do Jornal do Brasil (Garda, 2002), sua visita confirmou os transtornos relacionados ao tráfego de veículos pesados no núcleo histórico, a existência de obras irregulares, os problemas de saneamento e as dificuldades na fiscalização pública. Além disso, o responsável expôs com preocupação a não implementação de um plano diretor e os efeitos negativos da complicada condição de Ouro Preto em outras propostas que o Brasil viria a encaminhar para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Garda, 2002). A Folha de São Paulo (Unesco Vê, 2002) e o Estadão (Unesco Vai, 2002) informaram que Jorge Werthein estava na cidade poucas horas antes da colisão do caminhão no chafariz, sua presença se deu por conta da participação no Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Uma missão do Centro do Patrimônio Mundial também já estava agendada para acontecer no mês seguinte, de modo que os órgãos responsáveis teriam até dezembro de 2003 para atender as recomendações exigidas no diagnóstico (Unesco Vai, 2002; Unesco Vê, 2002)

Entre as ameaças à maior referência histórica mineira está o **tráfego de veículos pesados pelo centro histórico**, inclusive na Praça Tiradentes. Segundo Werthein, o Museu da Independência está cedendo entre um e dois centímetro por ano em consequência do impacto desse trânsito e outros prédios históricos estariam ameaçados.

- Quando detectam alguma construção irregular, ela já está com um ou dois andares. Não há estrutura de fiscalização e dezenas de **processos estão acumulados** na prefeitura, sem julgamento. Isso cria uma grande situação de impunidade – diz Werthein. (Garda, 2002, grifo próprio)

Benedito Tadeu de Oliveira, na época diretor da II Sub-regional da 13ª Superintendência do Iphan, publicou no Jornal do Brasil: “Ouro Preto, a destruição pelas bordas” (2003). Seu texto trata dos problemas que vinham colocando o patrimônio da cidade em um cenário preocupante de deterioração, incluindo o crescimento acelerado e desordenado que acarretou a ocupação de encostas e áreas de risco geológico, além de espaços de sítios arqueológicos. Segundo Benedito Oliveira (2003), tal situação não só trouxe uma piora na qualidade de vida, como também descaracterizou a paisagem na qual se enquadra o conjunto arquitetônico. O responsável destacou os demais pontos de atenção: danos causados pelo trânsito às edificações, construções irregulares, adensamento e alterações nos espaços internos dos imóveis, substituição de materiais e dos sistemas construtivos. Outra questão importante para Oliveira (2003) são as condições de trabalho do Iphan. Ele argumenta que, naquele momento, o Instituto não possuía estrutura suficiente para monitorar todas as obras que aconteciam na cidade, o qual fiscalizava apenas parte da Zona de Proteção Especial (ZPE), enquanto as áreas de proteção ambiental e paisagística ficavam quase sem supervisão. Diante disso, ele chega a dizer que o Iphan não estaria executando “um trabalho de preservação na cidade, mas, sim, apenas, um trabalho de resistência à sua destruição” (Oliveira, 2003).

Em Ouro Preto a Carta Geotécnica e o Plano Diretor de 1996 não vêm sendo considerados nas ocupações urbanas. Na cidade não existem o Código de Edificações e Obras, a Lei de Uso e Ocupação do Solo nem um sistema eficiente de prevenção e combate a incêndios. [...]

Ouro Preto encontra-se, portanto, em um processo acelerado e progressivo de deterioração de natureza quase irreversível. Um Plano para a Recuperação Ambiental, Paisagística e Arquitetônica de Ouro Preto envolve **iniciativas amplas e diversificadas**, contemplando ainda ações nas áreas de pesquisa histórica e arqueológica, manutenção preventiva do patrimônio edificado e educação patrimonial e ambiental.

A tarefa de conservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade é gigantesca e pode gerar postos de trabalho permanentes no município, contribuindo também para o aumento do turismo e para a dinamização da economia regional. Só uma **ação conjunta entre os governos municipal, estadual e federal** pode retirar Ouro Preto da rota de expansão desordenada e autodestrutiva, e coloca-la no **caminho do desenvolvimento e da preservação autossustentável**. (Oliveira, 2003, grifo próprio)

Em 14 de abril de 2003, ocorreu um incêndio no Hotel Pilão, casarão localizado no centro histórico de Ouro Preto, na Praça Tiradentes, principal via turística da cidade. Conforme reportagem da Folha de São Paulo (Incêndio, 2003), o fogo teria começado no segundo andar do casarão e se propagou facilmente devido às estruturas em pau-a-pique e assoalhos de madeira – materiais muito inflamáveis. A notícia afirma que a rede de hidrantes não foi suficiente para controlar o incêndio, sendo necessária a ajuda de carros-pipa de empresas privadas e o reforço da guarnição de bombeiros de Belo Horizonte no combate. Alguns edifícios localizados próximos ao local também teriam sido afetados pelo calor das chamas, apresentando pequenos focos de fogo (Incêndio, 2003).

Figura 15 – Foto 1 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.



Fonte: Ronald Péret.

Figura 16 – Foto 2 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.



Fonte: Ronald Péret.

Figura 17 – Foto 3 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.



Fonte: Ronald Péret.

O Jornal do Brasil destacou que o sinistro aconteceu dois dias após a visita da delegação da Unesco a Ouro Preto, que havia sido enviada à cidade justamente para avaliar as condições de preservação das edificações tombadas e reconhecidas como Patrimônio Histórico da Humanidade (Fogo, 2003).

Segundo testemunhas, o incêndio começou por volta das 18h30, quando o comércio estava fechado. O Corpo de Bombeiros da cidade foi acionado, mas teve dificuldades para combater o fogo. As autoridades pediram ajuda aos bombeiros de Belo Horizonte – a capital fica a 95 quilômetros da cidade histórica. Sete caminhões chegaram a tempo de evitar uma tragédia maior. Há suspeita de que um curto-circuito tenha causado o incêndio.

-Por sorte o fogo não atingiu a Câmara Municipal, outro prédio secular – disse Genivaldo dos Santos Florente, de 39 anos, que há 20 trabalha como guia turístico em Ouro Preto. Muitos moradores e turistas, comovidos, lotaram a Praça Tiradentes para acompanhar o trabalho dos bombeiros. Durante horas, a fumaça causada pelo incêndio encobriu a cidade. O clarão era visto do município de Mariana.

- Os caminhões são grandes e as ruas estreitas. Os nossos recursos locais são limitados – lamentou Eduardo Drummond, dono de um restaurante no Centro. (Fogo, 2003)

Em matéria do portal de notícias dos alunos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (Neves, 2021), o caso do incêndio do Hotel Pilão é relembado e é afirmado que o Corpo de Bombeiros buscou controlar o incêndio para que não se alastrasse para as edificações ao redor, tentando evitar uma tragédia maior. Em entrevista ao site, o capitão Márcio Toledo lembra que foram duas as principais dificuldades na época: a condição dos veículos e a qualidade dos hidrantes, que não possuíam vazão e pressão suficientes. Além disso, a chegada demorou, pois o batalhão se localizava no bairro do Pilar. A corporação tinha um caminhão muito lento e que carregava cinco mil litros de água. Assim, tentaram utilizar a mangueira reserva, mas não conseguiram. Dessa forma, Toledo conta que se tornou necessário fazer uma baldeação até a rodoviária para buscar água, um deslocamento que levava cerca de 20 minutos. Por isso, foi fundamental a chegada da ajuda de caminhões-pipa de empresas privadas para reabastecer a viatura dos bombeiros. O comandante explica que, para evitar a propagação do incêndio, foi usada uma técnica conhecida como “proteção”, aplicada quando se identifica que já não é mais possível salvar o local. Desse modo, realizaram o isolamento do Hotel Pilão para que as chamas não se proliferassem causando mais danos às outras construções (Neves, 2021).

Figura 18 – Foto 4 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.



Fonte: Ronald Péret.

Figura 19 – Foto 5 do Incêndio no Hotel Pilão 14 de abril de 2003.



Fonte: Ronald Péret.

Conforme publicado pelo Jornal do Brasil, para averiguar o acontecido, o Ministério Público Federal em Minas Gerais solicitou a abertura de inquérito a fim de investigar indícios de que o incêndio pudesse ter sido criminoso. Isso porque o prédio foi comprado no ano anterior por um empresário que contratou um seguro de R\$ 1 milhão de reais pelo imóvel. Além disso, a notícia aponta que desde fevereiro daquele ano o Ministério Público Estadual já avaliava as precárias condições de trabalho do Corpo de Bombeiros em Ouro Preto, que atuavam com apenas dois caminhões de combate ao fogo e com problemas no funcionamento da rede de hidrantes (Mazzini, 2003).

Figura 20 – Foto 1 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).



Fonte: Ronald Péret.

Figura 21 – Foto 2 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).



Fonte: Ronald Péret.

Figura 22 – Foto 3 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).



Fonte: Ronald Péret.

Figura 23 – Foto 4 do cenário após o incêndio no Hotel Pilão (2003).



Fonte: Ronald Péret.

Em matéria publicada pela Folha de São Paulo no mês de novembro de 2002, é noticiado o envio de uma missão técnica do Comitê do Patrimônio Mundial para avaliar o estado de conservação de Ouro Preto que seria realizada no início de 2003. Em entrevista ao jornal, a coordenadora do setor de cultura da Unesco no Brasil, Jurema Machado, comenta que a situação apresentada por Ouro Preto durante o Seminário sobre a implementação do Estatuto da Cidade, em julho de 2002, foi muito preocupante. Ela afirma então que os principais problemas na gestão dos sítios históricos urbanos consistem em dificuldades na administração, controle e ordenação da expansão do território. Além disso, problematiza como o tombamento dessas cidades durante as décadas de 1930 e 1950 implicou na manutenção da falsa ideia de que só o governo federal era responsável pela preservação, e que os governos estaduais e municipais não teriam nada a fazer (Krakovics, 2002).

Em 18 de abril de 2003, no Jornal do Brasil foi anunciado que os governos federal e estadual liberaram R\$ 12 milhões para a recuperação do patrimônio cultural da cidade. Antes mesmo de acontecer o incêndio no Hotel Pilão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da cultura Gilberto Gil já estavam com agenda marcada para visitar a cidade. Assim, foi divulgado que haveria novos investimentos para recuperação de imóveis privados de Ouro Preto, além de esforços para construção de políticas integradas em prol das cidades históricas. A matéria comenta que a imagem de Ouro Preto quanto à salvaguarda do seu patrimônio já estaria abalada também pelo caminhão que atingiu o chafariz do Pilar e pelo crescimento desordenado nas áreas periféricas (Marques, 2003).

Pressionados pela ameaça de cassação do título de Patrimônio da Humanidade de Ouro Preto pela Unesco, o governo federal e o Estado prometem uma política

prolongada em benefício de patrimônios tombados. De imediato, serão liberados R\$ 12 milhões para a recuperação do patrimônio histórico e artístico da cidade. [...] O clima é também de consternação no governo de Minas. **A Unesco já ameaçava cassar o título da cidade desde o ano passado, quando um caminhão derrubou um chafariz secular.** (Marques, 2003, grifo próprio)

No ano de 2008, ao completar 70 anos do seu tombamento nacional, o Estadão publicou reportagem manifestando que a fase mais complicada para a salvaguarda de Ouro Preto teria sido ultrapassada, ainda que alguns problemas persistissem. A notícia trata do assunto a partir das considerações colocadas no parecer elaborado pelo arquiteto Esteban Prieto, chefe da missão realizada pelo Icomos em 2003, cujo relatório contém uma lista de dez recomendações a serem adotadas. Quanto à execução das medidas solicitadas, Jurema Machado comunicou o jornal sobre o que foi feito: o Plano Diretor foi implantado; foi aprovada a lei de uso e ocupação do solo; criou-se a Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano; o Iphan delimitou a área da cidade e o entorno considerado patrimônio mundial; além de ocorrerem ações para formação de mão-de-obra capacitada para o patrimônio cultural. Foi também informado que a necessidade de recursos financeiros se fez através de financiamentos oriundos do Programa Monumenta, Ministério da Cultura, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e ICMS Cultural. Por fim, Machado destacou que a questão mais difícil se referia à construção de ações capazes de conciliar a preservação e desenvolvimento por meio de um planejamento de crescimento urbano e um programa de moradias populares, visto que esse era um problema histórico do local (Kattah, 2008).

“**Estávamos queimando no fogo do inferno e fomos para o purgatório**”, compara Benedito Tadeu de Oliveira, diretor do Iphan na cidade, que apresentou relatório alertando para a situação de risco em seminário realizado pela Unesco em Olinda (PE), em agosto de 2002. O documento causou impacto, e, meses depois, a fragilidade do acervo de Ouro Preto ficou evidente, com o incêndio de um casarão do século 18 na Praça Tiradentes. A Unesco no Brasil solicitou um monitoramento em caráter excepcional, e **Ouro Preto esteve ameaçada de ingressar na lista de sítios em perigo. Atualmente, a hipótese é descartada.** Segundo a arquiteta Jurema Machado, coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil, nos próximos dias será solicitado ao Iphan que encaminhe, por meio do Itamaraty, relatório para o Centro do Patrimônio Mundial, em Paris, sobre as providências adotadas em relação ao relatório da missão que visitou a cidade em 2003. A vistoria do Icomos (setor técnico da Unesco na área de patrimônio), chefiada pelo arquiteto Esteban Prieto, elaborou lista com dez recomendações. Jurema adianta que considera “bem positiva” a resposta das autoridades, embora ressalte que **o maior desafio é encontrar soluções para “problemas gigantesco**”, como a ocupação desordenada das encostas e o trânsito no centro histórico. (Kattah, 2008, grifo próprio)

A possibilidade de retirar de Ouro Preto o título de Patrimônio Mundial era algo remoto para os representantes e técnicos da Unesco, pois, para isso, a cidade teria que passar por um longo processo em que o primeiro passo seria colocá-la na Lista do Patrimônio em Perigo e

Ouro Preto nunca chegou a essa fase (Grammont, 2005, p. 177). Mesmo assim, os veículos de comunicação fizeram grande divulgação desta notícia, intensificando a possível perda e provocando uma sensação de incerteza entre os brasileiros quanto à situação do patrimônio não só de Ouro Preto, mas do Brasil todo, tendo em vista a importância desse sítio histórico que foi o primeiro do país a ser reconhecido como Monumento Mundial.

Um boato de que Ouro Preto poderia perder o título de patrimônio cultural da humanidade provocou rebuliço no segundo semestre de 2002. A possibilidade de a Unesco “cassar” títulos das cidades-monumento e de outros itens do patrimônio mundial é mínima. Se for necessário, ela primeiro os coloca no rol dos que estão em condição de risco. Mas, se Ouro Preto pulasse para essa categoria, sua reputação seria arranhada, com presumível queda da taxa de ocupação de hotéis e de pousadas, e também das receitas de outros segmentos que se nutrem do turismo. E havia motivos para preocupação. (Iphan, 2008b, p. 15)

Após o levantamento das notícias situadas entre o momento inicial do recebimento do título de Patrimônio Mundial e a primeira década dos anos 2000, passamos agora para a seleção de reportagens mais recentes encontradas ao longo do período desta dissertação, isto é, entre os anos de 2022 e 2023. Assim, é demonstrado o que tem sido divulgado na mídia sobre o atual contexto de Ouro Preto em relação aos últimos eventos ocorridos na cidade. Além disso, posteriormente, no capítulo 4 poderemos verificar se os acontecimentos e pontos elencados pelos jornais têm algum reflexo nas respostas obtidas por meio da pesquisa de campo feita com a população local.

Outro tipo de incêndio que acontece sazonalmente em Ouro Preto é o florestal e que, em alguns casos, pode chegar a atingir a área urbana, dependendo da proximidade da vegetação. Em notícia do G1 Minas Gerais (Alano, 2022) e do Estado de Minas (Machado, 2022a), é informado que no dia 28 de agosto de 2022 ocorreu um incêndio na vegetação que chegou próximo à estrada, às residências e ao Museu Bouliou, localizado na Rua Padre Rolim. O Secretário do Meio Ambiente, Chiquinho Assis, disse ao G1 que provavelmente o incêndio começou devido à queimada de lixo que acabou saindo do controle, de modo que foi necessário fazer uma grande linha de resfriamento para proteger o Museu. Além disso, a matéria do Estado de Minas comunicou a criação de um departamento de prevenção e combate a incêndios florestais, chamado de “Base Ouro”, cujo objetivo é ser suporte para atuação do Corpo de Bombeiros, além de estar articulada à Secretaria de Defesa Social e Meio Ambiente, Polícia Militar, brigadistas e Unidades de Conservação (Machado, 2022a). Em entrevista ao mesmo jornal, o Tenente Torres do Corpo de Bombeiros comentou a importância de se educar a população, devido à existência de muitos focos de incêndio durante os períodos de estiagem.

Figura 24 – Incêndio na vegetação próximo ao Museu Boulieu em Ouro Preto.



Fonte: G1 Minas Gerais.

Abordando agora a questão do risco geológico, são diversos os casos de desmoronamentos que já aconteceram em Ouro Preto e, por isso, escolheu-se trazer aqui algumas das mais recentes ocorrências por deslizamento de terra, a fim de confirmar a atualidade do tema, mas sem sobrecarregar o assunto. Nesse sentido, foi percebido uma maior repercussão midiática em torno do movimento de massa no Morro da Forca que ocasionou no desabamento do casarão Solar Baeta Neves. Apesar de Ouro Preto ter passado por problemas e interdições em vários pontos da cidade neste período¹², os veículos de comunicação demonstraram um notável recorte ao voltar sua atenção para a edificação localizada no centro histórico. A partir desse evento, também começaram a ser divulgadas matérias sobre a existência de muitas áreas de risco geológico na cidade, com manchetes que sugeriam que essas seriam informações recentemente descobertas, o que não se confirma haja vista a elaboração do estudo feito pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM no ano de 2016.

É publicado então que, no dia 13 de janeiro de 2022, um deslizamento de terra no Morro da Forca destruiu um casarão neocolonial do século XIX e um depósito, situados próximo ao

¹² Tal informação pode ser confirmada através do Ofício nº22/2022, de 10 de janeiro de 2022, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Ouro Preto no qual são descritos os danos materiais, físicos e humanos e é afirmada a necessidade de se declarar Estado de Emergência no município. Este Ofício será discutido com mais detalhes na seção 2.3, juntamente com a criação da Comissão de Salvaguarda do Patrimônio.

Centro de Artes e Convenções da UFOP e à Praça da Estação. Conforme informa a reportagem do G1 Minas (Mansur, 2022), o casarão estava interditado desde 2012 quando outro deslizamento já tinha ocorrido no local e os técnicos chegaram à conclusão de que não havia segurança para ocupação do espaço. Assim, como o risco havia sido identificado anteriormente, o imóvel estava vazio, o que garantiu que ninguém se ferisse. O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil foram chamados por volta de 8:30 horas para verificar a situação, e diante dos riscos a área do entorno foi evacuada, criando-se um cordão de isolamento. Logo em seguida, às 9:10 horas, o deslizamento ocorreu, como indica a notícia. Segundo entrevista da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros ao jornal, três elementos contribuíram para esta ocorrência: declividade da encosta, características geológicas da região e o acúmulo do grande volume de chuvas desde 26 de dezembro, deixando o solo saturado (Mansur, 2022). Além disso, a Rádio Itatiaia informou que, segundo os Corpo de Bombeiros, ainda persistia uma instabilidade do talude, de modo que, se ocorresse outro desmoronamento, poderiam ser afetados um hotel e um restaurante próximos (Pavanelli, 2022).

“Recebemos um telefonema [informando] que tinha um indício de um deslizamento. Imediatamente deslocamos para o local, evacuamos as pessoas que estavam no ônibus, próximas ali paradas, pedimos apoio a Guarda Municipal e 15 minutos depois veio abaixo boa parte do Morro da Forca. Tem um depósito de uma loja ali e também um casarão do século 18 da prefeitura que veio abaixo. Não tem como acessar o local, mas acreditamos que ele foi todo destruído”, explica Neri Moutinho, gerente da Defesa Civil da cidade. (Pavanelli, 2022)

Figura 25 – Desmoronamento do Morro da Forca em Ouro Preto destruindo o casarão Solar Baeta Neves, 13/01/2022 (Foto 1).



Fonte: Ane Souza (Folha de São Paulo).

Figura 26 – Desmoronamento do Morro da Forca em Ouro Preto destruindo o casarão Solar Baeta Neves, 13/01/2022 (Foto 2).



Fonte: Dudu Barbatti (TV Globo).

A Unesco veio a público manifestar solidariedade com a cidade de Ouro Preto devido às fortes chuvas que atingiram a região e lamentou os danos causados. O Escritório da Unesco em Brasília também comunicou os acontecimentos ao Centro do Patrimônio Mundial e à área de Cultura e Emergências da Organização. Além disso, entrou em contato com o Iphan para disponibilização de apoio técnico e contribuição no que fosse necessário (Chuvas, 2022; Unesco Lamenta, 2022). A Diretora e Representante da Unesco no Brasil, Marlova Noletto, afirmou em nota:

O desastre ocorrido em Ouro Preto, a primeira cidade brasileira inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, constitui uma perda para a humanidade. São necessárias **ações preventivas e coletivas** para a proteção do nosso patrimônio cultural comum, que tem valor excepcional para todo o mundo. Os **cada vez mais frequentes desastres** por causas naturais devem nos alertar em relação às **mudanças climáticas** que já estão acontecendo e nos mobilizar a favor de **políticas coordenadas de proteção, mitigação de desastres e planos de gestão adequados** (Chuvas, 2022, grifo próprio)

Após a destruição do Solar Baeta Neves, elencaram-se outros imóveis históricos que estariam sob risco semelhante, segundo reportagem do Estado de Minas de janeiro de 2022 (Machado, 2022b). Em entrevista, a Secretária de Cultura e Turismo, Margareth Monteiro, citou: a Igreja do Bom Jesus do Matozinhos, os casarões do Vira-Saia e do Veloso. A notícia

informa que o casarão do Vira-Saia, localizado na ladeira de Santa Efigênia, encontra-se em ruínas desde 2015 devido ao abandono dos proprietários herdeiros. Assim, foi necessária a intervenção do Ministério Público para determinação de obras de escoramento e restauração – o que a prefeitura só conseguiu fazer recentemente com a desapropriação do espaço, ocorrida em janeiro de 2022. A história deste casarão remete ao grupo chefiado por Antônio Francisco Alves, conhecido também como Robin Hood das Gerais por realizar saques contra o quinto da coroa portuguesa e pode ser encontrada no livro de Ângela Xavier (2009)¹³. Já sobre o casarão do Veloso, situado no Bairro Antônio Dias, foi comunicada a realização de escoramento e loneamento com o acompanhamento de engenheiros. A situação da Igreja Bom Jesus de Matozinhos será comentada mais adiante.

Figura 27 – Casarão do Vira-Saia, localizado na ladeira de Santa Efigênia.



Fonte: Defesa Civil de Ouro Preto.

Como mais um desdobramento da crescente atenção gerada pelo deslizamento no Morro da Força, a imprensa passou a veicular informações coletadas em 2016 pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Em reportagem do jornal Itatiaia (Pavanelli, 2022), foi divulgado

¹³ Para saber mais ver: XAVIER, Ângela Leite. Tesouros, fantasmas e lendas de Ouro Preto. Editora: Própria, 2009. <https://www.ouropreto.com.br/secao/artigo/os-lugares-assombrados-nos-conectam-com-o-passado-estamos-no-ano-de-1741-quando-a-casa-do-vira-sahia-foi-construida>

que aproximadamente 3 mil moradores de Ouro Preto vivem em áreas de risco geológico. O Serviço Geológico e a Defesa Civil identificaram 313 áreas de risco em 2016 e um total de 882 domicílios particulares ou coletivos. A matéria informou que, segundo a pesquisa, mais de 81% desses domicílios estavam sujeitos a deslizamentos de encostas, que foi justamente o que aconteceu com os casarões afetados pelo desmoronamento de parte do Morro da Forca. Conforme trecho do relatório exposto na notícia, a expectativa era de que o levantamento trouxesse contribuições para os trabalhos de ordenamento territorial e prevenção de desastres, a fim de diminuir a perda de vidas humanas e impactos econômicos (Pavanelli, 2022).

Jornalistas do Estado de Minas abordaram a questão das chuvas, trazendo alguns comentários dos moradores que demonstraram um sentimento de constante medo e angústia (Couri; Costa, 2023). Os relatos da comunidade giram em torno do incômodo diante da ausência de uma solução definitiva para o problema, uma vez que o valor pago pelo aluguel social não seria suficiente para pagar as despesas, as ocorrências se repetirem todo ano, e os projetos ficariam apenas no papel sem serem de fato executados. Os entrevistados ainda apontaram lugares em que aconteceram deslizamentos e relembram as famílias vítimas das tragédias. A reportagem destaca a situação especialmente complicada do bairro Taquaral, onde parte do asfalto das ruas cedeu, e deslizamentos de terra interditaram algumas residências, chegando a se ver grandes rachaduras, de modo que parte dos imóveis foram abandonados. Alguns moradores dizem sair das casas no período de alerta e, apesar do medo, retornarem depois que a temporada chuvosa passa. Uma das dificuldades em sair das casas está principalmente no vínculo emocional, pois as pessoas já moram no local há muitos anos e tiveram que mobilizar um grande esforço de trabalho para conseguir construir seu lar (Couri; Costa, 2023).

Moradores e funcionários de estabelecimentos próximos ao Morro da Forca evitam se manifestar sobre a situação do local. Uma funcionária – que preferiu não se identificar – disse que todos sentem **medo de viver e trabalhar ali perto**, mas estão saturados do assunto. Já nos bairros da periferia, os moradores contam que o **medo é constante**. “Mas não tem outra opção, temos que ficar”, diz uma residente do Bairro Piedade. Quando chega o período chuvoso, eles dizem que o que resta é rezar para que uma nova tragédia não aconteça. “**Qualquer barulho já é motivo de preocupação**”, afirma outro.

[Maria Helena Rocha, moradora do bairro Taquaral] A aposentada afirma que se a prefeitura oferecesse um outro local, aceitaria se mudar. “Alguma coisa tem que ser feita porque do jeito que está aqui não dá pra ficar não. **Isso é situação de um ser humano viver?**”, questiona. Ela relata ainda que as casas abandonadas trouxeram outro problema para o bairro: a **insegurança**. “À noite, sentimos um clima diferente, com usuários de drogas. Eles aproveitam os lugares vazios”, explica. Maria Helena conta que antes a polícia fazia rondas frequentes, mas depois que o asfalto cedeu não tem como os veículos acessarem o local. (Couri; Costa, 2023, grifo próprio)

Na mesma matéria, a prefeitura teria informado que as pessoas que moram em áreas de alto risco têm sido direcionadas para o aluguel social, o qual estaria atendendo cerca de 178 famílias, totalizando um investimento de R\$125 mil mensais (Couri; Costa, 2023). O secretário da Defesa Social, Juscelino Gonçalves, também disse ao jornal que vem buscando acrescentar recursos humanos e materiais ao departamento. Acerca do risco em torno dos casarões históricos, a Secretaria de Cultura comunicou que alguns imóveis já foram ou estão sendo recuperados e citam os seguintes: Casa de Pedra de Amarantina, Capela Velório e a Praça de Santo Antônio do Salto, Parque das Cavalhadas de Amarantina, obras do Teatro Municipal Casa da Ópera e do Casarão Rocha Lagoa (Couri; Costa, 2023).

A expansão em torno de morros e vales é discutida em matéria publicada pelo G1 como o que seria problema crônico de Ouro Preto (Alvim, 2022). O jornalista Carlos Alvim comenta que, apesar de parecer um cenário do século XVIII para os turistas, a relação com a cidade para os moradores é de apreensão sempre que ocorrem chuvas fortes, colocando histórias e vidas em risco. Ao perguntar sobre tal questão ao geólogo Júlio Lana, ele reforçou que é preciso que o espaço seja bem gerenciado, monitorado e fiscalizado em relação ao crescimento urbano.

A proteção do patrimônio localizado fora do centro histórico, que tradicionalmente recebe mais atenção midiática e recursos, chega a ser comentada pela professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP, Fernanda Alves de Brito, nessa mesma matéria. Ela ressalta a Igreja do Bom Jesus de Matozinhos e de São Miguel e Almas, localizada no bairro Cabeças (Alvim, 2022):

“A Igreja do Bom de Jesus de Matozinhos das Cabeças está interditada há anos. Com várias trincas e risco de desmoronar. Além disso, ainda tem uma área de encosta atrás do antigo prédio da Santa Casa da cidade. A gente precisa ter urgente um olhar para que ações possam acontecer nessas áreas. **Quando a gente fala de patrimônio, estamos falando de referência e identidade**”, destaca a professora [Fernanda Alves de Brito Bueno]. (Alvim, 2022, grifo próprio)

Para conhecer com mais detalhes sobre a situação dessa igreja, recorreremos ao texto de Ignacio Gagliardi no portal Ilumine o Projeto (Gagliardi, 2021). A edificação está situada fora do tradicional circuito turístico em torno da Praça Tiradentes e sua portada, feita por Aleijadinho, traz uma distinta representação do purgatório. A Igreja foi fechada em novembro de 2014, e diversas foram as manifestações da comunidade de fiéis do bairro Cabeças exigindo o início das obras de restauração. O fechamento em 2014 ocorreu para prevenção contra acidentes, devido à movimentação da estrutura do telhado, uma vez que o forro já havia sido retirado em 2008. Além disso, a lateral do adro encontrava-se seriamente comprometida e existia a necessidade de obras para contenção da encosta. Segundo Gagliardi (2021), a igreja

chegou a ter previsão para recebimento de recursos do PAC Cidades Históricas, porém este contemplava apenas o interior da edificação e, assim, ficou interditado por medida de segurança, já que não adiantava restaurar a igreja sem garantir a segurança através da contenção da encosta.

Recentemente, em agosto de 2023, o Jornal Itatiaia divulgou o anúncio da Prefeitura sobre a lista de intervenções planejadas em parceria com o Iphan. Nela consta a restauração completa da Igreja do Bom Jesus de Matozinhos e São Miguel e Almas por meio de um projeto que abrange a restauração arquitetônica, o reforço estrutural do terreno e a recuperação dos elementos artísticos (Truocchio, 2023). A população espera se as obras serão finalmente iniciadas, ou se o projeto continuará apenas no papel.

A Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos pede mais do que socorro – grita por salvação. O sinal mais evidente desse clamor está na fachada barroca, na qual uma placa mostra que a comunidade, em especial do Bairro Cabeças, está unida pela restauração, embora aguardando há anos pelas obras e recursos federais. O lugar para pôr o cartaz não poderia ser mais emblemático: na portada de pedra-sabão, sob a imagem de São Miguel Arcaño resgatando as almas do purgatório, esculpida por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1737-1814). A beleza e o horror se revelam ao mesmo tempo, pois a peça se degrada a cada dia, com parte dos anjos quebrada e a cena do purgatório no mesmo ritmo, seguindo a passos largos para o inferno da destruição. Esse é um dos lados tristes dos bens culturais de Ouro Preto, primeira cidade brasileira (1980) reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). (Werneck, 2016, grifo próprio)

Figura 28 - Manifestação da comunidade pela restauração da Igreja do Sr. Bom Jesus de Matozinhos e São Miguel e Almas (Foto 1).



Fonte: Ilumine o Projeto/Ignacio Gagliardi.

Figura 29 - Manifestação da comunidade pela restauração da Igreja do Sr. Bom Jesus de Matozinhos e São Miguel e Almas (Foto 2).



Fonte: Ilumine o Projeto/Ignacio Gagliardi.

Outra reportagem do G1 (Estudo, 2022) divulga informações do estudo desenvolvido pela UFOP, o Programa de Monitoramento Socioambiental do Território de Ouro Preto (PromoSAT-OP). A pesquisa teria demonstrado que a cidade vem sofrendo um processo de degradação, com atividades ocorrendo sem o devido controle e planejamento. São indicados aspectos como o aumento da população, expansão das áreas urbanas e das atividades produtivas e industriais. A notícia aponta a expectativa de que os dados levantados possam ajudar na criação de políticas públicas, melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio mundial (Estudo, 2022).

A jornalista Nívia Machado, do jornal Estado de Minas, trata igualmente do Programa e comenta que os dados levantados seriam pouco animadores para o desenvolvimento ambiental, econômico e social da cidade, posto que o município vem sofrendo com a redução

da disponibilidade de recursos hídricos e de florestas em contraposição ao alargamento das áreas de mineração, por exemplo. O lançamento do PromoSAT-OP ocorreu na mesma semana em que se comemora o dia do Meio Ambiente e, de acordo com o Secretário da pasta, Chiquinho Assis, é importante refletir em torno do fato de que mesmo com a existência de instrumentos legais para as questões socioambientais ainda não é possível afirmar se as decisões tomadas pelos gestores têm realmente promovido bem-estar à população (Machado, 2022c).

Conforme o portal da UFOP, o Programa foi lançado em 9 de junho de 2022 e é coordenado pelos docentes Alberto Fonseca, Cesar Barella e Guilherme Gomes em parceria com outros professores, estudantes, além de técnicos e gestores da Secretaria de Meio Ambiente do município. Segundo o professor Alberto Fonseca, o programa se constitui como uma iniciativa integradora através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a permitir sua aplicação na esfera administrativa municipal. Assim, pode se tornar um meio de suporte na tomada de decisões, à cidadania e à educação para a população (Paula, 2022).

Ainda de acordo com Alberto, a relevância do projeto se dá em função de Ouro Preto (MG) ser um dos mais conhecidos dos 5.570 municípios brasileiros por causa das atrações do centro histórico, tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o que contribuiu para que a cidade recebesse o título de Patrimônio Cultural Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Além do patrimônio natural e social, outras extensões da cidade são parcialmente desconhecidas pela população em geral. (Paula, 2022).

Um caso interessante que demonstra as diversas camadas de história impregnadas neste complexo território foi divulgado em reportagem do Jornal Nacional em janeiro de 2023, na qual uma mina do século XVIII foi encontrada após parte de uma casa desabar (Mina, 2023). Com a pressão das fortes chuvas, um grande buraco se abriu no quintal da residência, e a família teve que sair do local após o desabamento. O acidente revelou uma mina abandonada datada do período colonial. Segundo a notícia, isso acontece porque diversas minas subterrâneas foram abertas durante o ciclo do ouro, porém séculos depois os bairros que foram surgindo acabaram por se assentar sobre um terreno oco em alguns pontos.

A reportagem cita o estudo desenvolvido pela UFOP e compartilhado com a Defesa Civil, a “Plataforma Minas Antigas”, que consiste em um banco de dados georreferenciados referente aos vestígios da mineração em Ouro Preto. Tal estudo será analisado de forma mais detalhada na seção seguinte (3.3.2). Em entrevista ao jornal, o professor Hernani Mota explica:

Essas minas foram operadas no passado e é natural a fadiga do teto, das paredes laterais. É natural que ocorra a fadiga disso, ainda mais num período de chuva. Então se satura, perde a resistência mecânica e abate. São inúmeras as minas subterrâneas que oferecem um risco sério e iminente às obras de superfície, à infraestrutura urbana. (Mina, 2023)

Figura 30 - Desabamento de casa no bairro Alto da Cruz devido a existência de mina abandonada.



Fonte: Saulo Vieira/Jornal Nacional.

Através das reportagens selecionadas, podemos ver como o olhar midiático tende a estar direcionado aos bens tombados no circuito turístico do centro histórico. Se, por um lado, são amplamente noticiados os riscos que atingem edificações históricas, como tradicionais casarões, igrejas barrocas e museus; por outro, a situação de demais bens culturais fora deste circuito ou que apresentam a perspectiva da população local recebe pouca atenção. Nesse sentido, é verificado que a repercussão midiática dos jornais selecionados (Jornal do Brasil, G1/Globo, Folha de São Paulo, Itatiaia, Estado de Minas) acabam trazendo textos pouco aprofundados e distantes da realidade vivenciada pelos moradores. Grande parte das manchetes são feitas em tons alarmantes, já colocando para o público leitor um cenário de risco iminente ou descontrolado e sua correlação com o título de Patrimônio Mundial.

3.3 PANORAMA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E RISCOS AO SÍTIO HISTÓRICO

Nesta seção apresentamos um breve panorama do estado de conservação do sítio histórico de Ouro Preto, além de abrirmos uma discussão sobre o planejamento urbano. Relacionado a isso, trazemos dados sobre os riscos geológicos e de incêndio, tendo em vista

que, entre as diversas problemáticas da cidade, estes dois mobilizam setores diferentes, relacionam-se ao planejamento urbano e estão diretamente vinculados à questão territorial da cidade. Para isso, são discutidos os relatórios do estado de conservação disponibilizados pela Unesco, bem como os dados fornecidos pela Defesa Civil, Serviço Geológico do Brasil e Corpo de Bombeiros.

3.3.1 Os Relatórios do Estado de Conservação e a política urbana

Os Relatórios do Estado de Conservação (*State of Conservation Reports*) referentes ao sítio histórico de Ouro Preto se encontram disponíveis no site da Unesco – World Heritage Centre. Tais documentos foram produzidos nos anos de 1990, 1993, 2003 e 2004. Apesar de avaliarem a situação em cada ano, os relatórios apresentam questões comuns e se concentram em problemas, como: ocupação desordenada dos morros circundantes, dificuldades de infraestrutura, transporte, destinação de resíduos sólidos, consequências do crescimento do turismo na cidade e urgência de implementação do Plano Diretor – o qual teve sua elaboração finalizada em 1996, porém até então não havia sido de fato implementado.

O relatório do ano de 1990 reconhece as mudanças jurídicas e administrativas que viabilizaram certo avanço na proteção do patrimônio e as diversas obras de conservação e restauro realizadas em monumentos religiosos e civis. Contudo, com o aumento da população, a cidade se deparou com problemas consequentes de sua posição, da topografia, das características de seu subsolo e de seu próprio sistema de organização e ocupação do solo. Assim, Ouro Preto estava sofrendo um processo de expansão, principalmente nas áreas periféricas, com um significativo aumento no número de construções e o surgimento de novos bairros. Esse cenário exigia a execução de obras de infraestrutura urbana, escavação e abertura de vias. Foram feitas intervenções de escoramento das encostas dos morros, a fim de evitar que fortes chuvas provocassem deslizamentos e destruição. Porém, ainda seriam necessários trabalhos relacionados à infraestrutura: sistema elétrico, rede de esgoto, organização do tráfego, drenagem de água e criação de áreas verdes. Por último, apesar de apresentar olhar positivo para a preservação do centro histórico, o relatório apontou a falta de um plano de conservação abrangente que deveria ser elaborado em caráter de urgência (Icomos, 1990).

No documento de 1993, relata-se a ação da esfera municipal para melhorar a fluidez do tráfego e o desenvolvimento de obras para escorar as encostas ao redor da cidade. Além disso, evidencia-se as perturbações que a atividade turística nacional e internacional intensa pode provocar e afirma a necessidade de um plano de reabilitação integral capaz de melhorar os

impactos do turismo (Icomos, 1993).

Junto aos relatórios, o site da Unesco também disponibiliza a assistência técnica fornecida pelo órgão internacional à cidade de Ouro Preto. Foi informado que entre o período de 1991 a 1999 foram solicitados e aprovados cinco pedidos de assistência internacional. Assim, na tabela abaixo é possível verificar o ano, a ação executada e o respectivo valor aprovado.

Tabela 4 - Assistência Internacional fornecida pela Unesco a Ouro Preto (1991-1999).

Ano	Ação	Tipo	Valor Aprovado
1991	Contribuição para o exercício de monitoramento	Conservação	3,300 USD
1994	Organização de Seminário de formação para gestores de sítios de Cidades Históricas	Conservação	19,250 USD
1994	Obras de limpeza e consolidação das encostas do morro acima da Casa de Misericórdia de Ouro Preto	Conservação	20,000 USD
1998	Consolidação das encostas dos morros do entorno de Ouro Preto e restauração da ponte Antônio Dias	Emergência	50,000 USD
1999	Assistência Técnica ao Centro Histórico de Ouro Preto	Conservação	6,459 USD
Valor Total Aprovado:			99,009 USD

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados disponíveis no portal World Heritage Convention (Unesco) - Historic Town of Ouro Preto.

A avaliação de 2003 destaca a não implementação do Plano Diretor, elaborado em 1996. Além disso, aponta a parceria entre Unesco e Caixa Econômica Federal na realização do “Seminário Estatuto da Cidade e Patrimônio Cultural Urbano”, ocorrido entre julho e agosto de 2002, em Olinda. Durante o Seminário foram feitas referências ao mal estado de conservação de Ouro Preto e a escassez de recursos administrativos e institucionais. A partir dessa discussão, foi elaborado o documento “Moção por providências urgentes para a preservação de Ouro Preto”¹⁴, pedindo a proposição de uma linha de atividades coordenadas para preservação integral da cidade.

Ouro Preto tem atingido níveis inaceitáveis, não apenas para uma cidade de excepcional valor cultural, mas se considerados os requisitos de qualidade de vida urbana a que toda cidade tem direito. Dentre esses problemas se destacam:

a ocupação desordenada das encostas, áreas de instabilidade geológica, áreas verdes, sítios arqueológicos e espaços públicos, ameaçando comprometer irreversivelmente a imagem urbana e oferecendo riscos à população;

a infraestrutura de serviços urbanos precária, destacando as condições

¹⁴ O documento “Moção por providências urgentes para a preservação de Ouro Preto” foi encontrado como anexo na dissertação de Patrícia Reis da Silva (2006).

saneamento e de circulação de tráfego, ambos causadores de sérios danos ao sítio tombado, à conservação das edificações e à qualidade de vida da população; **o grande número de obras irregulares** e mais de uma **centena de processos judiciais sem resultado efetivo**.

Este quadro reflete, primordialmente, a **incapacidade do poder público** de garantir a preservação da cidade, de buscar soluções, adesão de parceiros e da própria comunidade para reverter uma situação tão complexa e continuamente agravada. De um lado, pela **inexistência de aparelhamento municipal para o controle urbano e a preservação**, pela ausência e até mesmo pela **falta de aplicação das poucas normas legais disponíveis** no âmbito municipal, pelo retrocesso das iniciativas de uma ação compartilhada com o Iphan e pela **falta de participação da comunidade local** na gestão urbana. De outro, é preocupante a **precariedade das condições de trabalho do Iphan**, incompatíveis com a dimensão das suas atribuições em Ouro Preto. (Silva, 2006, p. 201, grifo próprio)

De acordo com Silva (2006), o Plano Diretor de 1996, aprovado como Lei Complementar n. 1 de 19 de dezembro de 1996, foi organizado em quatro eixos principais: política urbana, ordenação territorial, diretrizes de desenvolvimento econômico e social, operacionalização da política urbana. A autora afirma que neste processo a salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental foi pautada desde o início como condicionante para o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade. Contudo, Silva (2006) indica que a operacionalização da política urbana teria ficado à mercê das intenções e na dependência dos interesses políticos da gestão sucessora.

Essa situação demonstra a fragilidade dos meios de se alcançar uma atuação adequada tanto na política urbana como na preservação do patrimônio. Isso se evidencia, por exemplo, pelo fato de ações importantes terem ficado sujeitas à aprovação de leis posteriores, como: a composição do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), a regulamentação do Conselho Municipal de Patrimônio e a definição detalhada dos índices urbanísticos. Nesse sentido, a pesquisadora observa que não existiam mecanismos de política urbana suficientes para promover a proteção do patrimônio e comenta que o Plano aprovado em menos de quinze dias para o término do mandato de Ângelo Oswaldo (1993-1996) foi ignorado pela gestão seguinte, de José Leandro Filho (1997-2000) (Silva, 2006).

Outro ponto levantado pelo relatório de 2003 aborda a missão de monitoramento à cidade de Ouro Preto que ocorreu entre os dias 8 e 13 de abril daquele ano. Nas conclusões preliminares encaminhadas ao Secretariado em 18 de abril, o Icomos afirmou não haver uma delimitação clara da zona central e da zona de amortecimento. Foram identificados obstáculos institucionais entre o município e o Iphan na implementação do Plano de Gestão do Centro Histórico, devido à carência de recursos técnicos e financeiros. Quanto à questão do tráfego, após um estudo feito pela Câmara Municipal, decidiu-se que veículos pesados, como caminhões, não poderiam mais circular no centro histórico. O documento relata, ainda, o

começo de obras e iniciativas financiadas pelo BID através do Programa Monumenta (Icomos, 2003).

Além do mais, o parecer técnico de 2003 observa que, apesar de o centro histórico manter certa homogeneidade em sua imagem, algumas intervenções em construções históricas modificaram a organização interna dos prédios. Ainda, foi apontado que o crescimento urbano nas áreas periféricas aparece como principal problema, pois o desenvolvimento ocorrido nos morros do centro distorce e descaracteriza a paisagem urbana original, que é um dos elementos que justificam a inscrição da cidade na Lista do Patrimônio Mundial (Icomos, 2003).

O desfecho do relatório revela que, dois dias após o fim da missão, foi informada a ocorrência de um incêndio que destruiu o casarão do antigo Hotel Pilão, edifício histórico localizado na Praça Tiradentes, dano que demonstra a ausência de um Plano de Emergência para situações e incidentes deste tipo (Icomos, 2003). Sendo assim, o Comitê do Patrimônio Mundial:

1. Felicita o Estado Parte por ter solicitado uma missão de monitoramento;
2. Expressa preocupação pelos danos causados pelo incêndio de 15 de abril de 2003, que destruiu um edifício do século XVIII no centro histórico de Ouro Preto;
3. Exorta o Estado Parte a tomar medidas de preparação para riscos e a incluí-las no plano de gestão da propriedade;
4. Insta o Estado Parte a definir uma zona central e uma zona de amortecimento para a área indicada até 15 de outubro de 2003 e a finalizar o plano de gestão revisado;
5. Solicita ao Estado Parte que apresente um relatório ao Centro do Patrimônio Mundial até 1º de fevereiro de 2004 para que o Comitê do Patrimônio Mundial possa examinar o estado de conservação do bem em sua 28ª sessão em 2004. (Icomos, 2003, tradução própria)

Sobre este momento é interessante trazer a consideração de Patrícia Silva (2006) a respeito da gestão da prefeita Marisa Xavier (2001-2004). Conforme a autora, esta administração teria sido alvo de inúmeras críticas em relação à omissão municipal no que tange a preservação do patrimônio cultural. Ela aponta que tal cenário, atrelado à sequência de acontecimentos, como o incêndio do Hotel Pilão e a colisão do caminhão contra o chafariz do Pilar, deixou a imprensa atenta e em alerta de modo a provocar a repercussão sobre uma possível perda do título mundial (Silva, 2006).

No relatório de 2004 do Icomos, foi anunciado o recebimento de um documento do Iphan, em 3 de fevereiro do mesmo ano, sobre avanços e informações acerca da delimitação da área preservada e descrição do perímetro. Este documento apresenta as definições da Zona Central Preservada, a qual coincide com a Zona de Proteção Especial descrita no Plano Diretor de 1996, e Zonas de Transição e de Amortecimento. A Zona Central vinha sendo supervisionada pelo Iphan, através das Diretrizes de Intervenção Urbana e Arquitetônica para

a Zona de Proteção de Especial. Além disso, o Iphan sinalizou a necessidade de monitoramento e fiscalização nas zonas de transição e de amortecimento. Contudo, sobre as medidas de preparação para riscos que deveriam ser pensadas na revisão do Plano Diretor, não há nenhuma menção em específico (Icomos, 2004).

O documento forneceu também uma carta do Secretário de Obras Públicas de Ouro Preto, dirigida ao Iphan em 25 de novembro de 2003, manifestando a existência de um Plano Diretor aprovado em 1996 e que se encontraria em revisão e atualização para sua adequação ao Estatuto da Cidade. Além disso, desde maio de 2003 estaria em andamento um processo participativo em que são promovidas oficinas regionais e encontros informativos, que contribuem tanto para a discussão do Plano como para a votação de propostas e alterações desenvolvidas por uma equipe de consultores (Icomos, 2004).

Por fim, a conclusão do Icomos é de que a Zona de Proteção Especial (ZPE-1) indicada no Plano Diretor pode corresponder à demarcação do espaço inscrito como Patrimônio Mundial, e que a área de amortecimento é considerada adequada porque abarca uma zona de proteção no entorno do núcleo histórico. Entretanto, o Icomos pontua que a área arqueológica da cidade possui importantes vestígios sobre as origens de Ouro Preto e, por isso, deveria contar com uma melhor salvaguarda. Desse modo, as próximas etapas seriam a finalização da revisão do Plano Diretor, seguida de sua aprovação e implementação por todas as autoridades responsáveis pela proteção da zona central e de amortecimento (Icomos, 2004).

Sobre o Plano Diretor vale dizer que este deve ser capaz de integrar o planejamento urbano e a preservação do patrimônio, articulando-os com a função social da propriedade. Nesse sentido, são ferramentas de organização e gestão municipal que abarcam as esferas socioculturais, territoriais e político-administrativas. Com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), passa a ser obrigatória a existência do Plano Diretor para cidades com população maior que vinte mil habitantes, situadas em regiões metropolitanas e para as cidades turísticas ou que possuam impacto ambiental em nível regional e/ou nacional (Ribeiro, 2021, p. 102-103). Segundo Silva (2006), o Plano Diretor se configura como instrumento fundamental para a política urbana, uma vez que ordena as funções sociais da cidade e assegura o bem-estar da população. Ainda, a autora considera que o Estatuto da Cidade pode ser visto como uma das primeiras orientações nacionais que relaciona o patrimônio cultural como diretriz estratégica ao desenvolvimento urbano (Silva, 2006).

Ribeiro (2021) comenta algumas ações de salvaguarda que foram mobilizadas em Ouro Preto antes da implementação do Plano Diretor, destacando a dificuldade de consolidação

dessas práticas, que acabava acarretando a descontinuidade dos projetos:

Antes mesmo do Plano Diretor, algumas ações de preservação e conscientização sobre o patrimônio foram implantadas com o envolvimento da comunidade, mas a grande maioria teve curta existência ou fraca adesão não justificando a sua continuidade. O Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, criado em 1993 pela Prefeitura Municipal, contou com a participação do Iphan, IEPHA, UFOP e sociedade civil, conseguindo articular positivamente os participantes e amenizar os conflitos existentes entre os poderes, funções e competências institucionais. Foi extinto na gestão do seguinte prefeito em 1996. Antes disso, os planos da década de 1960 (Viana de Lima em escala federal) e 1970 (Fundação João Pinheiro em escala estadual) também não foram implementadas por se situarem em um contexto de governos autoritários e forte centralização política e repressão à participação popular. (Ribeiro, 2021, p. 103-104)

O Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) é entendido por Silva (2006) como uma das experiências mais expressivas do ponto de vista da mobilização de esforços para a articulação entre a política urbana e o patrimônio cultural, promovendo o diálogo entre gestores e a população. A agenda de trabalho do Grupo incluía: reuniões semanais, aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, discussões sobre planejamento urbano, coordenação da elaboração de planejamento territorial e legislação urbanística e tomada de decisões em conjunto. Entretanto, a autora explica que o GAT, criado em 1993, foi sendo paulatinamente desarticulado até ser extinto pela gestão municipal seguinte (1997-2000), de modo que, apesar das tentativas do Iphan em recuperar tal parceria, somente no ano de 2005 o GAT foi retomado como parte da estrutura administrativa municipal¹⁵, porém exercendo algumas funções diferentes da sua primeira atuação (Silva, 2006).

A revisão do Plano Diretor realizada em 2006 (Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006) seguiu as disposições do anterior e não só reservou capítulo específico para

¹⁵ “Art.73. Ao Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, instituído pela Lei Complementar nº 01/96. art. 70, como instância consultiva de apoio ao Poder Público Municipal e da integração deste com os órgãos municipais, estaduais e federais atuantes sobre os aspectos da ordenação e da regulação do solo, e sobre a proteção do patrimônio cultural e natural compete, em especial, exercer as seguintes atribuições: I- acompanhar, analisar e emitir parecer sobre quaisquer propostas e intervenções que, a curto, médio e/ou longo prazo, possam originar impactos sobre as condições físico territoriais, ambientais e socioculturais características do Município de Ouro Preto; II- acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a formulação de diretrizes e a implementação do Plano Diretor do Município de Ouro Preto, e suas posteriores revisões; III-analisar as diretrizes relativas ao macrozoneamento e à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; IV- analisar e emitir pareceres afetos a projetos de construção, reforma e/ou acréscimo de edificações e projetos de desmembramentos e loteamentos inseridos no perímetro de tombamento, em áreas de proteção ambiental ou em qualquer localização que, potencialmente, possa constituir qualquer ameaça ou dano ao conjunto urbano e cultural e às qualidades ambientais e paisagísticas do Município de Ouro Preto, bem como à qualidade de vida de sua população; V - discutir, avaliar e propor em conjunto com os diversos segmentos da sociedade organizada, os parâmetros mais adequados ao planejamento da ordenação territorial e à regulação urbana do Município; VI- relacionar-se com as representações da comunidade, com grupos técnicos e profissionais e com a iniciativa privada, divulgando suas ações e colhendo subsídios para o trabalho de controle do uso e ocupação do solo e do planejamento e da gestão urbana do Município de Ouro Preto; VII - elaborar e propor ações direcionadas para o desenvolvimento urbano e social do Município” (Ouro Preto, 2006).

a proteção do patrimônio cultural, como também relacionou alguns dos instrumentos de política urbana aos bens culturais. Silva (2006) localiza tais casos em que a preservação do patrimônio foi articulada aos mecanismos da política urbana: Direito de Preempção¹⁶, IPTU progressivo ou regressivo¹⁷ e Estudos de Impacto de Vizinhança¹⁸. Além disso, foi elaborado o mapa de zoneamento urbano do distrito sede (2010) e a Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do solo (Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011), que determinam as categorias das zonas classificadas:

- I. Zona de Proteção Especial - ZPE;
- II. Zona de Proteção Ambiental - ZPAM;
- III. Zona de Adensamento Restrito - ZAR;
- IV. Zona de Adensamento - ZA;
- V. Zona de Desenvolvimento Educacional - ZDE;
- VI. Zona de Intervenção Especial – ZIE;
- VII. Zona de Interesse Mineral – ZIM;
- VIII. Zona de Especial Interesse Social – ZEIS (Ouro Preto, 2011)

Conforme Silva (2006), as Diretrizes para Intervenções Urbanísticas e Arquitetônicas na Zona de Proteção Especial (ZPE) foram elaboradas por meio de iniciativa conjunta entre Iphan, IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) e Prefeitura Municipal de Ouro Preto. A autora explica que o estudo para construção das Diretrizes levou em consideração os seguintes aspectos: evolução do traçado urbano, relação entre áreas ocupadas e não ocupadas, geometria dos lotes, implantação de edificações, escala volumétrica do conjunto, predominância de áreas verdes no conjunto, materiais de revestimentos, forma e materiais dos telhados e o ritmo resultante das envasaduras. Desse modo, a pesquisadora observa que as Diretrizes propunham a manutenção do traçado urbano original e a possibilidade de renovação em regiões de assentamento recente como forma de garantir a preservação do entorno do sítio histórico (Silva, 2006). As Diretrizes Básicas para intervenção na ZPE foram então estabelecidas e consolidadas na Lei de Uso, Parcelamento e

¹⁶ “Art.59. O Poder Público Municipal poderá utilizar-se do Direito de Preempção, ou seja, terá preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, nos seguintes casos: I - terrenos inseridos na ZPE - Zona de Proteção Especial, com vistas a garantir a preservação das edificações e o conjunto urbano tombado [...] VII- proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.” (Ouro Preto, 2006).

¹⁷ “O Município poderá estabelecer cobrança progressiva ou regressiva de alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), como instrumento auxiliar à ordenação territorial e ao desenvolvimento socioeconômico do Município, em conformidade com o artigo 156 da Constituição Federal, visando: I- à conservação e recuperação de imóveis tombados isoladamente ou localizados no interior do perímetro de tombamento federal, estadual e/ou municipal; II- à preservação e manutenção de áreas de interesse cultural, ambiental, arqueológico e paisagístico; III - à preservação de áreas verdes no interior de lotes urbanos integrantes da ZPE - Zona de Proteção Especial do distrito-sede” (Ouro Preto, 2006).

¹⁸ “Art.64. Considera-se como empreendimento de impacto aquele que, de natureza pública ou privada, venha a ter repercussão ambiental significativa, sobrecarregar a infraestrutura urbana ou afetar as condições funcionais, paisagísticas e/ou urbanísticas de sua área de influência direta ou indireta” (Ouro Preto, 2006).

Ocupação do Solo (Ouro Preto, 2011), tendo em vista a relevância do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico:

Art. 83 A notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico dá-se pela unidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui o patrimônio e pela beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere.
 Art. 84 A preservação da notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico é determinada através da manutenção das seguintes características:
 I. o quadro natural e a paisagem envolvente;
 II. a morfologia urbana e os traçados dos logradouros;
 III. a unidade dos conjuntos urbanos;
 IV. a relação entre as áreas edificadas e as não edificadas;
 V. as tipologias arquitetônicas;
 VI. a diversidade e a multiplicidade dos usos;
 VII. os espaços públicos de reunião e encontro;
 VIII. as manifestações culturais. (Ouro Preto, 2011)

Na esteira dos debates sobre a preservação do patrimônio com enfoque na sua articulação ao planejamento urbano e ao desenvolvimento sustentável, em 2022 foi iniciado um novo processo de revisão do Plano Diretor de Ouro Preto. Criado em 1996, o Plano já havia passado por outras duas revisões: uma em 2006 e outra entre 2008 e 2011. Dentre as alterações feitas nessas revisões estão a criação de novas zonas urbanas, em especial a oferta de áreas de expansão para os distritos, além da articulação viária e criação de unidades de conservação. Recentemente, em 2022, a Fundação Gorceix foi contratada para a revisão tanto do Plano Diretor vigente como de algumas legislações urbanísticas (Código de Posturas, Código de Obras e Edificações; Leis de Regularização Fundiária e Edilícia).

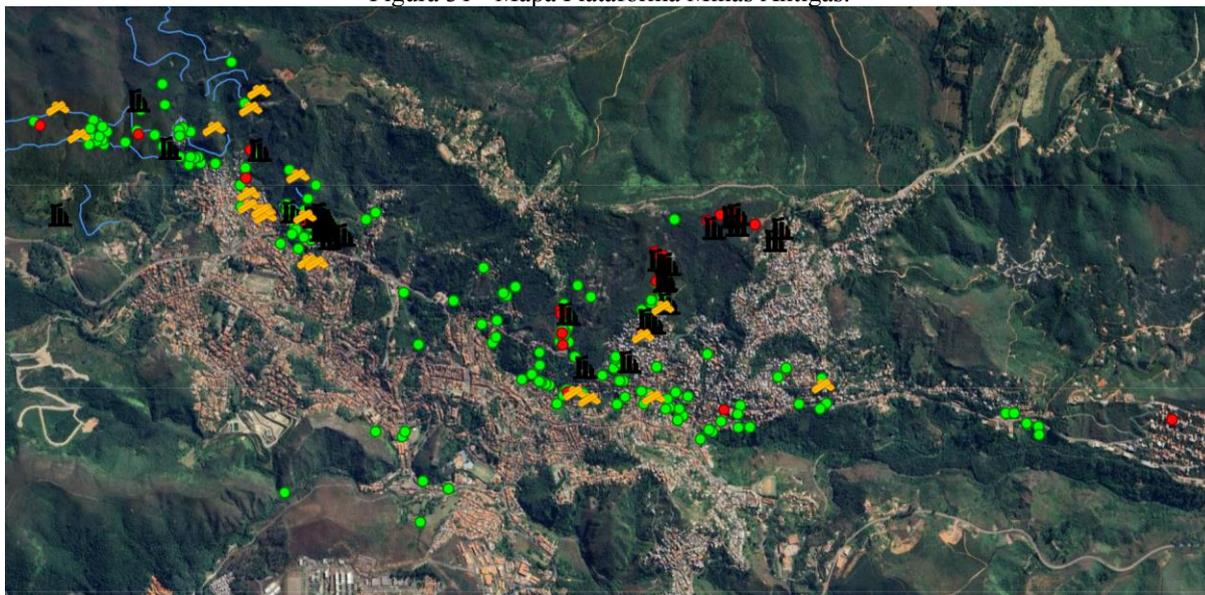
A meta desta proposta se concentra em produzir de forma participativa um projeto de cidade para os próximos dez anos. A elaboração tem ocorrido de forma integrada entre os diversos setores públicos municipais, conduzida pelo Núcleo Gestor, e com participação da sociedade civil em leituras comunitárias e oficinas temáticas, além da representação da Comissão de Acompanhamento. Entre os diversos aspectos que compõem as diretrizes do Plano, inclui-se a proteção ao patrimônio cultural (Ouro Preto, 2023).

3.3.2 O risco geológico e os vestígios da mineração

A Plataforma Minas Antigas é fruto da tese de doutorado de Viviane Barbosa (2021), sob orientação do professor Hernani Mota de Lima (UFOP), logo, está associada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral da UFOP. A Plataforma consiste em um sistema de informação geográfica com a finalidade de organizar, armazenar e distribuir dados sobre os vestígios da mineração setecentista. Assim, o programa visa abrir espaço para a divulgação, o

conhecimento e a colaboração sobre a memória das minas antigas de Ouro Preto, trazendo, com detalhes, os vestígios catalogados referentes ao ciclo do ouro. Desse modo, é demonstrado como a intensa atividade de extração mineral ocorrida ao longo do século XVIII deixou rastros que ainda hoje fazem parte da história da cidade. Nesse sentido, a Plataforma apresenta um inventário de informações que podem auxiliar na elaboração de políticas de preservação do patrimônio cultural e de redução de riscos atrelados à mineração colonial. No momento, encontram-se cadastrados 170 minas (ponto verde), 42 poços (ponto vermelho), 32 ruínas (símbolo em preto), 20 reservatórios (símbolo em amarelo) e 9 aquedutos (linha azul), como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 31 - Mapa Plataforma Minas Antigas.



Fonte: Plataforma Minas Antigas.

Segundo Viviane Barbosa (2021), os primeiros relatos sobre a descoberta do ouro em Minas Gerais datam do ano de 1693 e relatam o avanço dos bandeirantes na prospecção de ouro na Serra do Espinhaço. A autora classifica a mineração em três fases: lavra de aluvião, desmonte de encostas e lavra subterrânea – as quais se sobrepunham segundo a disponibilidade do metal e da mão de obra escravizada. Barbosa (2021) afirma que as minas subterrâneas representam os vestígios mais bem conservados das técnicas de lavra, por se encontrarem no subsolo. Ela aponta então que na região da Serra de Ouro Preto podem ser localizadas diversas minas com centenas de metros de extensão, teto com geometria abaulada, poços para ventilação e escoamento da produção e pilares de sustentação (Barbosa, 2021). Tendo em vista este contexto histórico, Barbosa traz como proposta o conceito de “fechamento de mina”:

O Fechamento de Mina é o conjunto de todas as atividades que seguem o fim da fase produtiva, caracterizando-se como o processo de retorno de uma área transformada pela mineração a uma nova condição, considerando-se **potenciais usos futuros**. Tal entendimento, obviamente, não existia e era inconcebível para atividades de mineração do século XVIII. (Barbosa, 2021, p. 22, grifo próprio)

Diante da mineração ao longo do período colonial, Barbosa (2021) destaca a importância da aplicação do *fechamento de mina* como ação de natural responsabilidade das instâncias governamentais que está alinhada aos princípios atuais de sustentabilidade. Contudo, no caso de Ouro Preto, a autora problematiza que o “uso futuro” dessas áreas mineradas, na verdade, configura-se como o uso presente, pois esses locais já vêm apresentando ocupação urbana há décadas – o que por vezes dificulta lidar com estudos técnicos que indicam a não ocupação em regiões instáveis. Desse modo, a tese de Barbosa (2021) se concentra na ideia de que a análise das interações entre os indivíduos e as áreas modificadas pela mineração podem colaborar para a elaboração de ações voltadas para a aplicação do *fechamento de mina* – proposta importante ao se considerar o tempo de abandono das estruturas e a possibilidade de investigar o desencadeamento de processos erosivos, assim como a recuperação vegetal e a relação sociocultural dos homens com esse espaço (Barbosa, 2021).

A partir dos efeitos gerados pelos 100 anos de intensa exploração mineral nos rios e encostas da serra, Barbosa (2021) reflete sobre a diversidade de estruturas históricas referentes a este ofício e que atualmente estão abandonadas ou incorporadas à ocupação urbana ao longo da cidade. Com isso, a autora busca problematizar as conseqüentes relações entre a mineração colonial e a ocupação urbana irregular, levando em consideração os diferentes agentes imersos nessa complexa questão, a qual envolve também a disputa por interesses que tendem a entrar em choque ou conflito.

Forças sociais antagônicas começaram a se delinear nesse cenário, representadas por **pessoas** que tem o direito de ficar nas áreas ocupadas, **pesquisadores** que desejam conservar os sítios arqueológicos, **técnicos** que apontam os riscos envolvidos e o **Poder Público** que tenta manter imparcialidade e buscar solução para os problemas enfrentados. (Barbosa, 2021, p. 25, grifo próprio)

Através da sistematização dos dados e o do seu georreferenciamento em uma única plataforma, Barbosa (2021) afirma que é possível elaborar um planejamento para aplicação do *fechamento de mina*. A autora afirma que, pensando nas possibilidades técnicas e econômicas para reabilitação dessas áreas na intenção de levá-las a uma nova condição de sustentabilidade socioeconômica e cultural, podem ser propostas ações de retorno e uso futuro articulado com a comunidade. Por exemplo, com a criação de parque arqueológico, exploração turística das minas consideradas estáveis, e utilização de antigos reservatórios (mundéus) para atividades

voltadas à população – como já acontece no “Campinho das Vassouras”, na Associação do Bairro São Cristóvão e no salão paroquial da Capela São Cristóvão. Assim, a pesquisadora reconhece a importância de levar em consideração uma análise de multicritérios e os desejos da comunidade na proposição de usos futuros e ações remediadoras que podem contribuir para a preservação do patrimônio histórico, conscientização do uso da água proveniente de minas e prevenção contra desmoronamentos (Barbosa, 2021).

A respeito da mineração nas encostas, Barbosa (2021) explica a partir de Rezende (2013) que, inicialmente, os morros de entorno teriam sido liberados pela Coroa Portuguesa para a livre exploração do povo, podendo essas regiões serem trabalhadas por pessoas de diferentes classes sociais como homens pobres ou escravizados faiscadores – uma vez que as regras de mineração foram direcionadas somente para os leitos de rios e ribeiros. Assim, tal contexto histórico da mineração pode ser relacionado com a própria origem do nome estado, pois diante dessa situação Vila Rica teria ficado conhecida como minas gerais “por serem os seus morros realengos e gerais para todos”¹⁹ (Rezende, 2013 *apud* Barbosa, 2021). Contudo, apesar da notável importância histórica e arqueológica desses locais de mineração, Barbosa (2021) nota que estes ainda são poucos reconhecidos e contemplados pelos programas de preservação.

Além disso, a autora aponta que esses morros minerados a realengo podem ser hoje identificados como os bairros: Piedade, Taquaral, Morro São Sebastião, Morro São João, Morro de Santana e parte do Morro da Queimada (Barbosa, 2021). Assim, concorda-se com Sobreira e Fonseca (2001 *apud* Barbosa, 2021) quando afirmam que as dificuldades de Ouro Preto se referem às condições naturais desfavoráveis atreladas ao inadequado uso do meio físico, ocupação irregular e ausência de planejamento urbano. Nesse sentido, a intervenção da ação antrópica e a instabilidade geotécnica do espaço configuram um cenário de risco. Segundo os autores, foi a partir de 1990 que as minas do século XVII e XVIII passaram a ser objeto de estudo, através de pesquisas voltadas para a segurança da população. Foi também neste momento que teve início os trabalhos de registro do acervo para o patrimônio cultural, científico e arqueológico (Sobreira; Fonseca, 2001 *apud* Barbosa, 2021).

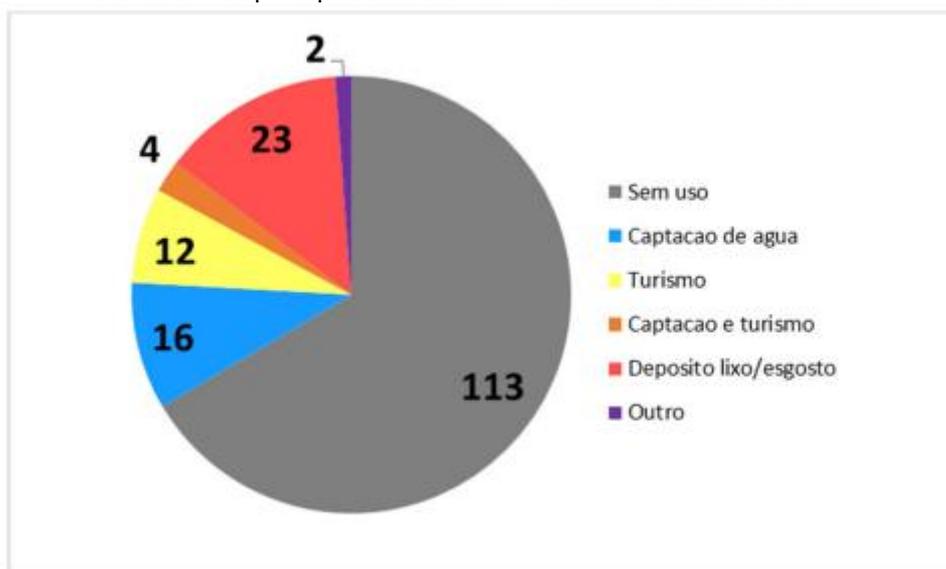
O sítio arqueológico situado no Morro da Queimada requer medidas públicas que, ao mesmo tempo, resultem em uma zona mais segura e na preservação dos vestígios. O bairro São Cristóvão é uma área densamente povoada, por isso a preocupação é proporcionar um maior nível de segurança aos moradores, em detrimento da preservação das características originais de minas e poços. E o Alto da Cruz, parte do

¹⁹ Em nota, Barbosa (2021) cita que, conforme Rezende (2013), tal expressão é anônima e oriunda da seguinte referência: Relação de algumas antiguidades das Minas. *In*: Códice Costa Matoso, 1999, p. 225.

Morro da Queimada e parte do Morro de São Sebastião delimitam um conjunto de vestígios bem preservados que podem ser integrados ao Parque Arqueológico existente; além disso, essa área possui um maior número de minas em zona urbana, o que implica em riscos relacionados a subsidência de residências e consumo indiscriminado de água. (Barbosa, 2021, p. 159)

As formas de uso das minas na história recente foram analisadas por Barbosa (2021), que identificou na região uma predominância da captação de água e exploração turística. Nesse sentido, representam duas utilizações importantes para a população: no primeiro caso, para o abastecimento de água e, no segundo, como possibilidade de renda e lucro.

Gráfico 3 – Os principais usos das 170 minas subterrâneas de Ouro Preto.

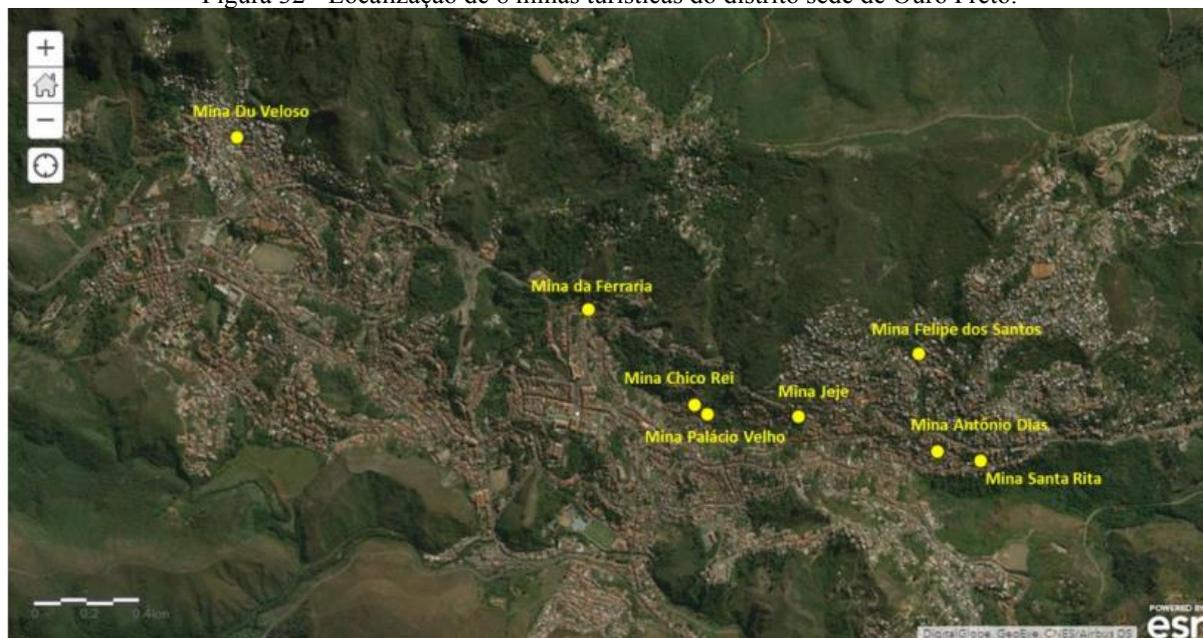


Fonte: Barbosa (2021, p. 110).

Fazendo uma análise de 6 minas turísticas através do cruzamento entre o número de assinaturas do caderno de visitantes e o valor do ingresso, Barbosa (2021) estimou que, em 2016, a renda *per capita* seria de R\$ 2.295,00 para 28 empregos diretos. Além disso, a autora destaca o processo de divulgação e popularização da história da mineração brasileira que tem sido promovido através das minas turísticas. Entretanto, a pesquisadora pontua o caráter por vezes predatório que acomete tal atividade, pois os empreendedores das minas fazem acordos com os guias turísticos na intenção de aumentar seu fluxo de visitantes (já que os locais costumam ficar fora do tradicional circuito histórico próximo à Praça Tiradentes) e, em alguns casos, guias não qualificados acabam por imprimir uma abordagem que intimida os turistas, afastando-os. Além disso, Barbosa (2021) ressalta que a instalação da mina turística deve seguir as regulamentações e parâmetros de segurança exigidos, como: alvará de funcionamento, iluminação, mapa topográfico, extintores de incêndio e sinalização. Um exemplo de boa prática

é a Mina Du Veloso que, em 2019, foi um dos trabalhos vencedores do 32º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade por seu esforço na reflexão e divulgação sobre o protagonismo dos africanos escravizados enquanto detentores de conhecimentos e técnicas da mineração²⁰.

Figura 32 - Localização de 8 minas turísticas do distrito sede de Ouro Preto.



Fonte: Barbosa (2021, p. 201).

Tabela 5 - Faturamento mensal médio de 6 minas turísticas em Ouro Preto no ano de 2016.

Mina turística	Ano de inauguração	Visitantes por mês	Empregos diretos	Receita (R\$)
Chico Rei	Anterior a 1990	1.183	3	11.830,00
Jêje	2012	1.350	6	13.500,00
Vila Rica	2012	953	3	9.530,00
Felipe dos Santos	2014	620	3	6.200,00
Du Veloso	2015	1.390	8	13.900,00
Palácio Velho	2016	930	5	9.300,00
TOTAL		6.426	28	64.260,00
			Ingresso médio	25,00
			Renda <i>per capita</i>	2.295,00

Fonte: Barbosa (2021, p. 202).

Conforme Fontes (2011) e Oliveira (2022), entre 1950 e 1990, Ouro Preto teve um grande crescimento populacional devido ao reaquecimento do potencial mineralógico da região e a consequente instalação de indústrias voltadas a este setor. Os autores explicam que diante

²⁰ Para saber mais ver em: Iphan. **32º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Brasília-DF: Iphan, 2019. 85 p. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade/Revista_PRMFA2019.pdf

do relevo acidentado e comprimido entre a Serra de Ouro Preto e a Serra do Itacolomi e por conta da ausência de zonas de expansão consistentes o resultado foi a ocupação das encostas. Tal ocupação representou uma opção de moradia para muitas pessoas, ao mesmo tempo significou a ocorrência de eventos geotécnicos críticos, em especial movimentos de massa em períodos de chuva que causam danos materiais e de vida (Fontes, 2011; Oliveira, 2022). Como exemplo, Sobreira e Fonseca (2001) e Sobreira (2014) citam acidentes fatais ocorridos nos anos de 1967, 1979, 1989, 1989, 1995, 1997 e 2012. Nesse cenário, Fontes (2011, p. 34) afirma que a “evolução desordenada da ocupação urbana levou a uma igual evolução da gravidade dos riscos geotécnicos”, trazendo então riscos à preservação do patrimônio cultural urbano e à segurança da comunidade.

Desta forma, pode-se perceber que Ouro Preto encerra atualmente duas **realidades antagônicas**, que cada vez mais têm sido objetos de estudo e preservação. De um lado, um **magnífico acervo barroco do século XVIII**, que ostenta importantes monumentos da Inconfidência Mineira, igrejas e casarões; de outro, o inevitável **crescimento urbano associado aos setores econômico e industrial**. Neste contexto, locais com características morfológicas e geotécnicas desfavoráveis foram ocupados de forma acelerada e inadequada, ocasionando um **quadro problemático no que se refere à segurança do meio físico urbano e da população local**. (Fontes, 2011, p. 32, grifo próprio)

Tabela 6 - Registros de movimentos de massa na área urbana do distrito sede de Ouro Preto (1989-2009).

Ano	Nº de Ocorrências	Nº de Mortes	Locais
1989	32	3	Bairros São Cristóvão, Padre Faria, Taquaral, Piedade e áreas do que no futuro seria denominado Bairro Santa Cruz.
1991	32	-	Bairros São Francisco, Antônio Dias, Pilar, Alto da Cruz, piedade e Padre Faria.
1992	54	2	Bairros São Francisco, Piedade, Alto da Cruz, Padre Faria e Santa Cruz.
1995	40	3	Bairros São Cristóvão, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Antônio Dias, Água Limpa, Bauxita e Nossa Senhora das Dores.
1996/97	123	13	Bairros Taquaral, São Cristóvão, São Francisco, Alto da Cruz, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz e Vila Aparecida.
2001/03	100	-	Bairros São Cristóvão, Alto da Cruz, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz e Morro Santana.
2005	54	-	Bairros São Francisco, São Cristóvão, Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Morro Santana, Taquaral, Bauxita e Nossa Senhora das Dores.
2006/07	312	-	Bairros São Francisco, São Cristóvão. Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Morro Santana e Taquaral.
2008	193	-	Bairros São Francisco, São Cristóvão. Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Morro Santana e Taquaral.
2009	89	-	Bairros São Francisco, São Cristóvão. Piedade, Padre Faria, Santa Cruz, Morro Santana e Taquaral.

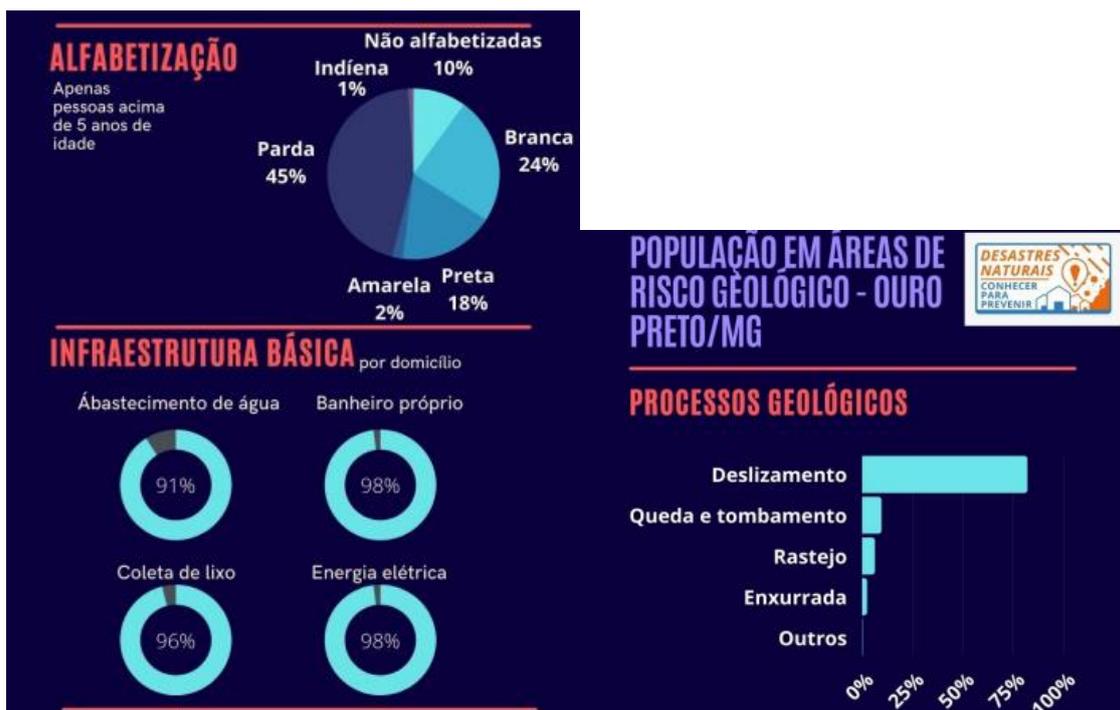
Fonte: Oliveira, 2022, p. 23 (Defesa Civil de Ouro Preto, 2010 – adaptado de Fontes, 2011).

A partir do Diagnóstico da População em Áreas de Risco Geológico, Ouro Preto/MG, produzido pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM (Lana; Marcussi, 2021), é possível compreender o perfil socioeconômico dos moradores desta região. A metodologia empregada se fez através da interseção entre os 68 setores censitários do Censo Demográfico de 2010, a mancha urbana e as 313 áreas de risco geológicos mapeadas pelo Serviço Geológico. O cruzamento dos dados permitiu chegar a uma avaliação de 17 variáveis censitárias que explicam as características dessa população exposta aos riscos.

Os estudos desenvolvidos por Lana e Marcussi (2021) apresentam a estimativa de que cerca de 882 domicílios, aproximadamente 3.006 pessoas, encontram-se localizados em áreas de risco geológico considerados alto ou muito alto. Dentro deste quantitativo de pessoas, 48% são homens e 52% são mulheres, o que demonstra certo equilíbrio. Uma informação destacada pelo diagnóstico é que os idosos representam a soma de 19%, número significativo por ser um grupo mais vulnerável devido a uma possível limitação motora. Quanto à taxa de alfabetização, há cerca de 10% de analfabetos, e em relação à declaração de cor foi verificada uma maioria populacional de pardos, aproximadamente 45%. A renda média mensal destes domicílios é de R\$ 1.128,32. A respeito da infraestrutura básica foi percebido pelos autores que o principal déficit se refere ao abastecimento de água fornecido pela rede pública, que afeta cerca de 9% dos domicílios (Lana; Marcussi, 2021).

Sobre os processos geológicos atrelados às áreas de risco é verificado a instabilidade das encostas por meio da ocorrência de deslizamentos (81,81%), quedas e tombamento de blocos rochosos (9,46%), rastejo (6,21%) e enxurrada (2,36%). Segundo Lana e Marcussi (2021), tais números expressam a configuração geomorfológica da cidade, isto é, em geral edificada sob terrenos inclinados.

Figura 33 - Resultados do diagnóstico da população em área de risco geológico - Ouro Preto.



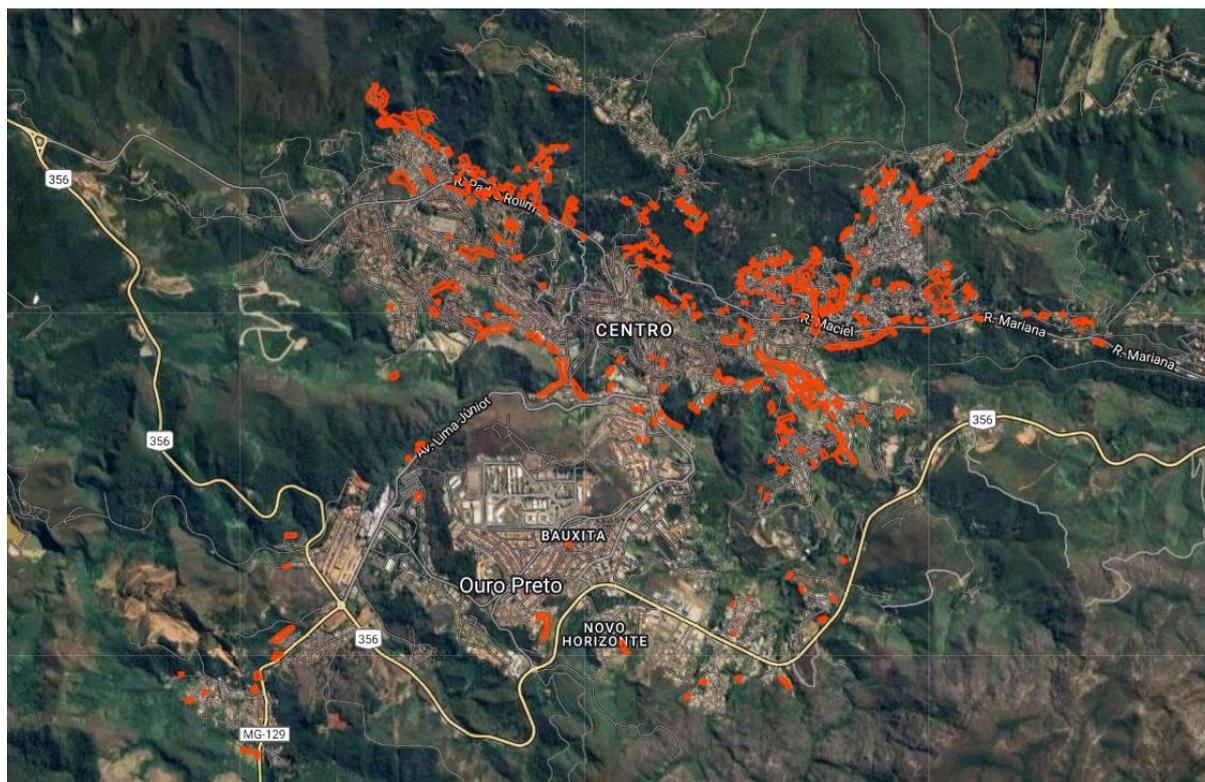
Fonte: Diagnóstico da população em áreas de risco geológico (Ouro Preto, 2021, p. 8).

O site da Defesa Civil de Ouro Preto disponibiliza os dados referentes as 313 áreas de risco geológico. Os riscos se dividem em nível “alto” e “muito alto”. Cada um dos setores de risco é identificado através de localização, tipo e nível de risco, fotografia, quantidade de pessoas e imóveis em risco e observações necessárias. Além disso, é possível verificar a quantidade de chuva através dos índices pluviométricos. Assim, é reconhecida a importância do fácil acesso a tais informações para a população. Para isso, há também um aplicativo da Defesa Civil²¹ que permite ao cidadão acompanhar ocorrências e alertas a qualquer momento.

²¹

Para saber mais, acessar: https://play.google.com/store/apps/details?id=defesa_civil.ouropreto.mg.gov.br.reasderisco_defesacivil&hl=pt_BR&gl=US&pli=1.

Figura 34 - 313 áreas de risco geológico em Ouro Preto.



Fonte: Defesa Civil de Ouro Preto.

Em 10 de janeiro de 2022, foi emitido um ofício cujo assunto era a decretação e reconhecimento da situação de Calamidade Pública. O Ofício nº 22/2022 foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Ouro Preto (COMPDEC) e é datado de 10 de janeiro de 2022, três dias antes do desabamento do Morro da Forca. O documento considera os grandes impactos do volume de chuvas no município e, assim, aponta a necessidade de se declarar um Estado de Emergência. Diante dos danos materiais, físicos e humanos, são observadas as ações a serem realizadas: reparos nas encostas, contenção de erosões, reconstrução de áreas destruídas, assistência às vítimas e realocação e reassentamento de pessoas. Além disso, o parecer técnico destaca a demanda por auxílio complementar dos governos federal e estadual devido aos aspectos econômicos, sociais e ambientais das áreas afetadas. São citadas então a relação das principais ocorrências deste momento:

Queda de Talude na Rua Padre Rolim, principal via de acesso à Ouro Preto, impedindo o trânsito para veículo;
 Quedas de talude em diversas ruas e estradas vicinais na sede e nos distritos do município, com impedimento parcial e ou total do trânsito;
 Trincas na via da Avenida Lima Júnior, Curva do Vento, via de acesso à Ouro Preto, impedindo o trânsito de veículos local;
 Deslizamentos de encostas na rua Desidério de Matos, Rua das Violetas, dentre outras ruas dos bairros Caminho da Fábrica, Morro Santana, São Cristóvão, Santa Cruz, Padre Faria, etc. com remoção de família e outros atingidos;

Inúmeros registros de quedas de encostas na sede;
 Alagamentos e inundações de residências nos distritos de Santo Antônio do Salto, Santa Rita de Ouro Preto, dentre outros;
 Queda de árvores e barrancos em tosa sede e distritos;
 Colapso de imóveis residenciais na sede do município;
 Assistência aos atingidos, desalojados e desabrigados;
 1 óbito de um morador na Rua das Mangabeiras - Bairro Santa Cruz na sede do município. (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2022a)

Logo depois, dia 20 de janeiro de 2022, foi instituída a Comissão de Salvaguarda do Patrimônio através do Decreto nº 6.367, de 20 de janeiro de 2022. A Comissão seria composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do Município (responsável pela coordenação); Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Urbano e Habitação; Chefia do Gabinete do Município; Secretaria de Cultura do Estado de Minas; Comunicação Social da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto.

Art.2º Compete a Comissão de Salvaguarda do Patrimônio coordenar e supervisionar, do ponto de vista do campo da cultura e do turismo, ações ligadas a recuperação do patrimônio cultural e turístico danificado pelas fortes chuvas do início de 2022 que implicaram a decretação do Estado de Calamidade Pública no Município de Ouro Preto. (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2022b)

Em palestra online da série Café Geológico (2021), promovida pelo Serviço Geológico do Brasil²², foram discutidas as ocupações desordenadas em áreas de risco. Durante o debate, o geólogo da Defesa Civil, Charles Murta, foi questionado sobre a viabilidade de certa regularização fundiária, através de uma lista dos imóveis condenados, elaborada pela defesa civil, quando um morador fosse ao cartório registrar sua propriedade os trâmites fossem então paralisados. Em resposta, Charles Murta explicou a impossibilidade diante do fato de que a grande maioria das construções da cidade se encontrarem sem registro, consequência do incêndio ocorrido no Cartório de Registro de Imóveis de Ouro Preto na década de 1980. Com isso, existiriam tanto edificações avaliadas em alto valor financeiro localizadas no centro da cidade como imóveis nas áreas periféricas de ocupação desordenada, ambos em situação irregular. Sobre o sinistro ocorrido no Cartório, há também uma escassez de informações, encontrando-se apenas a indicação de que o incêndio teria sido criminoso²³ (Machado *et al.*, 2023).

²²Para saber mais ver: Café Geológico S02E44: Cidades Resilientes: Minas Gerais As Ações das Defesas Civis de Ouro Preto e Juiz de Fora para a Construção da Resiliência. Disponível em <https://eduplay.mmp.br/portal/video/144711>

²³ Para saber mais ver: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/1114234060/inteiro-teor-1114234125>

3.3.3 O risco de incêndio urbano

Abordando a partir de agora a questão do risco de incêndio, os sítios históricos coloniais mineiros, como Ouro Preto, podem ser compreendidos a partir do conceito de *idades inflamáveis*, conforme elabora Claret de Gouveia (2017). O autor afirma que tal termo é, atualmente, utilizado para se referir às cidades que podem ser atingidas por incêndios e cujos efeitos sejam sentidos por toda a população em uma generalizada sensação de insegurança. Como é explicado pelo pesquisador, nessa expressão fica marcada a noção de propagação do incêndio, isto é, os incêndios “viajam” de uma edificação à outra quando não há barreira adequada e enquanto subsistirem elementos capazes de manter o processo de combustão. Nesse sentido, o incêndio é entendido como resultado da interação simultânea entre fogo, edificação e usuários, o qual se desenvolve através de múltiplos fenômenos influenciáveis entre si. Gouveia (2017) indica que em Ouro Preto os conjuntos mais vulneráveis a incêndios são as construções das ruas Conde de Bobadela, São José e Ouvidor (Gouveia, 2017). Além disso, o autor elenca as características das edificações coloniais que as tornam particularmente vulneráveis a incêndios:

- a) os materiais empregados e os processos construtivos – o uso da madeira como principal material de construção e o emprego de ligações de baixa rigidez tornam as construções coloniais particularmente vulneráveis à ação do fogo;
- b) a organização do espaço edificado de acordo com os costumes de uma época em que os conhecimentos de segurança contra incêndio eram rudimentares;
- c) o uso atual dos espaços, com as consequentes modificações introduzidas – a contínua adaptação das edificações coloniais ao uso das sociedades modernas frequentemente se faz com sérios prejuízos à segurança contra incêndio;
- d) o espaço urbano em que se inserem, que frequentemente impõe muitas restrições à atividade de combate ao incêndio, seja pela reduzida largura das vias de acesso, seja pela geminação das construções e, em alguns casos, pela acentuada declividade das ruas. (Gouveia, 2006, p. 11)

Figura 35 - Rua Conde de Bodadela (Rua Direita), Ouro Preto, 2019. (Foto 1).



Fonte: Foto tirada pela autora.

Figura 36 - Rua Conde de Bodadela (Rua Direita), Ouro Preto, 2019. (Foto 2).



Fonte: Foto tirada pela autora.

Em maio de 2003, um mês após o incêndio do Hotel Pilão, realizou-se uma audiência pública para debater a preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto que contou com a presença de autoridades do âmbito federal, estadual e municipal, assim como de associações e representações locais. Desse momento, destaca-se a fala do professor Octávio Elísio Alves de Brito, Engenheiro de Minas e Metalurgia e especialista em Engenharia Econômica. Em sua exposição, ele afirma a importância e urgência na implementação de medidas de prevenção de incêndio e de conscientização da população e assim diz: “O Corpo de Bombeiros e o hidrante

apagam o fogo, política de prevenção de incêndio em sítio histórico previne contra o fogo”. Além disso, ao lembrar do ocorrido no Hotel Pilão, ele demonstra preocupação em relação à avaliação do técnico da Unesco Esteban Prieto. Diante dos acontecimentos, Octávio Brito aponta as ações que estavam sendo desenvolvidas em prol da preservação do sítio histórico e aborda em especial o lançamento do “Movimento Chama: Consciência e Prevenção Contra o Fogo”. Tal projeto previa a análise dos riscos de incêndio em Ouro Preto através da avaliação das instalações elétricas e de gás e do cálculo da carga de incêndio (combustível) para que então pudessem ser propostas medidas de controle e eventual isolamento entre as edificações geminadas (Câmara Municipal de Ouro Preto, 2003).

Tivemos na semana anterior ao incêndio, entre 9 e 12 de abril, a visita de técnico do ICOMOS, que foi a Ouro Preto, numa missão da Unesco, com o objetivo de analisar os impactos sobre o patrimônio tombado naquela cidade. Esse técnico, a que fez referência a Prefeita, evidentemente, teve da cidade a melhor impressão. **Ninguém chega a Ouro Preto e não fica deslumbrado com o patrimônio edificado. Mas nenhum técnico responsável chega a Ouro Preto e não vê que esse patrimônio está ameaçado.** Isso certamente o Dr. Esteban Prieto, que esteve em Ouro Preto, viu, sentiu e colocará no seu relatório. [...]

Com o apoio fundamental da Unesco, que tem estado presente a essas reuniões por meio da Sra. Jurema Machado, que inclusive ofereceu apoio financeiro para que essas ações emergenciais aconteçam, vamos fazer, de hoje a uma semana, no dia 22 de maio, às 10h, na Praça Tiradentes, de Ouro Preto, mobilização e conscientização em torno da preservação de Ouro Preto. Vai ser lançado o movimento chamado **Movimento Chama Consciência e Prevenção contra o Fogo.** (Câmara Municipal de Ouro Preto, 2003, grifo próprio)

O professor doutor da UFOP, Claret de Gouveia, foi figura essencial no desenvolvimento do projeto “Movimento Chama: Consciência e Prevenção contra o fogo”, sendo o responsável pela elaboração de relatórios técnicos e por trazer grande contribuição através da aplicação de seu método de Análise de Risco Global de Incêndio em sítios históricos. O Movimento Chama, lançado em maio de 2003, contou com a parceria e articulação de diversas instituições, a citar: Unesco, Iphan, UFOP, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), governo estadual e entidades locais. O projeto tinha como objetivo central a realização de um esforço integrado de prevenção e combate à incêndios, a partir das seguintes propostas: elaboração de diagnósticos de risco das instalações comerciais e de serviços; melhor aparelhamento e infraestrutura do Corpo de Bombeiros, treinamento e formação de brigadas (articulação entre bombeiros e voluntários); propostas normativas; campanhas de sensibilização com cartilhas e seminários educativos (Gouveia, 2006; Grammont, 2005).

A análise global de risco é um método que se aplica ao projeto de segurança contra incêndios de edificações. Através desse método pode-se estimar o risco de incêndio a que está exposta uma edificação ou um conjunto de edificações e, através de simulações, pode-se determinar o conjunto de medidas ativas e passivas capazes de

reduzir o risco de incêndio a um máximo aceitável. (Gouveia, 2003)

Figura 37 - Símbolo do Movimento Chama.



Fonte: Gouveia (2003).

Conforme relatório escrito por Gouveia (2003), as ações iniciais tiveram como foco os imóveis localizados na rua São José, a fim de elaborar um diagnóstico de risco a partir da verificação da carga de incêndio internalizada nas edificações²⁴, levando em conta o material e elementos de sua composição. Em seguida, foi feita a elaboração de roteiro técnico e planilha de levantamento, assim como o recrutamento e treinamento de pessoal para realização das vistorias. Além disso, o pesquisador afirma que, devido às mudanças na ocupação das edificações, o levantamento da carga de incêndio deveria ser realizado periodicamente. Considerando a importância do patrimônio cultural das cidades coloniais, ele indica que um levantamento completo deve ser feito a cada cinco anos e um por amostragem a cada dois anos ou quando se fizer necessário diante de evidências (Gouveia, 2003).

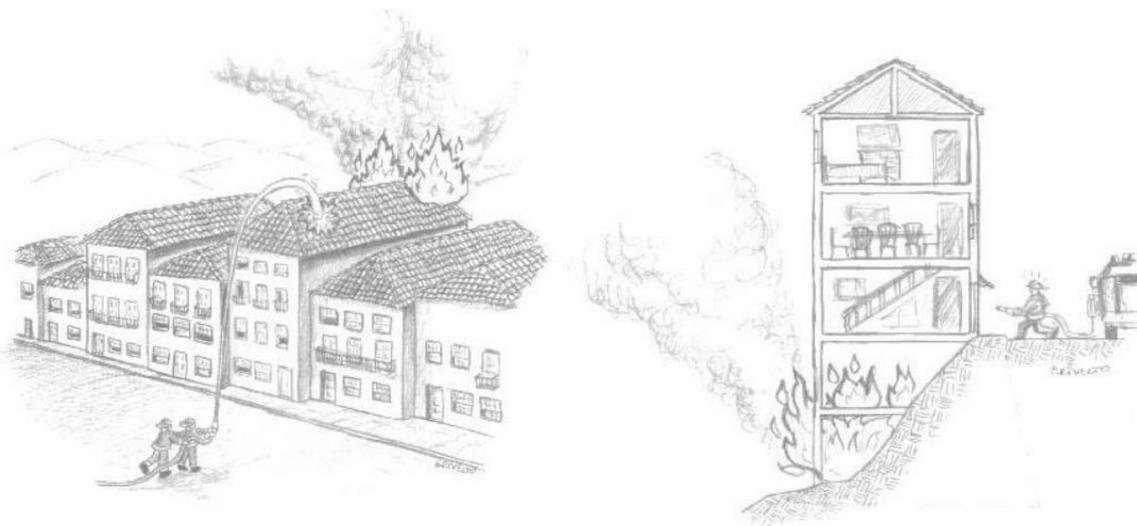
Entre os riscos potenciais associados à própria edificação, os mais importantes decorrem de seu volume, da sua altura e dos elementos combustíveis existentes na sua estrutura, nos seus pisos, forros e fachadas. Já os que decorrem do conteúdo da edificação são associados aos bens móveis nelas alojados que, por sua natureza e seu comportamento a altas temperaturas, têm efeitos diretos sobre os incêndios. (Gouveia, 2003)

Gouveia (2003) explica que, em imóveis de múltiplos andares (como é o caso das edificações barrocas que costumam ter até três andares, porões e/ou sótãos), a altura da edificação representa obstáculo tanto para o escape dos usuários quanto para o combate ao

²⁴ Conforme Gouveia (2003; 2006; 2017), “a carga de incêndio de uma edificação é a quantidade de energia nela existente que pode ser liberada durante um incêndio”.

incêndio. Segundo o autor, tal dificuldade é agravada porque o acesso para combate em geral só acontece pela fachada frontal, visto a reduzida possibilidade diante das construções geminadas e da estreiteza das ruas.

Figura 38 - Dificuldade de acesso para combate a incêndio em edificações coloniais.



Fonte: Gouveia (2003).

Entre as medidas de proteção apontadas por Gouveia (2003) estão: extintores de incêndio; sistema de hidrantes; instrução dos usuários da edificação em relação aos riscos de incêndio inerentes às atividades desenvolvidas no espaço e ao comportamento seguro em caso de início de incêndio; sistemas de detecção, alarme e extinção de incêndio; proteção estrutural no que tange à resistência ao fogo e meios para a exaustão de fumaça.

Em nova audiência pública, realizada em 20 de abril de 2006, o assunto foi a discussão de medidas de prevenção e combate a incêndio. A Câmara Municipal promoveu a audiência na data em que foi reinaugurado o casarão do antigo Hotel Pilão pela FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), marcando também três anos após o ocorrido. Durante a reunião estavam presentes o professor e doutor Claret de Gouveia, a equipe do Corpo de Bombeiros Militar de Ouro Preto e vereadores. A discussão levantou um balanço sobre o que havia sido feito para melhorar a situação em relação ao combate e prevenção de incêndio na cidade desde então e assim foram elencadas: a elaboração de projeto para implantação de uma rede de hidrantes na região da Praça Tiradentes e a aprovação da Instrução Técnica nº 35 pelo

CBMMG²⁵. Apesar de alguns avanços na questão, o Tenente Marcelo Leite de Paula informou que a condição era crítica em diversos pontos da cidade, e que o Corpo de Bombeiros ainda não possuía estrutura material satisfatória. Além disso, o vice-presidente da Câmara, vereador Flávio Andrade, um dos fundadores do Movimento Chama, destacou as ações desenvolvidas pelo projeto e a falta de apoio da prefeitura na época, o que teria dificultado a sua continuidade. Desse modo, Flávio Andrade sugeriu a retomada do Movimento Chama – porém, diante da ausência de mais informações, inferimos que tal proposta não chegou a se consolidar na prática (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2006).

“Na época tivemos atividades muito positivas, mas com pouca participação do poder executivo. Cerca de 1700 imóveis foram vistoriados no centro histórico, trabalhadores da região receberam noções de como lidar com o início de um incêndio e foi feita a medição da carga de incêndio do centro. O trabalho não terminou devido à falta de apoio da prefeitura”, disse.

Flávio Andrade, que foi um dos fundadores do “Chama”, sugeriu que as 22 entidades que assinaram a ata de fundação do movimento se reúnam no início do mês de maio na Casa da Cultura da Fiemg. A proposta, com uma forte carga simbólica, teve o apoio de todos os vereadores. (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2006)

Em pesquisa de campo e visita técnica ao Corpo de Bombeiros de Ouro Preto, em março de 2022, obtivemos acesso à Carta de Hidrantes referente à região central da cidade. Na tabela abaixo podem ser verificadas a localização, condição de funcionamento e data da última vistoria dos hidrantes. Destacamos aqui que o hidrante é uma medida de combate e que são fundamentais ações de prevenção a fim de evitar que se chegue a uma emergência em que seu uso seja necessário. Havendo tal necessidade, é preciso assegurar que existam hidrantes suficientes, bem localizados e em adequado funcionamento. Conforme os dados fornecidos, dentre os sete hidrantes existentes dois deles se encontravam inoperantes até março de 2023, quando fizemos a visita técnica.

²⁵ Para saber mais ver: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Instrução Técnica n° 35:** Segurança contra incêndio em edificações que compõem o patrimônio cultural. 2ª ed. 2017. https://bombeiros.mg.gov.br/images/stories/dat/it/it_35_seguranca_contra_incendio_em_edificacoes_historicas_%202a_edio.pdf

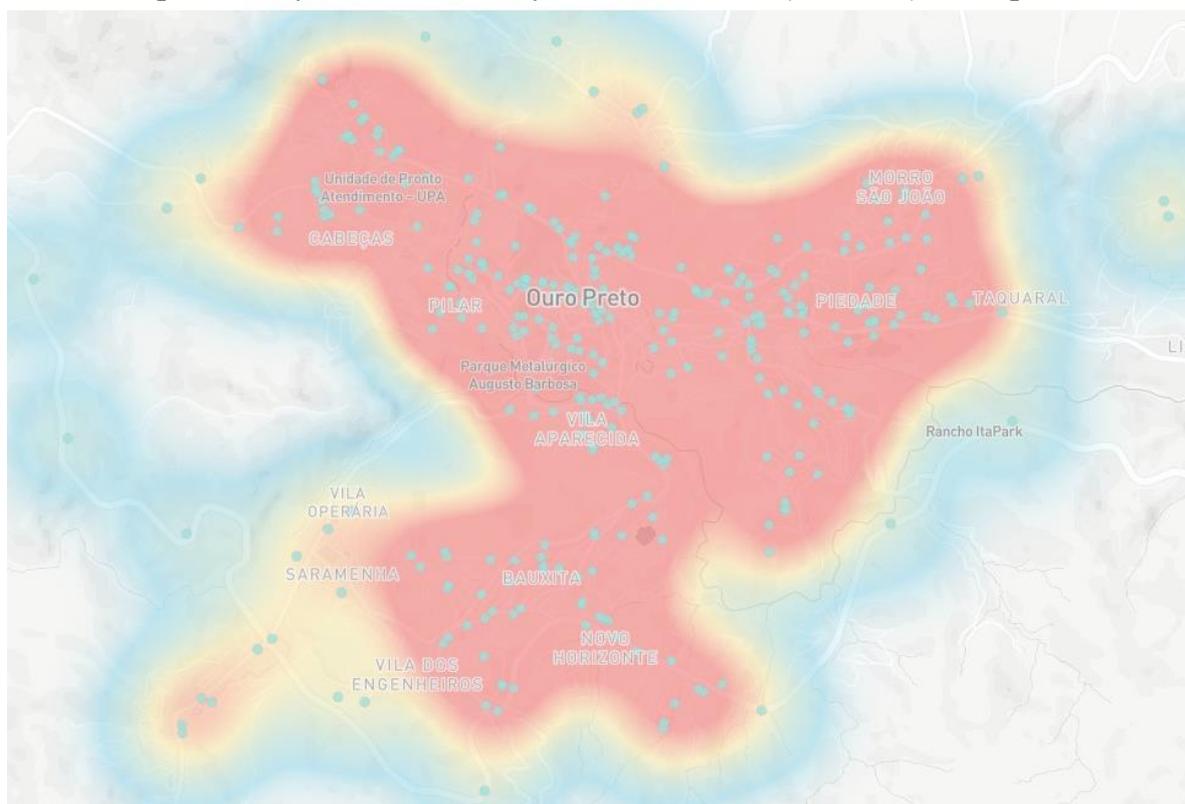
Tabela 7 - Carta de hidrantes de Ouro Preto.

Logradouro	Nº	Bairro	Ponto de referência	Situação	Pressão	Vazão	Data de vistoria
Praça Tiradentes	9	Centro	Em frente ao prédio da FHEAN	Operante	Satisfatória	Satisfatória	13/05/2021
Praça Tiradentes	4	Centro	Em frente ao prédio do CAEM	Operante	Satisfatória	Satisfatória	06/05/2021
Rua Barão Camargos	1	Centro	Esquina com a Rua Camilo de Brito	Operante	Satisfatória	Satisfatória	06/05/2021
Rua Carlos Tomaz	196	Centro	Não há	Operante	Satisfatória	Satisfatória	06/12/2018
Rua Henrique Adeodato	4	Rosário	Não há	Inoperante conexão espanada	-/-	-/-	08/06/2021
Rua Conselheiro Quintiliano	193	Lajes	Dentro do quartel	Operante	Satisfatória	Satisfatória	05/08/2020
Rua Costa Sena	205	Centro	Antiga Escola de Farmácia	Inoperante	-/-	-/-	25/05/2021

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (1º Batalhão de Bombeiros Militar / 2ª Companhia Operacional / 1º Pelotão - Ouro Preto)

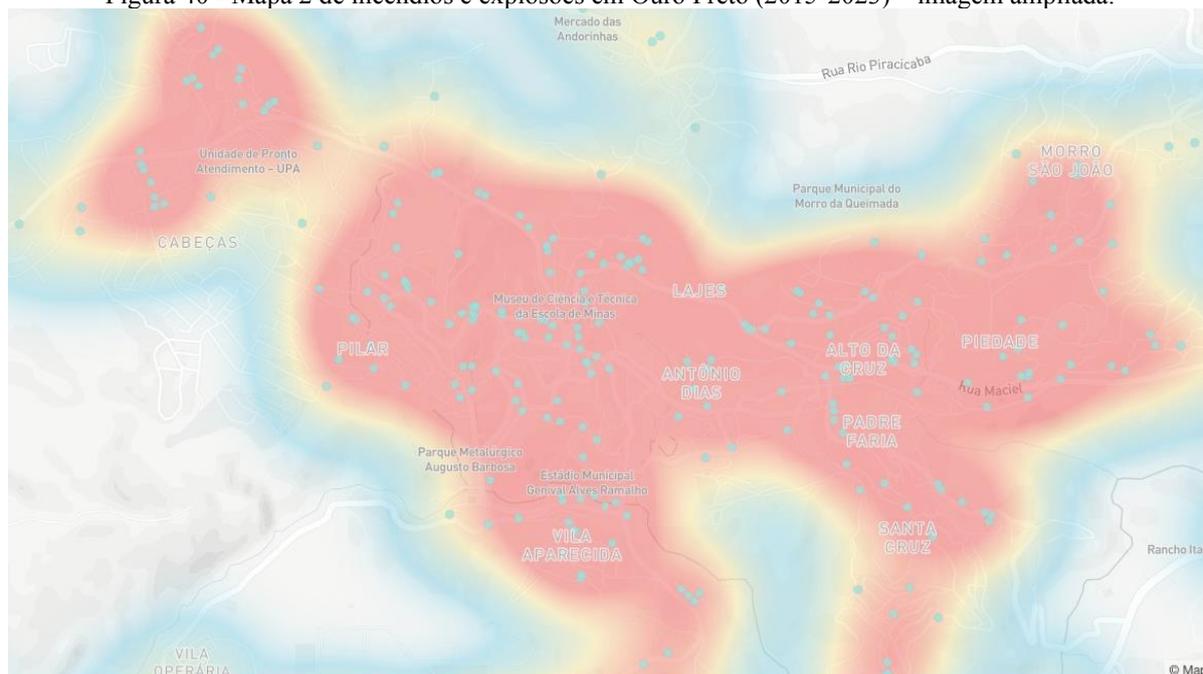
O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) disponibiliza dados referentes às ocorrências de incêndio em Ouro Preto entre os anos de 2015 e 2023. Assim, no mapa abaixo podem ser identificados em pontos azuis incêndios e explosões ocorridos na área urbana. Tais ocorrências se referem principalmente aos incêndios e explosões em: edificações residenciais e comerciais; rede elétrica/curto-circuito; vazamento de gás/GLP; amontoado de lixo/entulho e veículos. Além disso, podemos ver uma grande quantidade de ocorrências na região central da cidade. As duas imagens representam o mesmo mapa, a primeira traz o mapa inteiro e a segunda apresenta um zoom na intenção de visualizar de forma mais aproximada algumas áreas desse núcleo.

Figura 39 - Mapa 1 de incêndios e explosões em Ouro Preto (2015-2023) – visão geral.



Fonte: Série Histórica dos atendimentos realizados pelo CBMMG.

Figura 40 - Mapa 2 de incêndios e explosões em Ouro Preto (2015-2023) – imagem ampliada.



Fonte: Série Histórica dos atendimentos realizados pelo CBMMG.

Portanto, nesta seção 3.3, abordou-se os as informações sobre o estado de conservação, e os riscos que atingem a cidade através de análises técnicas e documentos oficiais dos

organismos de proteção. Diante destes estudos, foi possível perceber como a preservação no caso de Ouro Preto envolve uma série de questões relacionadas à própria configuração da cidade no que se refere tanto à particularidade do seu território como ao seu processo histórico de formação e de desenvolvimento urbano. Considerando este contexto, foi selecionado o destaque para os aspectos da salvaguarda relacionados à política urbana, risco geológico e de incêndio. A partir da compreensão deste cenário intrínseco entre cidade e patrimônio, seguimos para o próximo tópico a fim de evidenciar as avaliações feitas pelos órgãos de proteção para a implementação dos programas de reabilitação ao patrimônio cultural urbano.

3.4 PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: MONUMENTA E PAC CIDADES HISTÓRICAS

Em visita técnica, realizada em março de 2023, ao Centro de Documentação e Informação do Iphan (CDI), localizado em Belo Horizonte, foram consultados e digitalizados documentos referentes ao Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas desenvolvidos em Ouro Preto. Nossa análise irá se deter aos seguintes arquivos: (1) Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto sobre o Programa Monumenta; (2) o processo número 01514.003983/2009-55, que contém documentação referente ao PAC Cidades Históricas - Etapa Diagnóstico (2009/2010) e (3) Plano de Ação de Ouro Preto - PAC-CH 2010-2013.

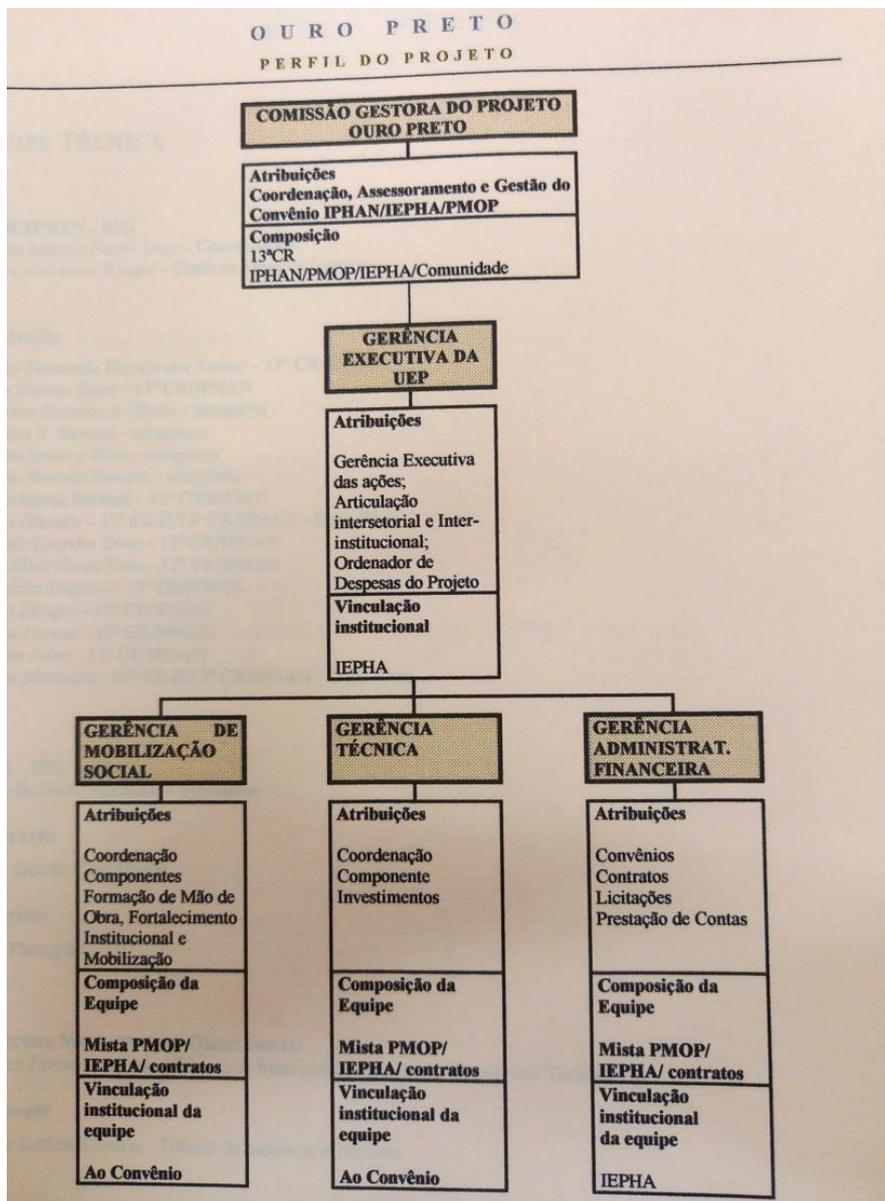
O Programa Monumenta foi elaborado pelo Ministério da Cultura, com apoio do BID e da Unesco, na intenção de recuperar e preservar, de forma sustentável, os principais sítios históricos do Brasil. Silva (2005) comenta que o programa se propunha a reduzir as causas de degradação do patrimônio cultural através da realização de obras, ações educativas, promocionais e institucionais, e capacitações. Ouro Preto foi uma das primeiras cidades a receber o Programa, a partir do projeto que ficou denominado “Plano de Reabilitação do Sítio Histórico de Ouro Preto”, elaborado em 1997.

Sobre a estrutura organizacional do Programa que envolveu diferentes agentes e instituições, esta pode ser compreendida a partir da citação e organograma seguintes:

Os principais agentes envolvidos são o governo federal, o governo municipal, o BID e a população. O Ministério da Cultura, por meio de sua Unidade Central de Gerenciamento, na qualidade de coordenador operacional e financeiro, é o executor do Programa, e o Iphan, o agente fiscalizador. As prefeituras das áreas beneficiadas e as organizações não-governamentais do setor do patrimônio histórico são os coexecutores. O BID é o organismo financiador e a Caixa Econômica Federal o

agente financeiro. O Conselho de Orientação, presidido pelo ministro da Cultura e integrado pelos representantes do BID e da Unesco no Brasil, é o órgão que estabelece as diretrizes principais do Programa (Neto, 1999 *apud* Oliveira, 2005, p. 106).

Figura 41 - Organograma de modelo e estrutura organizacional.



Fonte: MinC; Iphan; BID, 1997.

O primeiro documento a ser analisado neste momento é referente à proposta de implementação do Programa Monumenta em Ouro Preto que foi intitulado “Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto” (MinC; Iphan; BID, 1997). A elaboração desse projeto se baseou nos resultados obtidos a partir da Oficina de Planejamento Participativo realizada nos dias 4, 5 e 6 de junho de 1997, em Ouro Preto, que utilizou o método ZOOP. A justificativa para a escolha da área de intervenção do projeto menciona o processo

de tombamento da cidade, ocorrido em 1937. Na ocasião, “o governo federal, através do Iphan, decretou o tombamento da cidade de Ouro Preto, identificando a área de abrangência do tombamento como sendo aquela *‘até onde a vista alcança’*” (MinC; Iphan; BID, 1997). Tal imprecisão representava o desejo em se preservar o sítio histórico como um todo, levando em consideração seu enquadramento na paisagem. Nesse sentido, o interesse pela preservação evidenciava o enfoque na unidade e integridade do conjunto urbano (MinC; Iphan; BID, 1997).

Esta identificação, em que pese sua imprecisão pela ausência de uma descrição perimétrica, deixava evidente a intenção de se preservar todo o conjunto urbano - monumentos, edificações particulares, ruas e áreas livres - assim como sua paisagem circundante, constituída por dois grandes alinhamentos montanhosos que circunscrevem toda a área ocupada. (MinC; Iphan; BID, 1997).

Contudo, o Projeto Monumenta aponta que as pressões para urbanização e dificuldades do poder público acarretaram a ocupação desordenada das encostas, afetando significativamente a paisagem que se queria preservar. Sendo assim, apenas a região interior da área tombada referente ao eixo de formação do período colonial (caminho-tronco) se manteve em melhores condições de conservação de seus bens culturais e do conjunto arquitetônico. No documento foi indicado que a área de intervenção do programa seria aquela correspondente à Zona de Proteção Especial (ZPE) determinada pelo Plano Diretor de 1996. Tal área de intervenção, ao se superpor ao traçado original e à área tombada como conjunto urbano, abarca 30 dos 40 monumentos tombados isoladamente pelo Iphan – porém, não foram incluídas as capelas localizadas na encosta da Serra de Ouro Preto (MinC; Iphan; BID, 1997).

Os anos 70 e 80 foram caracterizados pela intensificação da urbanização, o que, sobre o território de Ouro Preto significou expansão de periferias, especialmente **sobre os morros da Serra de Ouro Preto, em áreas de risco geológico, sem infraestrutura e comprometedoras da paisagem.**

Sobre a Área de Intervenção propriamente dita, os reflexos desse crescimento populacional foram principalmente a **ocupação de interstícios do arruamento colonial**, a extensão de novos arruamentos em continuidade aos existentes e o **adensamento de construções** dentro de um mesmo lote, através da ampliação e do aproveitamento dos porões, do acréscimo de pavimento e de anexos de fundos.

Todo esse processo foi monitorado pelo Iphan, mas a **inexistência de legislação** e de um **aparato de fiscalização municipais** com objetivos semelhantes, aliada às **limitações da instituição** frente às **pressões sociais**, fizeram com que **muitas das intervenções resultantes desse processo fossem prejudiciais à imagem da cidade.** (MinC; Iphan; BID, 1997, grifo próprio)

O Perfil de Projeto, documento de síntese do Projeto, verificou que a área de intervenção apresenta níveis de renda superiores ao do município e relatou a não apropriação da riqueza gerada no município por sua população. Diante disso, afirmou a necessidade de buscar meios e atividades econômicas que possibilitassem à comunidade local ascender

socialmente, então sugeriu o turismo como uma dessas formas. Além disso, a área de intervenção é a que concentra o maior fluxo turístico e é ainda o centro comercial, financeiro e de serviços da cidade. Esta região é assim marcada pela substituição das edificações residenciais por usos ligados ao setor de comércio e serviços. Sobre o envolvimento popular, a cidade conta com diversas associações de moradores, as quais são filiadas à Federação de Associações de Moradores de Ouro Preto. Na área de intervenção estão as Associações do Alto Centro Histórico, Rosário e Água Limpa (MinC; Iphan; BID, 1997).

A área de abrangência do projeto é identificada a partir de três locais de significado cultural e urbano: (1) Praça Tiradentes e seu entorno, como centro cívico e espaço de realização de eventos culturais; (2) Rua São José e adjacências, como região de atividades de comércio e serviços; (3) Barra, como zona em potencial desenvolvimento no setor de serviços e de atividades de lazer. A partir do reconhecimento e da delimitação da área a ser trabalhada, o programa busca promover a requalificação do patrimônio cultural urbano através do viés da preservação sustentável, de modo a melhorar a qualidade de vida da população local e trazer melhores condições de usufruto dos bens culturais tanto para a comunidade quanto para os turistas (MinC; Iphan; BID, 1997).

A apropriação da ZPE como área estratégica para a promoção da **preservação sustentável do patrimônio cultural urbano de Ouro Preto** passar portanto, pelo estabelecimento de eixos urbanos de reabilitação preferente, caracterizados de modo a estabelecer uma lógica de intervenção na área, ou seja, a partir de elementos focais - edifícios de interesse cultural - que possam promover a desejava sinergia para o desenvolvimento das ações que deverão envolver a **população local, o setor empresarial e as instâncias governamentais**, proporcionar a devida interligação entre as diversas ações propostas que vão desde a conservação, restauração e reabilitação de monumentos, até a recuperação de espaços públicos e áreas verdes subutilizadas, além de uma ação nuclear de recuperação de casario, enquanto conjunto urbano de importância para a **ambiência histórica** da cidade e elemento aglutinador do processo de reabilitação proposto. (MinC; Iphan; BID, 1997, grifo próprio)

No quadro abaixo é identificada pelo Projeto a situação dos setores da área de intervenção, por meio de uma avaliação do estado de conservação que considera as edificações, espaços públicos e a infraestrutura. Na região do Pilar é notado o impacto decorrente das fortes chuvas que atingiram a cidade em janeiro de 1997 (especialmente em relação à drenagem) e o estado de conservação entre bom e regular. Já na Praça Tiradentes, destaca-se a questão da sinalização e do estacionamento de veículos naquele entorno. Além disso, é considerado que as fachadas estavam bem conservadas, tendo vista ser este local um dos principais pontos turísticos. Em Antônio Dias, a preservação estaria bem complicada, pois foram identificadas diversas áreas originárias do século XVIII deterioradas e descaracterizadas. Na Barra, o projeto

considerou a conservação boa, apesar de algumas reformas que teriam afetado a paisagem.

Quadro 2 - Avaliação do estado de conservação dos eixos da área de intervenção escolhida pelo projeto.

1.1.6 QUADRO VI - AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

REGIÃO		EDIFÍCIOS	ESPAÇOS PÚBLICOS	INFRA-ESTRUTURA
PILAR	Rua Direita / Rua São José	Bom	Pavimento em bom estado. Problemas de sinalização/ uso de passeios	Completa. Avaliar problemas de drenagem decorrentes da rede do Adro das Mercês
	Rosário	Bom	Largo em bom estado. Adro da Igreja sem tratamento adequado.	Completa.
	Água Limpa	Regular. Área atingida pelas chuvas de janeiro/97	Ruim. Praça existente soterrada pelas chuvas de janeiro/97.	Ruim. Rompimento das redes de água e drenagem pelas chuvas de janeiro/97.
	Cabeças	Regular na 1ª metade. Bom na 2ª metade.	Bom.	Completa na 1ª metade. Em drenagem na 2ª.
	São Cristóvão Rua Pe Rolim	Ruim no São Cristóvão. Regular na R. Pe. Rolim	Carência de espaços públicos. Ruas em estado regular.	Ruim. Completa apenas na Rodoviária. Trechos s/ esgoto e s/ drenagem.
PRAÇA TIRADENTES	Pr. Tiradentes/ Largo do Coimbra	Fachadas bem conservadas. Fundos em mau estado. Prédio do CAEM em mau estado.	Problemas de sinalização, estacionamento, circulação e imagem urbana.	Bom Drenagem superficial no trecho mais alto da Praça Tiradentes.
ANTÔNIO DIAS	Antônio Dias	Fachadas bem conservadas. Grandes conjuntos de edificações justapostas, sem afast. laterais. Interiores mau conservados. Fundos deteriorados por acréscimos, caixas d'água e telheiros.	Regular. Ponte de Antônio Dias danificada pelas chuvas. Margens deterioradas. Adro da Matriz com tratamento precário.	Regular. Conflitos da rede de drenagem no interior das quadras. Trechos sem esgoto.
	Palácio Velho	Área originária do séc. XVIII, deteriorada e des caracterizada. Presença de remanescentes importantes - Palácio Velho / residências anexas e patamares.	Carência de espaços públicos. Ruas em estado regular.	Trechos sem esgoto e sem drenagem.

OBS. Os trechos sem esgoto e sem drenagem coincidem, em sua maioria, com vazios urbanos, geralmente ao longo de cursos d'água.

Fonte: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto (1997).

Quadro 3 - Avaliação do estado de conservação dos eixos da área de intervenção escolhida pelo projeto
(Continuação).

QUADRO VI - AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO (continuação)				
REGIÃO	SUB-ÁREA	EDIFÍCIOS	ESPAÇOS PÚBLICOS	INFRA-ESTRUTURA
ANTÔNIO DIAS	Dores	Área originária do séc. XVIII, deteriorada e descaracterizada. Presença importante na paisagem. Capela das Dores necessitando obras emergenciais e tratamento do adro.	Entorno da Igreja em estado precário, invadido por particulares. Adro parcialmente adaptado para lazer da população local. Adaptação inadequada.	Ruim. Área sem esgoto.
	Santa Efigênia	Imóveis da ladeira de Santa Efigênia em bom estado na 1ª metade, tendendo para ruim na 2ª metade. Quadras posteriores em estado regular.	Entorno da Igreja em estado regular. Terreno anexo adquirido pela PMOP para destinação a Centro de Cultura Negra. Sem tratamento.	Infra-estrutura completa na parte baixa. A partir da metade do percurso da Ladeira não há drenagem. A porção média não é atendida por esgoto.
	Padre Faria	Regular nas ruas que antecedem a Capela do Pe Faria. Entorno da capela, área originária do séc. XVIII, deteriorado e descaracterizado.	Largo da Capela do Padre Faria com problemas de circulação de veículos, danificando construções adjacentes. Edifício inadequado. Poluição por esgotos.	Córrego poluído, sob a Ponte do Pe. Faria, monumento tombado isoladamente. Não tem rede de drenagem.
	Lajes (R. Conselheiro Quintiliano)	Área originária do séc. XVIII, deteriorada e descaracterizada. Tráfego intenso em direção à Mariana e bairros periféricos como fator de degradação dos imóveis lindeiros.	Inexistência de espaços públicos utilizáveis. Rua Conselheiro Quintiliano em estado crítico quanto à segurança, capacidade de vazão, pavimento e passeios.	Ruim. Predominam trechos sem esgoto e drenagem.
BARRA	Praia do Circo / Praça da Estação	Bom. Galpões do Parque Metalúrgico em início de restauração.	Bom. Área destinada à Pça. da Universidade sem tratamento. Pça. Rio Branco com tratamento inadequado, sem problemas de conservação.	Não tem drenagem. Córrego dos Contos poluído.
	Barra	Bom. Reformas irregulares com prejuízos à paisagem, embora sem problemas de conservação.	Bom. Pça. da Barra parcialmente reformada recentemente.	Completa.

Fonte: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto (1997).

Com fins de organização, o Programa foi estruturado por meio de quatro componentes centrais: (1) investimentos; (2) fortalecimento institucional; (3) formação de mão de obra especializada; (4) publicidade e mobilização comunitária. A preocupação em garantir a sustentabilidade do programa atravessa todos estes componentes. Os investimentos se atentam em atender demandas da população na intenção de conseguir a adesão do público. O fortalecimento institucional busca preparar as instituições para o cumprimento de suas atribuições, além de guardar as informações para o desenvolvimento das etapas posteriores. A formação de mão de obra especializada visa afirmar a qualidade das intervenções e expandir a

oferta de mercado de trabalho. A publicidade e mobilização comunitária se concentra em identificar os atores sociais e econômicos e viabilizar etapas futuras (MinC; Iphan; BID, 1997). Desse modo, podemos perceber a intenção em envolver a comunidade e o desejo de que as ações tenham prosseguimento para além do período de execução do Programa.

Quadro 4 - Quadro de componentes e características do projeto.

Componentes	Características
1. Investimentos	Ações, projetos e obras de recuperação de espaços de grande significado atribuído pela comunidade local e de importância histórica, paisagística, documental, arquitetônica.
2. Formação de mão de obra especializada	Formação de mão de obra capacitadas para atuar em obras de recuperação.
3. Fortalecimento institucional	Aprofundamento do conhecimento sobre a cidade e formação de equipes multidisciplinares para o atendimento e continuidade do Programa.
4. Publicidade e mobilização comunitária	Promoção de mudança de posturas; venda do projeto a eventuais patrocinadores.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto (1997).

O aspecto da sustentabilidade é trazido no Programa através de três elementos principais: controle institucional, participação do setor privado e potencialização econômica da área. O controle institucional diz respeito à ação conjunta e articulada entre as esferas de poder que agem na gestão da cidade; ou seja, Prefeitura Municipal, Iphan/13ª e IEPHA. A parceria com o setor privado se refere, por exemplo, à instalação e à manutenção de equipamentos culturais, comércio e serviços, além da recuperação de imóveis privados. A questão econômica leva em consideração o potencial do turismo através da divulgação do seu patrimônio natural, arquitetônico, cultural e artístico (MinC; Iphan; BID, 1997).

Um ponto interessante é que o Programa reconhece a difícil relação entre o Iphan e a população. Assim, é colocado como a população tende a se referir à instituição como o

“patrimônio”, de modo que sua atuação era percebida pela população em tom imperativo e distanciado. Inicialmente, suas ações se voltavam aos aspectos estéticos e estilísticos, dando atenção especial à preservação das fachadas. A partir dos anos 1960, com a aplicação do termo sítio urbano, é que os centros históricos teriam sido dotados de uma compreensão mais próxima de seu uso social e dos significados atribuídos pela comunidade local (Motta, 1985 *apud* MinC; Iphan; BID, 1997). Contudo, os resquícios do histórico da relação e os hábitos incorporados pela população ainda permanecem. Tal fato pode ser visto em como a abordagem de algumas questões repercutem na visão distorcida da população sobre a inviabilidade de modernização da cidade em detrimento da preservação – uma vez que os limites a esse processo de modernização da infraestrutura não implicam em impedimento, mas sim em soluções mais onerosas (MinC; Iphan; BID, 1997).

Assim, a salvaguarda do patrimônio cultural urbano será apropriada pela população quando se der a ele a **correta dimensão socioeconômica**, preparando a cidade para a **preservação sustentável**.

Ouro Preto terá seu marketing interno, procurando alternativas para que a **população se aproprie e cuide** dela efetivamente, melhorando a autoestima em relação à sua própria cidade e se orgulhando em ser visitada e em visitá-la. Nesse sentido, cabe lembrar o curioso fato de que, embora a população se relacione harmoniosamente com a cidade, mantendo-a viva e utilizada, a **incompreensão dos critérios de atuação no sítio urbano e a imagem autoritária dos órgãos normativos**, induz ao desrespeito, resultando em evidente **prejuízo da paisagem urbana** - ocupação desordenada, obras clandestinas, inoperâncias na conservação dos bens, xenofobia e protesto tácito ao turismo.

As ações se deter-se-ão sempre neste ponto, pois é expressivo o número de informações e depoimentos colhidos sobre **desavenças, discórdias e dissensões**. (MinC; Iphan; BID, 1997, grifo próprio).

É possível perceber que o Programa considera o caráter ambivalente e conflituoso entre o Iphan e a população. Por um lado, o patrimônio cultural é motivo de orgulho e, por outro, há resistência em relação às limitações colocadas pela preservação. Tal situação é expressa em situações cotidianas, uma vez que a comunidade local não havia sido protagonista das ações de salvaguarda e nem se identifica enquanto objeto do seu retorno social e econômico. Essa dupla postura pode ser vista quando um morador assume uma posição de defesa da preservação em caso de o “agressor” ser o outro (vizinho, turista, comerciante); ao contrário, em caso de ser ele mesmo o proponente da intervenção, este mesmo cidadão se torna apoiador da liberdade individual (MinC; Iphan; BID, 1997).

A relação com o turismo também se mostra contraditória, já que a população não se vê como beneficiária das ações de preservação do patrimônio e entende que essas medidas são direcionadas ao usufruto dos bens culturais pelos turistas. Por outro lado, quando a atividade turística é induzida por eventos atrelados a hábitos sociais tradicionais da cidade, a população

recebe melhor o público. Assim, o projeto considera que esta aversão representa uma não apropriação da noção de preservação do patrimônio (MinC; Iphan; BID, 1997).

Na intenção de romper esse ciclo de desavenças e garantir a sustentabilidade do projeto, o Programa propôs algumas ações para aproximar a população, como a seleção de intervenções estratégicas, caracterizadas pela “recuperação de espaços públicos e áreas verdes”, e a recuperação de casarios através de linhas de crédito especial, além dos seguintes (MinC; Iphan; BID, 1997):

O **tratamento integrado da infraestrutura** que denota a função social da preservação pelo atendimento dos problemas mais graves.

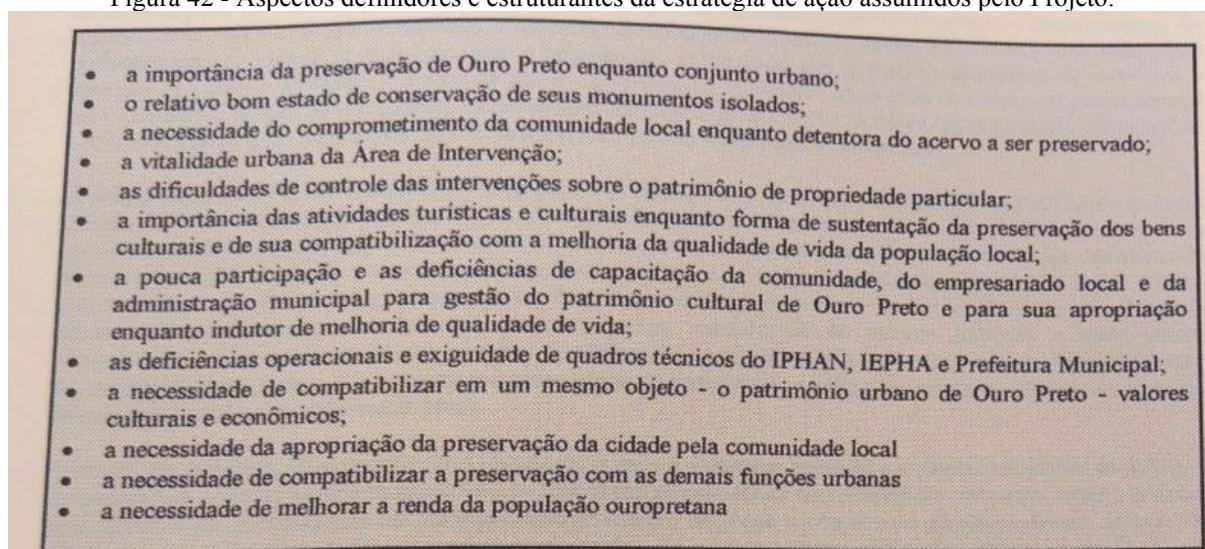
O **tratamento integrado da formação de mão de obra** para minorar a dependência externa - o perfil da mão de obra formado em Ouro Preto é divorciado da preservação.

O **fortalecimento institucional** tratado em um contexto em que favorece e legitima a importância e a necessidade da participação da administração local como gestor fundamental no processo de preservação sustentável.

O **formato institucional adotado** que agrega os três níveis de poder que atuam na gestão urbana - cada um em seu nível de competência que se cruzam e se interrelacionam, e tendo sido por muitas vezes alvo de relações e ações desarticuladas gerando pontos de conflitos - estabelece um planejamento estratégico possibilitando uma relação articulada e harmônica que sem sombra de dúvida dará sustentabilidade a preservação cultural da cidade, que tem em sua configuração urbana o objeto do tombamento. (MinC; Iphan; BID, 1997, grifo próprio)

Na imagem abaixo estão elencados os aspectos escolhidos para nortear o desenvolvimento do Programa. A estratégia se constrói a partir de duas vertentes principais: social e econômica. A social se volta para a apropriação do patrimônio pelos moradores, e econômica através do incremento de renda pelo turismo (MinC; Iphan; BID, 1997).

Figura 42 - Aspectos definidores e estruturantes da estratégia de ação assumidos pelo Projeto.

- 
- a importância da preservação de Ouro Preto enquanto conjunto urbano;
 - o relativo bom estado de conservação de seus monumentos isolados;
 - a necessidade do comprometimento da comunidade local enquanto detentora do acervo a ser preservado;
 - a vitalidade urbana da Área de Intervenção;
 - as dificuldades de controle das intervenções sobre o patrimônio de propriedade particular;
 - a importância das atividades turísticas e culturais enquanto forma de sustentação da preservação dos bens culturais e de sua compatibilização com a melhoria da qualidade de vida da população local;
 - a pouca participação e as deficiências de capacitação da comunidade, do empresariado local e da administração municipal para gestão do patrimônio cultural de Ouro Preto e para sua apropriação enquanto indutor de melhoria de qualidade de vida;
 - as deficiências operacionais e exiguidade de quadros técnicos do IPHAN, IEPHA e Prefeitura Municipal;
 - a necessidade de compatibilizar em um mesmo objeto - o patrimônio urbano de Ouro Preto - valores culturais e econômicos;
 - a necessidade da apropriação da preservação da cidade pela comunidade local
 - a necessidade de compatibilizar a preservação com as demais funções urbanas
 - a necessidade de melhorar a renda da população ouropretana

Fonte: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto (1997).

Diante das propostas de ações a serem desenvolvidas, o Programa projetou também os resultados que se esperava que pudessem ser alcançados, são eles:

- I - As instituições gestoras do patrimônio cultural urbano otimizadas e atuando de modo integrado
- II - A população incorpora a preservação do patrimônio cultural urbano como benefício
- III - Setores da população capacitados para gerenciar seu patrimônio cultural urbano
- IV - O turismo promotor da qualidade de vida
- V - Ouro Preto consolidado como polo cultural, articulado regionalmente, através do fomento e ampliação de suas atividades culturais
- VI - Sistema de Tributação implementado, eficiente e compatível com a reabilitação
- VII - Gestão eficiente do Projeto (MinC; Iphan; BID, 1997)

Em publicação da série “Preservação e Desenvolvimento”, organizada pelo Iphan (2008a), são apresentadas as ações realizadas pelo Programa Monumenta em Ouro Preto. Entre as obras executadas em bens culturais podem ser destacadas: Teatro Municipal (Casa da Ópera), Casa da Baronesa, adro da Igreja de São Francisco e Horto Botânico Vale dos Contos. Além disso, o Monumenta deu apoio a outros projetos direcionados ao patrimônio imaterial de Ouro Preto, à formação de mão de obra especializada para atuar em edificações históricas e à educação patrimonial (Iphan, 2008a).

A publicação do Iphan (2008a) aborda um dos primeiros projetos desenvolvidos que foi intitulado “Guardiões do Patrimônio” – elaborado por Guiomar de Grammont, em colaboração com Anna Maria de Grammont, Oliveira e Marta Resende, tendo sido aprovado em janeiro de 2005. O público-alvo eram adultos ligados à comunidade e com interesse pela preservação do patrimônio, de modo que a seleção dos participantes foi feita em parceria com a prefeitura, sendo as vagas distribuídas entre professores da rede pública e membros da comunidade. O curso era noturno, incluía atividades de campo e era pautado na pedagogia de projeto. As aulas tiveram início em abril e foram finalizadas em dezembro de 2005, com um total de 39 alunos certificados.

Sobre os alunos que participaram do curso, é possível compreender de onde vem o interesse pela preservação do patrimônio através do relato de Márcia Aparecida da Silva Santos, cidadã ouropretana e professora (Iphan, 2008a):

“Fui influenciada pelas idéias do padre José Feliciano Simões, pároco do Pilar, onde moro. Ele é um ferrenho defensor da cultura local e do patrimônio histórico. Quando me tornei professora, fiquei preocupada ao verificar que os alunos tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a história de Ouro Preto. **Era como se caminhassem sobre uma mina muito valiosa, sem saber.** Por isso, sempre que possível, levo meus alunos para visitas a monumentos”. Márcia era, portanto, uma ótima candidata ao curso. (Iphan, 2008a, p. 29), grifo próprio

O relato de Márcia também nos permite entender o impacto dessa iniciativa, uma vez

que demonstra como a experiência resultou em uma maior aproximação da população com o patrimônio (Iphan, 2008a):

“A experiência foi excelente. Na introdução, analisamos nossa própria trajetória de vida e nossos valores. **Estamos habituados a ver a história como algo distante de nossa vivência. O curso mudou essa perspectiva. Agora percebemos que fazemos parte dela.** Além disso, devo dizer que o entrosamento com a turma foi muito bom. Eu tinha prazer em ir às aulas. Mesmo chegando cansada, após um dia de trabalho”. (Iphan, 2008a, p. 29, grifo próprio)

Outro projeto fundamental patrocinado pelo Programa Monumenta neste momento foi a criação do curso para requalificação de profissionais da construção civil, com objetivo de capacitá-los para trabalhar em obras de reforma e restauração de edificações antigas. O curso contemplou a necessidade de conhecimento sobre técnicas específicas, como o pau-a-pique e demais elementos e sistemas construtivos do período colonial. O projeto foi organizado pela Fundação de Artes e Ofícios (Faop) em parceria com o Cefet e a UFOP, a partir do lançamento do edital do Monumenta para elaboração de curso de requalificação, diante da grande demanda por mão de obra treinada para atuar em imóveis tombados (Iphan, 2008a).

Somando diferentes categorias profissionais, 99 pessoas concluíram a formação, e o período de duração dos cursos variou de acordo com a profissão: 8 meses para pedreiros e carpinteiros; 6 meses para pintores e ferreiros; 5 meses para instaladores e estucadores. Depois dessa primeira experiência do Núcleo de Ofícios, percebeu-se a necessidade de atingir públicos mais novos e assim foi organizado outro curso, voltado para jovens entre 16 e 18 anos. O curso de Formação Profissionalizante em Arte, Restauo e Ofícios começou em 2007 e tinha duração de dois anos. Dos 60 alunos participantes, 40 eram oriundos de um programa da prefeitura chamado “Jovens de Ouro” e 20 encaminhados pela associação de bairro vizinho através de contato com a Faop (Iphan, 2008a).

De acordo com o Iphan (2008a), as obras a cargo do Programa Monumenta foram iniciadas no ano 2000, após a assinatura do convênio pela prefeitura. O valor total do convênio seria de aproximadamente 15 milhões de reais, de modo que 7,4 milhões de reais já teriam sido investidos até fevereiro de 2008, e o restante se encontrava em empenhos, faltando apenas a contratação de obras no valor de cerca de 5 milhões de reais. Os trabalhos de intervenção começaram com a restauração da capela de Nossa Senhora das Dores, pois sua cobertura estava em risco de desabamento iminente. Nesta ocasião foi realizada também uma capacitação de mão de obra especializada na recuperação de telhados. Em seguida, foram executadas as restaurações na Casa do Folclore, na Casa da Baronesa e no Teatro Municipal. Em especial, a Casa da Baronesa seria equipada com sistema de segurança e reservatório de água para combate

a incêndio – tal atitude foi tomada por conta da localização próxima ao antigo Hotel Pilão e da necessidade de revisão dos parâmetros de prevenção e combate ao fogo (Iphan, 2008a).

Outro trabalho importante foi a recuperação e tratamento paisagístico do Horto Botânico do Vale dos Contos (Parque Horto dos Contos). Situado no centro histórico, o local constitui elemento significativo para a paisagem e espaço de lazer para a população. A respeito da organização da região central também foi feita a passagem da rede elétrica aérea para dutos subterrâneos e o ordenamento do trânsito de veículos. Através de diretrizes e da criação de um departamento de trânsito pela prefeitura, ficou decidido: caminhões com peso acima de dez toneladas não estão autorizados a transitar pelo centro histórico; proibição de estacionamento na Praça Tiradentes; veículos não podem trafegar perto da Igreja do Pilar; atividades de carga e descarga devem ocorrer em horários programados. Em relação aos imóveis privados, foi construída uma linha de financiamentos, por meio da Caixa Econômica Federal, para proprietários que tivessem interesse em reformar a estrutura, fachada, cobertura e instalações elétricas de suas edificações (Iphan, 2008a).

O outro arquivo a ser analisado é o processo número 01514.003983/2009-55 em que consta documento referente ao PAC Cidades Históricas – Etapa Diagnóstico (2009/2010), elaborado pelo Iphan, e ao Plano de Ação de Ouro Preto - PAC-CH 2010-2013, organizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. O PAC Cidades Históricas (PAC-CH) teve início no seu processo de elaboração, em 2009, após o fim do Programa Monumenta. De acordo com Gomes (2016), o PAC-CH buscava se beneficiar da experiência do programa anterior na interlocução para a gestão de verbas para a preservação. Logo, podem ser identificadas algumas semelhanças e aproximações entre as propostas do Programa Monumenta e o PAC-CH.

O processo se inicia então com o documento “PAC Cidades Históricas - Etapa Diagnóstico”. Assim, é feita uma avaliação das condições encontradas em Ouro Preto, a fim de compreender as questões que demandam maior atenção e os meios disponíveis para construir soluções. No quadro abaixo são expostos os principais problemas e potencialidades identificados neste diagnóstico inicial, apresentando um panorama geral do contexto da cidade no período entre 2009 e 2010.

Quadro 5 – Problemas e potencialidades de Ouro Preto.

Problema/Potencialidade	Detalhamento
Principais problemas da infraestrutura	Saneamento básico; Abastecimento de água potável; Utilizações irregulares de espaços públicos e privados no perímetro tombado; Deficiência de locais para estacionamento de veículos, para transbordo, carga e descarga no perímetro tombado; Necessidade de embutimento da fiação
Principais problemas da legislação municipal existente	Desatualização dos Códigos de Obras, Posturas e Tributário; Falta de legislação atualizada para cobranças de impostos e taxas de prestação de serviços públicos municipais; Falta de legislação atualizada no serviço de transporte coletivo (em andamento a regulamentação)
Principais atividades econômicas	Mineração, Serviços, Serviço Público
Atividades com potencial de desenvolvimento para a cidade	Serviços (hospedagem, alimentação); Educação; Turismo Ecológico e Cultural
Principais atividades econômicas no Centro Histórico	Serviços; Turismo; Serviço Público
Atividades com potencial de desenvolvimento no Centro Histórico	Serviços; Turismo; Comércio
Principais problemas quanto à gestão do patrimônio cultural	Necessidade de Educação Patrimonial; Recurso do ICMS cultural não vinculado diretamente aos investimentos na área de preservação; Especulação imobiliária devida à expansão dos campi federais
Principais potencialidades quanto à gestão do patrimônio cultural	Atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural; trabalhos em parceria da PMOP e IPHAN; presença de outras entidades voltadas para o ensino da restauração (FAOP - Fundação de Arte de Ouro Preto); cursos superiores públicos voltados para a restauração - IF; criação do curso de Arquitetura na UFOP

Fonte: PAC Cidades Históricas – Etapa Diagnóstico (2009/2010), p. 03. Processo: 01514.003983/2009-55.

O Diagnóstico identifica alguns dos principais problemas em relação à proteção do patrimônio cultural, entre eles: a ocupação do entorno e a expansão urbana desordenada; trânsito intenso de veículos; estado de conservação ruim de vários imóveis; alteração de usos do núcleo histórico de moradias por usos comerciais e de serviços; poluição sonora e visual; perda de áreas verdes urbanas; iluminação pública deficiente; carência de saneamento básico. Além disso, é citado no documento a questão da regularização fundiária cujo alto índice de informalidade se aproximava de 85%, devido ao incêndio ocorrido no cartório em 1980 – como visto no final da seção 3.3.2. Outro ponto observado no arquivo é a precariedade de recursos no investimento na qualidade de vida da população. Entre as regiões apontadas como áreas de risco social estavam: Serras de Ouro Preto e do Itacolomi, Margens dos Córregos e Meios-de-quarteirão, áreas periféricas das zonas urbanas (Iphan, 2009/2010).

O Diagnóstico apresentava que o plano de Ação das Cidades Históricas tinha como

meta central promover a melhoria da infraestrutura urbana e garantir a preservação do patrimônio cultural. Para tanto, foram elaborados quadros de objetivos (gerais e específicos) e dos problemas e potencialidades relacionados a eles, a fim de orientar as atividades a serem desenvolvidas. Devido à extensão destes quadros, são elencados abaixo apenas os objetivos gerais.

- (1) Educar, formar, qualificar e capacitar agentes locais para a proteção do patrimônio
- (2) Inclusão digital
- (3) Implantar programas de apoio à conservação e restauração de sítios e edificações na área de atuação do Plano de Ação de Ouro Preto
- (4) Implantar programas de apoio à conservação e restauração de sítios arqueológicos na área da Serra de Ouro Preto - Mariana, com a possibilidade de usos urbanos
- (5) Implantar programas de apoio à conservação e restauração de sítios arqueológicos de Mineração e de Produção Agrícola nos distritos
- (6) Promover o desenvolvimento socioeconômico das populações rurais com a valorização das tradicionais festas dos distritos
- (7) Implantar Centro tecnológico Agroecológico de apoio a produção agropecuária da Região dos Inconfidentes
- (8) Melhorar a infraestrutura urbana: Trânsito, Mobilidade Urbana e Transporte Público
- (9) Melhorar a infraestrutura urbana: Combate a incêndio, Iluminação Pública, Energia e Dados
- (10) Melhorar a infraestrutura urbana: Mobiliário Urbano
- (11) Criação de Usina de materiais tradicionais de construção e reciclagem de entulho
- (12) Criação do Departamento Municipal de Cartografia e Geoprocessamento
- (13) Reorganização do programa habitacional e de regularização fundiária do município
- (14) Gerenciar de forma adequada os resíduos de construção civil no município
- (15) Dotar o município de Sistema Municipal de Meio Ambiente
- (16) Criar e regularizar unidades de conservação municipais
- (17) Melhorar a infraestrutura urbana: Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário (Iphan, 2009/2010, p 17-29)

A partir destes tópicos, pode-se perceber um olhar abrangente que levou em consideração não apenas os aspectos isolados da preservação e restauração do sítio histórico, mas que trouxe também uma atenção importante sobre o território, infraestrutura urbana, relações socioeconômicas e conservação do meio ambiente. Assim, foi proposto uma perspectiva articulada da salvaguarda do patrimônio com a dinâmica da cidade, tendo em vista as complexidades da gestão em um sítio histórico na dimensão espacial de Ouro Preto. Alguns destes objetivos serão comentados sobre seus problemas e potencialidades apontados no Diagnóstico.

O objetivo (1) se relaciona com a carência de mão de obra qualificada para atuar nas obras em edificações históricas e com a pouca informação dos proprietários sobre a conservação de seus imóveis, além de considerar baixo o comprometimento da população com

as problemáticas coletivas e urbanas. O (3) reconhece a dificuldade da maioria da população não ter condições financeiras de arcar com os custos de obras de conservação e restauro das edificações, e a existência de áreas que necessitavam de requalificação urbanística e paisagística. O (4) se concentra na proteção do patrimônio arqueológico ao notar o desconhecimento do poder público sobre parte deste acervo e demonstra preocupação diante das pressões e destruição dos vestígios arqueológicos devido ao crescimento urbano desordenado. O potencial encontrado para tais questões se pautou na articulação com as instituições de ensino, dotadas de uma variedade de cursos na área de preservação e com capacidade de atuação e no desenvolvimento de ações em parceria com as diversas organizações (Iphan, 2009/2010).

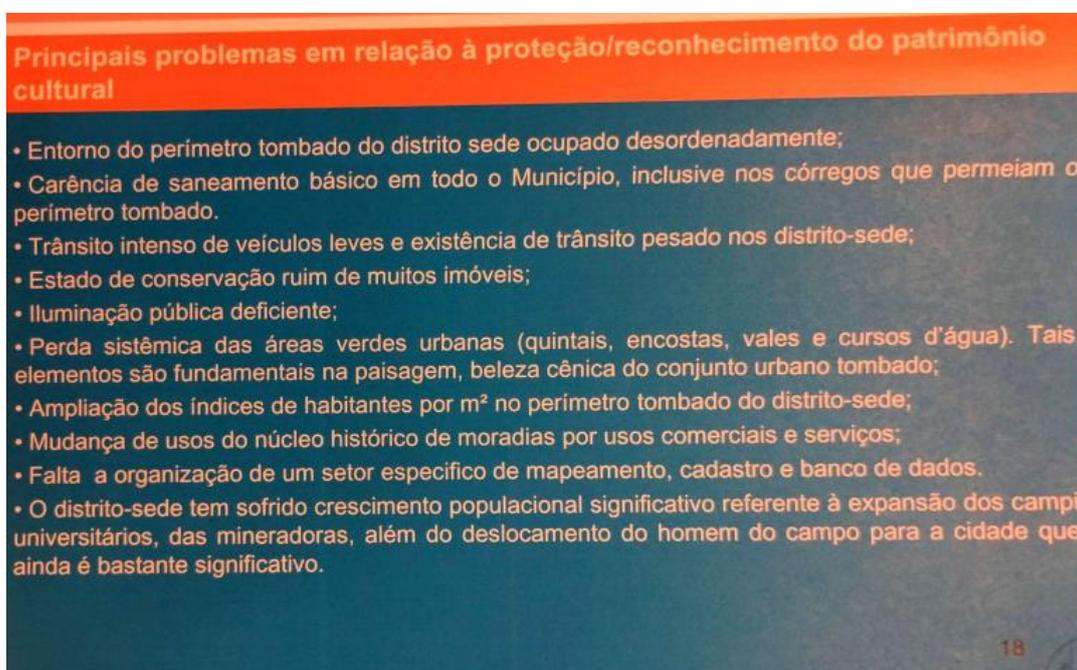
A questão do trânsito (8) traz prejuízos tanto à qualidade de vida quanto à preservação do patrimônio, e as formas de lidar com este problema poderiam ser encontradas nos terrenos disponíveis para realização de obras capazes de minimizar tal impacto, além de apoio logístico e técnico para execução e fiscalização dos projetos. Em (9) é identificada a inexistência de sistema de combate a incêndio e o cabeamento aéreo de energia em determinadas ambiências, podendo causar danos ao patrimônio cultural. Os objetivos (12) e (13) tocam na necessidade de um banco de dados de referências e de cartografia para melhor compreensão das informações e planejamento do território. Especialmente o (13) aborda ainda a desarticulação institucional nesse âmbito e a falta de controle ao crescimento urbano desordenado, o que complica o processo de favelização dos morros e, conseqüentemente, prejudica a qualidade de vida e a preservação ambiental (Iphan, 2009/2010).

Seguindo as páginas do processo digitalizado, temos o “Plano de Ação de Ouro Preto - PAC-CH 2010-2013”. Desenvolvido pela Prefeitura, ele seguiu a metodologia proposta pelo Iphan: diagnóstico local, objetivos, ações e pactuação. Nestas primeiras etapas foram realizadas oficinas participativas a fim de promover a participação popular. O documento informa que, apesar da participação das instituições de ensino (UFOP e IFMG), houve um baixo comparecimento da sociedade civil. Para delimitar espacialmente o Plano de Ação, foi levado em consideração a extensão da área tombada, que abrange mais de 75% do perímetro urbano no distrito sede, e a existência de patrimônio cultural significativo nos distritos.

De modo muito semelhante ao que foi visto no Diagnóstico, o Plano de Ação identifica os mesmos problemas enfrentados pela cidade e relacionados à salvaguarda do sítio histórico. Como se pode ver nas imagens abaixo são reafirmadas, por exemplo, os tópicos referentes à ocupação desordenada, crescimento populacional, perda de áreas verdes, trânsito de veículos,

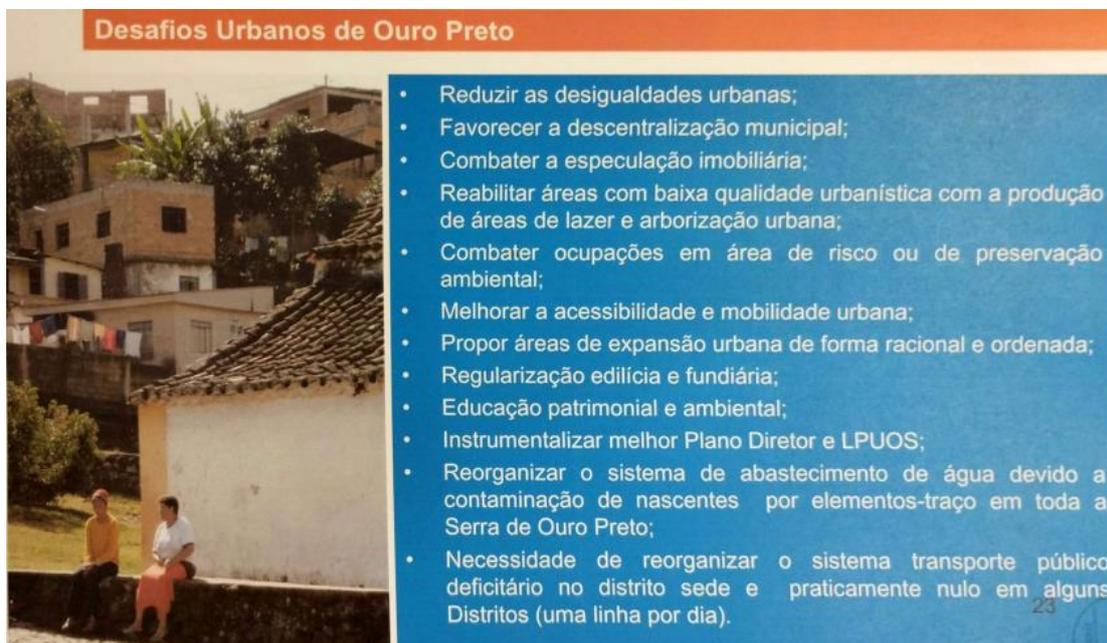
carência de saneamento básico e abastecimento de água, estado de conservação ruim dos imóveis e alteração de seus usos. Isto é, percebemos uma permanência de certos desafios vivenciados por Ouro Preto, que atravessam a gestão da cidade ao longo dos anos e que aparecem concentrados na questão territorial e de infraestrutura.

Figura 43 - Problemas em relação à proteção do patrimônio cultural e desafios urbanos.



Fonte: Plano de Ação de Ouro Preto - PAC-CH 2010-2013. Processo 01514.003983/2009-55.

Figura 44 - Problemas em relação à proteção do patrimônio cultural e desafios urbanos (Continuação).



Fonte: Plano de Ação de Ouro Preto - PAC-CH 2010-2013. Processo 01514.003983/2009-55.

O Plano propunha uma gestão compartilhada para o desenvolvimento das ações citadas abaixo. Desse modo, buscava-se a interlocução entre os órgãos públicos e a sociedade civil, incentivando o envolvimento da população local por meio de conselhos municipais e consultas públicas. Diante desta proposta e do reconhecimento das problemáticas que envolvem o contexto de Ouro Preto, foram estruturadas as ações e objetivos específicos do PAC-CH:

1. Melhorar a infraestrutura urbana: Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
2. Melhorar a infraestrutura urbana: Trânsito, Mobilidade Urbana e Transporte público;
3. Melhorar a infraestrutura urbana: Iluminação Pública, Energia e Dados;
4. Aprimorar o planejamento do território municipal;
5. Reduzir o crescimento desordenado no distrito sede de Ouro Preto
6. Promover a conservação e restauração de sítios e edificações com relevância ao Patrimônio Histórico e Cultural. (PAC-CH, 2010-2013, p. 29 / Iphan, p. 127)

Barbara Helena Almeida Carmo (2020) analisa as repercussões das estratégias adotadas pelo Programa Monumenta e PAC-CH, traçando um diálogo com a trajetória da preservação em Ouro Preto. Segundo a autora, o PAC-CH foi anunciado em outubro de 2009 em cerimônia aberta na Praça Tiradentes e contou com a fala do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que abordou a iniciativa não apenas como uma ação de recuperação de monumentos, mas também de desenvolvimento urbano, econômico e social²⁶. Contudo, Carmo destaca a demora na liberação da verba para implementação do programa, que só teria começado a sair em 2013.

Carmo (2020) explica que, em 2009, Ouro Preto se encontrava em processo de finalização das atividades do Programa Monumenta e em início da elaboração do Plano de Ação das Cidades Históricas. Tal Plano envolveu a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, e os consultores do Iphan. Tal documento foi anexado ao Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural (APPC), em junho de 2010. Assim, foi assinado o acordo pelo presidente do Iphan, o superintendente estadual e o prefeito de Ouro Preto, tendo sido definidas as responsabilidades de cada agente. Porém, o acordo ficou estagnado devido à paralisação do PAC-CH em nível federal, sendo retomado em 2013.

Outra questão é que na prática as intervenções urbanas foram deixadas de lado e se deu prioridade à restauração de estruturas arquitetônicas, como edificações religiosas, museus e casarões do poder público (Carmo, 2020). A lista abaixo disponibilizada no site do Iphan

²⁶ Para saber mais ver: <https://www.youtube.com/watch?v=-GcPYqe31xE> Acesso em 10 de dez. 2023.

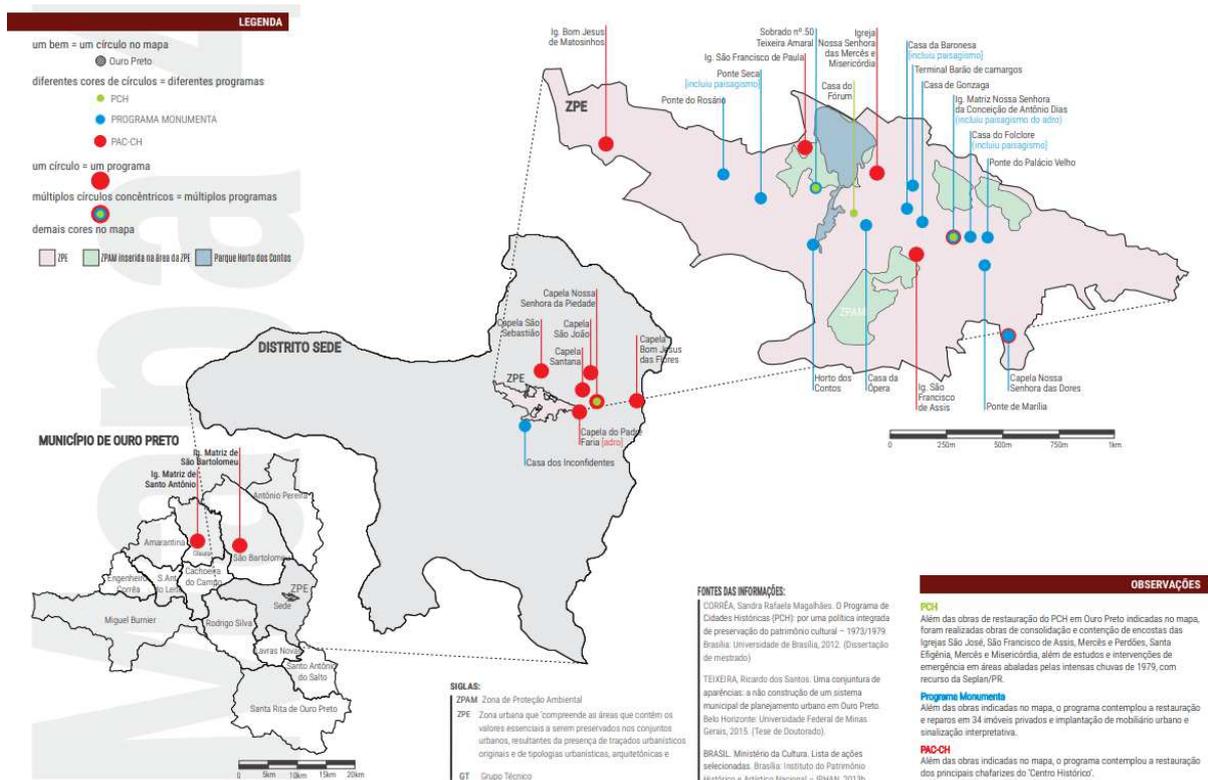
aponta as obras executadas no PAC Cidades Históricas em Ouro Preto:

Restauração:
 Chafarizes do Centro Histórico
 Edificações (09) da Capela das Dores e Capela do Bom Jesus das Flores, Igreja de Nossa Sra. do Rosário, Capela do Senhor do Bonfim e 5 Passos da Paixão
 Capela de São João
 Capela de São Sebastião
 Capela de Nossa Sra. Piedade
 Capela de Santana
 Igreja Matriz de São Bartolomeu
 Igreja Matriz de Santo Antônio (Glaura)
 Igreja de São Francisco de Paula
 Igreja de São Francisco de Assis
 Igreja Matriz de Nossa Sra. da Conceição de Antônio Dias
 Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia
 Igreja de Bom Jesus de Matozinhos
 Requalificação urbanística:
 Entorno da Capela do Padre Faria (Nossa Sra. do Rosário dos Pretos)
 Instalação:
 Segurança eletrônica em bens protegidos (Iphan, s/d)

Em entrevista fornecida a Bárbara Carmo (2020), a consultora do Iphan, Débora Queiroz, foi questionada sobre a diferença entre o que se propunha no Plano de Ação em relação ao que foi de fato executado pelo PAC-CH. Assim, Débora Queiroz diz que as ações colocadas no Plano buscavam um diálogo com o planejamento. Porém, após o marco do ano de 2013, as intervenções de requalificação urbanística foram cortadas, sendo encaminhados os projetos que já estavam mais acertados – o que significou a restauração de igrejas, capelas e chafarizes tombados (Carmo, 2020).

O mapa abaixo, elaborado por Carmo (2020), representa a seleção dos bens contemplados nos programas de reabilitação do patrimônio cultural urbano. Ao analisar a espacialização das intervenções, a autora considera que a singularidade dos patrimônios escolhidos para receber as ações de salvaguarda colabora para construção da narrativa que é contada e validada pelas instituições. Nesse sentido, ela afirma que a partir do mapa fica evidenciado a sobreposição de valores historicamente definidos como aqueles que devem ser preservados. Concordamos, então, com a seguinte fala da pesquisadora: “Há legitimação contínua de escolhas feitas no passado e alguns silêncios são corroborados e mantidos pelo grupo de atores sociais responsáveis por proteger formalmente um bem” (Carmo, 2020, p. 163).

Figura 45 - Identificação dos bens contemplados em Ouro Preto pelos Programas PCH, Monumenta e PAC-CH.



Fonte: Carmo (2020, p. 158).

Diante das investigações feitas, Carmo (2020) entende que a maioria dos entraves para conclusão dos objetivos das políticas públicas de patrimônio permanecem desde 1970 até a atualidade, apenas com a inclusão de novos desafios e superação de outros. A autora cita aspectos, como omissões de determinados serviços necessários, falta de recursos e urgência no tempo de finalização, de modo que os projetos acabam ficando incompletos, são paralisados ou executados muito lentamente (Carmo, 2020).

Carla Gomes (2016) analisa a participação da sociedade civil no Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas em Ouro Preto. A autora identifica que as convocações das ações participativas são de pouco conhecimento da população, isso porque, apesar de saber superficialmente que elas acontecem de modo esporádico, as pessoas não sabem explicar com mais detalhes porque foram organizadas ou para qual finalidade. Além disso, Gomes (2016) notou uma escassa presença dos moradores nas reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio. Desse modo, a pesquisadora percebeu que, ainda que grande parte da população tenha ouvido falar destes dois programas, a maioria não sabe expressar o que de fato foi a proposta desenvolvida nestas iniciativas. Diante de suas investigações, a pesquisadora evidencia que o recebimento do título de Patrimônio Mundial, por mais que tenha promovido um ganho de status e de atração para o turismo, não levou necessariamente a um maior engajamento da

população sobre a preservação (Gomes, 2016).

Portanto, podemos ver que, apesar das propostas dos programas reconhecerem a importância de incluir a população, na prática o envolvimento da comunidade ao longo das ações ainda esteve imerso em muitas lacunas. Além disso, as intervenções em questões de infraestrutura não foram totalmente contempladas em suas demandas. Nesse sentido, apesar dos programas terem representado um projeto que mobilizou grandes recursos e diversos agentes para a preservação do patrimônio, seus resultados ficaram aquém do esperado ao se considerar os diagnósticos e objetivos levantados.

4 ATRAVESSAMENTOS EM UM EMARANHADO DE PERCEPÇÕES

Este capítulo se dedica a apresentar os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada em Ouro Preto. Nesse sentido, vem a analisar as percepções da população de Ouro Preto acerca da preservação do sítio histórico e articular tais visões com os discursos técnicos das instituições. Além dos questionários aplicados à população e das entrevistas realizadas com os órgãos responsáveis, também são demonstrados os mapas elaborados por meio da interseção entre as apurações da pesquisa de campo e outros dados técnicos.

Primeiramente, dedica-se à análise da aplicação dos questionários à comunidade local do distrito sede de Ouro Preto. Para avaliação dos resultados, foram organizadas as seções de acordo com o eixo temático que cada parte se propõe a responder. De início, são observadas as particularidades em relação ao perfil da amostra populacional, considerando que tal aspecto é importante para compreender o modo como repercute nas respostas dos participantes sobre a preservação do sítio histórico.

Sobre a relação da população com o patrimônio cultural, busca-se entender os aspectos que apontam como o sítio histórico é identificado e vivenciado por esses indivíduos. Assim, são levantadas perguntas sobre os significados do recebimento do título de Patrimônio Mundial e os elementos que dariam à Ouro Preto esse caráter especial. Ainda, procura-se explorar os sentidos atribuídos ao que representa o patrimônio cultural e as justificativas em torno da importância da sua preservação.

Em seguida, a intenção é investigar a percepção de risco sobre o sítio histórico. Nesse momento, são trazidos questionamentos a respeito da avaliação sobre o estado de preservação, de modo que, diante do reconhecimento de uma condição crítica, são exploradas também as áreas que deveriam ser melhoradas. Para compreender este quadro, então, são discutidos os pontos indicados pela população que explicam sua percepção de risco sobre Ouro Preto, os quais se destacam: a preocupação com os riscos geológicos diante da ocorrência de movimentos de massa e do crescimento desordenado que levou à ocupação das encostas; os problemas relacionados à gestão por parte do poder público; os impactos do trânsito intenso e de veículos pesados no centro histórico; o risco de incêndio perante às características do sítio colonial; a infraestrutura urbana considerada insuficiente. Além disso, para complementar esta análise, são demonstrados os mapas que relacionam os locais de moradia, as áreas de risco (percebidas pela amostra populacional) e os setores de risco geológico definidos pelo Serviço Geológico do Brasil/CPRM e Defesa Civil.

Adiante, o estudo se debruça sobre a perspectiva da população em relação às ações dos órgãos responsáveis pela proteção. A avaliação da comunidade a respeito da atuação das instituições aponta certa insatisfação quanto à gestão e aos trabalhos executados por elas. As perguntas tiveram como foco as ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto. Assim, foi notado um distanciamento entre os moradores e esses órgãos, além de diversos conflitos sociais que permeiam tais atritos. Principalmente na relação com o Iphan, foi verificado o ponto mais complexo de críticas por parte da população.

Finalmente, chega-se à análise das entrevistas realizadas com os órgãos responsáveis pela proteção da cidade. São observados os discursos técnicos das seguintes instituições selecionadas: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (1º BBM / 2ª CIA OP), Defesa Civil Municipal e Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto. De forma geral, busca-se compreender a articulação entre os setores, seus principais desafios e a relação com a comunidade do ponto de vista institucional. Além disso, é levado em consideração as condições de infraestrutura – em especial, sob o aspecto do quadro de funcionários – destes órgãos para a execução das suas atividades.

Sobre o Corpo de Bombeiros, foram apontados os projetos desenvolvidos. Assim, tem-se ações constantes de fiscalização e conscientização com a comunidade. Além disso, há o treinamento de brigadas de incêndio florestais e orgânicas e o programa “Bombeiros nas Escolas”. Na questão da proteção ao patrimônio cultural, destacam-se as recentes atividades direcionadas aos museus e a importância dos sistemas e tecnologias de prevenção nas edificações históricas. Nota-se também uma forte articulação entre o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil.

A respeito da Defesa Civil, identifica-se como ações importantes: o desenvolvimento do Plano Municipal de Redução de Risco, em parceria com a UFV e UFOP, a criação do Comitê Gestor de Risco e a elaboração do aplicativo da Defesa Civil para facilitar o acesso às informações pela população. Como ponto de complexidade, ressalta-se a questão dos riscos geológicos e suas implicações na relação com a comunidade, pois os atritos se estabelecem na medida em que esbarram na necessidade de remoção de pessoas que residem em áreas de risco. Nesse sentido, verifica-se que o trabalho da Defesa Civil toca em uma série de encargos sociopolíticos e econômicos. Sobre articulação entre a Defesa Civil e o Iphan, foi observada uma lacuna e, diante disso, fez-se o cruzamento dos dados entre a localização dos patrimônios tombados e os setores de risco geológico, representado por meio de mapa e tabela.

Por fim, é feita a análise da entrevista com o Escritório Técnico do Iphan. Nesse momento, colocam-se em paralelo as pautas da preservação e as questões do desenvolvimento da cidade, de modo que se torna evidente a importância da integração entre a salvaguarda, os instrumentos da política urbana e as demandas habitacionais. Além disso, é destacado o reduzido número de funcionários, em que se observa um quadro técnico concentrado no patrimônio edificado e a descontinuidade de ações de educação patrimonial. Dessa forma, a relação com a comunidade vem atravessada por uma série de conflitos em relação à atuação fiscalizadora e das exigências da instituição. Assim, apresenta-se as dificuldades institucionais em ultrapassar o tom autoritário e punitivo que ficou marcado na memória da população.

4.1 PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE LOCAL: A INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Nesta seção serão apresentados e avaliados os resultados obtidos a partir do questionário elaborado pela autora e aplicado aos moradores do distrito sede de Ouro Preto (MG). Tal pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 13 de março de 2023 e se concentrou na abordagem às pessoas que se encontravam na região do centro histórico, tendo como ponto de partida a Praça Tiradentes. Durante o processo de aplicação do estudo, os questionários e as declarações de autorização foram impressos para preenchimento junto aos participantes no momento de realização da atividade. Assim, as perguntas foram sendo feitas oralmente para os moradores pela pesquisadora, que ia anotando as respectivas respostas no questionário impresso. A escolha dessa abordagem visou construir um diálogo com os participantes, aproximando-os do estudo e dos temas levantados.

O questionário contou com 28 perguntas, entre objetivas e discursivas. No total, serão analisadas as respostas de 29 pessoas que concordaram em participar da pesquisa e atendiam ao critério de ser morador do distrito sede de Ouro Preto. A fim de resguardar a segurança dos dados e privacidade dos indivíduos, os participantes não serão identificados. Além disso, as informações levantadas foram organizadas em planilha Excel para que fosse possível gerar gráficos que demonstrassem os resultados obtidos.

Além disso, vale explicar que na construção de algumas questões foram colocadas opções de possíveis respostas, como pode ser verificado no anexo A. Porém, tais opções tinham o intuito apenas de facilitar a coleta de dados pela pesquisadora, de modo que todas as perguntas foram respondidas de forma espontânea pelos participantes – com exceção daquelas

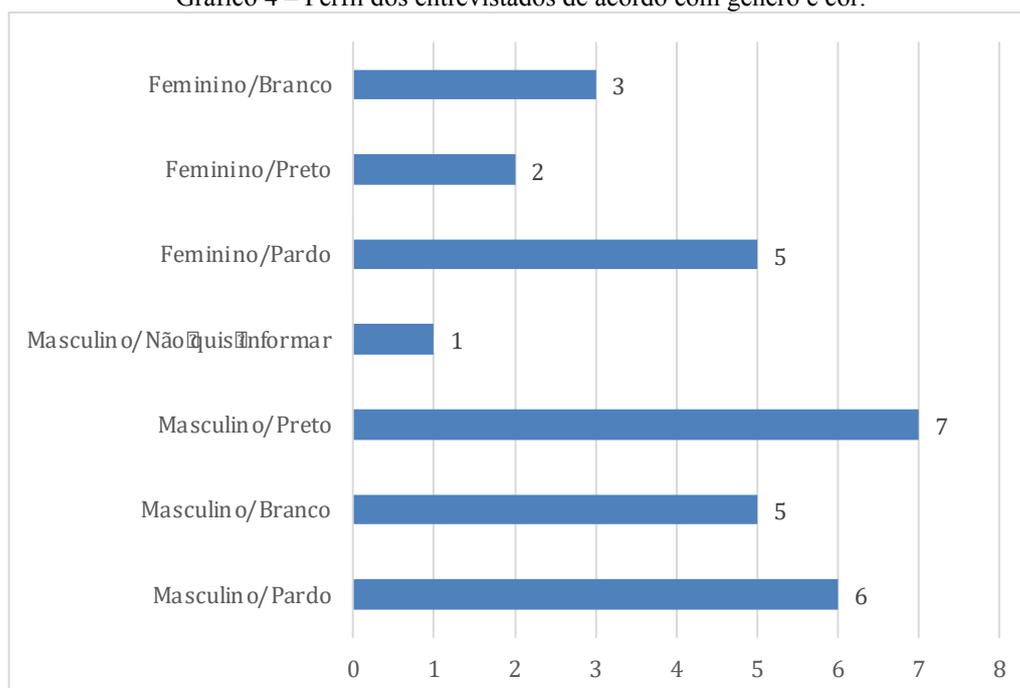
que exigiam “sim” ou “não”, avaliação (“bom”, “ruim”, “ótimo”, “péssimo”, “regular”) ou frequência.

As perguntas do questionário foram divididas em quatro blocos temáticos: (1) perfil dos participantes, (2) relação da população com o patrimônio cultural, (3) percepção de risco envolvendo o sítio histórico e (4) visão sobre as ações dos órgãos responsáveis pela proteção. As subseções a seguir estão organizadas a partir dos blocos temáticos.

4.1.1 Perfil dos participantes

Inicialmente, apresentamos o perfil da amostra populacional participante do estudo. São 19 homens e 10 mulheres, dentre os quais se autodeclararam 8 brancos, 9 pretos, 11 pardos e 1 não quis informar. Cruzando estes dois dados, temos o gráfico abaixo, em que está expressa a contagem de 3 mulheres brancas, 2 mulheres pretas, 5 mulheres pardas, 7 homens pretos, 5 homens brancos e 6 homens pardos. Portanto, podemos notar uma certa diversidade, com uma predominância de mulheres pardas e homens pretos no perfil da amostragem.

Gráfico 4 – Perfil dos entrevistados de acordo com gênero e cor.

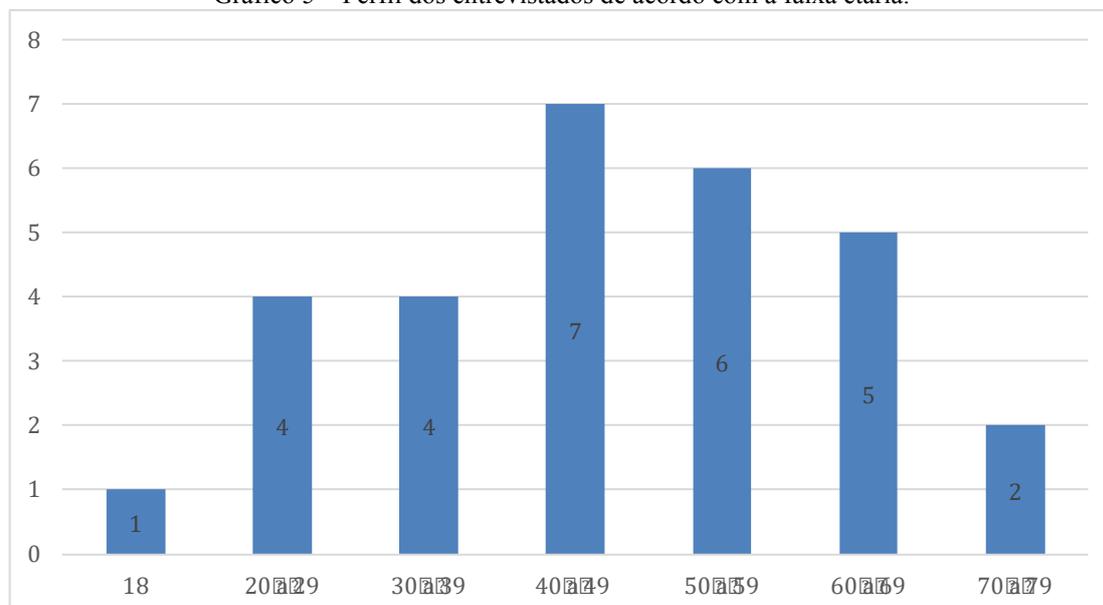


Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Em relação à faixa etária, percebemos que a maioria dos participantes se encontra na margem entre 40 e 59 anos. E, ao compararmos a faixa etária com o tempo de moradia na cidade, podemos notar que grande parte reside em Ouro Preto há muitos anos, praticamente

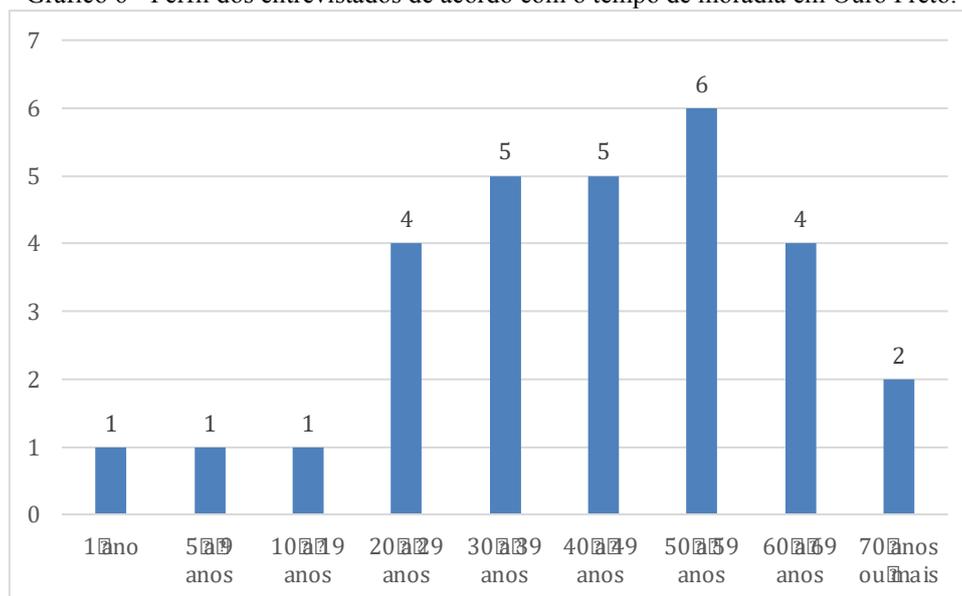
desde que nasceu. Tal fato vem a representar respostas de uma vivência no território que abrange diversas transformações pelas quais a cidade passou ao longo dos anos.

Gráfico 5 – Perfil dos entrevistados de acordo com a faixa etária.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Gráfico 6 - Perfil dos entrevistados de acordo com o tempo de moradia em Ouro Preto.

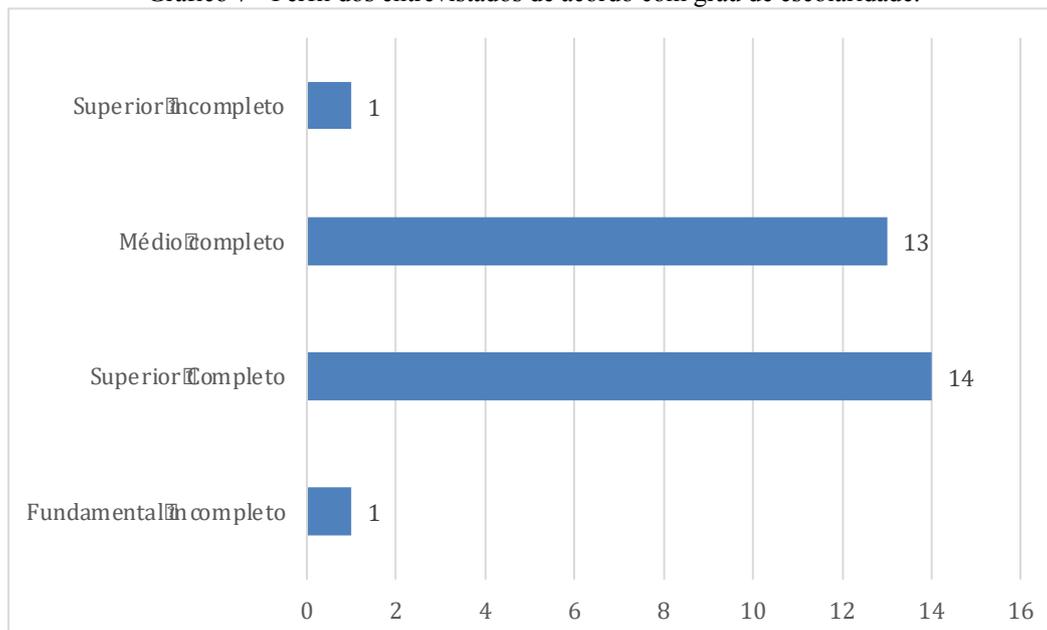


Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

A respeito do grau de escolaridade temos a maioria dos participantes com ensino médio ou superior completo, o que demonstra um bom nível de conclusão na educação formal. Tal nível de escolaridade pode ser entendido como um reflexo da existência da Universidade Federal de Ouro Preto e do Instituto Federal de Minas Gerais (Campus Ouro Preto), proporcionando acesso ao ensino público. Contudo, é preciso dizer que se compreende que este

nível de escolaridade não necessariamente reflete o quadro geral da cidade e que, assim, representa apenas o perfil da amostra populacional envolvida nesta pesquisa.

Gráfico 7 - Perfil dos entrevistados de acordo com grau de escolaridade.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Na tabela abaixo, temos explicitadas as atividades profissionais desenvolvidas pelos participantes da pesquisa. Com fins de organização, foram agrupados: (1) setor de comércio e serviços, (2) atividades atreladas ao campo do Patrimônio Cultural e (3) demais ocupações em diferentes áreas. Percebemos então uma concentração de indivíduos atuando no setor terciário da economia.

Tabela 8 - Relação da profissão/ocupação dos entrevistados.

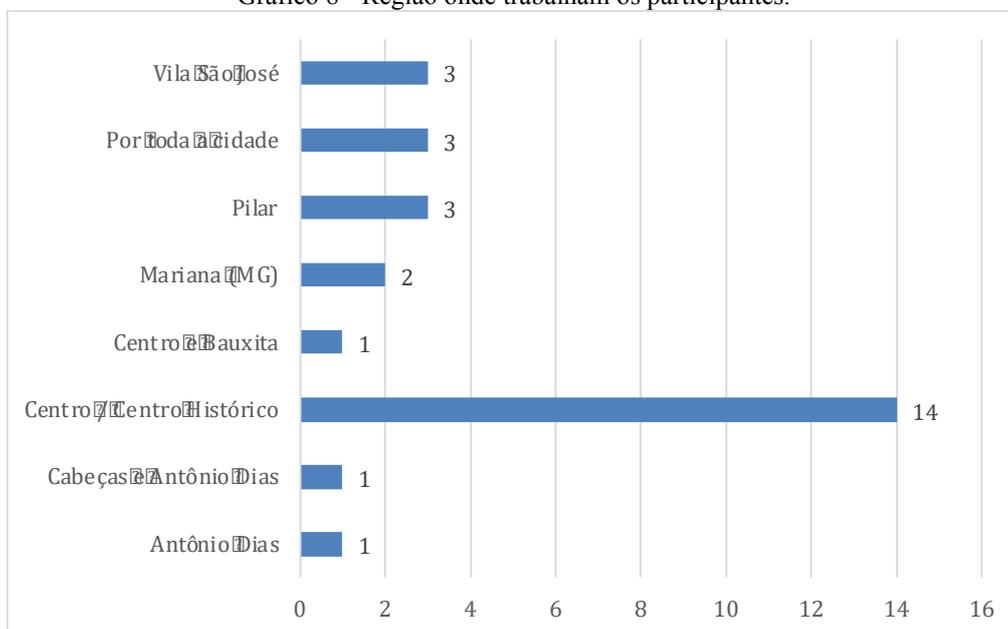
	Profissão / Ocupação	Quant.
	Vendedor(a)	3
	Comerciante	1
	Empresária	1
Comércio e serviços	Taxista	2
	Balconista	1
	Recepcionista	1
	Atendente	1
	Confeiteira	1
	Porteiro	1
	Vigia de Museu	1
	Guia de turismo	1
	Artesão	1
	Artista plástico (metalúrgico aposentado)	1
Atividades ligadas a área do Patrimônio Cultural	Zelador/Guardião de Igreja tombada (bancário aposentado)	1
	Recepcionista de Igreja tombada	1
	Restaurador	1
	Mestre de obras, canteiro (ofício da cantaria), restaurador	1
Administrativo	Setor administrativo	3
Educação	Professora (1 atuante e 1 aposentada)	2
Do lar	Do lar	1
Ambiental	Gestão do meio ambiente (aposentado)	1
Saúde	Auxiliar de necrópsia (metalúrgico aposentado)	1

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Sobre o local em que trabalham as pessoas entrevistadas, a grande maioria respondeu que trabalhava no centro, como pode ser visto no gráfico abaixo. Tal resposta vai ao encontro do fato de que a pesquisa de campo foi realizada no centro histórico. Assim, temos um total de 14 indivíduos que trabalham no centro/centro histórico, 3 no Pilar, 3 na Vila São José, 1 em Antônio Dias e 2 na cidade de Mariana. Além disso, tivemos 1 pessoa que trabalha tanto no bairro Cabeças como em Antônio Dias, e outra que também trabalha no centro e na Bauxita.

Ainda, 3 pessoas responderam desempenhar seu trabalho por toda a cidade, uma vez que são 2 taxistas e 1 mestre de obras. Não foram contabilizadas aqui as duas pessoas aposentadas que não declararam exercer ainda outra atividade.

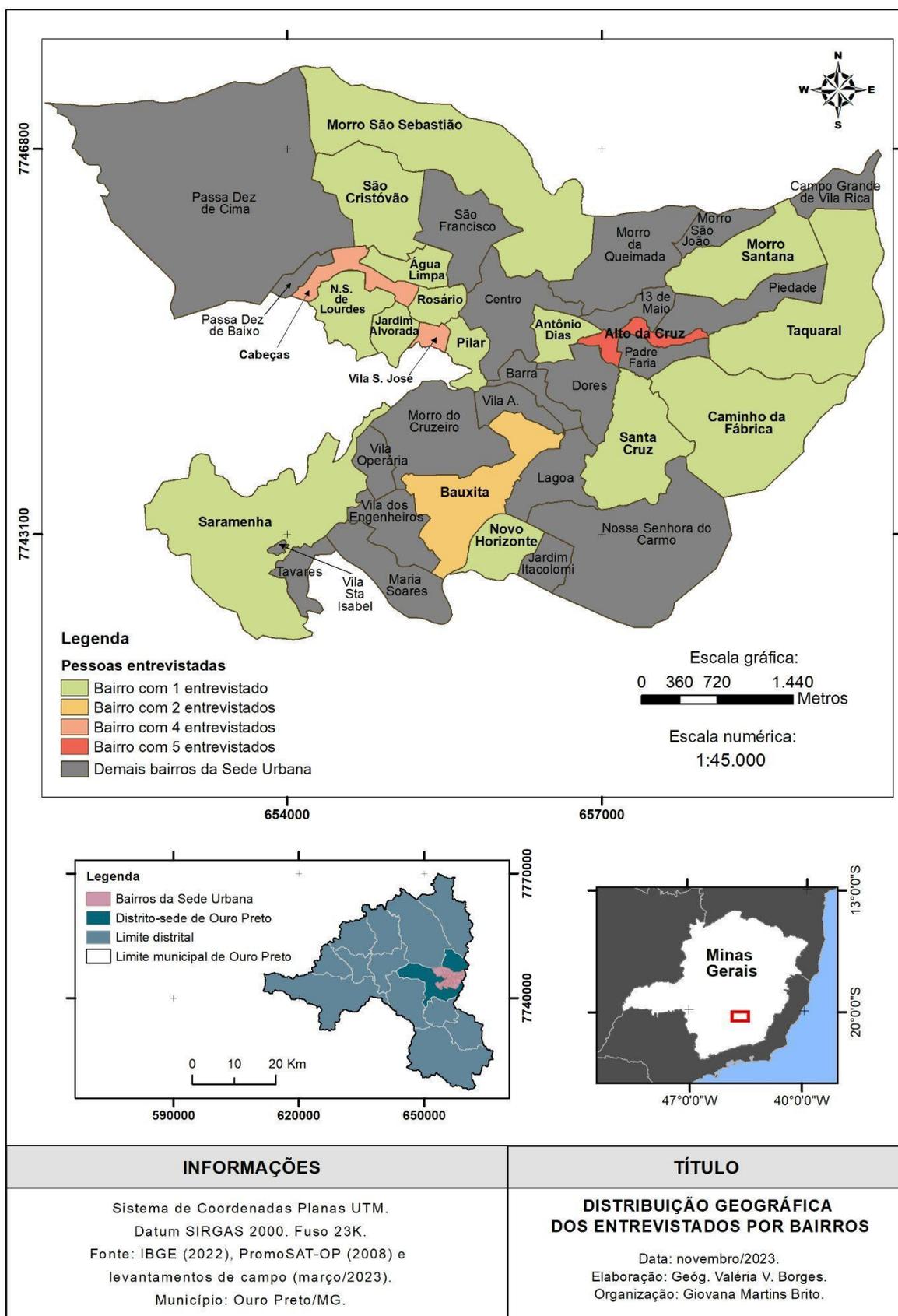
Gráfico 8 - Região onde trabalham os participantes.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

No mapa abaixo, referente ao distrito sede de Ouro Preto, estão identificados os bairros onde moram os participantes da pesquisa. Tivemos uma maior incidência de moradores nos bairros Alto da Cruz, Cabeças, Vila São José e Bauxita; enquanto nos demais bairros marcados em verde há apenas um morador. Ao visualizar a espacialização dos dados, consideramos que o estudo permitiu a interlocução com pessoas de diferentes regiões da cidade, de forma a possibilitar uma percepção ampla sobre o território.

Figura 46 – Relação dos bairros onde moram os participantes da pesquisa.



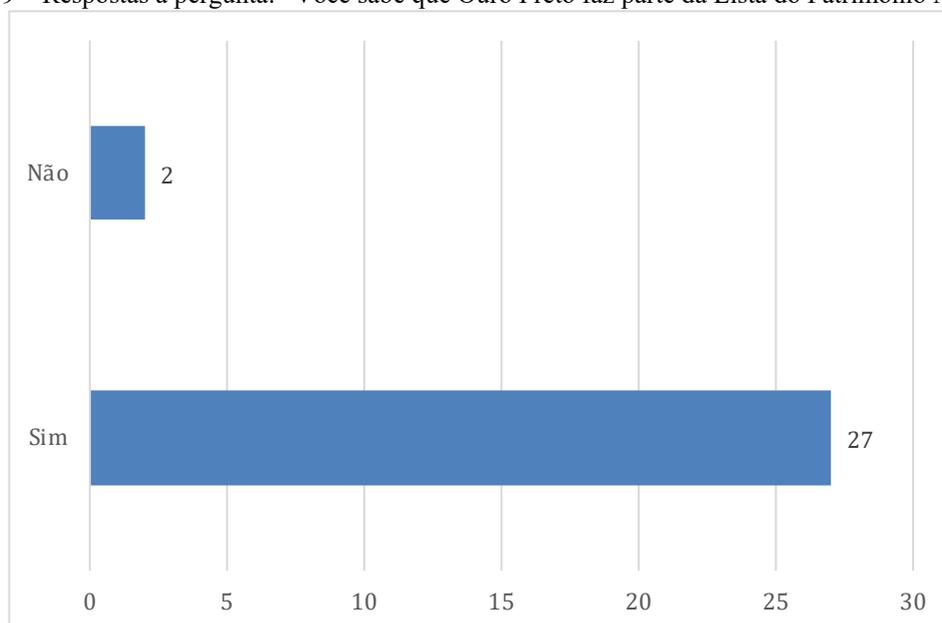
Fonte: Mapa gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

4.1.2 A relação da população com o patrimônio cultural

Após a análise do perfil dos participantes da pesquisa, direcionamo-nos para o eixo de perguntas que busca compreender a relação da população local com o sítio histórico por meio de seu patrimônio cultural.

Ao serem perguntados sobre o reconhecimento de Ouro Preto internacionalmente, 27 confirmaram saber que Ouro faz parte da Lista do Patrimônio Mundial e apenas 2 responderam não. Nesse sentido, podemos pensar que a divulgação sobre o recebimento do título mundial foi capaz de atingir um público amplo. Além disso, é preciso levar em consideração neste momento o perfil da amostra populacional, em que se verifica uma maioria com nível de escolaridade médio e superior completo e em que grande parte trabalha no centro histórico.

Gráfico 9 – Respostas à pergunta: “Você sabe que Ouro Preto faz parte da Lista do Patrimônio Mundial?”



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

É interessante comparar este dado com um resultado obtido a partir da pesquisa realizada entre 15 e 16 de abril de 2003 pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto (NEASPOC/UFOP). Na quinta pesquisa de assessoria popular realizada por este grupo, foram aplicados 381 questionários no município de Ouro Preto. Uma das perguntas feitas neste questionário foi se a população sabia que Ouro Preto tinha um título internacional dado pela Unesco. Naquele momento, uma grande porcentagem (41%) declarou que não sabia. Tal diferença entre o resultado da pesquisa do

NEASPOC/UFOP, feita em 2003, e a pesquisa desenvolvida nesta dissertação ajuda a compreender o aumento na divulgação sobre o Patrimônio Mundial de Ouro Preto nos últimos 20 anos. A partir das informações trazidas ao longo da dissertação, entendemos que esta divulgação também esteve ligada ao movimento de projeção da cidade devido ao turismo e aos programas de reabilitação do patrimônio cultural citados anteriormente, Monumenta e PAC Cidades Históricas.

Tabela 9 - Resultado da pesquisa do NEASPOC/UFOP sobre o conhecimento em relação ao título da Unesco.

Sabia que Ouro Preto tem um título internacional dado pela Unesco?

	Sabia que Ouro Preto tem um título internacional da UNESCO?
	%
Sim	59%
Não	41%
Total	100,0%

Fonte: NEASPOC/UFOP (2003)

Diante disso, questionamos o que esse reconhecimento internacional significava na perspectiva dos participantes. Assim, obtivemos as respostas listadas no quadro abaixo.

Quadro 6 - Respostas à pergunta: “Na sua visão, o que significa o recebimento do título de Patrimônio Mundial?”

O que significa o recebimento do título de Patrimônio Mundial	
Valor Histórico e Cultural	<p>“Mostra a importância histórica de Ouro Preto”</p> <p>“Que a cidade tem um valor histórico e deve ser preservada e conhecida”</p> <p>“Relevância como um fato da passagem humana na terra”</p> <p>“Importante para a cidade no sentido cultural”</p> <p>“História, turismo e memória”</p> <p>“Respeitar o patrimônio material e imaterial, religiosidade”</p>
Preservação	<p>“Importante para ter noção de preservar, para não perder o que conhece. Pertencimento”</p> <p>“É uma coisa pra gente cuidar”</p> <p>“Reconhecimento ao que os antepassados deixaram no sentido de preservação e cuidado”</p> <p>“Que é um lugar que precisa ser preservado”</p>
Turismo	<p>“Benefício por trazer dinheiro e turismo”</p> <p>“Importante para o turismo e para quem vem aqui”</p> <p>“Riqueza econômica, pois o turismo é a maior atividade e esse título agrega muito”</p>
Orgulho	<p>“Um orgulho”</p> <p>“Orgulho de viver aqui”</p> <p>“Que é uma identificação ótima para a cidade”</p> <p>“Uma cidade com reconhecimento mundial, patrimônio de todos”</p> <p>“Muito importante pra gente, a gente fica muito feliz, muita coisa bonita”</p>
Crítica	<p>“Que a cidade está muito longe do que deveria ser. Mesma coisa que ter uma bicicleta e não saber pedalar”</p> <p>“Que hoje tá errado por causa do descaso”</p> <p>“Importante para a sociedade Ouro Preto, se soubesse aproveitar”</p> <p>“Não trouxe nada, só destruiu a cidade”</p> <p>“Um aumento da visibilidade da cidade, mas um aumento nos recursos é que não há”</p>
Outros	<p>“Importantíssimo”</p> <p>“Reconhecimento mundial”</p> <p>“Um título que classifica o patrimônio que ele tem”</p>

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

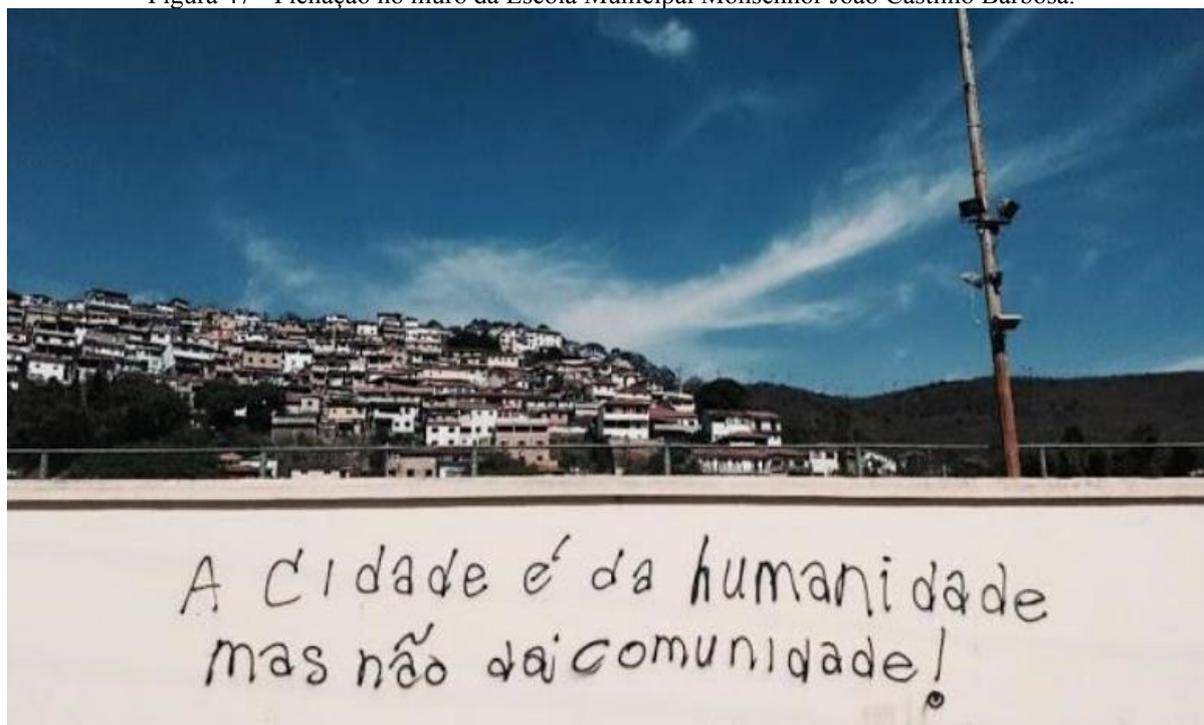
Entre as respostas positivas, algumas pessoas expressaram o sentimento de orgulho e felicidade por viver em uma cidade que tem seu valor histórico e cultural oficialmente reconhecido. Desse modo, há uma relação de aproximação e afeto, que também pode ser percebida nos comentários sobre “pertencimento” e na noção de ser um “patrimônio de todos”. Assim, afirmam a importância do respeito e do cuidado para garantir a preservação do patrimônio – o qual é notado através das marcas da passagem dos antepassados no território, dos bens materiais e imateriais e da religiosidade. Há, então, uma considerável valorização dos valores históricos e culturais que dão à cidade esse caráter singular.

O turismo é evidenciado a partir dos benefícios econômicos que a atividade traz para a cidade. É preciso lembrar que a pesquisa foi realizada no centro histórico e, como vimos na

tabela sobre as ocupações profissionais dos participantes, notamos que muitos dos entrevistados atuam no setor terciário, em atividades que acabam tendo uma conexão com o patrimônio cultural e com o turismo. Por outro lado, entre as críticas feitas, está a perspectiva de que a visibilidade pela entrada na Lista do Patrimônio Mundial não resultou diretamente no aumento de recursos. Além disso, algumas pessoas apontaram um cenário de descaso que se relaciona com a noção de que a cidade está distante do que deveria ser e que não sabe bem aproveitar o potencial dos bens que possui.

A postura de crítica percebida em alguns comentários na pesquisa pode ser relacionada com os estudos de Nízea Coelho (2022b). Sua dissertação ajuda a analisar as tensões sociais entre o título de Patrimônio Mundial e as demandas da comunidade local. A insatisfação dos moradores é expressa, por exemplo, através de pichações na cidade sob a frase “a cidade é da humanidade, mas não da comunidade”, como demonstrado na imagem abaixo. Nesse sentido, a autora afirma que essa desaprovação costuma acontecer principalmente quando o poder público dirige maior atenção para o patrimônio cultural em detrimento das necessidades sociais da população, em especial nos casos em que o foco dos investimentos se concentra no patrimônio cultural e quando a prestação de serviços públicos essenciais é precária (Coelho, 2022b).

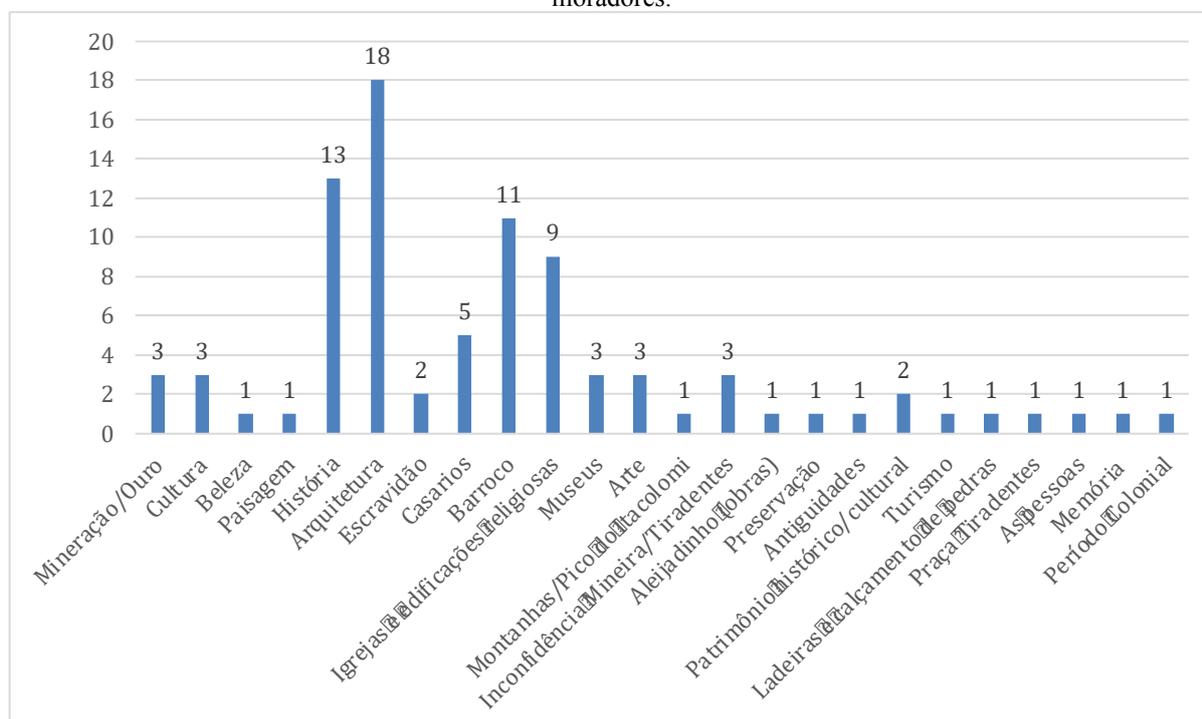
Figura 47 - Pichação no muro da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa.



Fonte: Coelho (2022b, p. 35).

Em seguida, foi solicitado que as pessoas identificassem quais seriam os aspectos e/ou elementos que tornam Ouro Preto especial. Entre os tópicos mais frequentes nas respostas, estão: arquitetura, história, barroco e edificações religiosas. Tais respostas refletem o próprio caráter do processo de tombamento do sítio histórico e dos critérios de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, uma vez que direcionaram sua atenção às grandes obras representativas do auge da mineração durante o período colonial e dos exemplares únicos da arte barroca. Além disso, algumas respostas mencionaram elementos da paisagem, como os casarios, as ladeiras, o calçamento de pedra e a cadeia montanhosa formada pelo Pico do Itacolomi. Em relação aos acontecimentos históricos que marcaram a cidade, foram citados a Inconfidência Mineira, sob a figura de Tiradentes, e a escravidão. É interessante notar que um dos participantes respondeu “as pessoas”, valorizando a população local.

Gráfico 10 – Aspectos e elementos que tornam Ouro Preto especial para população, segundo a entrevista com os moradores.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Sobre a resposta “as pessoas”, vale lembrar aqui o projeto de educação patrimonial “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”, desenvolvido a partir do projeto piloto “Eu também sou patrimônio”, da Casa do Patrimônio de Ouro Preto. Conforme explicado por Simone Fernandes (2014), esta iniciativa começou a partir do programa “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” para a Escola Municipal Professora Juventina Drummond, no ano de 2010. A escola é localizada no Morro de Santana e, segundo a autora, durante reunião com a

comunidade escolar o que se destacou foi o sentimento de vergonha e a discriminação relatados pelos moradores. A partir disso, foram realizadas diversas ações para identificar quais eram os bens culturais representativos daquele bairro para a população e, assim, promover a valorização do patrimônio e dos cidadãos. Através desse processo de resgate da memória, identificação e pertencimento, o principal bem trabalhado durante o projeto foi a Bica do Córrego Seco, que era tradicionalmente utilizado pelas lavadeiras, mas que se encontrava abandonada e soterrada por lixo há anos. Diante disso, foi realizado um mutirão de limpeza para a retomada desse espaço (Fernandes, 2014; Villaschi, 2014).

Figura 48 - Logomarca do projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”.



Fonte: Villaschi, 2014, p. 251.

Outra pergunta buscou investigar o que as pessoas entendiam como patrimônio cultural. As respostas estão expostas no quadro abaixo:

Quadro 7 – Respostas à pergunta: “O que você entende como patrimônio cultural?”

O que você entende como Patrimônio Cultural?	
Valor Histórico e Cultural	<p>“Devido a história da cidade, o significado do que aconteceu aqui para o Brasil”</p> <p>“Você não pode desfazer dessa História”</p> <p>“Aquilo que fez parte da História e deve ser preservado para estudos”</p> <p>“Traz muita cultura de Tiradentes e Aleijadinho, uma formação muito grande”</p> <p>“Abrange a cultura que as pessoas vêm visitar. Forma de conhecer a História”</p>
Valor de Antiguidade	<p>“As relíquias que foram sendo inseridas na cidade”</p> <p>“Aparatos que a sociedade antiga tinha com o intuito que as gerações passassem para frente”</p>
Patrimônio Imaterial	<p>“Manter as tradições”</p> <p>“Festividades”</p> <p>“Bandas, congados, festas religiosas, artistas plásticos, artesanato”</p>
Patrimônio Material	<p>“Obras de arte, museus”</p> <p>“O lugar, os pontos turísticos”</p> <p>“Só aqui em Ouro Preto tem esses monumentos”</p> <p>“É um conjunto de bens culturais, como por exemplo atrativos diversos, as ruas de Ouro Preto”</p>
Pessoas e Bens Culturais	<p>“Agrega o passado, formado pelas pessoas que passavam com uma arquitetura única”</p> <p>“Tudo aquilo que move as pessoas atualmente, baseado em tradição”</p> <p>“Toda a cultura que envolve os sujeitos que já viveram e vivem aqui”</p> <p>“A cultura, as pessoas e os imóveis”</p> <p>“Não só as edificações, mas as histórias e relatos que estão impregnados”</p> <p>“Lugar que a arquitetura transmite uma cultura para o povo”</p>
Preservação	<p>“Significa cuidado, cultivar e preservar aquilo que faz parte de uma história”</p> <p>“Conjunto de obras do passado preservadas até hoje aos trancos e barrancos”</p> <p>“Algo que deve ser preservado”</p>
Identificação	<p>“Algo que simboliza e identifica a cidade”</p>
Outros	<p>“Educação e cultura”</p> <p>“Algo de cultura, barroco”</p> <p>“O que você pode aprender sobre um lugar”</p>

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Os significados atribuídos ao patrimônio cultural dizem respeito à relação com o passado, a história e a cultura. Assim, o patrimônio é entendido pelos participantes dentro de um conjunto de bens culturais que caracterizam e identificam a cidade e podem ser vistos em diversos elementos, como: relíquias, obras de arte, barroco, tradições, arquitetura, festividades, artesanato, congados, museus, monumentos e nas ruas. Diante do reconhecimento do que é o patrimônio, vem também a preocupação com a sua preservação, o cuidado que se deve ter para manter os bens culturais e sua história, respeitando a passagem do tempo. Essa relação temporal entre passado, presente e futuro é posta nas respostas: “toda a cultura que envolve os sujeitos que já viveram e vivem aqui” e “aparatos que a sociedade antiga tinha com o intuito que as

gerações passassem para frente”. Isto é, há uma conexão entre tempo e espaço, que se mostra fluida e dinâmica na vivência desses indivíduos, num movimento entre vai e vem.

É interessante notar o comentário: “não só as edificações, mas as histórias/relatos que estão impregnados”. Ele vai ao encontro das discussões mais recentes no campo do patrimônio sobre a união entre material e imaterial. Nesse sentido, são valorizadas as práticas culturais atreladas ao espaço físico e, no caso de Ouro Preto, temos todo o cotidiano da vida colonial mineira que corria pelas ladeiras, edificações e minas. Isto é, os hábitos culturais de uma sociedade marcada pela exploração do trabalho escravo e que não pode ser resumida apenas a “pedra e cal”. Outro ponto a se destacar é o “conjunto de obras do passado preservadas até hoje aos trancos e barrancos”, porque demonstra uma certa percepção sobre as dificuldades em se construir políticas públicas de salvaguarda, visto que o patrimônio envolve um complexo campo de disputas e interesses.

Em relação às diferentes respostas sobre a compreensão do patrimônio cultural, vale resgatar aqui o entendimento do termo, postulado através do artigo 216 da Constituição Federal, e que vai ao encontro da pluralidade de significados atribuídos pela população:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

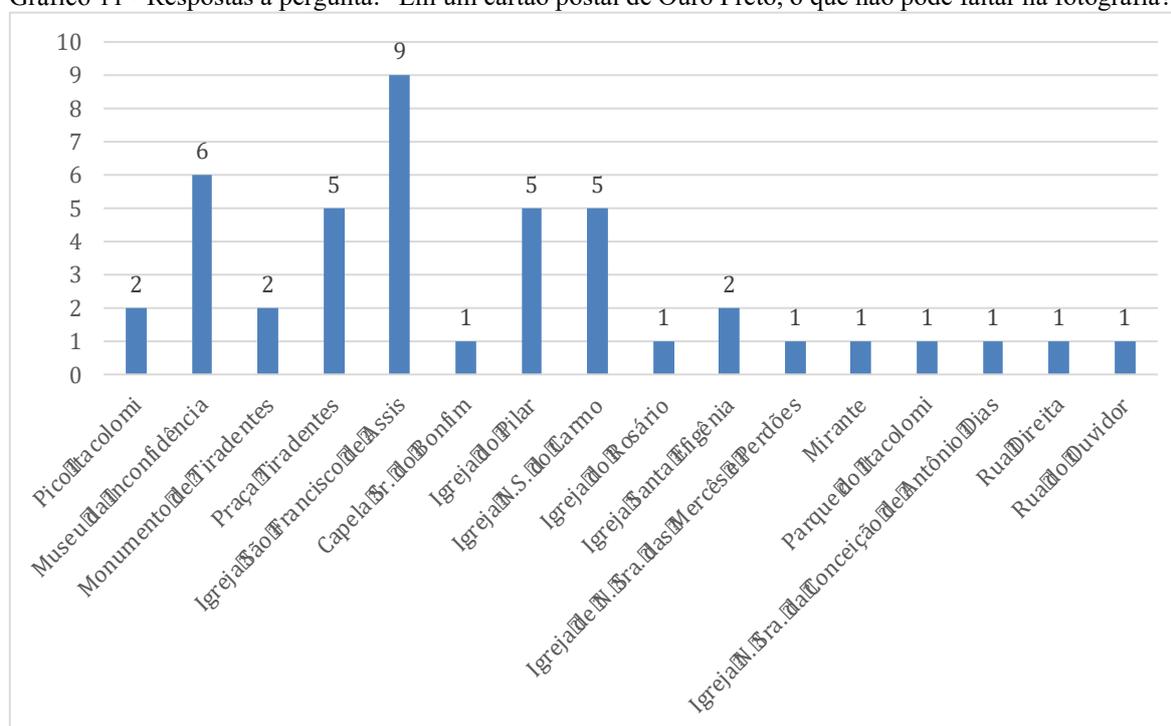
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988)

Adiante, temos as respostas à pergunta sobre o que não poderia faltar em uma foto cartão postal de Ouro Preto. Foram expressivas as respostas que apontavam as igrejas, em especial a Igreja São Francisco de Assis – uma das mais famosas da cidade, devido aos trabalhos dos mestres Aleijadinho e Ataíde, além de estar enquadrada na paisagem com o Pico do Itacolomi como pano de fundo. A Igreja do Pilar é conhecida pelo seu interior banhado a ouro, e a Igreja do Carmo por se situar muito próxima ao Museu da Inconfidência. Este Museu foi outro local indicado pelas pessoas, o qual está localizado na Praça Tiradentes, onde se encontra também o Monumento em homenagem a Tiradentes. Foi citada ainda a Igreja de Santa Efigênia, localizada no alto da ladeira de Santa Efigênia e reconhecida por seus expressivos elementos simbólicos da cultura africana. Outros espaços mencionados foram a Rua Direita (Rua Conde de Bobadela) e Rua do Ouvidor (Rua Cláudio Manoel), as duas ruas principais da

rota turística que se inicia da Praça Tiradentes e vai descendo por estas ruas, organizadas em edificações geminadas do tradicional casario colonial. Essas duas ruas concentram, assim, uma grande quantidade de bares, restaurantes e lojas de artesanato.

Gráfico 11 - Respostas à pergunta: “Em um cartão postal de Ouro Preto, o que não pode faltar na fotografia?”

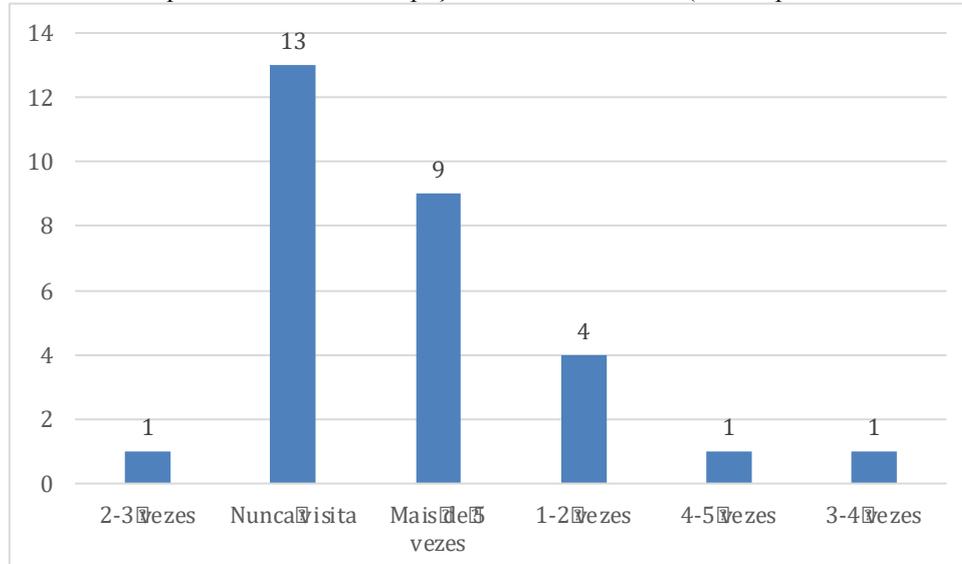


Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Cartões postais e diversas fotografias de Ouro Preto, comumente focalizando apenas seus monumentos de cultura material e um cenário de antigo idealizado, são as mais correntemente divulgadas, impressas ou em meio eletrônico, e estimulam uma percepção da cidade como algo cristalizado no tempo. Nelas as ruas prescindem dos sujeitos que as constituem como lugar histórico, assim como de suas marcas cotidianas, e a paisagem se torna símbolo de preservação enquanto estagnação no tempo. As percepções da cidade expressam e reforçam, assim, uma contemplação pautada no olhar domado, guiado por discursos que o educam. Nessa educação de formas de ver e perceber a cidade, a fotografia tem tido papel fundamental. (Angotti-Salgueiro, 1996 *apud* Cunha; Oliveira, 2018, p. 81).

A pergunta subsequente buscou investigar com que frequência os moradores visitavam os espaços culturais da cidade, a fim de refletir se os equipamentos culturais eram aproveitados também pela população local e não só pelos turistas. Os resultados demonstrados no gráfico abaixo indicam uma maior quantidade de pessoas que declararam nunca visitar estes locais. Em contraponto, tivemos um número significativo de pessoas que disseram frequentar mais de cinco vezes. Sobre este complexo resultado, vale dizer que parte dos indivíduos que responderam uma frequência maior consideraram também sua ida às igrejas com a finalidade de assistir à missa como visita a espaço cultural, uma vez que as igrejas barrocas são consideradas patrimônio. Por outro lado, foi notado durante a aplicação dos questionários que a maioria que disse nunca visitar repousou sobre a fala principal de que não costumava frequentar os museus da cidade, por exemplo. Além disso, não podemos ignorar as distâncias dos espaços culturais concentrados no centro histórico em relação aos bairros mais periféricos.

Gráfico 12 - Frequência de visita aos espaços culturais da cidade (em um período de 6 meses).

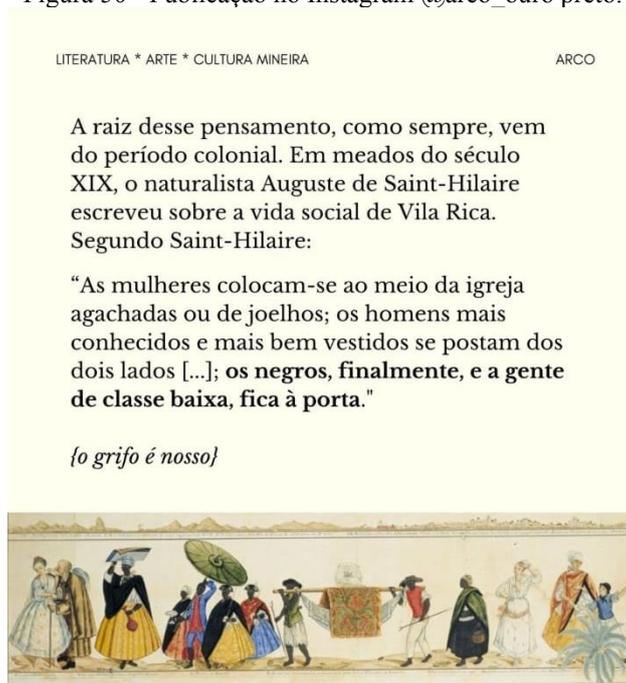


Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Assim, mesmo tendo muitos entrevistados que trabalham no centro histórico, foi possível notar que o aproveitamento dos equipamentos culturais do centro histórico enquanto espaço de lazer para a própria população ainda não se mostra efetivo. Diante disso, é preciso se atentar para o problema da elitização dos espaços culturais e para o distanciamento entre o centro e a periferia. Essa reflexão encontra raízes na própria dinâmica colonial, explicitada por Saint-Hilaire (Arco, 2023), na qual a elite se sentava nos melhores lugares à frente, enquanto a classe mais pobre e os negros ficavam à porta da igreja. Desse modo, é preciso quebrar a perpetuação desse tipo de elitização e promover o acesso da população de baixa renda e negra aos espaços culturais que também lhes são de direito. Esta baixa frequência aos equipamentos culturais da cidade por parte da população é igualmente notada por Villaschi (2014) em suas pesquisas. Ele entende que

Rara e timidamente extrapolam seus percursos diários entre seus locais de moradia e trabalho, para fruição da cidade em toda a sua efervescência artística e cultural. Este comportamento não pode ser generalizado e sugere, por um lado, baixa autoestima da população e **sentimentos de não-merecimento e não-pertencimento social, contexto sócio psíquico possivelmente enraizado na história de seus descendentes africanos subjugados**, além de levadas sucessivas de migração regional. Por outro lado, apesar da admiração pela beleza cênica e arquitetônica da cidade, não revelam ter estabelecido vínculos com a totalidade do território e, sobretudo, com o patrimônio. (Villaschi, 2014, p. 158, grifo próprio)

Figura 50 - Publicação no Instagram @arco_ouro preto.



Fonte: ARCO – Arte e Comunicação Ouro Preto (2023).

Adiante, para entender a relação que as pessoas estabeleciam com a salvaguarda, perguntamos-lhes o porquê acreditavam ser importante preservar o patrimônio de Ouro Preto. As respostas obtidas aparecem no quadro abaixo:

Quadro 8 – Repostas à pergunta: “Por que é importante preservar o patrimônio de Ouro Preto?”

Importância de Preservar o Patrimônio de Ouro Preto	
Valor Histórico e Cultural	<p>“Pela beleza e simbolismo histórico”</p> <p>“Porque é a história, se acabar as próximas gerações só vão conhecer pelos livros”</p> <p>“Berço da História”</p> <p>“Manter uma História viva”</p> <p>“Por ser História em si, a riqueza do lugar”</p> <p>“É História fabulosa, patrimônio vivo”</p> <p>“Parte da nossa História, é uma arte”</p> <p>“Faz parte da cultura mineira e brasileira”</p>
Turismo e Economia	<p>“Por ser fonte de renda dos moradores”</p> <p>“Pela economia da cidade”</p> <p>“O turismo é mal explorado. Para fortalecer o turismo. Exploram o turista, mas não o turismo”</p> <p>“Porque ela é considerada patrimônio universal valoriza mais a cidade, o turismo gera renda”</p>
Memória	<p>“Por causa da memória de um período que ninguém põe relevância, escravidão e técnica dos negros”</p> <p>“Pela história da gente. Muita luta e sofrimento. Mostrar o lado sofredor”</p> <p>“Pela minha família que é daqui, gerações passadas e futuras”</p>
Preservação	<p>“Salvar para outras gerações a cultura”</p> <p>“Para preservar a História”</p> <p>“Não existe um futuro sem o passado então deve-se manter a história”</p> <p>“Para não perder o título da Unesco, para não chegar a esse ponto”</p> <p>“Sempre conservar e não acabar”</p> <p>“Pela nossa História sendo preservada”</p> <p>“Pela manutenção da cultura e da História para o futuro”</p> <p>“Porque se não irá se perder. História que não pode acabar”</p> <p>“É porque a História precisa durar”</p>
Valor Histórico e Econômico	<p>“Traz renda para as pessoa e pela História”</p> <p>“É História, não pode ser apagada. E para a renda”</p>
Reconhecimento Mundial	<p>“Devido ao destaque mundial e ao valor que a cidade dá ao Brasil”</p> <p>“Cidade que é monumento mundial”</p>

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

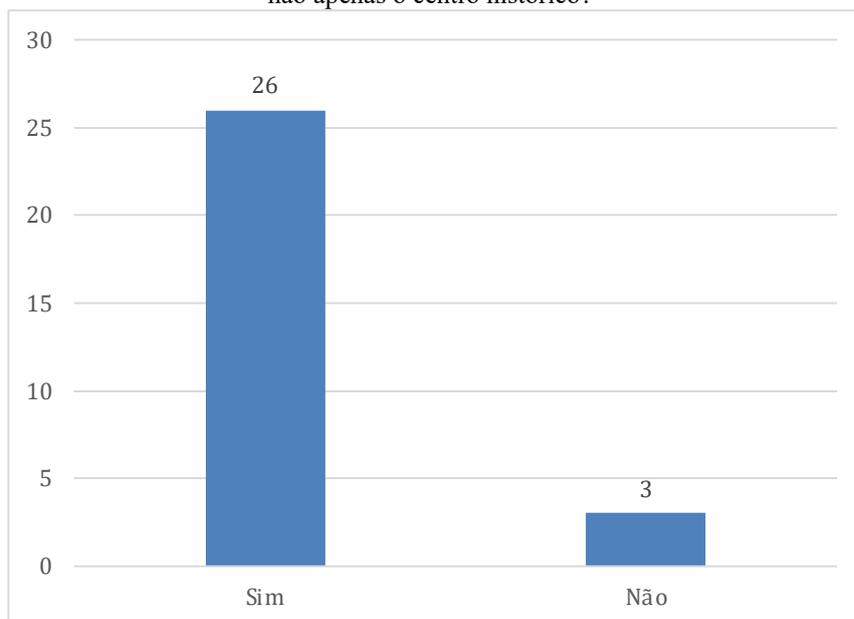
As explicações dadas pelos participantes se concentram principalmente na importância de se preservar a história e a cultura. Assim, enfatizam o desejo em fazer perpetuar a história ao longo do tempo, mantendo-a viva, a fim de que não seja apagada, esquecida ou destruída. Essa relação temporal é enfatizada pela importância do conhecimento do passado e da manutenção da História para a posteridade, na ideia de que “não existe um futuro sem o passado”. No campo da memória, há um reconhecimento de que essa história faz parte da vida

das pessoas que habitam esse território, transpassando essa vivência entre as gerações e famílias – tal comentário vai ao encontro da observação feita sobre o perfil dos participantes de que a maioria reside na cidade há pelo menos mais de 20 anos.

Além disso, a preservação de Ouro Preto é vista a partir da noção de o local ter sido berço formador da cultura mineira e nacional como um todo, além de sua contribuição para o mundo. Outra questão fundamental levantada é a preocupação em dar maior ênfase ao processo de escravidão, que carrega uma memória de luta e sofrimento, e aos conhecimentos trazidos pelos povos africanos que foram aplicados nas técnicas de mineração. Sob o aspecto financeiro atual, foi citado que a preservação dos bens culturais possibilita uma fonte de renda para a população local, trazendo benefícios econômicos, por exemplo, através do turismo.

Pensando na salvaguarda de Ouro Preto de forma ampla e considerando a dimensão do perímetro tombado, questionamos se os participantes concordavam com a afirmação de que todo o sítio histórico, considerando seu entorno, deveria ser preservado e não apenas o centro histórico. Assim, 26 pessoas concordaram com tal afirmativa e apenas 3 discordaram, como visto no gráfico a seguir. Desse modo, temos uma maioria que apoia uma perspectiva de preservação abrangente, que não se circunscreve somente a um espaço específico central, mas que olha para o sítio histórico como um todo.

Gráfico 13 – Respostas à pergunta: “Você concorda que todo o conjunto e seu entorno devem ser preservados, não apenas o centro histórico?”

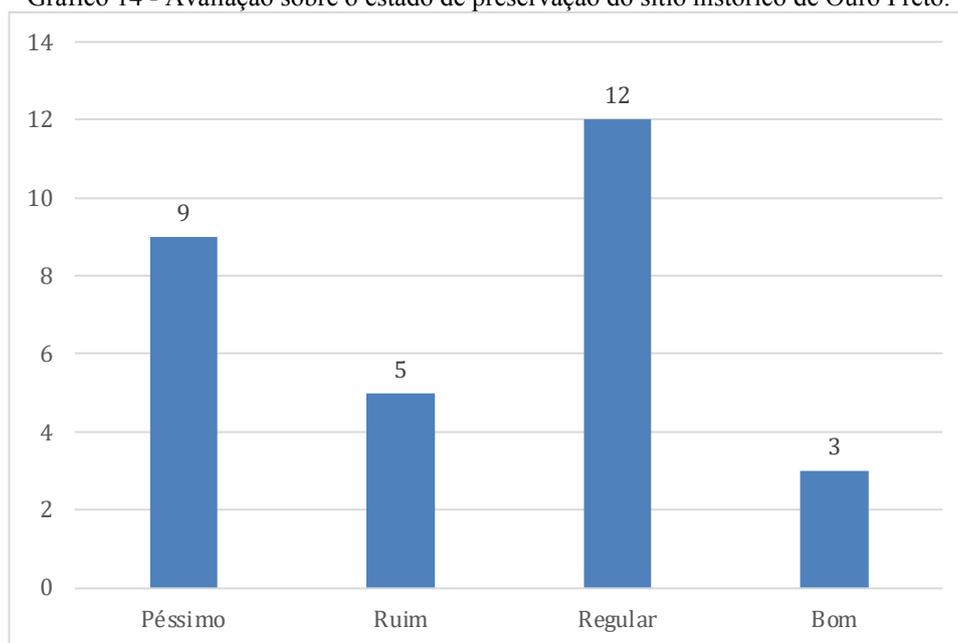


Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

4.1.3 A percepção de risco envolvendo o sítio histórico

Quanto à avaliação dos participantes sobre o estado de preservação do sítio histórico, a grande maioria considera a situação regular (12) ou péssima (9), conforme mostra o gráfico seguinte. Tal análise demonstra uma percepção crítica sobre a condição em que se encontra o patrimônio cultural da cidade. Ao longo das demais perguntas, poderemos então identificar quais foram os pontos problemáticos percebidos através da vivência cotidiana dessa população que resultaram em uma avaliação negativa.

Gráfico 14 - Avaliação sobre o estado de preservação do sítio histórico de Ouro Preto.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Podemos comparar esses dados com os resultados obtidos na Quinta Pesquisa de Assessoria Popular, realizada pelo NEASPOC/UFOP, em 15 e 16 de abril de 2003 – um dia após o incêndio do Hotel Pilão que ocorreu no dia 14. Naquele momento, 44% dos participantes avaliaram a situação do patrimônio histórico de Ouro Preto como péssima, e 27% como ruim. Sendo assim, podemos notar que, de certa forma, tal percepção se manteve, uma vez que a percentagem mais expressiva no questionário desenvolvido nesta dissertação e aplicado em março de 2023 foi de uma avaliação “péssima” e “regular”. Mesmo que tenha ocorrido uma leve melhora, devido ao aumento no número da avaliação “regular” e diminuição do “ruim”, 20 anos depois a situação ainda não é vista como satisfatória.

Tabela 10 – Resultado da pesquisa NEASPOC sobre avaliação do Patrimônio de Ouro Preto.

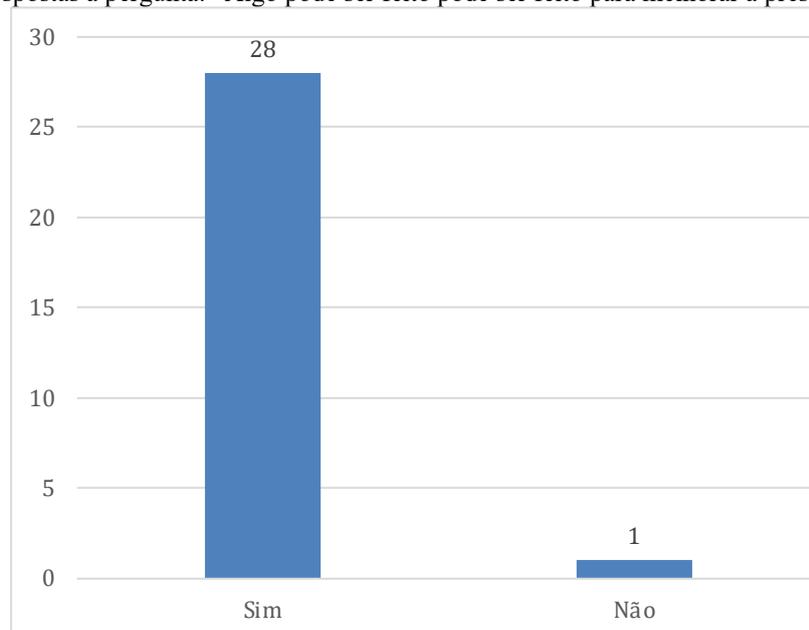
**Avaliação da situação do Patrimônio
Histórico de Ouro Preto**

	Avaliação da situação do patrimônio histórico de Ouro Preto
	%
Ótima	2%
Boa	17%
Regular	8%
Ruim	27%
Péssima	44%
NR	1%
NS	2%
Total	100,0%

Fonte: NEASPOC/UFOP (2003).

Diante desse cenário, os participantes foram indagados se acreditavam que algo poderia ser feito para melhorar a preservação da cidade, ao que 28 responderam que sim, e apenas 1 respondeu “não”. Desse modo, notamos que, ainda que a condição de preservação de Ouro Preto seja considerada insatisfatória pelos participantes, existe um desejo de mudança para que a situação melhore.

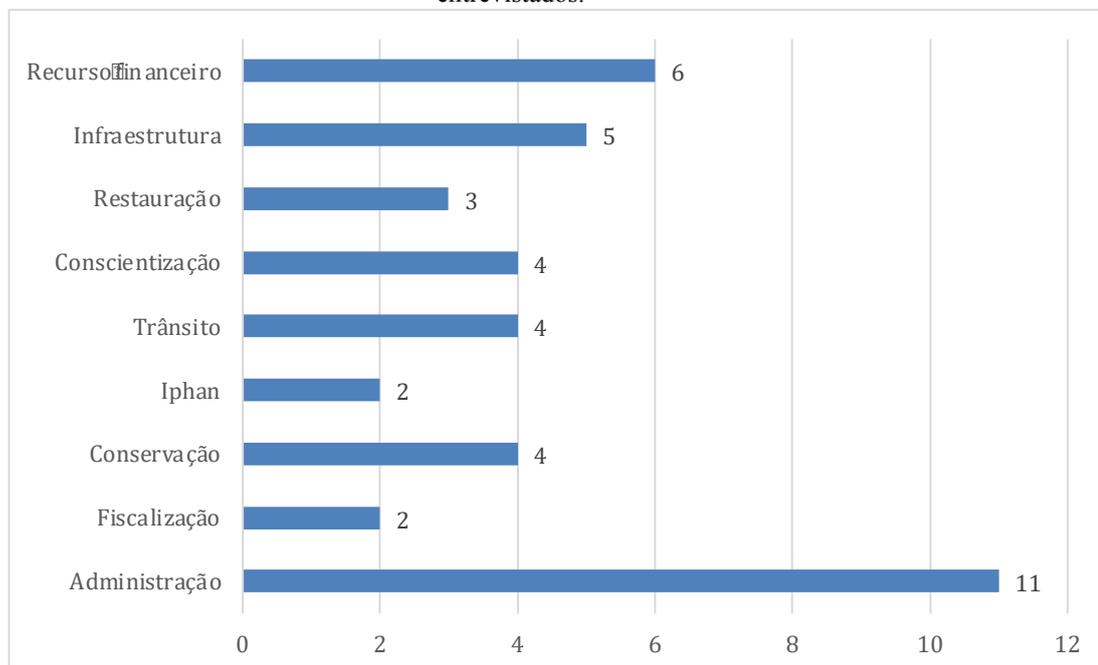
Gráfico 15 – Respostas à pergunta: “Algo pode ser feito para melhorar a preservação da cidade?”



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Reconhecendo, então, que algo poderia ser feito, perguntamos-lhes quais áreas e/ou setores deveriam ser melhorados. As respostas foram direcionadas em maioria para a administração (11), em seguida, para a necessidade de maior aporte de recursos financeiros (6) e infraestrutura (5). Podemos perceber que os aspectos apontados giram em torno de questões de gestão.

Gráfico 16 – Áreas/setores que poderiam ser melhorados contribuindo para a preservação, segundo os entrevistados.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Sobre os recursos financeiros, os participantes da pesquisa consideram que é preciso mais investimentos públicos e privados, de forma a não apenas responsabilizar o governo, mas contar também com a contribuição financeira de empresários. Além disso, disseram que deveria haver um “retorno do investimento feito para a cidade”, a fim de que a comunidade local possa se sentir beneficiária dos recursos aplicados. Ainda, apontaram a demanda por mais incentivos em verbas direcionadas para a recuperação dos patrimônios culturais, em especial das igrejas, tendo sido citada a Igreja Bom Jesus de Matosinhos (cujo caso foi explicado no capítulo 3). Assim, é posta a necessidade de consolidação de políticas públicas voltadas para a preservação dos bens culturais. Além disso, foi dito que as verbas deveriam ser aplicadas em “obras de melhoramentos”, direcionadas às questões de infraestrutura, como um planejamento para o Morro da Força e “reforço da base da cidade”. Contudo, sabendo das limitações orçamentárias do município, um dos entrevistados afirmou que a “Prefeitura deveria pedir mais

ajuda para as construções demoradas”, ou seja, buscar mais articulações e parcerias para que seja possível executar essas obras de grande porte.

Outro ponto interessante é que, ao mesmo tempo em que foram sinalizadas as demandas por obras de restauração e conservação, foi colocada a importância do desenvolvimento de ações de conscientização. Isto é, é preciso uma atenção para que os projetos sejam comunicados, tornando a população parte das propostas de salvaguarda. Assim, foi problematizada a atuação do Iphan, uma das pessoas disse: “[o] Iphan [deveria] olhar melhor para a cidade, Iphan priva muito não deixando a cidade evoluir”. Nesse sentido, notamos um desgaste na relação com o órgão de proteção, que diversas vezes é visto pelos moradores como um entrave para o desenvolvimento da cidade.

O problema do trânsito também apareceu de forma expressiva diante da preocupação com o “alto fluxo de carros e carros pesados” e “se eu fosse prefeito tiraria os carros da cidade” – um incômodo latente da cidade nos últimos anos, como vimos no capítulo anterior. Sobre a questão do trânsito no núcleo histórico, é interessante pontuar como o aspecto da modernidade representado pelo aumento de veículos ainda convive com recursos tradicionais de mobilidade, percebido pela cena comum do transporte individual ou de carga por meio de cavalos na cidade.

Figura 51 - Transporte através de cavalos na Rua Conde de Bobadela (Rua Direita), 2023.



Fonte: Foto tirada pela autora.

Entre outros tópicos levantados pelos participantes nessa pergunta, estavam: “estacionamentos”, “sinalização”, “iluminação”, “banheiros públicos”, “calçamento”, “coleta de lixo”. Em relação ao turismo, por um lado foi apontada a “depredação turística”, por outro a importância da “boa receptividade” aos visitantes e de “guias especializados a receber estrangeiros”. Dessa forma, o turismo é visto a partir de duas visões que não necessariamente são opostas na prática: é colocado que a cidade deve estar bem-preparada para receber os turistas, pois a atividade gera benefícios econômicos; porém, também há o transtorno gerado por eles, que podem apresentar descuido e desrespeito em relação ao sítio histórico.

Além disso, em específico, uma pessoa comentou que deveria ter “uma matéria no colégio”. A prefeitura já possui uma legislação que dispõe sobre o assunto. A Lei nº 60, de 19 de junho de 2001, criou a disciplina de Educação Patrimonial de caráter obrigatório para as escolas da rede pública da cidade. Além dela, existe a Lei nº 59, de julho de 2005, que institui diretrizes curriculares municipais para a educação patrimonial, para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras em Ouro Preto. Em 2018, foi iniciado o programa “Ouro Preto, o Meu Lugar!”, através da Lei nº 1.101, de 21 de junho de 2018. Tal projeto escolheu a Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa (Barra), a Escola Municipal Dr. Pedrosa (no distrito de Santo Antônio do Leite) e a Escola Municipal Professora Haydée Antunes - CAIC Felipe dos Santos (no distrito de Cachoeira do Campo) como escolas-piloto envolvidas no programa de Educação Patrimonial. Este programa é desenvolvido através da parceria entre a Prefeitura Municipal (Secretarias de Educação, de Cultura e Patrimônio e de Turismo, Indústria e Comércio) e a UFOP, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Para comparação, trazemos aqui o resultado da pesquisa realizada pelo NEASPOC/UFOP em 2003 sobre o que deveria ser feito para melhorar a preservação do patrimônio de Ouro Preto. Com estes dados, chegou-se à conclusão de que, para um terço da população de Ouro Preto, a resolução das demandas sobre o Patrimônio Cultural se concentrava na administração. Os tópicos respondidos pela amostra populacional do NEASPOC/UFOP (2003) vão ao encontro daqueles citados pela pesquisa desta dissertação, como demonstrado acima. Assim, temos que as questões de administração, restauração e conservação, conscientização, infraestrutura, fiscalização, trânsito e recursos financeiros são problemáticas latentes na cidade e que perduram ao longo do tempo. Ainda que apresentem níveis de melhora em alguns momentos, podem ser compreendidos aqui como problemáticas habituais do contexto local.

Tabela 11 - Resultado da pesquisa do NEASPOC/UFOP sobre o que deveria ser feito para melhorar o Patrimônio Cultural de Ouro Preto.

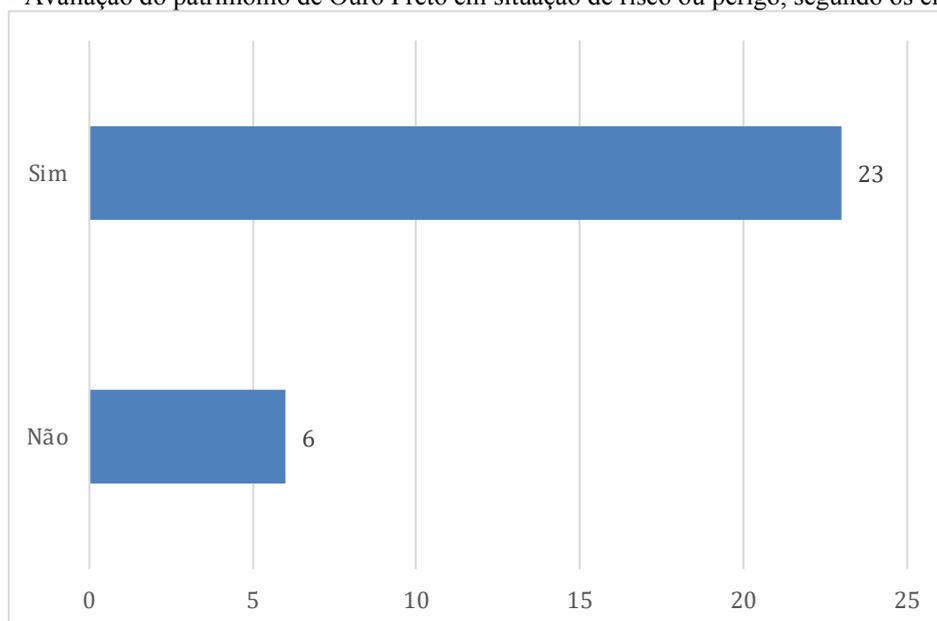
O que deve ser feito para melhorar o Patrimônio Histórico de Ouro Preto

	O que deveria ser feito para melhorar o patrimônio histórico
	%
Administração	33%
Restauração e conservação	13%
Conscientização	12%
Infraestrutura	8%
Fiscalização	8%
Trânsito	3%
Recursos financeiros	1%
Muita coisa	1%
Nada	1%
Corpo de Bombeiros	1%
Mais apoio	1%
Outros	4%
NR	2%
NS	14%
Total	100,0%

Fonte: NEASPOC/UFOP (2003).

Sobre a avaliação se o Patrimônio de Ouro Preto se encontra em situação de risco ou perigo, 23 pessoas consideram que sim, e apenas 6 acreditam que não. Temos então uma visão alarmante e preocupada em relação às condições de segurança e proteção de Ouro Preto. Entendemos aqui que esse reconhecimento sobre o risco repercute o resultado da avaliação do estado de preservação em que foram expressivas as respostas entre “regular” e “péssimo”.

Gráfico 17 - Avaliação do patrimônio de Ouro Preto em situação de risco ou perigo, segundo os entrevistados.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Diante desse cenário, foi perguntado o porquê de tal percepção de risco em relação ao sítio histórico, a fim de compreender quais eram os elementos que faziam com que as pessoas afirmassem a condição de risco ou não. As respostas são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 9 - Respostas sobre considerar o patrimônio de Ouro Preto em situação de risco ou perigo.

Justificativas para avaliação do nível de risco ou perigo em Ouro Preto	
Deslizamentos e desabamentos	<p>“Deslizamentos. Casas e igrejas em encostas”</p> <p>A estrutura das igrejas é forte. Casa cai mesmo”</p> <p>“Tem muitos barrancos com risco de desabamento”</p> <p>“Encostas principalmente”</p> <p>“A cidade descaracterizou muito, deslizamentos”</p> <p>“Desabamento”</p> <p>“Deslizamento”</p>
Chuvas e riscos geológicos	<p>“Por causa das chuvas e deslizamentos”</p> <p>“Chuvas, encostas”</p> <p>“Chuvas”</p>
Trânsito	<p>“Devido ao trânsito no centro histórico, ônibus pesados”</p> <p>“Trânsito desordenado, arquitetura ridicularizada”</p>
Gestão	<p>“Malcuidado, má gestão”</p> <p>“Pelo fato da falta de manutenção. Morro da Forca”</p> <p>“As autoridades não estão nem aí”</p> <p>“Pela falta de cuidado e respeito pela estrutura da cidade”</p> <p>“Falta de conservação e interesse político”</p> <p>“Descuido da cidade, não se vê obra”</p> <p>“Não está sendo preservado da maneira correta”</p>
Planejamento e clima	<p>“Pelo clima, não planejamento frente aos barrancos e o crescimento desorganizado”</p> <p>“Variações climáticas”</p> <p>“Pela chuva, construções irregulares”</p>
Gestão e risco geológico	<p>“Poluição visual, falta de planejamento, deslizamento de encostas, falta de política municipal”</p>
Outros	<p>“A conservação é satisfatória, poderia ser melhor”</p> <p>“O patrimônio é muito vigiado, não faltam esforços para a preservação”</p> <p>“Pela incompatibilidade dos desastres”</p> <p>“Por ser muito visado nacional e internacionalmente”</p>

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Dentre as respostas, notamos uma preocupação especial com as questões relacionadas ao deslizamento de encostas e desabamentos de edificações, que são agravados na ocorrência de fortes chuvas. Nesse sentido, o risco geológico de movimentos de massa atrelados ao crescimento urbano desordenado aparece como um dos principais indicadores da observação feita pelos participantes. Essa preocupação encontra sentido também do ponto de vista técnico, ao se considerar o volume de ocorrências por conta de movimentos de massa e do alto número de setores de risco identificados pela Defesa Civil e Serviço Geológico²⁷.

Além disso, aparece o incômodo com a falta de planejamento, manutenção, interesse político e política municipal. Isto é, a gestão inadequada é percebida pela população como um

²⁷ Para saber mais, acessar: <https://www.defesacivil.ouropreto.mg.gov.br/ocorrencias>.

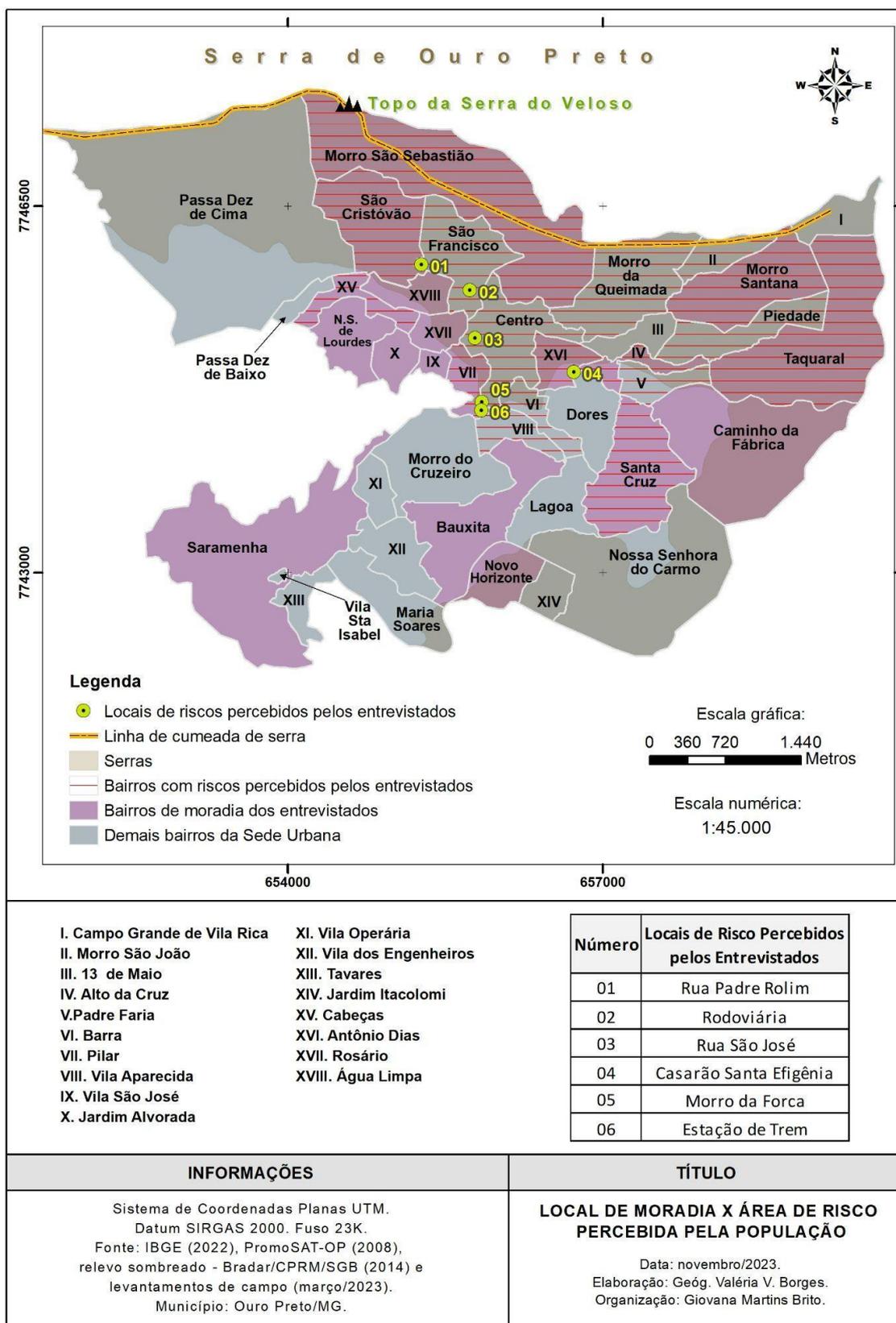
dos fatores de risco. Tal visão vai ao encontro da pergunta sobre o que poderia ser feito para melhorar a preservação de Ouro Preto, em que tivemos uma quantidade significativa de pessoas que apontaram a questão da administração. Ainda, o trânsito desordenado e de veículos pesados é novamente citado como um problema. É interessante notar que uma pessoa se atentou para a possibilidade de riscos decorrentes das mudanças climáticas.

Silvia Zanirato e Wagner Ribeiro (2014) analisam as relações entre as mudanças climáticas e o patrimônio mundial de Ouro Preto. Os autores discutem em que medida a morfologia da cidade pode sofrer os impactos da alteração climática, gerando danos aos bens culturais e à vida da população. O aumento das temperaturas e principalmente da pluviosidade são vistos como a maior preocupação, uma vez que a ocorrência de chuvas intensas é fator capaz de desencadear diversos riscos geológicos, como escorregamentos e desabamentos. Nesse sentido, ao verificar as projeções do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas referente às projeções do índice pluviométrico de Ouro Preto até o final do século XXI, os pesquisadores consideram que os dados indicam uma sobrecarga do solo e dos materiais que estão no local há centenas de anos. Eles explicam que as consequências ao patrimônio cultural, não só significa uma perda para a História, como também atinge a população que se utiliza desses bens como local de moradia e fonte de renda. O problema, segundo Zanirato e Ribeiro (2014), é que muitas das edificações de Ouro Preto não possuem fundações devidamente reforçadas, com isso ficam sujeitas às movimentações dos terrenos, especialmente quando há grande volume de chuvas.

As condições geológicas da área, o comportamento geodinâmico dos solos, a topografia, a antiguidade e grau de conservação das construções, a tecnologia construtiva empregada e o material utilizado nas edificações constituem fatores condicionantes que incidem diretamente no grau de exposição dos imóveis aos riscos de desabamento e à ocorrência de escorregamentos na área do município. O risco não se coloca apenas para o elemento construído, mas se estende às pessoas que habitam o lugar. (Zanirato, 2014, p. 12)

Em seguida, a partir do questionamento sobre quais locais a população percebia como áreas mais vulneráveis, foi produzido o mapa abaixo. Para isso, tivemos o cruzamento de três informações: (1) o bairro de moradia dos participantes da pesquisa, (2) as áreas de risco percebidas por essa população, (3) os setores de risco geológico identificados pela Defesa Civil e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Assim, podemos analisar os bairros e locais de risco identificados pela população em relação aos bairros de moradia dos participantes. Além disso, foi representado no mapa a área de abrangência das serras, dando destaque à Serra de Ouro Preto e a Serra do Veloso.

Figura 52 – Local de moradia x área de risco percebida pela população.



Fonte: Mapa gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

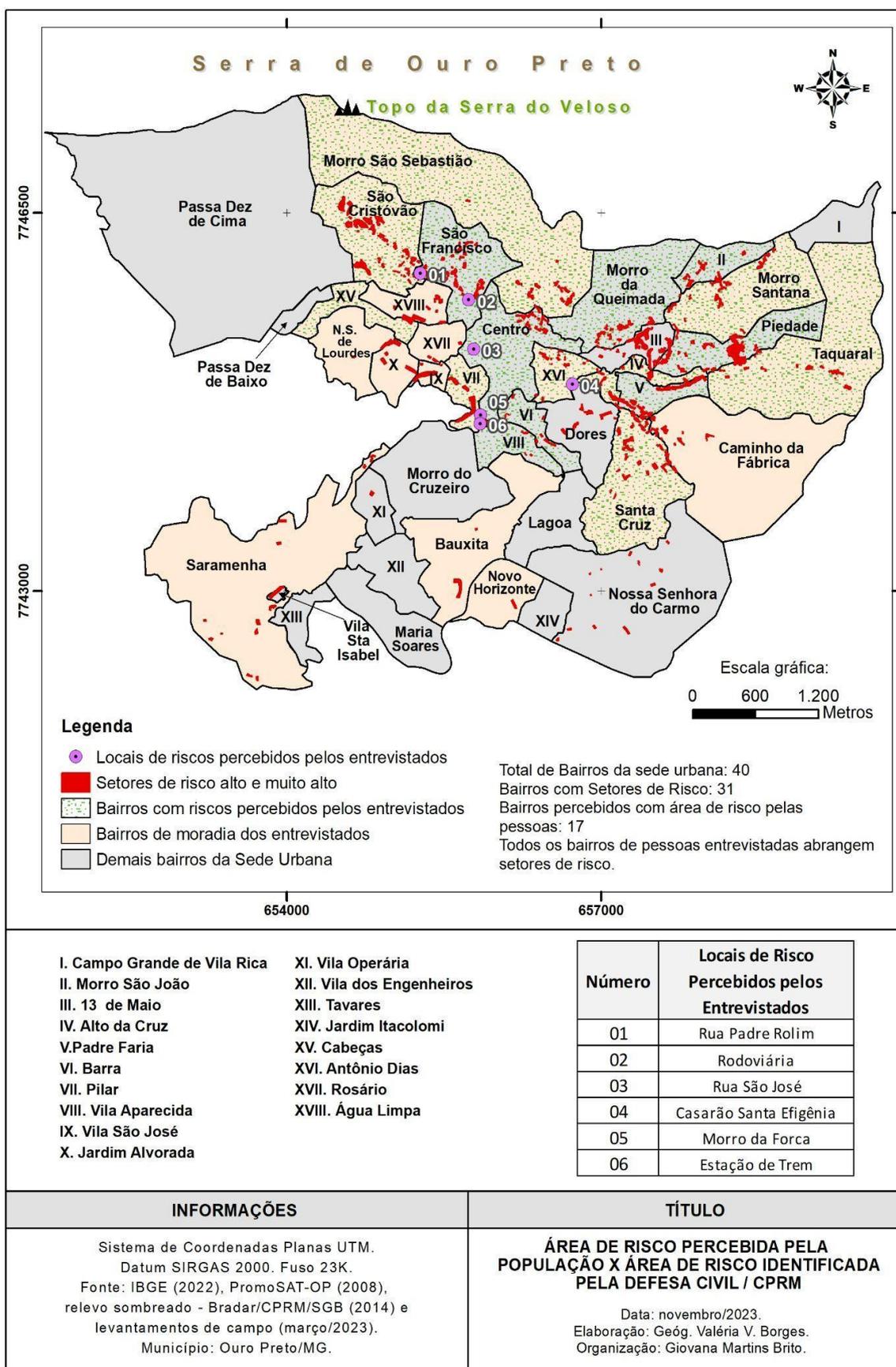
Entre os bairros que constituem local de moradia dos participantes da pesquisa e que também foram percebidos como áreas de risco por essa população, estão: Morro São Sebastião, São Cristóvão, Morro Santana, Santa Cruz, Taquaral, Cabeças, Pilar, Antônio Dias e Alto da Cruz. Além dos bairros, algumas pessoas também citaram locais específicos da cidade, como: a Rua Padre Rolim e a rodoviária, locais próximos um ao outro e onde aconteceu um deslizamento de terra em 2012; o Morro da Forca e a estação de trem, lugares avizinhados onde ocorreu um movimento de massa de grande repercussão em 2022; o casarão de Santa Efigênia, que sofreu um abandono e desabamento (como já comentado no capítulo anterior); além da Rua São José²⁸, local que concentra um grande número de estabelecimentos comerciais e que apresenta um risco de incêndio considerável (como foi apontado pelo levantamento feito pelo professor Antônio Claret de Gouveia, demonstrado na subseção 3.3.3).

Conforme demonstra o levantamento das informações, dentre os 40 bairros da sede urbana de Ouro Preto, 31 deles apresentam setores de risco geológico alto e muito alto. Isto é um número muito elevado e traz a sensação de que a cidade como um todo está sob risco. Entre a quantidade de bairros percebidos como áreas de risco pelos participantes da pesquisa, foram somados 17; porém, todos os bairros de moradia dessa amostra populacional possuem setores de risco identificados pela Defesa Civil e Serviço Geológico. Diante disso, podemos considerar que a população tem uma média de bom conhecimento e percepção sobre os bairros de risco, posto que todos os bairros citados pelos participantes possuem setores de risco identificados pelos órgãos técnicos competentes, e os locais específicos apontados também correspondem a espaços onde há risco geológico e de incêndio. Contudo, ainda é preciso aprofundar o entendimento da população sobre os setores de risco, principalmente em relação ao reconhecimento de que suas casas se encontram em bairros onde existem áreas de risco. Isso porque, do total de 18 bairros de moradia, a metade (9 deles) não foi percebido como áreas de risco pelos participantes, apesar de apresentarem setores de risco segundo os dados técnicos.

²⁸ Durante o diagnóstico de risco elaborado pelo professor Claret de Gouveia, em 2003, cujo projeto piloto se concentrou na Rua São José, foi feito o levantamento da carga de incêndio de 40 edificações. Segundo Claret (2003), a carga de incêndio nessas edificações é de 2.700 unidades, sendo que o valor máximo permitido é de 300 unidades. Diante disso, foi calculado que o coeficiente de segurança na rua São José é de 30%. Isto é, a insegurança nestas edificações é de 70%.

Para saber mais, acessar: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2004/05/Not455556.html>; <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u79409.shtml>.

Figura 53 – Área de risco percebida pela população x Área de risco identificada pela Defesa Civil/CPRM.



Fonte: Mapa gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Segundo Zaira Moutinho (2014), a percepção de risco é construída no imaginário a partir tanto dos eventos e discursos em torno destes quanto na experiência cotidiana de quem vive no lugar. Nos relatos coletados durante sua pesquisa, a autora destaca como diversos moradores de bairros em áreas de risco acreditam que o risco está apenas no período chuvoso, que é quando eles admitem ter medo de algum deslizamento acontecer. Assim, alguns relatam que, quando são removidos da área de risco pela Defesa Civil, depois que passa o período de chuvas parte dessas pessoas acabam voltando para suas casas. Como foi observado pela autora, esse retorno é movido pela necessidade de morar perto do centro por conta da mobilidade para se chegar ao local de trabalho, além das queixas de o valor do aluguel social não ser considerado suficiente para uma moradia em outro local seguro (Moutinho, 2014).

O primeiro aspecto relevante dessas falas está relacionado à valorização das áreas a partir do menor grau de risco. Beck (2010) aponta que os Riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição, essa distribuição, em geral, está associada a divisão de classes na sociedade e consequentemente o domínio sobre o território. A manifestação desse fenômeno na escala da cidade leva a população marginalizada a ocupar as piores áreas, já que os terrenos se tornam cada vez mais inacessíveis em função do preço que possuem. Dessa maneira, a população da área de risco, que mesmo beneficiada pelo aluguel social, não alcança a possibilidade de viver em uma entendida como área segura.

O segundo aspecto está relacionado à relevância do centro da cidade, que corresponde ao centro histórico, para os moradores. Tanto do ponto de vista do emprego, mobilidade, quanto do acesso aos recursos (hospital, escolas, serviços em geral) a proximidade em relação ao centro garante uma facilidade para os moradores da cidade. (Moutinho, 2014, p. 49)

A tabela abaixo complementa as informações representadas no mapa ao cruzar os dados relativos à quantidade de participantes moradores em cada bairro e a quantidade de vezes em que estes foram percebidos como áreas de risco pela amostra populacional da pesquisa. Como resultado, entre os locais mais citados, temos os bairros Taquaral, Morro Santana, Santa Cruz, Piedade, São Cristóvão e Centro.

Tabela 12 – Número de moradores por bairro x frequência em que o bairro foi percebido como área de risco.

Bairro	Quantidade de moradores	Quantidade de vezes citado como área de risco pelos participantes
Água Limpa	1	0
Alto da Cruz	6	2
Antônio Dias	1	2
Barra	0	1
Bauxita	2	0
Cabeças	4	1
Caminho da Fábrica	1	0
Centro	0	4
Jardim Alvorada	1	0
Morro da Queimada	0	1
Morro Santana	1	7
Morro São João	0	1
Morro São	1	2
Sebastião		
Nossa Senhora de Lourdes	1	0
Novo Horizonte	1	0
Padre Faria	0	2
Piedade	0	6
Pilar	1	1
Rosário	1	0
Santa Cruz	1	7
São Cristóvão	1	4
São Francisco	0	3
Saramenha	1	0
Taquaral	1	12
Vila Aparecida	0	1
Vila São José	4	0

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Conforme Zaira Moutinho (2014), o bairro Taquaral apresenta sérios problemas relacionados à drenagem urbana, pois está situado em uma área rica em nascentes e córregos: “bem próximo à borda da encosta de um vale formado pelo Ribeirão Funil, que junto com córrego do Tripuí formam o Rio Do Carmo, que compõem a bacia do Rio Doce” (Moutinho, 2014, p. 16). Durante suas pesquisas de campo, a autora observou como a alta velocidade do escoamento superficial das águas da chuva nesse local atingia as casas ao redor e a associação de moradores do bairro. Sobre o bairro Santa Cruz, foi identificado pela pesquisadora que a região sofre com deslizamentos, principalmente devido à declividade do terreno, e que a área em que se localiza o bairro corresponde a uma das mais antigas ocupações periféricas ao centro histórico (Moutinho, 2014).

Em relação ao bairro São Cristóvão, Moutinho (2014) afirma, a partir de sua leitura de Costa (2011 *apud* Moutinho, 2014), que a formação deste bairro está ligada às ocupações da década de 1950, e que as áreas mais altas seguem sendo ocupadas, o que gera um aumento nas ocorrências de deslizamento. Segundo os autores, nessa região prevalece o loteamento irregular, e o bairro padrão construtivo e a ocupação multifamiliar dos lotes, ou seja, as

residências em geral possuem dois andares e abrigam mais de uma família (Costa, 2011 *apud* Moutinho, 2014).

Na tabela abaixo, temos a frequência com que os outros locais específicos foram citados como áreas de risco pelos participantes. Notamos um número expressivo em relação ao Morro da Forca – o que é compreensível por ter tido um movimento de massa de grande repercussão mais recente. Aqui, foi apontado também o centro histórico que corresponde ao bairro Centro, indicado na tabela anterior; porém, decidimos fazer a contagem de modo separado, pois entendemos que as respostas “centro histórico” possuíam um viés de preocupação especial com o patrimônio cultural dessa área. Novamente, o risco geológico ganha destaque por meio das pessoas que responderam “encostas”, “morros” ou “Serra de Ouro Preto”.

Tabela 13 – Frequência em que os locais de risco percebidos pelos participantes foram citados.

Locais percebidos como áreas de risco pelos participantes	Quantidade de vezes citado
Morro da Forca	5
Centro Histórico	2
Veloso	2
Estação de trem	1
Rua São José	1
Pontes de pedra	1
Entrada de Ouro Preto (perto da rodoviária)	1
Casarão de Santa Efigênia	1
Serra de Ouro Preto	1
Morro	1
Encostas	2

Fonte: Tabela gerada a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Ao desenvolver seus estudos sobre os riscos socioambientais em Ouro Preto, Moutinho (2014) opera através dos conceitos de *percepção* e *representação* para analisar a perspectiva dos moradores sobre o assunto. A autora afirma, ao levar em consideração os sistemas de poder, que a percepção, o imaginário e as representações constituem um processo político. Assim, ela defende que a partir das representações surgem um conjunto de ações e justificativas para tal. Porém, também destaca a capacidade de transformação que vem por meio da articulação das vontades individuais com o corpo coletivo da sociedade. Nesse sentido, a dinâmica entre percepção e representação está profundamente ligada com a possibilidade de mudanças sobre um lugar (Moutinho, 2014).

As ações que ocorrem sobre as áreas de risco, estão associadas a determinados sentidos que os sujeitos e grupos projetam sobre esses lugares. Assim, o próprio sentido que um lugar possui para um determinado grupo se enquadra dentro de um sistema de poder que possibilita ou não que o sentido do lugar seja conservado ou transformado. Ou seja, não há percepção isolada da totalidade da cidade, toda representação de um Lugar se insere dentro de um jogo de poder, fundado na

experiência que o(s) homem(ns) tem com seu ambiente e entre si. Isso constitui a base para a construção da consciência dos indivíduos. Nesse sentido, a consciência é o resultado da interpretação pessoal de cada um mediada pela vivência em sociedade. Essa interpretação reflete na sociedade e é reflexo da sociedade em um movimento dialético de difícil apreensão. (Moutinho, 2014, p. 35)

Nesse sentido, concordamos com a perspectiva de Moutinho (2014) de que a percepção de risco e sua relação às áreas de risco é interligada à vivência na cidade. Posto que, como explica a autora, a construção dos riscos envolve diferentes variáveis, que se referem não só ao risco em si, mas de igual maneira ao planejamento e à dimensão político-econômica. Dito isto, a relação com o lugar e percepção do risco são elementos fundamentais para a sua gestão e avaliação do nível de vulnerabilidade de um grupo (Moutinho, 2014).

Do ponto vista técnico, há uma diferença conceitual entre risco e perigo, como vimos no capítulo 2. Então, resolvemos perguntar à população se no seu entendimento havia uma distinção entre risco e perigo. Como já era esperado, esta foi a pergunta em que os participantes tiveram maior dificuldade de responder. Isso porque, no senso comum, os dois termos tendem a apresentar grande similaridade, de modo que no dia a dia costuma-se usá-las quase como sinônimos. Mesmo assim, as pessoas foram capazes de refletir sobre a particularidade de cada conceito a partir de sua vivência, trazendo considerações interessantes.

Quadro 10 - Respostas às perguntas sobre a diferença entre risco e perigo.

Diferença entre risco e perigo	
Risco no sentido de controlável e previsível	<p>“Risco é controlável e o perigo é mais imediato”</p> <p>“O risco você consegue ver. Exemplo: Casarão de Santa Efigênia. O perigo não é possível identificar”</p> <p>“Risco está para acontecer e perigo já está acontecendo”</p> <p>“Risco tem mais a ver com prevenção e o perigo é mais imprevisível”</p> <p>“Risco é quando você sabe e dá pra tentar fazer algo. Perigo é quando é iminente”</p>
Perigo no sentido de um acontecimento imediato/iminente	<p>“Risco é questão de alerta e perigo é real e imediato, inevitável”</p> <p>“Risco é avisado, sinalizado. Perigo é momentâneo”</p> <p>“Risco a todo tempo se corre e o perigo é o agora, imediato”</p> <p>“Não sei diferenciar, mas o perigo é mais grave, mais iminente”</p> <p>“Risco de perder o título de Patrimônio Mundial, falta de iniciativa. Perigo é iminente, de prédios caírem, deslizamento”</p> <p>“Risco é mais remoto, pode ou não acontecer. Perigo é iminente”</p>
Perigo como exposição ao risco	<p>“Risco é o negócio que vai cair, você corre perigo quando passa”</p> <p>“Risco; pode acontecer, possibilidade. Perigo: Exposição ao risco”</p>
Sem diferença	<p>“Quase igual”</p> <p>“Mesma coisa” (2x)</p> <p>“Não existe diferença pra mim”</p> <p>“Não há”</p> <p>“Ambas são iguais. Você mora num morro é risco, você mora num barranco é perigo”</p>
Perigo como consequência da negligência	<p>“Risco é o que se vive hoje. Perigo é o que gera sem a tomada de providências”</p> <p>“Risco seria uma igreja cair e as autoridades fazerem vista grossa e perigo seria as autoridades receberem para fazer e não fazer”</p>
Outros	<p>“Perigo se está diante toda hora. O risco existe ao tentar fazer algo não consoante ao perigo, aí você se arrisca”</p> <p>“Risco: prejudicar a cidade. Perigo: pode acontecer”</p> <p>“Perigo é construir sem segurança. Risco: você sabe que está em um lugar de perigo”</p> <p>“Risco é pior”</p> <p>“Risco é algo que se pode evitar. Perigo também, mas de forma diferente”</p> <p>“Risco é das casas no morro e o perigo são as chuvas muito fortes”</p> <p>“Risco é algo mais iminente. Perigo você pode se precaver”</p>

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

De forma geral, as respostas identificaram o risco como algo controlável, no sentido em que pode ser percebido e previsto, possibilitando que algo possa ser feito para evitar seus danos. Além disso, o risco também foi entendido como uma espécie de possível ameaça que paira de forma constante, isto é, convive-se com o risco. A noção de perigo foi compreendida pela ideia de algo, mais imediato e iminente, como uma situação real e grave que de fato acontece. Sendo assim, o perigo aparece relacionado à exposição a uma determinada condição de vulnerabilidade. Para construir tais compreensões, as pessoas recorreram a exemplos do cotidiano para apresentar sua reflexão. Um dos exemplos interessantes a se destacar é o de risco

em relação a perda do título de patrimônio mundial devido a não execução de ações de prevenção e salvaguarda. Em outras palavras, nessa percepção, entende-se que o risco deve ser administrado através de políticas públicas e planejamento. Já o perigo foi exemplificado como a ocorrência de desabamentos de edificações e deslizamentos, ou seja, como a manifestação de um evento de impacto negativo.

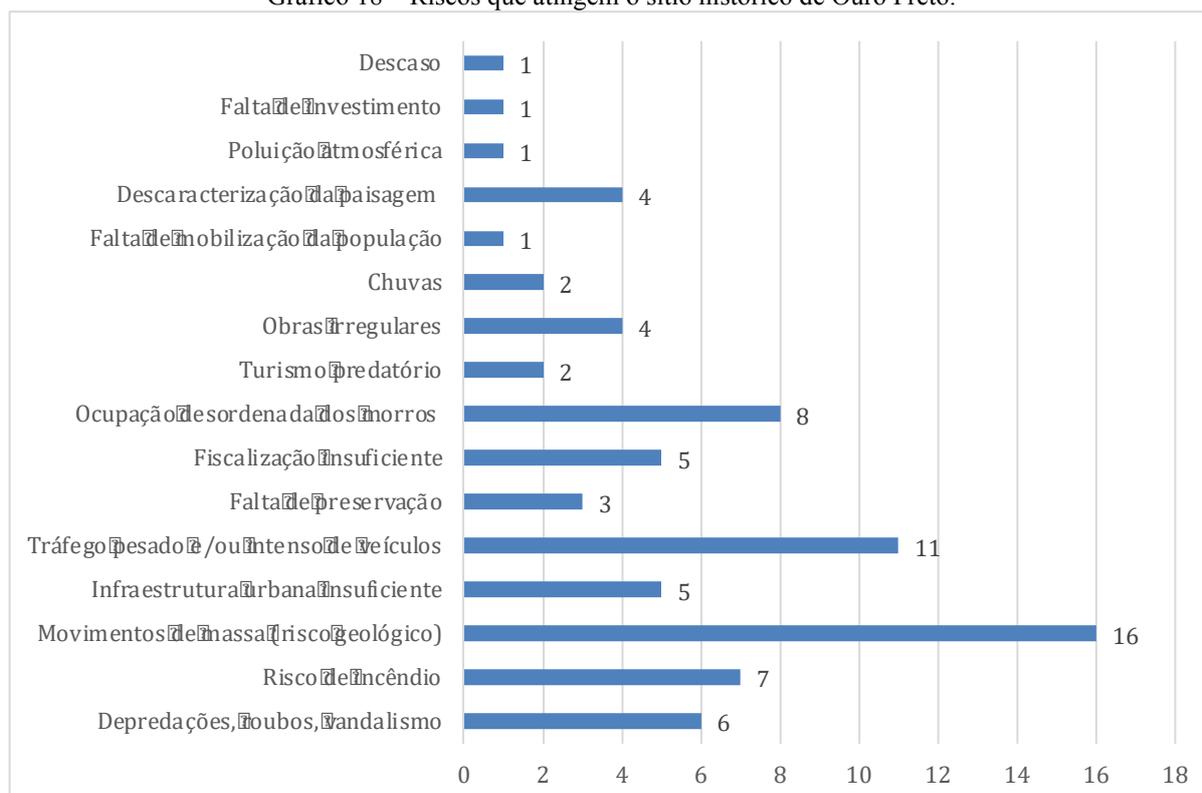
Para relembrar de forma breve os conceitos de risco e perigo já discutidos ao longo do primeiro capítulo da dissertação, trazemos aqui a definição dos termos adotados pelo *Manual de Gestão de Risco ao Patrimônio Mundial da Unesco* (2015), no qual o risco é entendido como produto do perigo potencial e da vulnerabilidade, enquanto o perigo é visto como um fenômeno capaz de causar perturbação ou dano (Unesco; Iphan, 2015, p. 71):

Perigo: Qualquer fenômeno, substância ou situação que tem o potencial de causar o rompimento ou danos à infraestrutura e serviços, às pessoas, aos seus bens e a seu ambiente (Abarquez; Murshed, 2004).

Risco: Possibilidade de que algo ocorra, com impacto sobre os objetivos. (Emergency Management Australia, 2000).

Continuando nessa temática, foi perguntado quais seriam então os riscos que atingem o sítio histórico de Ouro Preto. A resposta mais expressiva se refere aos riscos geológicos de movimentos de massa, algo compreensível diante da existência de 313 setores de risco geológico, como falamos anteriormente. Em segundo lugar, foi apontada a questão do trânsito pesado e/ou intenso de veículos. Em terceiro, a ocupação desordenada dos morros. Em quarta posição temos o risco de incêndio. Desse modo, podemos notar que as preocupações levantadas pela população participante da pesquisa vão ao encontro dos tópicos discutidos e destacados ao longo do terceiro capítulo desta dissertação.

Gráfico 18 – Riscos que atingem o sítio histórico de Ouro Preto.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Alguns pontos se relacionam entre si. As questões da infraestrutura urbana e fiscalização insuficiente podem ser associadas ao crescimento urbano acelerado, que resulta ainda em obras irregulares e na ocupação dos morros. A descaracterização da paisagem tem conexão direta com essa expansão urbana de forma desordenada. Os movimentos de massa tendem a ser agravados na ocorrência de fortes chuvas, que sobrecarregam as particularidades da topografia local. A falta de investimentos também influencia em diversos fatores, pois os recursos financeiros são necessários para a execução de obras de infraestrutura, habitação social, restauração e conservação. A poluição atmosférica decorre da forte atividade de mineração na região e, em especial, pela fábrica de alumínio localizada na cidade²⁹. Reconhecendo a multiplicidade de riscos e a forma como eles influenciam uns aos outros, podemos afirmar que a gestão do sítio histórico precisa estar articulada com diversos setores e órgãos, pois a dimensão das questões da preservação de Ouro Preto exige uma visão holística, em que o campo do patrimônio deve estar profundamente conectado ao planejamento urbano.

Outro elemento significativo citado pelos participantes foi a ocorrência de depredações, roubos e vandalismo. É interessante destacar que essas respostas foram colhidas em março e

²⁹ Para saber mais ver: <https://www.agenciaprimaz.com.br/2022/06/02/fumaca-fabrica-op/>

meses depois, em 10 de novembro de 2023, aconteceu um roubo de peça sacra na Igreja Nossa Senhora do Pilar, cujo caso teve grandes repercussões. O furto de peças pertencentes ao patrimônio cultural configura crime por tráfico ilícito de bens culturais³⁰. Nessa situação, o Iphan comunicou em nota que o objeto furtado era um terço de ouro do Rosário Beneditino, datado do século XIX, e que a Polícia Federal foi acionada para tratar do assunto (Nota, 2023). A investigação foi denominada “Operação Relicário”, e o Ministério Público de Minas Gerais fez a denúncia de quatro cidadãos colombianos, dois homens e duas mulheres, que seriam os autores do furto (Operação, 2023).

A fim de contribuir para o combate e prevenção contra esta prática, foi elaborada uma lista das tipologias de objetos protegidos, chamada de “Red List”³¹, para auxiliar os profissionais a identificarem os bens que estão mais suscetíveis à comercialização ilegal. Foram criados também bancos de dados com a listagem dos bens culturais procurados, disponibilizadas e organizadas pelo Iphan³², Ministério Público de Minas Gerais³³ e IBRAM³⁴.

Na questão seguinte, tendo em vista a repercussão do caso do antigo Hotel Pilão na mídia, perguntamos aos participantes da pesquisa se eles se lembravam do incêndio no casarão. Como resultado, 23 pessoas responderam que sim, e apenas 5 disseram que não. Assim, compreendemos que o evento permaneceu como um acontecimento marcante na memória da população.

³⁰ Para saber mais ver: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica. In: Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

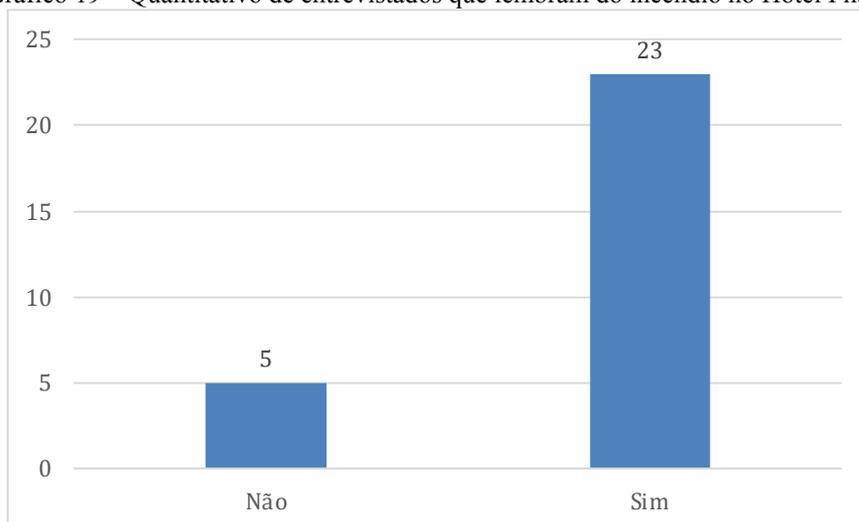
³¹ Para saber mais ver: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/saiba-o-que-e-a-lista-vermelha-e-sua-importancia-no-combate-ao-trafico-de-bens-culturais>

³² Para saber mais ver: Banco de bens culturais procurados Iphan <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/219>

³³ Para saber mais ver: Base do Ministério Público de Minas Gerais <https://sondar.mpmg.mp.br/>

³⁴ Para saber mais ver: Cadastro de bens musealizados desaparecidos/ CBMD do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) http://sca.ibram.gov.br/cbd_publico/

Gráfico 19 – Quantitativo de entrevistados que lembram do incêndio no Hotel Pilão.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Diante disso, perguntamos se lembravam de alguma mudança, ação ou projeto desenvolvido logo após este incêndio em prol da proteção do patrimônio cultural. Como resultado, 13 pessoas responderam que sim, 15 não e 1 não respondeu à questão. Então, questionamos quais eram as ações que eles se lembravam de terem sido desenvolvidas a partir do incêndio no Hotel Pilão. As respostas se voltaram para as atividades atreladas ao Corpo de Bombeiros, como: realização de vistorias e fiscalização, projeto de hidrantes, extintores, regulamentação criteriosa para liberação de alvarás e mudança de local do quartel do batalhão. Porém, os comentários demonstraram uma postura de certa descrença em relação às iniciativas promovidas, com a percepção de uma pouca efetividade ou de que os trabalhos não tiveram continuidade a longo prazo.

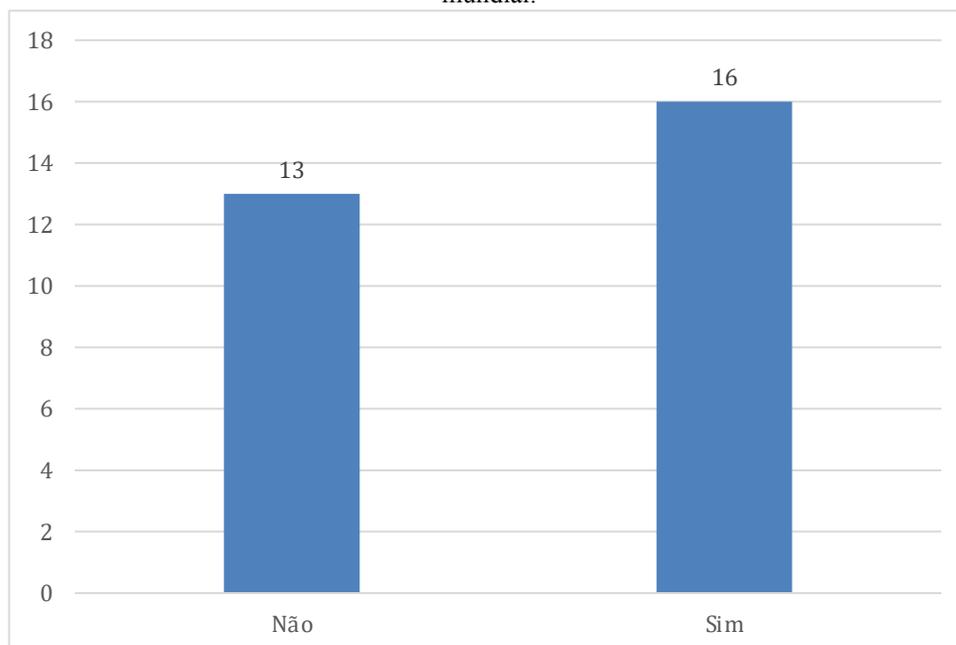
Quadro 11 - Ações desenvolvidas após o incêndio do Hotel Pilão.

Iniciativas após o incêndio do Hotel Pilão	
Hidrantes	“Colocação de hidrantes, porém com pouca efetividade” “Foram colocados hidrantes no centro histórico” “Lembra do problema dos hidrantes”
Fiscalização	“Normatização mais rigorosa para liberar alvará comercial” “Prevenção, vistoria, revista”
Hidrantes e fiscalização	“Pouca coisa, hidrantes e aumento da fiscalização, mas depois parou”
Extintores	“Colocação de extintores, porém não mudou nada”
Manutenção	“Projeto de manutenção. Manutenção geral na parte elétrica do entorno”
Reconstrução	“Reconstrução do casarão”
Corpo de Bombeiros	“Mudaram o local do Corpo de Bombeiros” “Projeto de incêndio do Corpo de Bombeiros”
Outros	“Tudo que você pode imaginar, porém há uma limitação estrutural muito grande” “Na época do Lula houve reforma e exposição de artistas, artistas todos de fora, os daqui ficaram na rua” “Protegeu os empresários. Divulgação pelo Corpo de Bombeiros” “Só alarde no começo. Pilão foi proposital para reduzir custo” “Nos primeiros meses, botaram um tapume e fiscalização. Só pra inglês ver”

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Além disso, investigamos se os participantes se recordavam da veiculação de notícias que levantavam a possibilidade de perda do título de Patrimônio Mundial de Ouro Preto ou de sua inclusão na Lista do Patrimônio em Perigo. Nesse ponto, tivemos uma margem de contagem mais próxima uma da outra, o que também pode significar uma certa confusão que pairava sobre esses momentos. Assim, 16 pessoas responderam que se lembravam sim, enquanto outras 13 disseram que não.

Gráfico 20 – Quantitativo de entrevistados que lembram de notícias sobre abalos na manutenção do título mundial.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Diante disso, procuramos saber em que períodos esses abalos na manutenção do título teriam acontecido. Conforme as respostas dos participantes, podemos ver que foram apontados diferentes momentos e que, em geral, estes estavam associados às situações em que houve danos diretos ao sítio histórico. Assim, temos a ocorrência do incêndio no Hotel Pilão (2003) e a destruição do Chafariz do Pilar (2002). Em 2012, ocorreu um grande deslizamento de encosta que desabou sobre parte do terminal rodoviário de Ouro Preto e invadiu a Rua Padre Rolim, inviabilizando o acesso à cidade e levando à morte de dois taxistas³⁵. Na década de 1990, foram registradas diversas ocorrências, principalmente nos anos de 1996 e 1997, em que houve o registro de 13 mortes, conforme tabela de Oliveira (2022) na seção 3.3.2 (Tabela 6). Sobre as pessoas que responderam que as notícias eram mais recentes, tivemos o deslizamento de terra no Morro da Forca, que também foi comentado no capítulo anterior.

³⁵ Para saber mais, ver: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/01/04/interna_gerais,270530/ouro-preto-e-considerada-bomba-relogio.shtml; <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/01/bombeiros-encontram-um-corpo-em-area-de-deslizamento-em-ouro-preto.html>.

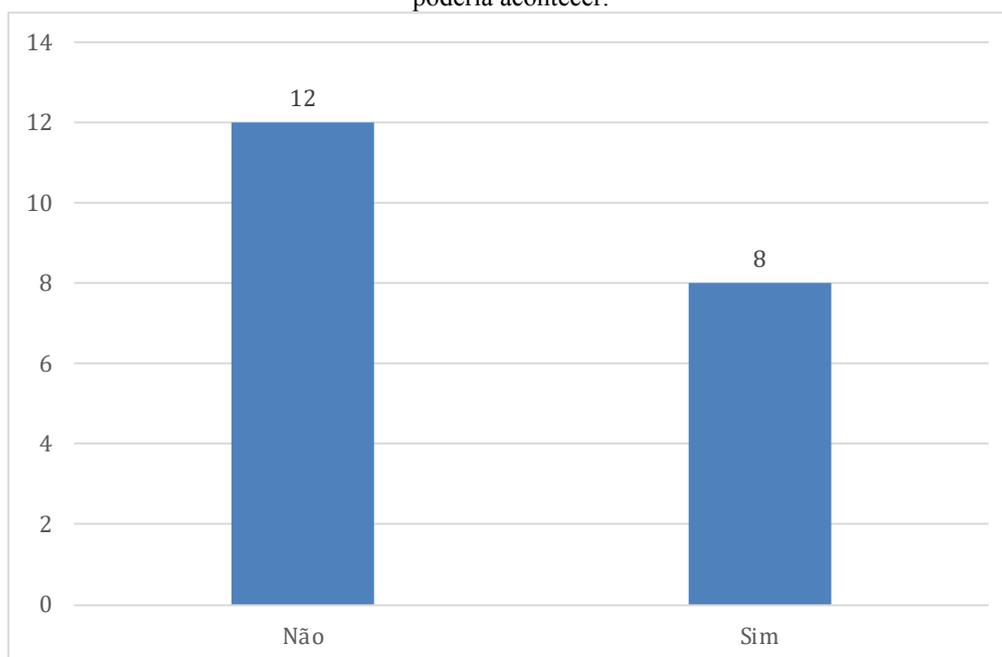
Quadro 12 - Resposta sobre momentos de abalo na manutenção ao título de Patrimônio Mundial.

Momentos de incerteza sobre a manutenção do título de Patrimônio	
Recente (2023)	“Tem pouco tempo” “Esse ano saiu essa matéria” “Recentemente”
Incêndio Hotel Pilão (2003)	“Depois do incêndio do Hotel Pilão”
Destruição do Chafariz do Pilar (2002)	“Antes do incêndio do Pilão. Na época que se derrubou o Chafariz do Pilar”
Desabamento perto da rodoviária (2012)	“Na época em que caiu a rodoviária”
1980 a 2000	“5 anos depois de ganhar o título” “1990/1998”
Outros	“Lembro dos comentários, frequentemente” “Alguns anos atrás” “10 anos ou mais”

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

A partir do questionamento anterior, buscamos entender se a população acreditava que tais repercussões em torno da possibilidade de perda do título de Patrimônio Mundial ou inclusão na Lista do Patrimônio em Perigo poderiam realmente vir a acontecer. 12 pessoas responderam que não acreditavam, e 8 disseram que sim. Vale dizer que 9 pessoas não responderam a essa questão, pois haviam informado anteriormente que não se recordavam de notícias em que esta preocupação foi levantada. Diante dos resultados, podemos entender que, apesar de um número significativo realmente demonstrar uma preocupação com tal abalo na manutenção do título, a maioria das pessoas considerava que isso não virá a acontecer, uma vez que essa repercussão representava mais uma pressão midiática do que um risco real.

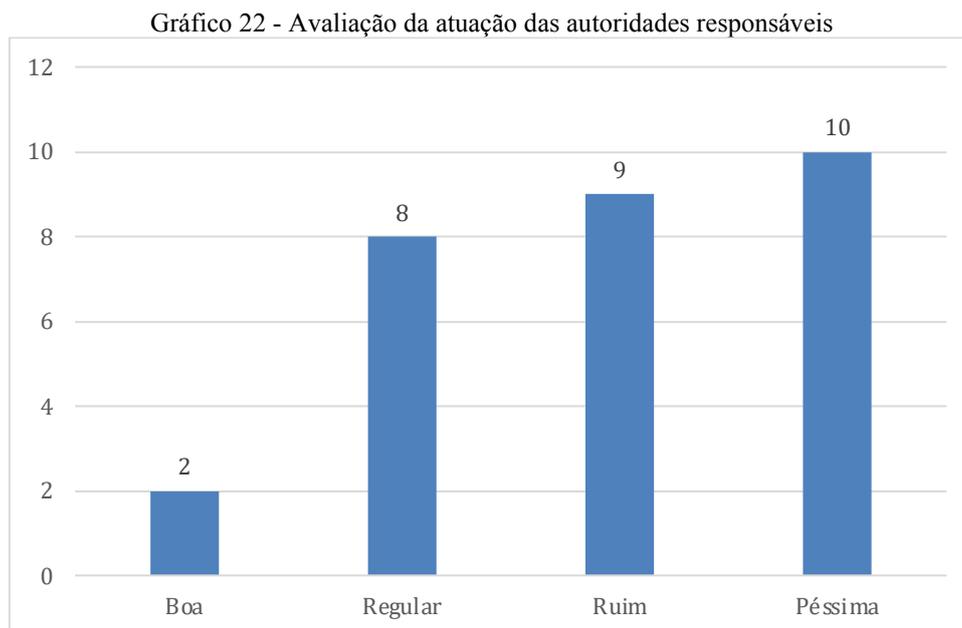
Gráfico 21 - Acreditava que a perda do título mundial ou inclusão na lista do patrimônio em perigo realmente poderia acontecer.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

4.1.4 A visão sobre as ações dos órgãos responsáveis pela proteção

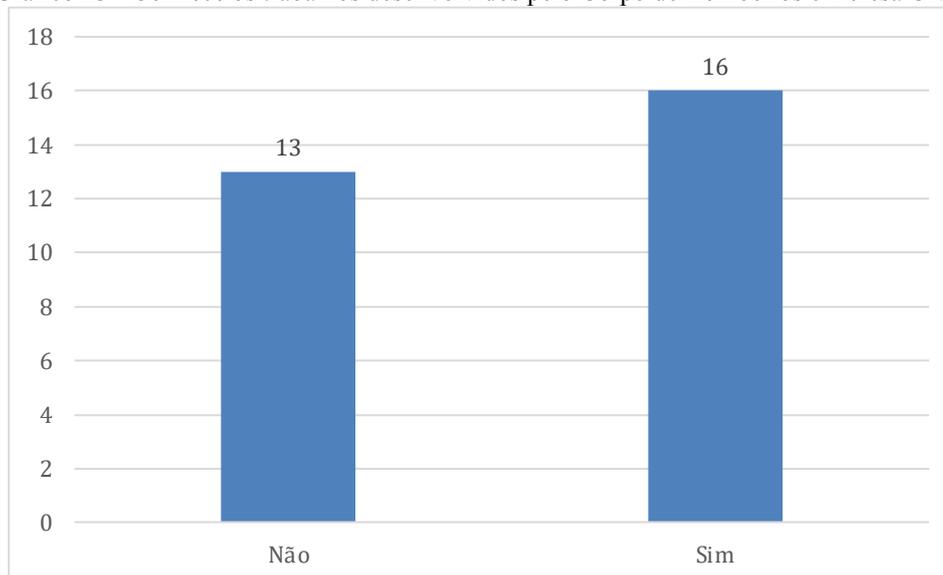
Para começar a compreender a relação da população com os órgãos de proteção, perguntamos como os participantes avaliavam a atuação das autoridades pela preservação do sítio histórico. Diante dos resultados, ficou notável que a população não se encontra satisfeita com os trabalhos executados por esses setores, uma vez que 10 pessoas consideraram a atuação péssima, 9 ruim, 8 regular e apenas 2 pessoas acreditavam que os serviços estavam bons. Além disso, podemos perceber que a análise negativa sobre a atuação dos órgãos responsáveis vai ao encontro da avaliação sobre o estado de preservação do sítio histórico, em que as respostas se concentraram em péssimo e regular, também com as queixas de que administração era um dos pontos que deveria ser melhorado. Nesse sentido, a articulação entre esses resultados já evidencia indícios dos ruídos na relação entre a população e as instituições.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

A fim de identificar se a comunidade estava ciente das ações desenvolvidas pelos órgãos de proteção, a questão seguinte veio a perguntar se os participantes conheciam alguns dos trabalhos executados pela Defesa Civil de Ouro Preto e do Corpo de Bombeiros. 16 pessoas afirmaram que sim, enquanto outras 13 responderam que não. Apesar da maioria ter dito conhecer, podemos considerar um resultado preocupante do ponto de vista de que quase a metade dos participantes declararam um desconhecimento sobre os trabalhos dessas instituições.

Gráfico 23 - Conhece os trabalhos desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Contudo, quando pedimos para que as pessoas citassem quais eram estes trabalhos, as respostas não foram tão claras. Em geral, os comentários apontam a atuação diante de ocorrências, quando alguma situação grave acontece gerando risco à população, por exemplo, em casos de desastres, como deslizamentos de terra e incêndios. Além disso, foram apontadas as ações de prevenção, como fiscalização e conscientização, como atividades importantes desenvolvidas. Estas atividades de orientação marcam uma presença constante da instituição e articulam o diálogo, de forma a promover uma sensação de confiança junto da comunidade. A percepção dessa atuação mais presente e próxima da população apareceu em especial ligada ao Corpo de Bombeiros, enquanto, por outro lado, a ação da Defesa Civil foi vista pelos participantes como ações emergenciais, já quando os desastres acontecem. Ainda sim, é interessante notar que nos comentários há um certo reconhecimento por parte dos participantes da dificuldade do trabalho da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros: “fazem o que dá e não dá”.

Quadro 13 - Respostas sobre as ações desenvolvidas pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

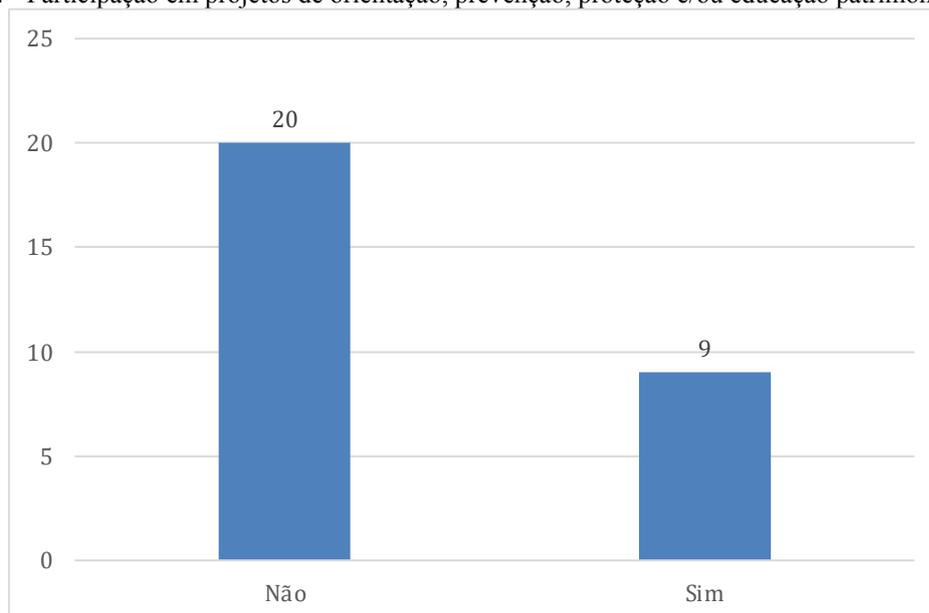
Ações desenvolvidas pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros	
Atuação emergencial	“Só agem no momento de risco” “Quando acontece um deslizamento eles estão sempre presentes” “Aparecem quando acontece alguma coisa” “Vejo a atuação quando chove” “Intervenção perto da estação antes do morro descer” “Corpo de Bombeiros: Atuação em queimadas, resgate, chega antes da ambulância, são bons no que eles fazem” “Fiscalização de bens e pessoas durante os desabamentos e desastres. Fazem o que dá e não dá. Salvamentos”
Prevenção e fiscalização	“Preventivo, fiscalização, estão sempre trabalhando” “Fiscalização e aviso sobre áreas de risco” “Mapeamento de riscos” “Os parques ecológicos são bem cuidados. Parque do Itacolomi, todo ano existe um projeto para apagar o fogo de forma eficaz” “Projeto de hidrantes”
Orientação	“Conscientização e orientação” “Aviso sobre chuvas, redes sociais”
Corpo de Bombeiros <i>versus</i> Defesa Civil	“Corpo de Bombeiros: Alerta sobre os riscos, conscientização. Defesa Civil: Só age quando acontece” “Corpo de Bombeiros: Estão com a gente o tempo todo. Defesa Civil: Só na época de calamidade”

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Na intenção de investigar o envolvimento da amostra populacional com as iniciativas desenvolvidas na cidade, questionamos se tais pessoas já haviam participado de algum projeto

de orientação aos cidadãos para prevenção de riscos, proteção do sítio histórico ou educação patrimonial. A maioria respondeu que nunca havia participado, e apenas 9 disseram que sim. Diante disso, diversos questionamentos podem ser feitos: Este número significa um baixo envolvimento da população? Existiam poucos projetos sendo desenvolvidos? A divulgação não foi capaz de atingir o público? As ações aconteciam em momentos em que a população trabalhadora não tinha condições de estar presente? Os atritos entre a população e as instituições afastavam o interesse em participar das ações?

Gráfico 24 - Participação em projetos de orientação, prevenção, proteção e/ou educação patrimonial.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Desse modo, buscamos entender quais eram os projetos em que as pessoas afirmaram já ter participado. A maioria das pessoas indicou o envolvimento em ações de orientação desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros. Logo, vemos uma atenção direcionada à prevenção aos riscos de incêndio. É interessante notar a relação entre a profissão/ocupação das pessoas e os projetos para compreender a capilaridade dessas iniciativas em determinados meios. Podemos perceber que a capacitação de funcionários que atuam em espaços culturais, no caso as igrejas e o museu, em relação a prevenção de incêndio é uma preocupação das instituições. Destaca-se também o projeto Cantaria da UFOP, uma importante iniciativa que busca resgatar as técnicas tradicionais do ofício de canteiro, largamente empregado nas edificações históricas com fins ornamentais e estruturais, e promover a conscientização sobre a importância do patrimônio para a construção urbana local (Pereira *et al.*, 2013).

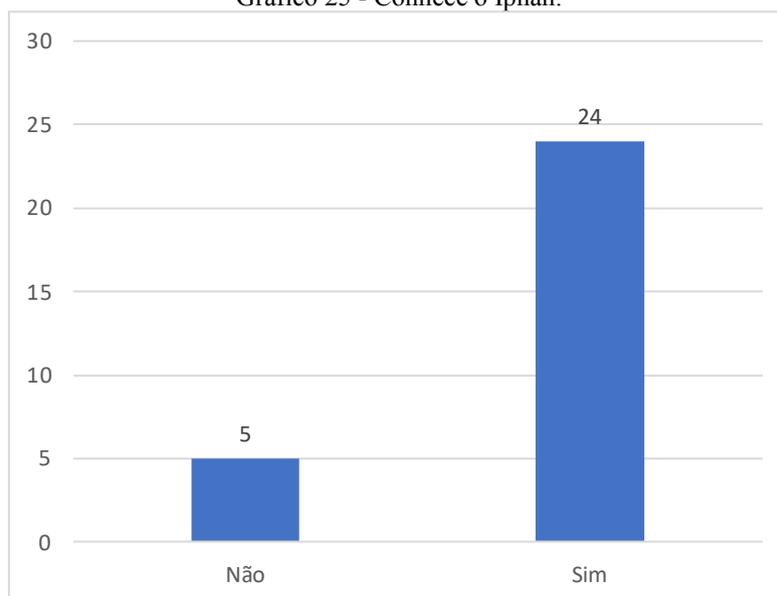
Quadro 14 - Relação entre os projetos de que participaram e a sua profissão/ocupação.

Área temática	Projeto que participou	Profissão/Ocupação
Segurança e prevenção contra incêndios	“Fiz trabalhos como brigadista. Orientação sobre possíveis acidentes domésticos” “Brigada de incêndio” “Diversos, 4 ou 5 com a brigada de incêndio” “Curso com bombeiros” “Na escola há mobilização sobre a prevenção de riscos” “Prevenção contra incêndio”	Vigia de museu Recepcionista de Igreja Guardião/zelador de Igreja Comerciante Professora Agente administrativo
Patrimônio Cultural	“Projeto Cantaria da UFOP”	Mestre de obras/Restaurador
Outros	“Controle de limpeza urbana” “Fui escoteiro. Faço parte da sociedade musical”	Aposentado em Gestão do Meio Ambiente Taxista

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Especificamente sobre o setor de preservação, perguntamos se as pessoas conheciam o Iphan. A maioria dos participantes respondeu que sim, totalizando 24 respostas, e somente 5 pessoas disseram não conhecer. Podemos dizer então que a existência do Instituto do Patrimônio através de seu escritório técnico é marcante na cidade, o que nos resta compreender é a complexidade desta presença para os moradores.

Gráfico 25 - Conhece o Iphan.



Fonte: Gráfico gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Quando investigamos quais eram as ações desenvolvidas pelo Iphan e conhecidas pela população, foram percebidos diversos ruídos entre o Instituto e a comunidade. Segundo os participantes, a atuação do Iphan é diretamente associada às atividades de fiscalização,

embargando ou aprovando projetos de obras e intervenções em imóveis. Nesse processo, os comentários apontaram um incômodo quanto a postura do Iphan na percepção de um possível tratamento diferenciado entre proprietários com maior poder aquisitivo e a população de baixa renda. Tal sensação pode ser fruto da lacuna de comunicação, de modo que esse distanciamento entre o Iphan e os moradores da cidade dificulta cada vez mais o diálogo, que se mostra já muito desgastado. Inclusive, uma pessoa disse que “falta a parte de orientação”, o que confirma a sensação de certa ausência de conversa entre a população e o escritório técnico do Iphan. Assim, o órgão é visto apenas por uma atuação restrita à execução e acompanhamento de obras e fiscalização, sem o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial que pudesse vir a esclarecer suas atividades e suavizar os atritos.

Quadro 15 - Respostas sobre as ações desenvolvidas pelo Iphan.

Atividades desenvolvidas pelo Iphan	
Obras	“Reformas de fachadas e demais construções” “Reformas patrimoniais”
Preservação	“Preservação das igrejas” “Preservação da cidade”
Críticas	“Fiscalização, ajuda em nada” “Os que têm dinheiro continuam fazendo, quem não tem se ferra. Dois pesos e duas medidas” “Embargo, orientação de como preservar o patrimônio. O rico pode e o pobre não pode” “Proibir os outros de melhorar os imóveis, cinismo” “Não deixar pobre terminar casa” “Embargar obras dos pobres e mais nada. Ricos fazem o que querem” “Limitar as pessoas com tratamento desigual” “Tá bem devagar, poucos projetos”
Fiscalização	“Fiscalização” “Fiscaliza e aprova projetos” “Vistoria em qualquer lugar que o cheiro não tá bom” (que parece ter algo estranho/suspeito)
Outros	“Projetos do Instituto Pedra” “Arquivo histórico” “Arquivo, falta a parte de orientação”

Fonte: Quadro gerado a partir dos dados levantados pela pesquisa de campo realizada pela autora.

Na pesquisa desenvolvida por Villaschi (2014), é notado como a legislação do patrimônio cultural apresenta um caráter dúbio para a população, sendo alvo de constantes questionamentos. Ele identifica que tal contestação acontece na medida em que os critérios colocados pela instituição são fluidos e relativizados em cada caso, pois se referem às particularidades do território e de seus impactos sobre a paisagem. Conforme observa o autor: “São recorrentes as denúncias e contestações populares sobre os diferentes pesos e medidas

adotados pelo Iphan, geralmente associados a diferenças de ordem socioeconômica e políticas dos proprietários de imóveis no núcleo histórico” (Villaschi, 2014, p. 127). A partir de seus estudos, o pesquisador nota como o Iphan é visto a partir de uma atuação distanciada da comunidade e como a falta de esclarecimentos em relação aos critérios técnicos de intervenção em imóveis históricos aprofunda a percepção de arbitrariedade sentida pela população.

Como *persona non grata*, distanciada e “insensível” às necessidades cotidianas advindas do crescimento da cidade e das modernas possibilidades técnicas, o Iphan é confundido com o patrimônio em si e é motivo de estratégias individuais para burlar seu controle e limitações impostas à dinâmica espacial. Vale destacar que os critérios de preservação adotados não são de fácil assimilação e compreensão pela população moradora, seja por sua ambiguidade e diversidade, seja por falta de orientação técnica às renovadas aspirações e necessidades sociais. O tratamento institucional caso a caso é interpretado, criticado e combatido como ações impositivas, arbitradas por critérios diferenciados, geralmente associando-se o grau de rigor do controle institucional ao nível socioeconômico do morador e à sua possível influência política nas tomadas decisão. (Villaschi, 2014, p. 169)

Os conflitos entre os moradores de Ouro Preto e o Iphan são debatidos nos estudos de Maria Cristina Simão (2016). A partir dos relatos coletados em sua pesquisa de campo, a autora identifica três pontos centrais dessa problemática: (1) a falta de critérios claros e divulgados, (2) a fiscalização desprovida de ações de informação e (3) a existência de ações diferentes para casos iguais (Simão, 2016, p. 141). A pesquisadora conclui então que há um entendimento de que as normas se apresentam excludentes e uniformizadoras, o que leva ao acirramento das vulnerabilidades e do processo de segregação social. Além disso, ela nota uma postura reativa da população em relação ao Iphan, através de desobediências às determinações impostas pelo órgão e da execução de obras não legalizadas. Nesse sentido, a autora identifica que o conflito aparece por meio de atividades clandestinas e silenciosas dos moradores quando realizam obras sem a prévia autorização das instituições responsáveis. Assim, ela interpreta que não são oferecidas alternativas de mediação com a população mais vulnerável e que, diante da ineficácia social das normas de preservação, o Iphan se limita somente ao convencimento individual e pontual dos cidadãos (Simão, 2016).

Nesta discussão, Simão (2016) percebe o conflito entre interesses individuais e coletivos, que atravessam a vontade de alteração de própria moradia pelo proprietário e o ímpeto da preservação do patrimônio cultural por parte do Iphan. Nesse sentido, ela observa que, quando a salvaguarda do sítio histórico se refere ao espaço público, a importância da preservação é amplamente aceita, de modo que os choques acontecem quando a proteção do patrimônio atinge o espaço vivido, o local de moradia. Porém, a autora acredita que essa

contradição não deve ser vista como um antagonismo inconciliável, posto que tanto a moradia com qualidade quanto a preservação representam direitos sociais fundamentais (Simão, 2016).

Na verdade, essa dicotomia não pode ser confirmada, na medida em que moradia e preservação do patrimônio são direitos sociais fundamentais, partícipes do feixe de direitos que compõem o direito à cidade. Assim, ambos efetivam a função social da cidade. Tratá-los de forma excludente significa priorizar um direito em relação ao outro, como se um somente fosse possível em detrimento do outro. (Simão, 2016, p. 143)

Conforme Simão (2016), diante de normas autoritárias e que refletem as hierarquias sociais, a população mais pobre não compreende a preservação do patrimônio cultural como um direito a ser usufruído e capaz de promover a qualidade de vida, mas sim como um dever permeado por sanções e obrigações. Com isso, a autora afirma que os moradores não consideram a preservação do patrimônio como parte integrante do feixe de direitos que compõem o direito à cidade (Simão, 2016).

As fortes críticas presentes nos comentários quanto a postura do Iphan em relação às diferentes classes sociais, que formam a sociedade de Ouro Preto, pode ser articulada com a pichação feita no Museu da Inconfidência, na qual foi escrita a frase: “patrimônio da humanidade elitista”. Conforme noticiado pelo G1, o caso aconteceu em fevereiro de 2017 (Policia, 2017).

Figura 54 - Pichação no Museu da Inconfidência.



Fonte: Claudia Klock (G1 Minas, 2017).

Conforme Coelho (2022b), as pichações em muros e edificações históricas de Ouro Preto representam uma resposta à gestão unilateral das instituições. A autora considera que, mesmo após 40 anos do recebimento do título de Patrimônio Mundial, a administração pública ainda não foi capaz de consolidar meios eficazes de envolver a comunidade no processo de gestão do sítio histórico. Assim, ela argumenta sobre a necessidade de aumento da participação popular nas tomadas de decisão para que se possa avançar nas práticas de gestão e de desenvolvimento sustentável do patrimônio: “O patrimônio cultural, neste caso, é da humanidade, portanto, de todos. Ele deve incluir ao invés de excluir os cidadãos, e essa percepção tem que começar a nível local, de baixo para cima” (Coelho, 2022b, p. 40).

4.2 O DIÁLOGO COM AS INSTITUIÇÕES: A INTERLOCUÇÃO POR MEIO DE ENTREVISTAS

Nesta segunda seção iremos analisar as entrevistas realizadas em Ouro Preto com os órgãos de proteção selecionados: Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Escritório Técnico do Iphan. Como representantes de cada um desses setores, foram entrevistados os seguintes profissionais:

Quadro 16 - Representantes do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Escritório Técnico do Iphan.

Instituição	Nome	Cargo
Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG)	Leandro de Carvalho Rodrigues	2º Tenente do 1º BBM / 2º CIA OP
Defesa Civil de Ouro Preto	Charles Romazamu Murta	Engenheiro Geólogo
Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto	Maria Raquel Alves Ferreira	Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto (2021-2023)

Fonte: Quadro gerado pela autora.

Para a construção das entrevistas, foi feito um roteiro de perguntas, buscando ter uma estrutura base de questões semelhantes a serem levantadas e outras mais específicas de acordo com o trabalho desenvolvido por cada instituição.

Quadro 17 - Perguntas de base comum aos órgãos de proteção.

Tópicos	Perguntas
Articulação entre os setores	Como tem sido a relação entre a administração municipal, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e o Iphan?
Riscos e desafios	O que você considera que seriam os principais desafios à proteção do conjunto de Ouro Preto? Quais áreas você considera como mais vulneráveis?
Condições de preservação	Como você avalia o atual estado de preservação?
Comunidade	Como tem sido o envolvimento com a comunidade?
Infraestrutura	Como está o quadro de funcionários (é suficiente)? Como tem sido a atuação e infraestrutura para fiscalização?
Avanços	Pensando desde o início dos anos 2000, com a criação do Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas e com o incêndio do Hotel Pilão, quais foram os principais avanços na proteção do conjunto?

Fonte: Quadro gerado pela autora.

Quadro 18 - Perguntas específicas para cada órgão de proteção.

Instituição	Perguntas
Corpo de Bombeiros	Como está a proteção em relação a incêndio? Como está se desenvolvendo a atuação no combate a incêndios florestais? Como é a atuação da brigada de bombeiros civil voluntária?
Defesa Civil	Como tem sido a articulação para elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco? Como tem sido a participação no Comitê de Gestão de Risco? Como está a situação das barragens ao redor?
Escritório Técnico Iphan	O Programa Sentidos Urbanos ainda está sendo executado? Como lidar com as complexidades do planejamento urbano e da preservação da paisagem histórica, considerando a questão das ocupações desordenadas e/ou irregulares?

Fonte: Quadro gerado pela autora.

Nesta etapa, as entrevistas foram registradas por meio do gravador de voz do celular da pesquisadora e depois transcritas. Devido ao tempo de duração, aproximadamente 1 hora cada, não colocaremos as entrevistas na íntegra, mas serão apresentados e comentados os trechos considerados mais significativos para a pesquisa.

4.2.1 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (1º BBM/2ª CIA OP)

Entrevistado: Leandro de Carvalho Rodrigues

Função: 2º Tenente do 1º Batalhão de Bombeiros Militar, 2ª Companhia de Ouro Preto (1º BBM / 2ª CIA OP)

Tempo de duração da gravação: 43:40 min

A entrevista foi iniciada abordando questões sobre como tem sido a relação do Corpo de Bombeiros com a administração municipal e seus diversos setores. Sobre a colaboração com a administração municipal, o tenente Leandro Rodrigues informou que no quesito de segurança contra incêndio e pânico foi iniciado um trabalho no ano de 2022 para aproximação com a Prefeitura e com a gestão dos museus da cidade. Este projeto consistia em visitas realizadas pelos Bombeiros aos museus da região para conhecer as obras mais importantes e o funcionamento da edificação, a fim de que o Corpo de Bombeiros pudesse atuar de maneira mais eficaz em caso de algum incêndio.

Segundo o tenente, o Museu da Inconfidência foi o primeiro a fazer parte desta iniciativa e todos os bombeiros participaram da visita técnica com o gestor da instituição museológica. Diante disso, ele explica que, a partir desse momento, em caso de alguma emergência, o Corpo de Bombeiros já sabe quem deve contactar em cada situação (por exemplo, para abrir as portas do museu; quem pode ser acionado em um final de semana; quem tem a informação se existem pessoas dentro do local ou não); os melhores acessos; quais obras resgatar primeiro.

Conforme informado pelo Tenente Leandro Rodrigues, esse trabalho de aproximação com a prefeitura começou a ser feito inicialmente com os museus da Praça Tiradentes. Assim, segundo ele, a iniciativa partiu do Corpo de Bombeiros, pois parte da tropa não é residente em Ouro Preto. Uma parte dos bombeiros moram em outras cidades próximas e vão à Ouro Preto apenas para exercerem seu trabalho. Então, não possuíam o hábito de conhecer/visitar a cidade. Com isso, ele afirma que o projeto não só se direcionou ao conhecimento das edificações e obras históricas, mas também visou melhorar o clima organizacional para que os bombeiros da companhia pudessem se ambientar com o município.

Como explicado pelo tenente, o projeto se desenvolve da seguinte forma: o Corpo de Bombeiros faz o contato com a instituição, nesse caso com os museus, e os bombeiros vão realizar a visita, a partir da qual a equipe elabora um plano de ação em caso de incêndio.

Concluído o plano, inicia-se o processo em outra edificação. E, no ano seguinte, o Corpo de Bombeiros retorna e acompanha novamente esses locais.

Vale lembrar aqui que após o incêndio do Museu Nacional (2018), no Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal recomendou à direção do Museu da Inconfidência a elaboração e implementação de um Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, conforme divulgado pelo Jornal Estado de Minas (Werneck, 2018). A reportagem também informa que o plano de prevenção e de gerenciamento de risco devem ser submetidos à análise do Corpo de Bombeiros e do Iphan antes de serem implantados. Na época, a então diretora do Museu, Deise Lustosa, comentou a situação:

“O plano está tramitando há dois anos no Corpo de Bombeiros e no Iphan para ser aprovado. No momento, nosso trabalho é para adequar a rede externa de hidrantes”, afirmou a diretora. Ela disse que, desde o incêndio no Museu Nacional, os bombeiros já estiveram no Inconfidência quatro vezes. (Werneck, 2018)

Na segunda pergunta, nosso objetivo foi compreender a articulação do Corpo de Bombeiros com o Iphan, representado através do Escritório Técnico de Ouro Preto. O tenente informou que o Corpo de Bombeiros trabalha em conjunto com o Iphan em algumas situações mais particulares. No período em que a entrevista foi realizada, março de 2023, ele disse que havia uma articulação entre Iphan, Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal e Polícia Militar para a construção da Rede Integrada de Proteção ao Turismo³⁶ na cidade de Ouro Preto.

De acordo com o divulgado pela Prefeitura de Ouro Preto, o projeto foi implementado em junho de 2022. O programa tem como proposta promover a segurança do local tanto para os turistas como para a população local. Entre as ações desenvolvidas dentro desta iniciativa, estão a criação do “Projeto Guardiões da História” e a “Base Turística Móvel”, veículo estacionado na Praça Tiradentes, em que há policiais disponíveis para receber alguma denúncia ou boletim de ocorrência. Outra medida citada como importante foi a desativação do estacionamento próximo ao monumento Tiradentes, reduzindo a aglomeração indevida no local. Além disso, a reportagem afirma que estão sendo organizados elementos de identificação (crachás, camisas, coletes) para os guias de turismo da cidade (Tavares, 2023).

Ele prevê estratégias de intervenção preventiva nas comunidades das cidades turísticas, visando diminuir os índices de criminalidade, dando maior sensação de segurança para os turistas e cidadãos. A implantação da Rede teve início no bairro Antônio Dias e foi ampliada para o centro da cidade. Os moradores, comerciantes e representantes da Polícia Militar fazem parte de um grupo no WhatsApp, através do

³⁶ Para saber mais ver: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/sala-de-imprensa/implantada-a-rede-integrada-de-protecao-ao-turismo-na-cidade-de-ouro-preto>

qual a comunidade pode acionar mais rapidamente a PM sobre situações ou pessoas suspeitas. (Tavares, 2023)

Figura 55 - Rede Integrada de Proteção ao Turismo.

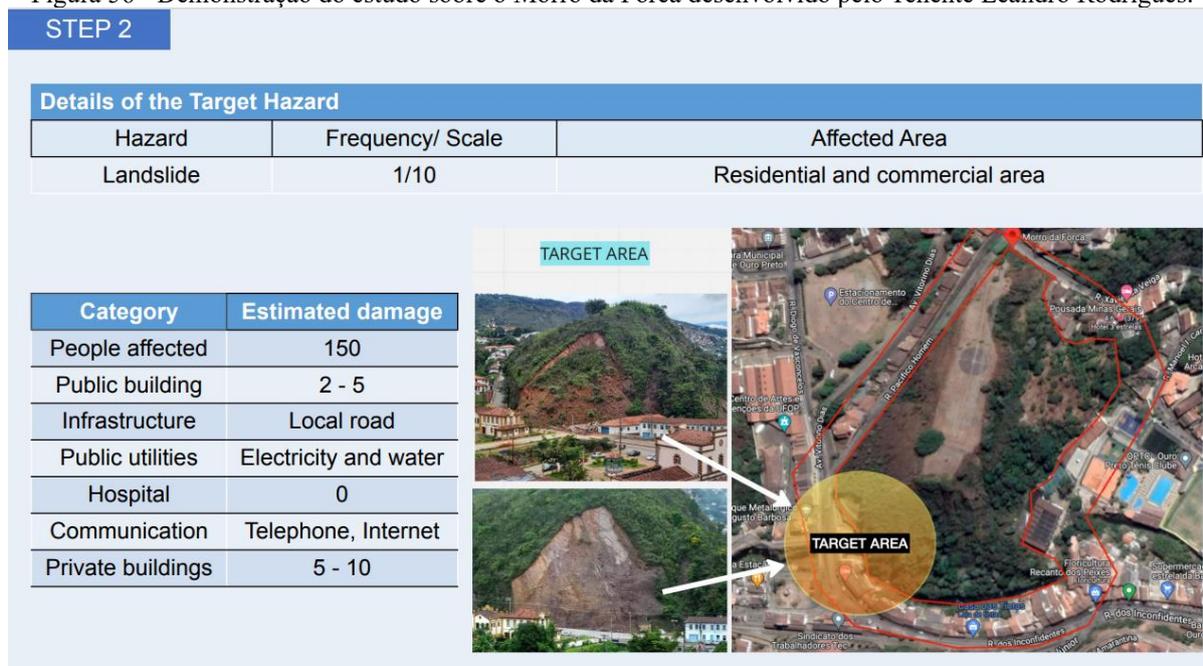


Fonte: Documento de orientação para o programa Rede Integrada de Proteção ao Turismo.

Ainda em busca de entender a relação entre instituições, perguntamos sobre a aproximação do Corpo de Bombeiros com a Defesa Civil de Ouro Preto. O Tenente Leandro Rodrigues explicou que a Defesa Civil é um sistema que inclui vários órgãos, dentre eles o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil Estadual e Municipal. Assim, ele afirmou que a atuação deve ser muito afinada e integrada, uma vez que trabalham na mesma área, ainda que cada um em suas competências específicas. Ele afirma: “a nossa aproximação é muito estreita com eles para poder conseguir trabalhar juntos” (Tenente Leandro Rodrigues).

O tenente comentou a experiência que teve ao realizar um curso no Japão, por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). O foco de seu estudo foi justamente o Morro da Forca, e, para o desenvolvimento de sua pesquisa, ele contou com o apoio da Defesa Civil de Ouro Preto, repassando as informações necessárias para que se pudesse construir a análise sobre o Morro da Forca. Assim, reafirma: “A gente atua como um parceiro: eles pedem a nossa ajuda para implementar políticas, para ajudar a avaliar políticas públicas, e a gente vai apoiando eles no que for preciso” (Tenente Leandro Rodrigues).

Figura 56 - Demonstração do estudo sobre o Morro da Força desenvolvido pelo Tenente Leandro Rodrigues.



Fonte: Tenente Leandro Rodrigues.

Em seguida, as perguntas se direcionaram para compreender os planos de ação desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros e as formas de aproximação com a população. Sobre os planos de ação do órgão, o Tenente Leandro Rodrigues respondeu que o Corpo de Bombeiros atua em dois períodos diferentes: chuvoso e de estiagem. Logo, o plano é refeito a cada seis meses, posto que eles são para estações distintas. Assim, os trabalhos já começam antes do período propriamente dito. Entre as ações feitas, ele cita: realização de vistorias; divulgação de notas informativas nas rádios; treinamento de brigadistas florestais e voluntários que ficam próximos às áreas de parques naturais. Desse modo, além de atender as ocorrências do dia a dia, a instituição elabora o planejamento para gestão de riscos.

O tenente deu um exemplo sobre as ações no período de estiagem. Segundo ele, foi percebido que em casos de incêndio florestal quanto mais rápido é a atuação menor é a possibilidade de que o fogo se propague e se torne um grande incêndio. Existem algumas cidades próximas que tem uma população considerável e que o Corpo de Bombeiros de Ouro Preto é responsável, porém nesses municípios não há instalação física permanente dos Bombeiros. Um desses locais é a cidade de Catas Altas que, no ano de 2022, recebeu uma capacitação com uma equipe de brigadistas florestais em conjunto com o Santuário do Caraça³⁷.

³⁷ Para saber mais ver: https://gazetadasemana.com.br/noticia/89182/santuario-do-caraca-promove-capacitacao-em-parceria-com-o-corpo-de-bombeiros-em-prol-do-combate-as-perdas-ambientais-causadas-pelos--incendios#google_vignette

Ele conta que foi uma semana de treinamento com os voluntários e depois de um ou dois dias os bombeiros retornaram para Ouro Preto. Os voluntários aguardaram para verificar se teria algum incêndio, o que realmente aconteceu e o grupo conseguiu atuar e combater sem precisar que houvesse o deslocamento do pelotão dos bombeiros para o local, porque os brigadistas voluntários foram capazes de fazer essa atuação. Desse modo, ele afirma a importância do trabalho de capacitação das brigadas florestais que são voluntárias, principalmente nessas áreas que possuem menos recursos. Sendo o tempo de chegada dos bombeiros até Catas Altas um pouco longo (aproximadamente 1h30min), essa capacitação de grupos locais viabiliza a possibilidade de uma primeira resposta de combate ao incêndio mais rápida.

Outro exemplo dado pelo tenente foi o caso de Lavras Novas, distrito de Ouro Preto em que não há base física da corporação, e onde ocorreu um incêndio florestal em 2022³⁸ de grandes proporções, demandando deslocamento de efetivo da base de Ouro Preto. Ele comentou ainda que os incêndios florestais frequentemente acontecem ao mesmo tempo, e o efetivo do corpo de bombeiros precisa ser distribuído, o que fragiliza a proteção da sede urbana de Ouro Preto. Diante dessa situação, o corpo de bombeiros analisou que uma boa estratégia para o ano de 2023 seria treinar voluntários em Lavras Novas também para eles poderem atuar. Esse tipo de ação faz com que não se crie um vazio de atuação na própria cidade de Ouro Preto quando há alguma ocorrência em outro local. Assim, é feita a gestão do Corpo de Bombeiros em relação a capacitação de brigadas voluntárias, de modo que em cada período é selecionada uma área que foi mais crítica e se faz capacitação das pessoas desse local. O Tenente comenta que em Catas Altas, por exemplo, foi criado um grupo no WhatsApp após a conclusão do curso de capacitação, no qual os bombeiros mantêm contato:

A gente criou um grupo no WhatsApp após o curso com os formandos e a gente esse ano vai fazer o contato com eles: “E aí pessoal, vocês estão morando aí na cidade ainda? Vamos fazer uma requalificação aqui com a gente? Como é que vocês estão de materiais? Como é que não está?”. E eles também são parceiros desse Santuário do Caraça, que é bem grande lá na região. Então o próprio pessoal do Santuário também é interessado em treinar e capacitar essas pessoas para esse trabalho. (Tenente Leandro Rodrigues)

Por outro lado, o Tenente comentou sobre incêndios que acontecem em áreas de conflito. Ele explicou que algumas famílias ocupam uma parte dos parques que existem na cidade para construir suas residências. Em função de questões judiciais, essas famílias são retiradas do local e em alguns desses casos ele comenta que por vezes acontecem incêndios que são entendidos como retaliação à ação judicial feita. Com isso, o Corpo de Bombeiros

³⁸ Para saber mais ver: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/2869>.

também faz ações de conscientização, conversando com os moradores nas áreas em que se identifica algum tipo de conflito. Essa sensibilização com a comunidade ainda ajuda a formar lideranças locais, que podem vir a auxiliar no impedimento de atos prejudiciais como o que foi citado.

Aí em função de questões judiciais, em que as famílias vão ser tiradas de lá, essas famílias mesmo, as pessoas da vizinhança podem colocar fogo lá em retaliação à ação judicial que está sendo feita. Aí uma ação que a gente faz também é essa de conscientização, a gente vai lá conversa com os moradores em áreas que a gente identifica que tem algum tipo de conflito, faz essa sensibilização com eles (que forma lideranças também nesses locais). Então a gente não vai treinar uma brigada, uma equipe completa de brigadistas, mas pode bastar uma pessoa daquela comunidade e essa pessoa vai ser uma liderança ali para poder desencorajar outras pessoas de ter que tomar uma ação como essa. (Tenente Leandro Rodrigues)

O Tenente afirmou então que há uma aproximação muito forte do Corpo de Bombeiros com a população. Ele informou que existem 5 oficiais atuando cada um em uma frente específica, no caso o Tenente Leandro Rodrigues atua na área de incêndios florestais e projetos sociais. Ele diz que as ações desenvolvidas e a atenção com o público para formação de lideranças nas comunidades complementam o trabalho dos bombeiros. Assim, existem atividades com a população tanto no período chuvoso como de estiagem e no Natal são feitas ações sociais.

Outro projeto importante e que foi trazido pelo Tenente para o município é o projeto “Bombeiro nas Escolas”³⁹. O projeto é um treinamento de gestão de risco feito nas escolas para crianças do ensino fundamental, entre 9 e 10 anos. Ele explica que a partir de uma instrução já padronizada, são realizadas atividades teóricas e práticas com os alunos. Conforme foi dito, na parte teórica, os bombeiros comentam sobre acidentes domésticos, acidentes de trânsito, enchentes, inundações e alagamentos. Na parte prática é feita uma simulação de evacuação da escola, como conta o Tenente:

A gente coloca a fumaça lá e a criançada sai.... eles entendem como se comportar em uma situação de incêndio, a gente também faz atividade vendada, a gente coloca uma venda nas crianças, e elas têm que achar uma saída da sala, assim, de forma bem lúdica, e eles gostam muito. (Tenente Leandro Rodrigues)

³⁹ Para saber mais ver: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/bombeiros-intensificam-acoes-para-tornar-escolas-mineiras-mais-resilientes>

Figura 57 - Projeto de conscientização do Corpo de Bombeiros com as escolas de Ouro Preto.



Fonte: Instagram Corpo de Bombeiros Ouro Preto (@bombeirosouropreto).

De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), durante as ações do projeto Bombeiros nas Escolas os alunos são capacitados para adotar um comportamento seguro em caso de incêndio. Desse modo, a comunidade escolar é orientada sobre como sair da edificação sem inalar fumaça em uma emergência e instruções para acionar o Corpo de Bombeiros através do número 193. Além disso, são fornecidas orientações sobre primeiros socorros e prevenção a acidentes domésticos. Nesse sentido, o projeto traz importantes contribuições para o fortalecimento da autoproteção e gestão de risco nas escolas (CBMMG, 2023).

A presença dos bombeiros nas instituições de ensino muda a perspectiva da sala de aula e amplia os horizontes dos alunos para compreender seu papel enquanto agente de transformação social. O conteúdo assimilado na sala de aula é compartilhado com familiares, disseminando a cultura de resiliência e prevenção no município. (CBMMG, 2023)

Voltando no assunto dos incêndios florestais, perguntamos ao Tenente sobre a Base Ouro⁴⁰, uma base de apoio para lidar especificamente com a questão da prevenção e combate a incêndios florestais em Ouro Preto que havia sido inaugurada em 2022 - conforme divulgado pela prefeitura municipal (Coelho, 2022a). Primeiramente, o Tenente explicou que em geral os incêndios florestais são cíclicos:

Em 2022 queimou pouco, por quê? Porque em 2021 queimou muito. Então como queimou muita vegetação, aí a vegetação tem que rebrotar toda, leva esse tempo pra ela crescer, aí em 2022 vai ter pouca vegetação, vai ter pouco material combustível ali a ser consumido. Aí ele acaba queimando um pouco menos, então como queimou um pouco menos o ano passado, nesse ano (2023) a gente vai ter uma camada vegetal mais abundante. A gente vai ter um incêndio maior. (Tenente Leandro Rodrigues)

Esta alteração entre os períodos de maior ou menor número de incêndio florestais pode ser verificada na imagem abaixo:

Figura 58 - Quadro comparativo de ocorrências de combate a incêndio florestal (2018-2022).



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Diante desse cenário, o Tenente exemplificou que em 2022, contando com o apoio dessa Base, foi feito um mapeamento das áreas que sempre costumam apresentar queimadas em Ouro Preto. Ela esclarece que foram feitas, juntamente com a Prefeitura, visitas de orientação nas casas perto desses locais. Assim, o grupo se dirigia até os lotes vagos da cidade a fim de identificar se havia tido uma queimada no local e então orientavam os moradores a fazer uma limpeza do terreno. O Tenente considerou que esse trabalho com a comunidade teve

⁴⁰ Para saber mais ver: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/2819>.

um resultado muito bom e que houve uma queda considerável nos incêndios em lotes vagos comparado com anos anteriores e em relação às reincidências. Sobre a base de apoio, ele acredita que ela viria a ser mais utilizada ao longo de 2023 por conta do maior número de incêndios florestais previstos.

Conforme o Relatório Final do 1º Batalhão de Bombeiros Militar (1º BBM/ CBMMG) referente ao período de estiagem, encaminhado em novembro de 2022, a estratégia de atuação nos lotes vagos repercutiu em bons resultados:

Há de se destacar que neste ano foi implementada uma estratégia qualitativa de vitórias em lotes vagos. Tal estratégia reduziu o número de vitórias realizadas em 40%, proporcionou o encaminhamento dos locais com maior risco para as prefeituras e culminou, em certa medida, na redução de 19% nos incêndios em lotes vagos, comparado a 2021. (1º BBM/CBMMG, 2022)

Outro exemplo de treinamento citado pelo Tenente foi a capacitação da Brigada Orgânica da UFOP (2023⁴¹) e da Santa Casa (2022). No caso da UFOP, foram capacitados mais de 400 brigadistas. Assim, ele diz que há um grande apoio do Corpo de Bombeiros para a formação de brigadistas das instituições públicas da região e que a Brigada Orgânica é um requisito de acordo com o nível de risco da edificação. Ele disse que já existem muitas brigadas treinadas, pois todo ano são feitos os treinamentos de brigada florestal e orgânica, e que além das já citadas houve treinamentos em Mariana e Itabirito.

Em relação ao que é uma Brigada Orgânica, o Tenente esclareceu:

A Brigada Orgânica ela atua exclusivamente na sua edificação. Então, eu vou treinar a Brigada Orgânica da UFOP, então se eu trabalho no prédio de História lá da UFOP e eu sou brigadista, se tiver um princípio de incêndio naquele prédio, eu sou a pessoa apta a dar o primeiro combate. Aí como que funciona? Eu vou receber o treinamento para saber onde estão os extintores daquele prédio; onde que estão os maiores riscos daquele prédio, às vezes, uma central de gás; se for um prédio, por exemplo, de química, vai ter produtos perigosos, eu vou saber quais são e onde eles estão... então eu vou ter um mapeamento de risco e eu vou ser a primeira pessoa para dar um combate. Então, essa Brigada Orgânica ela é orgânica da edificação, ela é só para aquela edificação. Então, se um servidor mudou, ele trabalhava em um prédio, e vai trabalhar em um outro prédio agora ele tem que passar por um novo treinamento para poder se atualizar em relação a essa edificação. Então esse brigadista orgânico, ele não está apto para combate de incêndio florestal, atendimento na rua, coisas desse tipo não. Ele só atende dentro da edificação dele em princípio de incêndio. (Tenente Leandro Rodrigues)

⁴¹ Para saber mais ver: <https://ufop.br/noticias/capacitacao/servidores-participam-de-curso-de-formacao-de-brigadista-organico>.

Figura 59 - Curso de formação de brigada orgânica na UFOP.



Fonte: UFOP.

Dando prosseguimento à entrevista, foram discutidos os principais riscos e desafios à proteção e preservação do conjunto de Ouro Preto. O Tenente Leandro Rodrigues avaliou que o principal desafio no combate a um incêndio em edificação histórica é ter o cuidado de que o que não tenha sido estragado pelo fogo não seja danificado também pela água. Assim, ele explica que o combate é muito delicado e por isso se investe tanto nas ações preventivas: para que não se tenha uma edificação histórica incendiada e caso ocorra um princípio de incêndio, o próprio sistema da edificação seja capaz de sinalizar, de modo que se possa atuar no princípio do incêndio e não quando ele já estiver totalmente desenvolvido.

Então o que a gente faz aqui principalmente é atuar nessa direção do risco. Então a gente tem uma norma específica para edificações tombadas e históricas, e aqui a gente faz um acompanhamento muito próximo dessas áreas - até por a gente estar aqui ao lado do centro histórico... E o principal desafio que eu vejo é esse assim: é um combate complexo, muito difícil, porque às vezes essas edificações, as estruturas delas são basicamente feitas de madeira, então é um incêndio que desenvolve muito rápido, e por isso a gente tem que ter medidas preventivas muito eficazes, né... Então às vezes um alarme de incêndio, sprinkler... São ações que a gente tem nas edificações que vão minimizar esses problemas. (Tenente Leandro Rodrigues)

O outro desafio apontado pelo Tenente que afeta o manejo de diferentes tipos de riscos é a manutenção da percepção de risco. Ele exemplifica levantando a hipótese de um incêndio em Ouro Preto, que no dia seguinte mobilizaria jornalistas, órgãos públicos e população, mas que não tende a se manter constante.

Então manter constante esse alerta da população com relação não só aos riscos sobre incêndio, mas de outros tipos também, eu acho que é um grande desafio né... Por isso que a gente tem essas ações nas rádios, em jornal, na TV para poder fomentar essa

percepção de risco da população. Nessa experiência em curso que eu fiz, lá no Japão é a mesma coisa: a maior dificuldade deles é manter a percepção de risco alta, então tem sempre, o tempo todo que ficar batendo na mesma tecla para o pessoal ter a percepção de gestão de risco lá em cima. E eu acho que para a gente aqui é o mesmo desafio, manter a população engajada e envolvida para perceber esses riscos e ser isso de forma constante. (Tenente Leandro Rodrigues)

Tal compreensão vai ao encontro dos estudos de Paulo Bello Freire (2006). Segundo o autor, a melhor maneira de se consolidar a percepção de risco de uma população é por meio da gestão de risco. Nesse sentido, ele afirma que a preparação em relação a desastres deve ser administrada de forma eficiente e estar integrada ao planejamento de uma comunidade (Freire, 2006). Nesse sentido, foi comentado sobre como em alguns casos de grandes eventos e desastres, num primeiro momento, acontecem diversas iniciativas de apoio e depois, às vezes, acaba havendo uma certa desmobilização. Em relação a isso, o Tenente expressou:

Porque assim, quando tem um desastre, tem muita gente que às vezes vai na empolgação, só que quando a coisa vai acalmando aí nem todo mundo quer participar mais, não tem tanto interesse, acha que passou, que não vai ter de novo. Mas esses grandes eventos, eles geralmente trazem grandes mudanças, né? Então a gente costuma ter com esses grandes eventos, com esses grandes desastres, às vezes uma modificação na legislação, criação de novas, então isso é um aprendizado que a gente teve. Pelo menos mudando a legislação dessas grandes ocorrências, tem um benefício muito grande, a gente não pegou o desastre e só aceitou, né? A gente tirou um aprendizado dali. (Tenente Leandro Rodrigues)

Conforme exemplificado pelo Tenente, é comum que haja uma preocupação com deslizamentos e enchentes predominantemente durante o período chuvoso e com incêndio florestal apenas no período de estiagem. Contudo, ele afirma que o meio ambiente é único e os acontecimentos se relacionam entre si. Esse ciclo é explicado pelo tenente da seguinte forma: se há um incêndio florestal onde é queimada uma grande área atingindo a vegetação das montanhas, no período chuvoso seguinte essa área vegetal que foi queimada vai estar com o solo mais suscetível ao deslizamento de terra.

E aí é um ciclo, que é um ciclo que eles falam até que é um ciclo da pobreza, que é assim: a gente sempre vai fazer uma reconstrução, não tombou como deveria ser, e aí o desastre sempre vai vir e a gente vai ficar sempre nessa forma reativa, né? Então a gente sempre tem que buscar esse lado do build back better, que a gente tem que reconstruir sempre melhor do que era antes. Porque quando a gente reconstitui igual, a gente vai continuar estando suscetível ao mesmo risco. Então se eu tenho um local que sofre deslizamentos, eu tinha uma casa ali, eu reconstruo a casa da mesma forma que antes, quando tiver um novo deslizamento eu vou ter o mesmo problema. Agora, se eu reconstruir ela melhor, com estruturas ali que sustentem esse deslizamento, eu vou ter ali às vezes esse problema eliminado. Então, não basta só a gente reconstruir, tem que reconstruir melhor e com uma infraestrutura que garanta essa segurança desse local. (Tenente Leandro Rodrigues)

Para além das ações de orientação e treinamentos, o Corpo de Bombeiros executa também ações de fiscalização. O Tenente Leandro Rodrigues exemplificou que aquele mês de março (quando foi feita a entrevista) havia sido definido como um mês de realização de vistorias, então seriam realizadas fiscalizações em edificações comerciais, garagens de ônibus de empresas etc. Além disso, ele disse que antes do carnaval foi feita uma grande ação de fiscalização nas repúblicas de Ouro Preto, pois inclusive algumas destas repúblicas fazem parte do patrimônio histórico da cidade. Segundo ele, essa fiscalização é sempre feita para o carnaval e para a Festa do Doze, que são eventos muito importantes para a região. Tais operações são realizadas por todo o Corpo de Bombeiros, isto é, são operações feitas pela equipe em conjunto e se voltam também para a fiscalização em postos de gasolina e igrejas.

Nessas ações de fiscalização, as pessoas (proprietários) não são previamente avisadas, os bombeiros chegam ao local e executam a fiscalização. O Tenente explica que existem diferentes formas de fiscalização, tanto a partir de denúncias (que por vezes são feitas de forma anônima) ou ainda por demandas da própria prefeitura, como solicitações para fiscalização em alguma escola, algum local que precisa de auxílio para dar um parecer de uma obra ou reforma, por exemplo.

A respeito das áreas de risco consideradas mais vulneráveis de Ouro Preto, o Tenente Leandro Rodrigues considerou que o ponto mais crítico são as áreas de risco de deslizamento e soterramento. Ele cita inclusive o recente estudo que havia sido divulgado de que Ouro Preto é a cidade que tem mais áreas de risco no Brasil - tal estudo elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM em que constam 313 setores de risco geológico foi comentado ao longo da dissertação. Nesse sentido, ele aponta uma maior preocupação com essas áreas de risco em que se tem uma grande quantidade de habitações e que muitas vezes não possuem a infraestrutura necessária. Desse modo, a questão da ocupação desordenada aliada às características geológicas da cidade é vista como um dos principais problemas pelo Tenente.

O risco de incêndio em áreas urbanas também foi apontado como um dos desafios à preservação pelo Tenente, tendo em vista que as edificações são muito próximas, então o risco de propagação de uma para outra torna-se alto. Por isso, as exigências de medidas técnicas contra incêndio e pânico são fundamentais, pois é preciso reduzir a possibilidade de propagação de incêndio para outras edificações. Sobre o processo de regulamentação dos imóveis para proteção contra incêndio, o Tenente esclarece:

Por exemplo, você tem uma edificação aqui em Ouro Preto, você quer montar um restaurante e a sua edificação é tombada: para que você consiga a liberação da Prefeitura para a sua edificação, para o seu comércio funcionar, você tem que ter uma

liberação do Corpo de Bombeiros. E essa liberação, pelo fato da sua edificação ser tombada pelo Patrimônio Histórico, ela tem que ter um projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, um projeto técnico. Esse projeto, ele é avaliado por uma equipe lá em Belo Horizonte, depois esse projeto vem, a gente pega esse projeto aprovado e vistoria se o proprietário executou todas as medidas de acordo com o projeto. Se não tiver executado, a gente vai notificar ele até ele regularizar, e só a partir daí que ele vai ter a nossa liberação. Então, sem a nossa liberação, ele não vai conseguir abrir o empreendimento dele aqui no município. (Tenente Leandro Rodrigues)

Outra questão levantada foi qual era a situação de infraestrutura da corporação, se os recursos humanos e materiais eram suficientes. O Tenente Leandro Rodrigues explicou que toda corporação do Corpo de Bombeiros tem efetivo fixo predefinido, isto é, uma companhia tem um número exato de bombeiros que deve compor o efetivo. Diante disso, o que o Tenente disse foi que a companhia de Ouro Preto não está com o quadro completo, que existem vagas para que outros bombeiros possam vir a atuar. Porém, ele explicou que essa é uma realidade de todas as unidades de bombeiro, a maioria delas possuem vagas abertas para serem preenchidas.

O Tenente informou que haviam recebido, através do Projeto Semente, uma verba para compra de um caminhão de incêndio. Também que conseguiram uma unidade de resgate para Mariana por meio de emenda parlamentar, e chegaria uma outra para Ouro Preto, além disso eles teriam conseguido uma caminhonete que estava para chegar na unidade. Desse modo, na parte de logística ele considera que a corporação estava em boas condições.

O Tenente comentou que havia um projeto em andamento naquele momento para transferir a sede (localizada no bairro Laje) para outro local, porque a atual edificação onde estão situados é de propriedade da Prefeitura Municipal e que o Corpo de Bombeiros possui um terreno próprio em Ouro Preto. Então, estão sendo buscados recursos para poder construir essa nova sede, que poderá ser mais bem equipada. Segundo ele, nesse novo espaço as ações com a comunidade poderão ser ampliadas, porque haverá uma estrutura maior, com auditório e sala para recepção de público, sendo mais fácil realizar os treinamentos com a população.

Adiante, perguntamos ao Tenente Leandro Rodrigues qual era sua avaliação em relação às condições de preservação e de segurança do conjunto de Ouro Preto. De forma geral, ele considerou um bom processo de desenvolvimento das práticas de proteção, como expresso na resposta abaixo:

Olha, eu percebo que a gente está num processo de desenvolvimento assim... As edificações que não estão com projetos de incêndio em dia, elas estão buscando a regularização; a gente está tendo esse trabalho mais aproximado com a comunidade, eles estão tendo essa sensibilidade de buscar essa regularização, dessa importância, né... Somente pelo incêndio que ocorreu lá no Rio de Janeiro isso acabou sensibilizando também o pessoal aqui. Eu acho que a gente está evoluindo, a gente

estava bom, e está evoluindo aí para o muito bom, talvez. (Tenente Leandro Rodrigues)

Finalizando a entrevista, perguntamos ao Tenente quais avanços nas ações de proteção ele identificou nos últimos anos, do início dos anos 2000 até a atualidade. O Tenente Leandro analisou que houve um grande avanço na legislação como um todo, tanto no Brasil como em Minas Gerais. Ela considera que com isso foi possível cobrar mais coisas, entender melhor os riscos e como eles afetam as edificações históricas. Além disso, ele diz que há uma revisão constante das legislações, pois este é um trabalho feito em conjunto a partir da necessidade de atualizações colocadas, por exemplo, por engenheiros, pela comunidade e do Iphan. Assim, ele afirma: “é uma legislação viva, ela vai sendo atualizada e construída a várias mãos” (Tenente Leandro Rodrigues).

Ainda, o Tenente comenta que houve um fortalecimento das discussões após a ocorrência de grandes incêndios, de modo que o debate sobre a gestão de risco se desenvolveu muito, o que influenciou também a percepção sobre risco.

Além disso, eu percebo que a discussão sobre gestão do risco ela avançou muito. É mais perceptível que existe essa discussão hoje, né? Antigamente a gente não tinha tanta preocupação, parecia algo muito distante; hoje a gente percebe que quando a gente vai nas escolas, eles já têm uma certa percepção de risco de algumas coisas mais arraigadas, né? E eu percebo que é uma evolução educacional mesmo que a gente tá tendo, dessa percepção da comunidade com relação aos riscos. (Tenente Leandro Rodrigues)

Outra melhoria citada pelo Tenente foi a construção de bases de atuação em Mariana e Itabirito, pois anteriormente havia apenas a de Ouro Preto. Assim, o Tenente explica que há uma capilarização maior do Corpo de Bombeiros, que diminui o tempo de resposta diante de uma ocorrência e que se acontece uma situação nessas outras localidades às vezes não é necessário deslocar toda a equipe para fazer o atendimento, evitando com que o centro histórico fique descoberto e deixando Ouro Preto menos vulnerável. Desse modo, ele considera que a capilarização possibilita que os bombeiros estejam mais tempo na proximidade do centro histórico. Então, as ocorrências da região poderão ser atendidas ao mesmo tempo em que se consegue manter uma equipe na sede próxima do centro histórico, garantindo uma resposta mais imediata em caso de incêndio nas edificações históricas que têm características construtivas diferentes e que, portanto, resultam em um incêndio mais crítico.

Figura 60 - Área de atuação do 1º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais (1º BBM/CBMMG).



Fonte: CBMMG.

Por fim, o Tenente Leandro Rodrigues abordou os avanços nas tecnologias, como sensores de fumaça e sprinklers, e nas técnicas aplicadas pelos Corpo de Bombeiros. Ele exemplifica tal desenvolvimento das técnicas a partir da nova compreensão em relação ao uso da água no combate a incêndios:

Então antes a gente utilizava uma técnica em incêndio, de alagamento: a gente chegava no incêndio, alagava aquela edificação e acabava com o incêndio. Entretanto, a gente poderia gerar nesses casos danos muito grandes em função da própria água, né? E aí com o avanço da literatura, a gente também foi avançando com os nossos manuais e hoje a gente usa o mínimo de água possível para apagar um incêndio, porque no final das contas a gente vai ter menos danos na edificação. Porque às vezes está um incêndio muito quente, a gente joga muita água, a gente pode fragilizar a estrutura daquela edificação e a edificação pode vir a cair. Então hoje a gente tem essa percepção de usar o mínimo de água possível para ter o melhor resultado. (Tenente Leandro Rodrigues)

O Tenente concluiu então que as técnicas do Corpo de Bombeiros, as tecnologias e os sistemas preventivos se transformaram e avançaram, juntamente com a legislação que também teve uma evolução nesse período.

Além disso, vale notar que em relação as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros e citadas nas respostas dos questionários podemos notar uma correlação. Dentre as 9 pessoas que responderam ter participado de projetos de orientação, 6 declararam a participação em cursos de prevenção contra incêndio fornecidos pelo Corpo de Bombeiros. Entre elas estavam um funcionário do museu e uma professora, o que embasa o projeto de capacitação nos museus e nas escolas apontado pelo Tenente.

4.2.2 Defesa Civil de Ouro Preto

Entrevistado: Charles Romazamu Murta
Função: Engenheiro geólogo da Defesa Civil de Ouro Preto
Tempo de duração da gravação: 50:27 min

A entrevista foi iniciada a partir do questionamento sobre como é a articulação da Defesa Civil com a Prefeitura e seus setores. Charles Murta explicou que a Defesa Civil atualmente faz parte da Secretaria de Segurança e Trânsito (antiga Secretaria de Defesa Social). Ele esclarece que a Defesa Civil não atua na execução de obras e ações diretas de intervenção, mas sim na coordenação da gestão de risco, como o próprio nome diz Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC). Assim, o foco da Defesa Civil é a atuação antes e depois da ocorrência de um acidente, através da gestão e identificação dos riscos existentes no município, como disse: “a gente conhece o risco, estuda o risco, faz a proposição de solução para mitigar esse risco e torná-lo menor ou até mesmo eliminar” (Charles Murta). Como riscos mais proeminentes, ele cita os de caráter geotécnico, geológico e geo-hidrológico, além do risco por rompimento de estruturas de barragens. As informações coletadas e organizadas pela Defesa Civil são encaminhadas para as secretarias municipais a fim de que elas possam executar as ações necessárias para melhorar a segurança da população e diminuir o risco de atingir as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ainda comentando a atuação da Defesa Civil, o entrevistado destacou que esse não é um órgão apolítico, porque as ações desse setor sempre acabam trazendo um transtorno político para o município em prol da vida e segurança dos moradores. Ele exemplifica o caso da identificação de alguém que reside em área de risco, no qual a Defesa Civil orienta a remoção daquela pessoa, o que gera um encargo sociopolítico e econômico para o município. Assim, ele comenta haver cerca de mais de 140 pessoas que recebem o aluguel social enquanto aguardam o desenvolvimento de um plano habitacional (por meio da Secretaria de

Desenvolvimento Urbano e Habitação) que seja capaz de retirar as pessoas do aluguel social para proporcionar a elas uma moradia digna.

Charles Murta aponta ainda que tratando-se de riscos geológicos e geotécnicos as intervenções possuem um altíssimo custo financeiro, especialmente numa cidade como Ouro Preto em que existem 313 setores de risco, chegando a aproximadamente 6.500 pessoas expostas a risco alto e muito alto, como é apontado pelos estudos do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) discutidos ao longo da dissertação. Ele demonstra sua preocupação com a proteção desses indivíduos: “são 6.500 pessoas que entram no período chuvoso, que começa ali em outubro efetivamente e a gente não sabe se essas pessoas vão sair vivas agora no mês de março, por exemplo” (Charles Murta). Apesar de afirmar que o objetivo da Defesa Civil é resguardar e fazer a salvaguarda da população, Charles pontua que nem sempre as solicitações e demandas do órgão são atendidas pelo poder municipal, como aconteceu no período chuvoso entre dezembro e janeiro de 2021 para 2022 e depois de 2022 para 2023, quando ocorreram interdições de vias de alto tráfego devido ao risco de deslizamento de algumas áreas que poderiam vir a congestionar tais caminhos. Essa situação gerou problemas inclusive para o transporte de veículos de emergência.

Diante desse cenário, Charles Murta afirma a importância da execução de trabalhos feitos por profissionais comprometidos e qualificados, assim como da disponibilização de infraestrutura adequada, considerando a responsabilidade que é a atuação da Defesa Civil em uma cidade que possui tantos riscos.

Eu falo que o risco em Ouro Preto não é para amadores, não é? ... Isso daí saiu inclusive no Jornal Nacional, isso foi veiculado nacionalmente nas grandes mídias porque foi feito um trabalho, na verdade isso já era de conhecimento há muito tempo, foi feito um trabalho através de um levantamento dos Serviços Geológicos do Brasil, que mapeou todas essas cidades, e Ouro Preto ela foi considerada a cidade mais perigosa do Brasil. Então aqui não é local para amadorismo. O Poder Executivo ele tem que tratar o risco aqui, geológico, geotécnico e tecnológico com muito profissionalismo, trazendo mão de obra qualificada... Então a Defesa Civil não é um órgão para manipulação política, principalmente em termos de pessoal qualificado. Aqui tem que ter pessoas qualificadas e também nós temos que ter infraestrutura adequada. (Charles Murta)

Em seguida perguntamos então qual era a situação do quadro de funcionários da Defesa Civil, ao que ele respondeu que o quadro de funcionários é insuficiente perante os riscos que existem no município. Conforme informado, a equipe é composta por dois geólogos, um engenheiro civil, uma técnica que é formada em engenharia de minas, além de outros técnicos e agente administrativos, totalizando um quadro geral de aproximadamente 10 pessoas. Foi dito também que o órgão possui quatro viaturas e que estava previsto para chegar outras mais

e uma base móvel da Defesa Civil, devido a um processo de compensação movido juridicamente contra a empresa Vale S.A. Ele comentou ainda que embora a Defesa Civil de Ouro Preto já tenha sido reconhecida em premiações como melhor Defesa Civil de Minas Gerais e que o coordenador tenha recebido um prêmio de reconhecimento em Santa Catarina, a infraestrutura ainda está aquém da dimensão dos riscos existentes, tendo muito a se aprimorar.

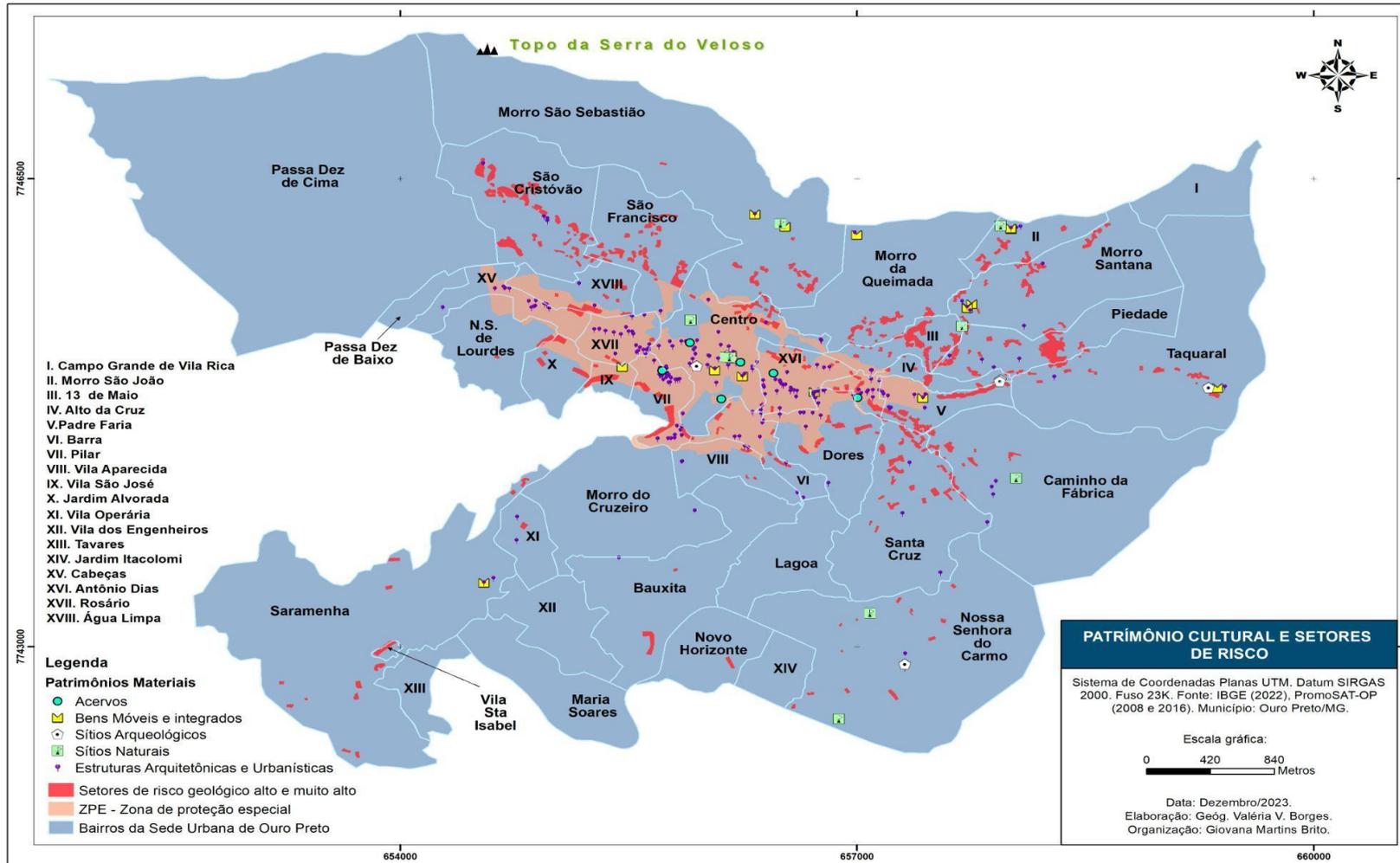
Sobre a relação da Defesa Civil com o Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto, o geólogo explicou que historicamente não há uma grande proximidade ou rotina de interação entre o Iphan e a Defesa Civil, mas que esse laço havia se estreitado recentemente sob a chefia da arquiteta Maria Raquel Ferreira, na direção do Escritório Técnico do Iphan porque eles já haviam trabalhado juntos anteriormente no poder municipal. Perguntei se havia algum tipo de diagnóstico de risco em relação aos patrimônios culturais, ao que ele respondeu não existir um material específico referente a esse tipo de análise. Embora haja um mapeamento geral das áreas de risco no aplicativo da Defesa Civil, esse mapeamento dos patrimônios culturais foi tema de conversa com a diretora do Iphan no período chuvoso na virada de 2021 para 2022, após o desabamento do casarão Solar Baeta Neves.

Quando aquilo caiu, aí o pessoal veio para cima: “mas tem mais imóveis em risco?”. Aí é que a Raquel, a gente conversando e tal, eu falei assim: “Raquel, nós sempre tivemos aqui, é um dado público inclusive, está no nosso aplicativo de Defesa Civil, qualquer pessoa pode instalar, onde ela estiver ela tem noção de todos os setores de risco; número de pessoas; quais residências que estão ali dentro da área de risco”. Mas nós nunca fizemos um levantamento, bater o olho e falar “olha esse aqui é um casarão histórico tombado e tal que tá dentro da área de risco”, exceto os mais significativos, que são as igrejas e tal, igual o Solar Baeta Neves. Então quando se trata de um patrimônio histórico com maior vulto a gente tem essa informação, agora residências, esse tipo de coisa, aí é um trabalho que a gente tem que fazer em conjunto com o IPHAN. Nós nem temos pessoal para isso, deixamos bem claro lá para a Raquel, eu falei “Raquel, você sabe como que é a situação, né? A gente não dá conta nem de gerir o risco da gente lá, e fazer qualificação do risco versus patrimônio, a gente não tem nem expertise nisso. (Charles Murta)

Diante do reconhecimento da lacuna existente sobre o cruzamento de dados entre os setores de risco geológico e a localização dos patrimônios culturais, foi construído nos estudos desta dissertação um mapa que pudesse vir a demonstrar espacialmente a relação entre essas informações. Para elaboração deste gráfico, foram utilizados os 313 setores de risco identificados pela Defesa Civil e Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a listagem de patrimônios culturais tombados georreferenciados e disponibilizados pela plataforma de WebMapa do PromoSAT-OP. Além disso, foi representada a área que corresponde a Zona de Proteção Especial (ZPE). Podemos notar que as estruturas arquitetônicas e urbanísticas tombadas se encontram concentradas na ZPE. Os setores de risco estão espalhados entre

diferentes bairros, mas muitos deles também se localizam na área de abrangência da ZPE, estando inclusive próximos de alguns bens culturais.

Figura 61 - Patrimônio Cultural e Setores de Risco.



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do cruzamento destes dados foi identificada a sobreposição de três estruturas arquitetônicas e urbanísticas em setores de risco geológico, entre as quais o local onde se situava o Solar Baeta Neves, que de fato foi destruído pelo desabamento do Morro da Forca em 2022. Tal contexto afirma a importância da atenção aos estudos sobre riscos geológicos atrelados ao patrimônio cultural, a fim de identificar previamente os locais ameaçados e assim propor medidas de proteção.

Quadro 19 - Patrimônios sobrepostos em setores de risco.

Patrimônios localizados nos setores de risco geológico					
Descrição	Endereço	Grau de risco	Tipologia	Setor	Observações Serviço Geológico - CPRM
Solar Baeta Neves	Rua Diogo Vasconcelos, 345 - Pilar	Alto	Deslizamento	160	Ocupação em base de encosta de alta declividade com foliação favorável ao deslizamento. Solo pouco espesso e contato brusco com a rocha agrava as condições de rupturas. Histórico de dois deslizamentos, sendo que um deles destruiu parcialmente uma moradia.
Boca de mina	Rua Perita, São Cristóvão	Alto	Deslizamento planar	86	Encosta côncava, mais de 50 m de amplitude, inclinação de mais de 30 graus, com colúvio, canga, blocos de material ferruginoso e afloramentos de itabirito. Há galerias de antigas minas ao lado de algumas casas. Há sulcos erosivos indicando concentração pluvial, o que amplia potencial de deslizamentos.
Residência (Chalé do Scliar)	Rua Conselheiro Quintiliano, 254 - Centro	Alto	Queda / tombamento	56	Construções próximas a escarpa com 6 a 9 m na altura, foliação e fraturas que podem originar blocos ou cunhas. Acima da escarpa ainda há encosta menos íngreme com solo fino sobre rocha, com presença de alguns blocos soltos. O nível de água pode ser percebido através de surgências no talude.

Fonte: Quadro gerado pela autora.

Além dos citados acima, foi considerado fundamental analisar se haviam outros bens culturais localizados nas proximidades desses setores de risco geológico. Para tanto, foi definido um raio (*buffer*) de 20 metros de distância. Assim, foram encontrados 28 bens culturais situados nesse entorno onde há risco geológico em nível alto. Entre os patrimônios identificados estavam: estruturas arquitetônicas e urbanísticas; bens móveis e integrados; e sítios arqueológicos. Tais tipologias se referiam principalmente a edificações (residenciais e comerciais); estruturas ligadas aos vestígios da mineração; capelas; chafarizes e ruínas. Foi verificado que os bairros São Cristóvão e Taquaral são os que mais possuem patrimônios perto dos setores de risco. Além disso, foi identificada a edificação residencial República

Penitenciária⁴² como local próximo a setor de risco, o que consideramos ser preocupante não só do ponto de vista arquitetônico, mas também quanto a segurança dos estudantes que moram no local. Espera-se que o levantamento desses dados possa trazer contribuições para o aprofundamento de demais pesquisas assim como para o desenvolvimento de ações de proteção.

⁴² Para saber mais ver: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/moradia-estudantil/modalidade-de-gestao-compartilhada/penitenciaria>.

Quadro 20 - Patrimônio culturais localizados em um raio de 20m de setores de risco geológico.

Setores de risco geológico e patrimônios materiais num raio de 20 metros					
Tipo de bem	Descrição Bem	Endereço	Bairro	Tipologia	Observação do Serviço Geológico - CPRM
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Chafariz do Alto da Cruz	Rua Resende	Alto da Cruz	Queda/Tombamento	Encosta formada por solo pouco espesso sobre quartzito e micaxisto.
Bens móveis e integrados	Pedestal e Imagem de São José	Rua Dr. Albino Sartori, s/n	Vila São José	Deslizamento	Residência próxima a crista de encosta de alta declividade, sujeita a desabamento parcial, ou mesmo total, em decorrência de um eventual deslizamento de solo. Presença de trincas em um dos cômodos, possivelmente indícios da movimentação do terreno.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Ruínas do Palácio Velho	Rua do Chico Rei, 200	Antônio Dias	Deslizamento planar	Moradia próxima ao talude de corte, com altura superior a 2 metros e inclinação superior a 70 graus. Não foi observado muro de contenção no local. Área com solo exposto. Há evidências de movimentações do solo, conforme observado pela árvore inclinada.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Ruína de Edificação	Rua Desiderio de Matos, 299	Padre Faria	Deslizamento	Encosta formada por solo pouco espesso sobre quartzito e micaxisto.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Residência	Rua Desiderio de Matos, 323	Padre Faria	Deslizamento	Encosta formada por solo pouco espesso sobre quartzito e micaxisto.

Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Ruína de edificação	Rua Desiderio de Matos, 482	Padre Faria	Deslizamento	Encosta formada por solo pouco espesso sobre quartzito e micaxisto.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Templo da Vinda de Cristo Jesus	Rua 13 de Maio, s/n	Piedade	Deslizamento	Três áreas de risco próximas. Encosta retilínea formada por maciço rochoso de canga em sua porção superior. Quedas de blocos podem ocorrer e afetar casas do setor. Pode ocorrer deslizamentos planares no contato solo-rocha em períodos de chuva. Ocupação densa e desordenada no local. O acesso se dá somente por estreitos becos e escadarias, com drenagem escassa. Construções muito próximas a paredão rochoso isolado, de onde podem se desprender cunhas. Os taludes podem chegar a 10 metros.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Lavanderia Comunitária	Rua Jose Moreira, s/n	Morro Santana	Deslizamento Enxurrada	Taludes de corte subverticais e verticais atrás e na frente de moradias, que chegam a cerca de cinco metros de altura. A maioria das casas está junta de taludes de corte a montante e podem ser atingidas por deslizamentos em períodos de chuva. Construções situadas nas margens de drenagem cujo leito natural foi modificado nesse trecho. Tais edificações es estão sujeitas a enxurradas em períodos de chuva.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Residência e comércio	Largo Frei Vicente Botelho, 14	Centro	Deslizamento	Ocupação em meia encosta de declividade média. Muros de contenção são inadequados para conter movimentos das porções superiores do talude. A vegetação de grande porte pode potencializar os danos.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Tanque de desinfecção de Barra	Beco da Saudade	Barra	Deslizamento	Moradias na base de encosta de alta declividade, composta por filitos cobertos por solo residual, aterro e blocos de rocha. Não há estruturas de contenção do

Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Residência	Rua Amarantina, 252	Vila Aparecida	Deslizamento	talude. A linha férrea a montante da encosta, provoca vibrações que podem favorecer o movimento.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Ponte do Funil	Praça Cesário Alvim	Pilar	Deslizamento planar	Ocupação em base de encosta de alta declividade com foliação favorável ao movimento. Solo pouco espesso e contato brusco com a rocha agrava as condições de rupturas. Histórico de dois deslizamentos, sendo que um deles destruiu parcialmente uma moradia.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Coluna Saldanha Marinho	Praça Cesário Alvim	Pilar	Deslizamento planar	Ocupação em base de encosta de alta declividade com foliação favorável ao movimento. Solo pouco espesso e contato brusco com a rocha agrava as condições de rupturas. Histórico de dois deslizamentos, sendo que um deles destruiu parcialmente uma moradia.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Solar Baeta Neves	Rua Diogo de Vasconcelos, 345	Pilar	Deslizamento planar	Ocupação em base de encosta de alta declividade com foliação favorável ao movimento. Solo pouco espesso e contato brusco com a rocha agrava as condições de rupturas. Histórico de dois deslizamentos, sendo que um deles destruiu parcialmente uma moradia.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	República Penitenciária	Rua Tomé Afonso, 220	Água Limpa	Deslizamento	Moradias próximas a crista da encosta com lançamento de água e entulho. Presença de trincas em paredes e muro, possível indício de movimentação. Residências da base estão sujeitas a serem atingidas por deslizamento. Histórico de deslizamento.

Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Capela de São Cristóvão	Rua Professor Alberto Barbosa	São Cristóvão	Deslizamento	Talude de corte subvertical, com cerca de 8 m de amplitude executado em itabirito desconfinado. Há uma casa na base do talude que já foi atingida por deslizamento no local.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Reservatório de Água III	Rua Sargento Francisco Lopes	São Cristóvão	Deslizamento planar	Talude de corte subvertical, com cerca de 8m de amplitude executado em itabirito desconfinado. Há uma casa na base do talude que já foi atingida por deslizamento no local. Encosta com mais de 50m de amplitude, mais de 30 graus de inclinação. Colúvio e itabirito com foliação desconfinada. Há blocos e afloramentos de canga além de bocas de antigas minas de ouro no local.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Mundéu	Rua Professor Alberto Barbosa, esquina com Largo Secundino Martins Ferreira	São Cristóvão	Deslizamento planar	Talude de corte subvertical, com cerca de 8m de amplitude executado em itabirito desconfinado. Há uma casa na base do talude que já foi atingida por deslizamento no local.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Boca de mina	Rua Perita	São Cristóvão	Queda/Tombamento	Encosta côncava, mais de 50m de amplitude, inclinação de mais de 30 graus, colúvio, blocos e itabiritos desconfinados. Há bocas de minas abandonadas no local.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Capela da Cruz e das Almas	Rua Henrique Adeodato, s/n	Rosário	Deslizamento	Ocupação em encosta de declividade média a alta. Moradias da base estão próximas a taludes de corte verticais. Há evidências de movimentação do terreno no topo da encosta. Há uma casa próxima a talude de rocha, com potencial de queda de pequenos blocos.

Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Chafariz da Cruz	Rua Doutor Claudio Lima, s/n	Cabeças	Deslizamento	Encosta formada por solo pouco espesso sobre quartzito e micaxisto.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Residência	Rua Padre Viegas, 23	Alto da Cruz	Deslizamento	Encosta retilínea onde a maioria das casas este no topo de encosta subvertical, podendo vir abaixo se ocorrerem deslizamentos no terreno. Também há uma moradia encaixada na mesma encosta e onde há vegetação inclinada na direção da construção.
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Residência (Chalé do Scliar)	Rua Conselheiro Quintiliano, 254	Centro	Queda/Tombamento	Construções próximas a escarpa com 6 a 9m na altura, fraturas que podem originar blocos ou cunhas. Acima da escarpa ainda há encosta menos íngreme com solo fino sobre rocha, com presença de alguns blocos soltos. Surgências no talude.
Sítios arqueológicos	Mundéu	Rua Alto das Águas Férreas, s/n	Taquaral	Deslizamento	Construções na crista de encosta formada por solo assentado sobre itabirito, cuja estrutura mergulho para sudeste, ou seja, desfavorável a estabilidade das moradias. Em determinados locais há aterro lançado no terreno e árvores inclinadas.
Sítios arqueológicos	Muros de Canga	Rua Alto das Águas Férreas, s/n	Taquaral	Deslizamento	Construções na crista de encosta formada por solo assentado sobre itabirito, cuja estrutura mergulho para sudeste, ou seja, desfavorável a estabilidade das moradias. Em determinados locais há aterro lançado no terreno e árvores inclinadas.
Sítios arqueológicos	Ruína	Rua Alto das Águas Férreas, s/n	Taquaral	Deslizamento	Construções na crista de encosta formada por solo assentado sobre itabirito, cuja estrutura mergulho para sudeste, ou seja, desfavorável a estabilidade das

					moradias. Em determinados locais há aterro lançado no terreno e árvores inclinadas.
Sítios arqueológicos	Boca de Mina 02	Avenida Farmacêutico Duílio Passos, s/n	Taquaral	Deslizamento	Construções na crista de encosta formada por solo assentado sobre itabirito, cuja estrutura mergulho para sudeste, ou seja, desfavorável a estabilidade das moradias. Em determinados locais há aterro lançado no terreno e árvores inclinadas.
Sítios arqueológicos	Mina 12	Avenida Farmacêutico Duílio Passos, s/n	Taquaral	Deslizamento	Construções na crista de encosta formada por solo assentado sobre itabirito, cuja estrutura mergulho para sudeste, ou seja, desfavorável a estabilidade das moradias. Em determinados locais há aterro lançado no terreno e árvores inclinadas.

Fonte: Quadro gerado pela autora.

Sobre a aproximação da Defesa Civil com o Corpo de Bombeiros, o geólogo Charles Murta respondeu que a relação entre os dois órgãos sempre foi muito boa. Para demonstrar tal interação, ele comentou sobre a situação crítica enfrentada no período chuvoso de 2021 e 2022 em que se teve mais de 5.000 ocorrências envolvendo Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia. Segundo ele, foi a maior chuva dos últimos 60 anos na cidade e das 6.500 pessoas situadas em áreas de risco houve um óbito. Nesse momento, o geólogo se emocionou e disse: “a gente nunca fala ‘só’ um óbito, não foi ‘só um óbito’: foi um óbito que é plenamente absoluto ao universo daquela família que perdeu aquele ente querido” (Charles Murta). Assim, ele aborda a gravidade dos acontecimentos desse período e como os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com o Corpo de Bombeiros, de modo que a Defesa Civil foi atuando como uma espécie de “órgão consultivo do Corpo de Bombeiros”, orientando-os onde eles poderiam ou não entrar para realizar as ações de salvamento, sem que os Bombeiros colocassem a própria vida em risco.

Mas falando em dados estatísticos, a nossa atuação é uma atuação que nos traz muito orgulho da nossa equipe, que em uma situação totalmente caótica, onde todos fugiam do risco a gente estava entrando, para onde todos estavam no sentido contrário que a gente estava indo era o sentido do povo, deslizamento quase pegando as nossas equipes, foi uma situação... Eu em 10 anos, foi a mais caótica que eu já vivi aqui dentro até hoje. (Charles Murta)

Após essas perguntas sobre a interligação entre os setores, a entrevista se voltou a investigar como estava se desenvolvendo a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR)⁴³. Charles Murta comentou que a realização desse plano era um sonho pessoal enquanto profissional da Defesa Civil. Isso porque um dos seus diferenciais quando foi chamado para integrar a equipe da Defesa Civil, no ano de 2012, era que ele já tinha uma vivência acadêmica considerável, por ter sido professor universitário durante 15 anos, com titulação de mestrado e com doutorado inconcluso. Então ao chegar na Defesa Civil de Ouro Preto ele notou que o órgão e a UFOP não possuíam uma conexão para troca de informações ou parceria. Apesar dos diversos estudos, diários de risco, mapeamentos e outros documentos, faltava a ferramenta que finaliza a gestão de risco que é justamente o plano municipal de redução de risco. Com a ausência desse plano não era possível hierarquizar uma área de risco para iniciar as ações, isto é, como eram muitos

⁴³ Os documentos referentes ao Plano Municipal de Redução de Risco estão organizados na pasta do google drive de acesso livre ver: <https://drive.google.com/drive/folders/1HknySQVIdOkzO3qcRp6STHPkQoEAOdud>.

setores não havia critérios claros que orientassem a priorização na atuação. Assim, ele explica como foi a articulação para que se conseguisse a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco:

Aí eu apresentei isso algumas vezes para o Executivo, mas o plano municipal de risco ele não é barato e muitas vezes não está no foco do político. Isso eu estou falando é de todas as gestões, né? Então eu não vinha conseguindo isso até que eu conversei com o Leonardo, que é um pesquisador também, e é um profissional que trabalha com planos municipais diversos, já fez diversos planos municipais de risco. Na época ele estava vinculado à Fundação João Pinheiro, ele tinha muito contato lá em Brasília, e ainda no governo passado, ele havia comentado que o governo federal através do Ministério da Integração Regional iria financiar alguns, acho que se não me engano, quatro planos municipais de redução de risco aqui no estado de Minas Gerais. Aí eu fui pedir a ele, apresentando os atrativos de Ouro Preto porque Ouro Preto é uma vitrina para o mundo, então o que fizer aqui e der certo vai ser representado para o resto do Brasil e do mundo principalmente na cidade, que é a cidade que tem o maior risco geológico e geotécnico, é um desafio e tal... E foi nesse lance de convencimento profissional-científico, até que ele conseguiu. (Charles Murta)

Por meio dessa conjuntura foi possível firmar o financiamento do Governo Federal para elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco, cuja gestão técnica ocorre pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pelo do Núcleo de Geotecnia (NUGEO) do departamento de Geologia da UFOP. Ele cita então alguns dos profissionais responsáveis no desenvolvimento desses plano, entre eles: Leonardo Andrade de Souza (Engenheiro Geólogo Pesquisador Colaborador da UFV); Frederico Garcia Sobreira (Geólogo e Pesquisador Colaborador da UFV) e Cesar Falcão Barella (Engenheiro Ambiental e Professor da UFOP). No momento da entrevista o plano ainda não havia sido concluído, mas já se encontrava em fase final, pois houve um atraso devido à pandemia do Covid-19, como informado por Charles Murta⁴⁴. Ele destaca também que um elemento interessante neste plano é a sua escala, pois é uma muito maior do que a que a Defesa Civil estava acostumada a trabalhar. Assim, a escala do plano vai até a residência do cidadão, não sendo mais apenas um setor. Anteriormente, havia um setor de risco e um levantamento censitário através de imagens de satélite para estimar a quantidade de moradores naquela área. Já o Plano deu enfoque nas moradias dos indivíduos, investigando o terreno em que estão situadas e identificando os riscos, a fim de indicar, por exemplo: se o risco é passível de mitigação e qual obra deve ser executada, além de fazer o projeto e seu orçamento. Desse modo, Charles Murta afirma a importância do

⁴⁴ Meses depois, em agosto de 2023, foi divulgado no site da Prefeitura de Ouro Preto que o Plano Municipal de Risco e Redução de Risco foi concluído e apresentado ao Poder Público. Para saber mais ver: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3469>

Plano Municipal de Redução de Risco como um grande avanço para a organização de medidas de proteção e ressalta os altos custos financeiros que envolvem esse tipo de ação e que muitas vezes estão acima da capacidade orçamentária do município:

Então a gente, agora o município, ele vai ter um cenário muito mais descortinado para ele ver horizontes mais distantes de atuação em gestão principalmente, já tendo a ferramenta, que é a mais importante, que é utilizado pelos setores de convênio de qualquer prefeitura, que são projetos, orçamentos, para buscar recurso federal e recurso estadual. Porque é evidente que nós aqui no município nós não temos condições de gerir financeiramente todo o nosso risco, é impossível. Veio uma empresa aqui em 2014 e essa empresa fez uma estimativa de custo que seria necessário, de investimento que seria necessário para minorar o nosso risco aqui, e chegou na cifra de 635 milhões de reais para um município que arrecada aí... não chega a arrecadar nem 500 e pouco milhões no ano. Então, assim, é evidente que precisamos de ajuda. (Charles Murta)

Entre as obras de infraestrutura vistas como grandes e desafiadoras, Charles Murta cita o Morro da Forca e a entrada principal da cidade. Sobre o Morro da Forca ele diz que os trabalhos estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Obras e que estão sendo feitos estudos mais detalhados por meio de ensaios em laboratórios a fim de analisar os atritos internos dos blocos e compreender como é a resistência do terreno em relação ao deslizamento.

Dando continuidade ao assunto do Morro da Forca, foi discutido sobre como aquele local já havia sido previamente identificado como área de risco. O engenheiro geólogo contou que uma de suas principais medidas quando assumiu o cargo na Defesa Social foi realizar a análise que definiu a interdição do casarão Solar Baeta Neves e dos imóveis ao lado.

Naquele período chuvoso 2011, 2012 onde teve o acidente também da rodoviária que fatalizou dois taxistas, eles me chamaram imediatamente e eu vim exatamente para liberar o casarão ou para mantê-lo interditado. Eu fiz as primeiras análises e mantive, falei: “olha, é impossível, não dá para liberar o casarão e nem o varejão da estação”, que tinha ali do lado. Eram dois imóveis e tinham uns imóveis agregados na frente. E não foi nada fácil porque o casarão ele era de propriedade da Prefeitura. (Charles Murta)

Charles Murta conta ainda que outros geólogos foram chamados para analisar as condições do local e todos corroboram com a sua avaliação inicial. Assim, chegou-se a um momento em que foi aberto um inquérito dentro do Ministério Público e foi proibido qualquer tipo de ocupação do imóvel⁴⁵. Ele comenta então sobre como foi quando o

⁴⁵ Para saber mais ver: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/ouro-preto-risco-em-encosta-que-desabou-e-investigado-ha-sete-anos-14012022>

casarão foi atingido pela primeira vez em 2012, quando já estava restaurado, e afirma a importância de se ter uma visão holística de todo o entorno.

Na época que ele restaurou não tinha nenhum indício ainda de movimentação, acho que foi em 2009, alguma coisa assim. Aí 2012 tinha uma secretaria funcionando lá, olha só! Poderia até ter acontecido uma tragédia. Tinha uma secretaria funcionando lá e parte da encosta desceu nos fundos, na sala de uma funcionária. Ela não se fatalizou, não machucou, foi por muito pouco. E caiu no varejão da estação também, e lá também quase matou uma menina, sabe? Aí a partir daí houve a interdição e eu entrei. Até então não tinha geólogo no município, aí eu entrei. (Charles Murta)

Após a discussão deste tema, perguntamos sobre o funcionamento do Comitê Gestor de Risco (CGR) criado através de Decreto nº 6.696, de 26 de outubro de 2022. Em resposta Charles Murta explicou que a criação do Comitê foi uma iniciativa da Defesa Civil Assim, foi criado um grupo do WhatsApp que funcionava como uma espécie de centro de comando de operação, onde eram veiculadas todas as ações emergenciais que deveriam ser tomadas. Este grupo foi integrado pelo alto comando de escalão do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Defesa Civil Estadual e Municipal e as secretarias municipais.

Então isso daí ajuda bem porque na hora da ação, qualquer ação de Defesa Civil, não é uma ação simplesmente técnica: ela é embasada em cima da técnica, mas nós sabemos que nós temos reflexos sociais, políticos e econômicos. Então a gente precisa de interagir com as outras secretarias para gente fazer uma gestão de crise, já não é de risco mais. Já é gestão de crise naquela hora. Então nós criamos isso daí e funcionou muito bem. Isso vai se tornar um modus operandi da Defesa Civil em períodos chuvosos daqui para frente. (Charles Murta)

Assim, é afirmada, através do Decreto nº 6.696, a função a ser desempenhada pelo Comitê Gestor de Risco, a qual se baseava no planejamento e coordenação das ações de prevenção e intervenção em situações de ameaça à segurança física e patrimonial dos cidadãos. Conforme o documento a Coordenação Executiva será exercida pelo Secretário Municipal de Defesa Social e os setores que compõem o Comitê estão indicados abaixo:

Art. 2º O Comitê Gestor de Risco (CGR) será composto pelos representantes titulares e respectivos suplentes dos seguintes órgãos municipais e entidades:
I - Secretaria Municipal de Defesa Social;
II - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
IV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
V - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
VI - Secretaria Municipal de Saúde;

- VII - Secretaria Municipal de Governo;
- VIII - Superintendência de Transportes e Trânsito de Ouro Preto (OUOTRAN);
- IX - Conselho Tutelar de Ouro Preto;
- X - Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto;
- XI - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, representante do NUGEO;
- XII - Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, Campus Ouro Preto, representante do Curso de Geografia.
- XIII - Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais - 2ª Cia Ouro Preto
- XIV - Polícia Militar de Minas Gerais – 52ª Cia Ouro Preto;
- XV - Companhia de Água e Esgoto municipal;
- XVI - Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig;
- XVII - Brigadas credenciadas no Município;
- XVIII - Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. (Ouro Preto, 2022)

Em seguida, questionamos quais seriam os principais riscos que atingem a cidade de Ouro Preto. Charles Murta apontou os riscos que já haviam sido discutidos ao longo da entrevista como: os riscos geo-hidrológicos e geotécnicos; inundações, deslizamentos; riscos tecnológicos, barragens; riscos por estruturas colapsáveis, estruturais. Sobre a condição das barragens⁴⁶, perguntamos qual era a situação em que se encontravam. De acordo com o informado, o município possui barragens de minério graduadas em todos os níveis de alerta. Ele cita como exemplo a barragem denominada Forquilha 3, que faz parte do complexo onde está a mina de fábrica da Vale no distrito de Miguel Burnier. Essa barragem está graduada no nível 3, que é o nível máximo de risco e significa que ela está rompendo ou pode romper a qualquer momento.

O geólogo comenta que as barragens mais complexas são as de propriedade da empresa Vale, devido a sua cultura em construir barragens a montante. Porém, atualmente, por conta de uma imposição jurídica, a Vale foi obrigada a iniciar um processo de descaracterização de suas barragens. Porém, ele pondera que há muito o que fazer em relação a redução desse risco e que essa descaracterização é um processo longo de pelo 10 a 15 anos.

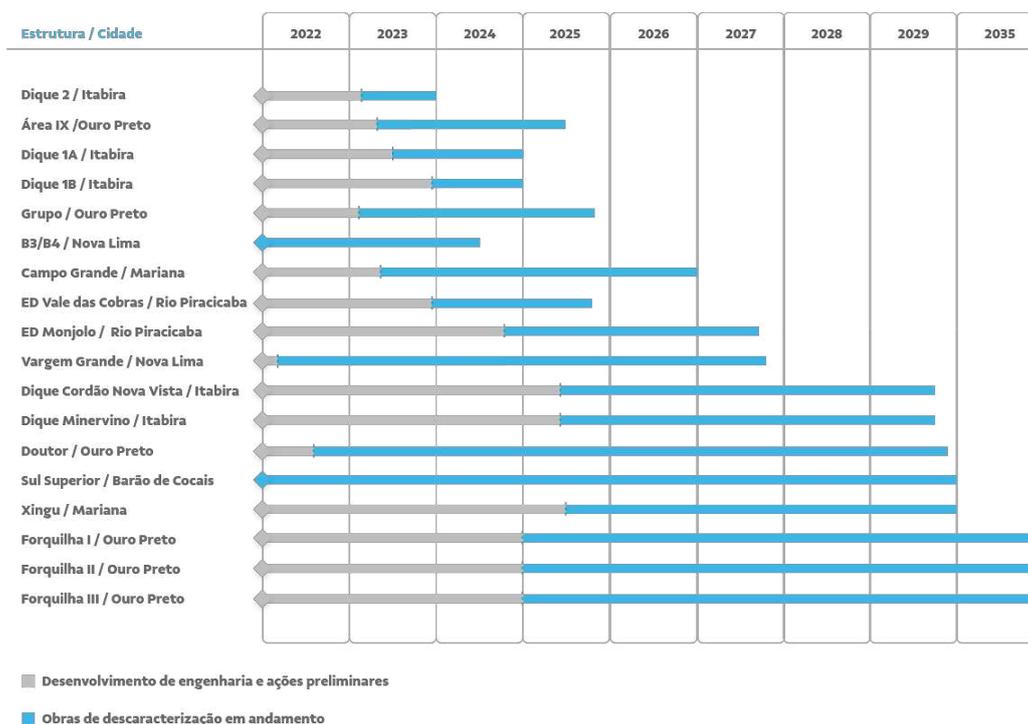
Na imagem abaixo temos o quadro de planejamento do Programa de Descaracterização de Barragens a Montante da Vale⁴⁷, que tem como previsão de conclusão das obras o ano de 2035. Nele constam 6 barragens localizadas em Ouro Preto que deverão passar por essa intervenção.

⁴⁶ Para saber mais ver: <https://www.otempo.com.br/cidades/ouro-preto-e-a-cidade-com-maior-numero-de-barragens-de-rejeitos-em-risco-do-pais-1.3289718>;

<https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/GerenciarPublico> e <https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/Mapa>

⁴⁷ Para saber mais ver: <https://vale.com/pt/web/esg/programa-de-descaracterizacao>

Gráfico 26 - Cronograma do Programa de Descaracterização de Barragens a Montante da Vale.

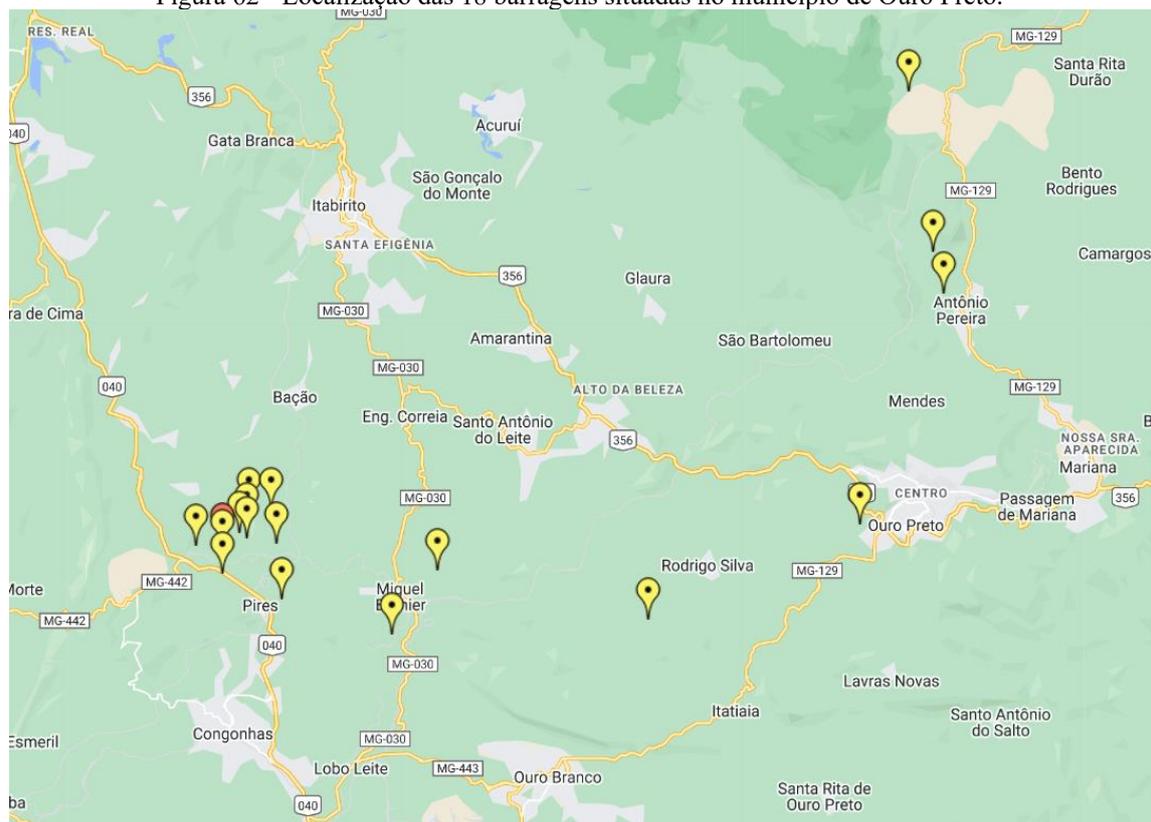


Fonte: Vale S. A.

Charles Murta explica que as barragens de Forquilhas são chamadas informalmente de “Forquilhão”, pois compreendem um aglomerado de diversas barragens próximas umas às outras - Forquilha 1, 2, 3, 4, 5; Grupo e outras mais – e se localizam na BR-040, próximo de Congonha e de Pires. Segundo Charles Murta no caso de um rompimento simultâneo destas barragens a área mais atingida é a cidade de Itabirito. Ele esclarece que a zona de auto salvamento, a zona atingida em Ouro Preto é uma zona rural que já foi evacuada, então o dano seria em relação ao impacto ambiental.

Na imagem abaixo é possível localizar o agrupamento de barragens chamado de “Forquilhão” no entorno da região de Pires. Conforme o mapa, a barragem mais próxima do centro de Ouro Preto é a B5 da empresa Vermelhão Mineração Indústria e Comércio LTDA.

Figura 62 - Localização das 18 barragens situadas no município de Ouro Preto.



Fonte: Agência Nacional de Mineração (ANM); Sistema de Gestão de Segurança de Barragem de Mineração (SIGBM).

Quadro 21 - Classificação das barragens localizadas no município de Ouro Preto.

Barragem de Mineração	Empreendedor	Categoria de Risco	Dano Potencial Associado	Nível de Alerta e Emergência
Forquilha III	Vale S.A.	Alta	Alto	Nível de Emergência 3
Doutor	Vale S.A.	Alta	Alto	Nível de Emergência 1
Forquilha I	Vale S.A.	Alta	Alto	Nível de Emergência 2
Forquilha II	Vale S.A.	Alta	Alto	Nível de Emergência 2
Grupo	Vale S.A.	Alta	Alto	Nível de Emergência 2
Dique de pedra	Vale S.A.	Alta	Médio	Nível de Emergência 1
Forquilha IV	Vale S.A.	Média	Alto	Nível de Alerta
Área IX	Vale S.A.	Média	Alto	Nível de Alerta
Água Fria	Topázio Imperial Mineração Comércio e Indústria Ltda	Alta	Alto	Nível de Emergência 1
Baias da UTM II	Gerdau AçoMinas S/A	Baixa	Médio	Sem emergência
Novo Dique dos Macacos	Samarco Mineração S. A	Baixa	Médio	Sem emergência
B5	Vermelhão Mineração Indústria e Comércio Ltda.	Média	Baixo	Nível de Alerta
Barragem do Vigia	CSN Mineração S.A.	Baixa	Alto	Sem emergência
Timbopeba	Vale S.A.	Baixa	Alto	Sem emergência
Alemães	Gerdau AçoMinas S/A	Baixa	Alto	Sem emergência
Forquilha V	Vale S.A.	Baixa	Alto	Sem emergência
Barragem de Contenção de Sedimentos do Josino	Ferro + Mineração S.A.	Baixa	Médio	Sem emergência
Prata	Vale S.A.	N / A	N / A	Sem emergência

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e Sistema de Gestão de Segurança de Barragem de Mineração (SIGBM).

Na próxima questão foi perguntado sobre quais seriam as principais áreas mais vulneráveis, considerando os 313 setores de risco. Charles Murta explicou que essas áreas mais vulneráveis estão situadas na região da Serra de Ouro Preto, que começa na entrada da cidade, no bairro Veloso e segue passando pelo Centro, rodoviária, Alto da Cruz, Taquaral, Morro Santana, Piedade, até a saída no sentido de Mariana. Desse modo, a Serra

de Ouro Preto abrange parte considerável da cidade e apresenta características geológicas de risco, como informado pelo engenheiro geólogo:

Toda essa serra de Ouro Preto, ela apresenta naturalmente um risco pela característica da rocha, característica litológica que nós chamamos, porque é uma rocha acamadada, folheada, e o acabamento está a favor do caimento da encosta, do pendor da encosta e as pessoas construíram ali, então ela naturalmente ela já tende a deslizar. (Charles Murta)

Abordando estes riscos geológicos perguntamos então se a Defesa Civil estava trabalhando em parceria com o estudo dos vestígios da mineração que foi catalogado e divulgado pela plataforma Minas Antigas - como foi discutido no segundo capítulo da dissertação. Segundo Charles Murta, o órgão tem atuado em parceria com a Sociedade Excursionista e Espeleológica da Escola de Minas/UFOP⁴⁸ e com o Prof. Dr. Hernani Mota de Lima da UFOP, que é especialista no estudo dessas cavidades. Assim, tem sido feito um trabalho em conjunto através da realização de mapeamentos de cavidades e sarilhos. Ele comenta então a ocorrência de acidentes graves por conta da forte exploração de ouro por meio de minas subterrâneas e que hoje se encontram cobertas pela vegetação, dificultando a sua identificação e gerando riscos à vida da população. Nesses casos, em que existem minas no terreno de uma residência ele informa que também é feita uma análise técnica e se for necessário indica-se a remoção da família daquele local.

Então, se a gente for analisar friamente, aquilo dali é uma grande incógnita: o que tem ali, como que é a circulação de água por dentro dessas minas a gente não sabe. Recentemente, na segunda-feira agora, eu visitei uma nova abertura de teto de mina colada em residência. Então, as pessoas constroem por cima ali, às vezes não tem noção que tem uma mina por baixo... (Charles Murta)

Tendo em vista que parte da população se encontra exposta a riscos, perguntamos como é a aproximação da Defesa Civil com a comunidade e se existem ações de conscientização. O geólogo respondeu que os trabalhos de conscientização costumam ser feitos no período pré-chuvoso, em que a Defesa Civil vai até aos bairros e morros distribuindo cartilhas de orientação e conversando com a população. Assim, ele afirma que há um esforço para que os moradores tenham acesso às informações sobre as áreas de risco. Porém, ele pondera que em algumas situações mesmo a pessoa sabendo que mora em área de risco ela tende a omitir por receio de ser removida da sua casa. Uma

⁴⁸ Para saber mais ver: <https://see.ufop.br/asee>.

ferramenta importante citada por ele é o aplicativo da Defesa Civil de Ouro Preto ⁴⁹, que possibilita o fácil acesso dos moradores para verificar dados sobre os setores de risco e volume de chuvas.

Ouro Preto hoje, se você subir no morro, praticamente todo mundo sabe se está, se não está em risco; qual que é o risco que tem... Apesar do que também é muito comum você chegar lá, você chega em uma residência, bate lá e fala assim: “sua casa está em risco?”, eles omitem isso. Claro, né, porque eles têm o receio de serem removidos e tal, mas nós bombardeamos a população com um volume muito grande de informações a respeito do risco, sendo que o nosso aplicativo é o que tem maior capilaridade dentro do município, principalmente dentro das áreas de risco. Porque o nosso aplicativo ele se torna muito atrativo para o morador, para a população, porque lá traz em tempo quase que real o quantitativo de chuva que está caindo. (Charles Murta)

Figura 63 - Divulgação do aplicativo da Defesa Civil de Ouro Preto.

JÁ CONHECE O APP DA DEFESA CIVIL DE OURO PRETO?

Ele permite ao cidadão:

- Verificar as áreas de risco mapeadas no município;
- Acompanhar a quantidade de chuva;
- Contribuir relatando possíveis incidentes.

Em parceria com o Serviço Geológico do Brasil - CPRM e CEMADEN

Defesa Civil - Ouro Preto

Aponte a câmera do seu celular para o QR-Code e baixe o aplicativo

DISPONÍVEL NO Google Play



⁴⁹ Para saber mais ver:

https://play.google.com/store/apps/details?id=defesa_civil.ouropreto.mg.gov.br.reasderisco_defesacivil&hl=pt_BR&gl=US&pli=1

Fonte: Jornal Voz Ativa.

Além disso, ele informou que existe o sistema de alerta meteorológico de Ouro Preto (SAMOP)⁵⁰, criado pelo próprio Charles Murta em 2012 a partir da dissertação de mestrado de Jeanne Michelle Castro, orientada pelo Prof. Dr. Frederico Sobreira⁵¹. Conforme explicado, há uma quantificação do volume de chuva versus a probabilidade de ocorrência de um deslizamento em 5 dias consecutivos. Com essa informação sobre o volume de chuvas, a população pode saber se há risco de deslizamento ou não, o que deve fazer e se precisa ligar para a Defesa Civil. Ainda, nesse período chuvoso são distribuídas lonas plásticas e cestas básicas.

Então, por exemplo, “ah choveu tantos milímetros acumulados em tanto tempo”: a população já sabe. Então ela vai vendo o quanto que choveu, se está correndo risco de deslizar ou não, o que que ela tem que fazer, se ela liga para a Defesa Civil. Tanto que o nosso telefone, ele não para. Nós distribuimos muitas lonas plásticas para cobertura emergencial de encostas, muita cesta básica para o pessoal também nesse período, que a Defesa Civil estadual repassa para a gente. (Charles Murta)

Contudo, Charles Murta reconhece também que o trabalho de remoção das famílias dos locais de risco por vezes torna-se complicado, pois as pessoas acabam tendo que ser retiradas de suas próprias casas. Sobre os possíveis atritos em relação a isso ele comenta: “O nosso trabalho, ele é um trabalho muito impactante para a família, então às vezes para salvar as pessoas, a gente acaba não sendo muito nem bem-quisto nem bem-visto” (Charles Murta).

Tal comentário encontra repercussão nas respostas da população ao questionário proposto pela autora. Quando perguntamos a percepção da comunidade em relação a atuação da Defesa Civil obtivemos um resultado que apontava para uma interação permeada por atritos e incômodos. Parte significativa dos participantes da pesquisa inclusive considerou que as ações do órgão se concentravam apenas na atuação durante os momentos de emergência. Nesse sentido, podemos notar uma ligação entre os relatos de Charles Murta e as respostas da amostra populacional a respeito da relação por vezes conflituosa entre a Defesa Civil e a população.

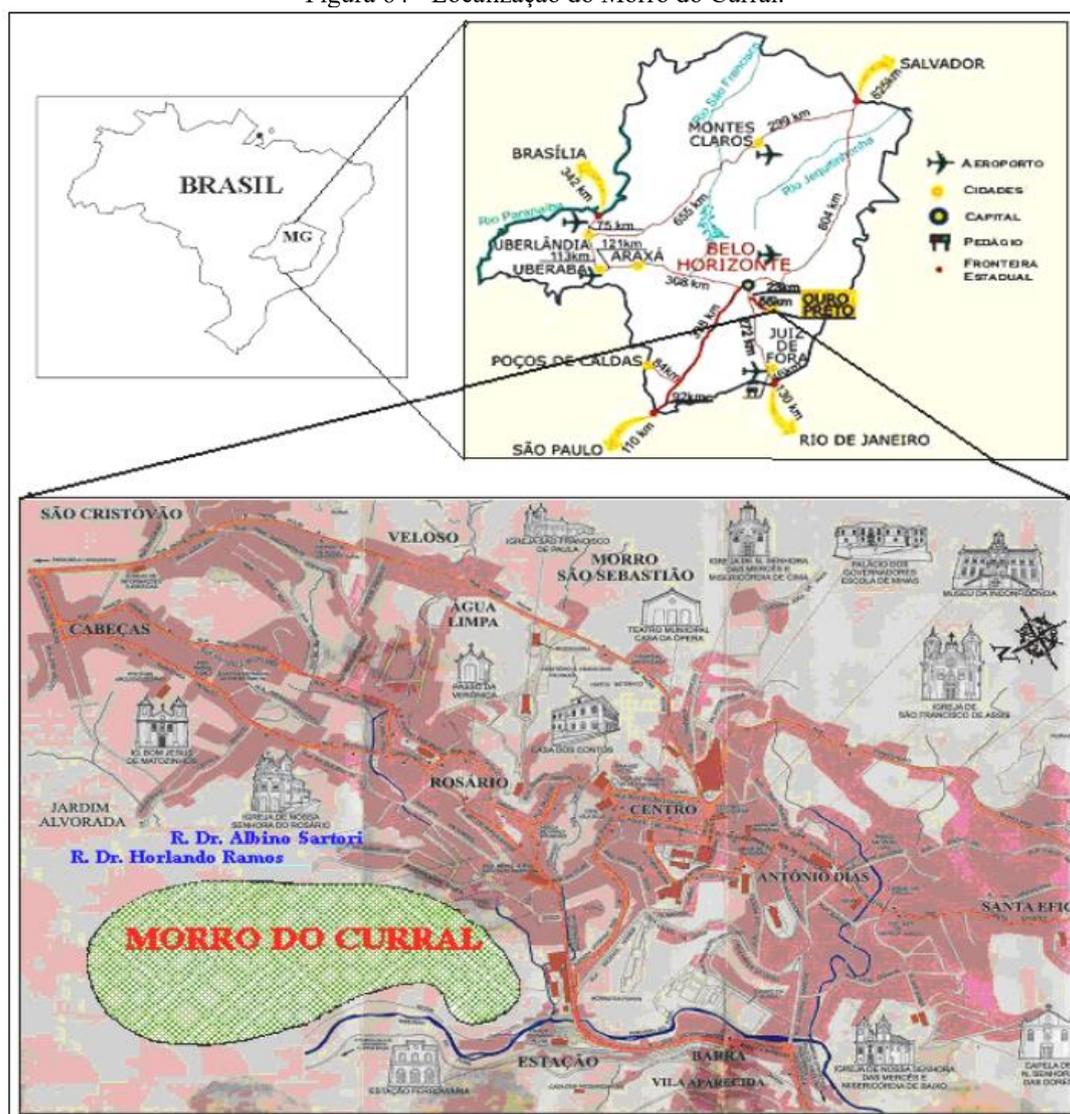
⁵⁰ Para saber mais ver: <https://ouopreto.mg.gov.br/alerta-meteorologico>

⁵¹ Para saber mais ver: CASTRO, Jeanne Michelle Garcia. Pluviosidade e movimentos de massa nas encostas de Ouro Preto. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Departamento de Engenharia Civil, Escola de Minas - Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

Finalizando a entrevista, foi perguntado quais seriam os principais avanços na proteção de Ouro Preto, desde o início dos anos 2000 até o momento atual (2023). O engenheiro geólogo considerou que em questões estruturais não houve praticamente nenhum avanço, no sentido de obras de geotecnia e de maior dimensão referentes aos principais pontos focais de grande risco. Ele diz que ocorreu apenas uma melhoria na drenagem e a construção de muros de arrimo. De acordo com Charles Murta, o último trabalho de maior porte foi o retaludamento feito no Morro do Curral, localizado na Vila São José, após o movimento de massa ocorrido em 1979⁵². Esta obra em que foram removidos cerca de 600.000m³ é vista por ele como a maior obra geotécnica já realizada na cidade. Apesar de reconhecer que não houve muitos avanços ele ainda se mostra otimista na expectativa de melhorias que possam vir a acontecer: “Então, em termos de obras efetivas, obras estruturais, nós não tivemos avanço. Eu acredito que daqui para frente nós vamos ter um avanço, eu estou acreditando nisso” (Charles Murta).

⁵² Para saber mais ver: FERREIRA, Sueli Batista. Estudo de ruptura em talude urbano no Morro do Curral - Ouro Preto. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas) - Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004.

Figura 64 - Localização do Morro do Curral.



Fonte: Ferreira (2004, p. 3).

4.2.3 Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto

Entrevistada: Maria Raquel Alves Ferreira
 Função: Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto (2021-2023)
 Tempo de duração da gravação: 01:21:20

Antes de se iniciar a discussão é preciso esclarecer que quando a entrevista foi feita Maria Raquel Alves Ferreira era a chefe do escritório técnico do Iphan em Ouro Preto, porém em final de outubro de 2023 a arquiteta foi exonerada do cargo. Em ata da 223ª Reunião ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI) realizada em 01 de novembro de 2023, foi

apresentada uma nota de repúdio por Débora Queiroz, membro do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil - Minas Gerais (IAB/MG):

Débora [Queiroz] apresentou o outro assunto da pauta que foi sobre a exoneração da Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, Maria Raquel Alves Ferreira emitindo uma nota de repúdio do IAB, uma questão grave é o conselho não ter sido consultado em três oportunidades, o Show do Dilsinho, a pavimentação da Rua Salatiel Torres e o outro foi a Estrada da Purificação, que também culminaram na exoneração da Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, foi lido o ofício para ser encaminhado ao Presidente do IPHAN e ficou acordado que tal documento fosse enviado a todos os conselheiros para possíveis contribuições no documento e possíveis encaminhamentos, sendo marcada reunião para discutir tal tema. (Ouro Preto, 2023)

Dito isto, a entrevista foi iniciada por meio do questionamento sobre como tem sido a articulação entre o Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto e a administração municipal, considerando seus diversos setores e secretarias.

Como foi respondido pela arquiteta e urbanista Maria Raquel Alves Ferreira, o trabalho na análise e aprovação de projeto tem sido feito de maneira conjunta há muitos anos, desde a década de 1990 com a existência do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT). Além disso, ela explica que a fim de facilitar os trabalhos e a circulação dos documentos, os projetos são protocolados de forma digital na prefeitura. Isso viabiliza uma atuação coordenada com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação Social (responsável por analisar e aprovar projetos arquitetônicos, loteamentos e reformas) e a Secretaria de Cultura e Turismo.

E com essa Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a gente trabalha dessa forma: o projeto é protocolado lá no sistema deles, informatizado, encaminha para nós e a gente analisa, devolve para eles o nosso parecer e aí é emitido um parecer, o nosso e o deles, de forma conjunta pela prefeitura. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Foi citada também a articulação com a Secretaria de Defesa Social, na qual está integrada a presença da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Esse contato é apontado pela arquiteta como fundamental no quesito de orientação aos riscos geológicos, em especial para que o Iphan pudesse compreender outras informações que deveriam constar na elaboração de laudos técnicos, por exemplo: estabilidade do terreno, histórico da encosta em que o lote está inserido, histórico de deslizamento no entorno. Ainda, em parceria são feitas vistorias em áreas públicas onde existem edificações históricas e possibilidades de risco, como a Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (conhecida como Igreja Mercês de Cima) e Igreja Bom Jesus de Matosinhos, nas quais existe um trabalho de monitoramento junto com a Defesa Civil. Entre outros locais citados como preocupantes

por Maria Raquel Ferreira estavam as encostas da Rua Padre Rolim, a Serra de Ouro Preto e a situação do Morro da Forca após o desabamento. Desse modo, a arquiteta comenta que como o Escritório do Iphan não possui nenhum geólogo no seu quadro de funcionários a comunicação com geólogos da Defesa Civil e Fundação Gorceix torna-se muito importante.

De modo semelhante, essa orientação acontece com o Corpo de Bombeiros, a fim de compreender o que deve constar nos documentos para realização de eventos e confirmar se o que era exigido estava de acordo com os critérios para prevenção a risco de incêndio, tal como a exigência ou dispensa do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). Nesse sentido, a então diretora do Iphan afirma que a proximidade com o Corpo de Bombeiros está relacionada à questão da realização de eventos e aprovação de projetos e cita tanto a portaria do próprio Iphan para prevenção e combate a incêndio⁵³ como a norma estadual do Corpo de Bombeiros para proteção de edificações históricas⁵⁴. Assim, ela explica que vão sendo conversados quais as melhores opções para conciliar como os equipamentos de segurança exigidos pelo Corpo de Bombeiros podem ser inseridos na edificação cultural respeitando também a legislação do patrimônio. Em concordância com o que havia sido apontado na entrevista com o Tenente Leandro Rodrigues, Maria Raquel Ferreira também menciona o treinamento desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros com a equipe de funcionários do Museu da Inconfidência, para capacitação e orientação em relação à prevenção e combate a incêndios. Desse modo, as ações são pensadas considerando o bem cultural do ponto de vista da edificação e do acervo que ela abriga.

Quadro 22 - Quadro de treinamento especial para brigadas de edificações com bens culturais.

A – Parte Teórica		
Módulo	Assunto	Objetivos
Acervo patrimonial	Reconhecimento do acervo, propriedades construtivas, cuidados requeridos.	Todos os brigadistas deverão ter conhecimento do valor cultural de cada acervo, suas propriedades e os cuidados requeridos para melhor ação no combate ao sinistro e proteção dos bens (retirada, prioridade e demais ações).
B – Parte Prática		
Módulo	Assunto	Objetivos
Prática	Teste de equipamentos	Praticar técnicas de inspeção e teste dos equipamentos capacitando o brigadista a realizar inspeções rotineiras.

⁵³ IPHAN, Portaria nº 366, de 04 de setembro de 2018. Dispõe sobre diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados.

⁵⁴ CBMMG. Instrução Técnica nº 35. Segurança contra incêndio em edificações que compõem o Patrimônio Cultural. 2ª edição.

Fonte: Instrução Técnica nº 35 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Outra atividade mencionada por Maria Raquel Ferreira em relação ao trabalho do Corpo de Bombeiros são as ações de educação e controle nos estabelecimentos comerciais do centro histórico, que começaram na Rua Conde de Bobadela (Rua Direita) e Rua São José. Estas ruas, formadas por edificações históricas geminadas, concentram muitos bares e restaurantes, por isso a preocupação com os equipamentos de cozinha que em condições inadequadas poderiam gerar princípios de incêndio que demandariam resposta imediata a fim de controlar o risco de propagação.

Um ponto interessante dessa comunicação entre os órgãos de proteção comentado por Maria Raquel Ferreira foi a realização de um seminário internacional no Chile em que Ouro Preto foi convidada a participar por conta da visibilidade de seu patrimônio mundial. Neste seminário em que foi debatida a questão do planejamento e gestão de risco, estiveram presentes não só o Iphan como também representantes da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e prefeitura municipal, entre eles: Charles Murta, Prof. Dr. Frederico Sobreira, Prof. Dr. Antônio Claret, Tenente Torres (Comandante da Cia Ouro Preto). Ela conta então que devido a esse seminário foi criado um grupo de WhatsApp que se mantém ativo para troca de informações de forma constante, facilitando o contato direto.

A arquiteta aponta as dificuldades de fiscalização do conjunto tombado que está predominantemente situado no distrito sede. Essa fiscalização acontece pelos fiscais de obras e posturas da prefeitura e do escritório técnico. Assim, existe uma colaboração nessa atuação de fiscalização, através do encaminhamento de notificações uns aos outros e do trabalho em equipe em alguns locais em que a situação seja mais complicada. Ela pontua ainda a importância desse trabalho em conjunto por haver apenas sete fiscais efetivos na prefeitura que são autorizados a emitir as notificações. Desse modo, ela considera que as equipes técnicas reduzidas é um dos principais gargalos da gestão pública em todas as instâncias. Diante disso, Maria Raquel Ferreira cita como a articulação entre os setores é incentivada na própria portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre os critérios de preservação de Ouro Preto.

Sempre teve essa articulação, está até na portaria 312 essa possibilidade, essa sugestão, essa recomendação para que a análise seja feita conjuntamente essa parceria, e sempre trabalhou dessa forma a análise e aprovação dos projetos. Com a fiscalização também, sempre trabalhou de maneira conjunta, e a gente vem afinando. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Outro elemento importante nesse processo de interligação entre os setores é a atuação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI) que, segundo a arquiteta, apresenta uma boa presença de técnicos representantes de diferentes instituições, como UFOP, IFMG, FAOP e IEPHA. Verifica-se então a composição do Conselho definida por seu regimento interno:

Art. 4º - O Conselho Municipal de Preservação será composto por 20 (vinte) membros, com seus respectivos suplentes, sendo eles:

- I. Um representante da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano;
- II. Um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- III. Um representante da Secretaria Municipal de Obras;
- IV. Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- V. Um representante do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- VI. Um representante do IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico;
- VII. Um representante da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP;
- VIII. Um representante do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG/Ouro Preto;
- IX. Um representante do IEF – Instituto Estadual de Florestas;
- X. Um representante do Corpo de Bombeiros, Unidade responsável pelo Município de Ouro Preto;
- XI. Três representantes das entidades preservacionistas de Ouro Preto;
- XII. Três representantes de entidades representativas dos movimentos comunitários dos moradores dos bairros e distritos;
- XIII. Três representantes das entidades culturais em atuação no Município de Ouro Preto;
- XIV. Um representante dos guias de turismo de Ouro Preto. (Ouro Preto, 2002)

Adiante, foram debatidas as complexidades do planejamento urbano e da preservação da paisagem considerando o problema da ocupação desordenada dos morros circundantes devido ao acelerado processo de expansão urbana e a dimensão do perímetro tombado pelo Iphan. Maria Raquel Ferreira comenta sobre algumas propostas de planejamento urbano que foram feitas para Ouro Preto anos atrás, como o Plano Viana de Lima e o Plano da Fundação João Pinheiro. Porém, ela reflete como o Plano Viana de Lima tinha a visão da cidade como uma espécie de um quadro, uma obra de arte, mas que com o passar do tempo, Iphan e Unesco foram tornando sua visão mais abrangente em relação ao que é o patrimônio cultural.

Então, esse plano do Viana de Lima ele era meio engessado, era meio essa coisa do quadro. E o da Fundação João Pinheiro, não. Ele já incluía questões econômicas, sociais no plano regional, ele era mais realista e mais abrangente, vendo a cidade como alguma coisa dinâmica. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Essa reflexão em relação a uma perspectiva inicial da cidade como uma espécie de fotografia ou obra de arte foi feita também por Cristina Simão (2016). Conforme a

autora, esse entendimento teve como consequência o não planejamento da cidade como um espaço dinâmico, de modo que tal perspectiva começou a aparecer apenas no final dos anos 1960 - quando o processo de crescimento urbano se tornou mais evidente (Simão, 2016).

Em consequência desse entendimento e, também, do processo de urbanização brasileiro, não houve, nas primeiras décadas de atuação do instituto protecionista, nenhuma ação de planejamento da cidade como um organismo vivo e dinâmico. Quando a cidade se viu frente ao crescimento, resultado da instalação da indústria de alumínio, e a área urbana expandiu-se rapidamente, o Estado promoveu algumas ações na tentativa de controlar o crescimento urbano, mas que somente se efetivou, e de forma ainda incipiente, no final do século XX. Existiu, então, um descompasso entre a visão da cidade como obra de arte, parada, pronta, e a cidade dinâmica e viva, que somente foi “descoberta” no final dos anos de 1960. (Simão, 2016, p. 216)

Nesse sentido, a arquiteta Maria Raquel Ferreira afirma que “quem preserva não é o órgão do patrimônio, sozinho. Nem o IEPHA, nem o IPHAN, nem a Secretaria de Patrimônio Municipal: é uma gestão integrada” (Maria Raquel Ferreira). Tal frase é seguida da explicação sobre as diferentes esferas que devem atuar no planejamento municipal, cada um com sua competência específica. Além disso, ela cita o atual processo de revisão do Plano Diretor e ressalta a questão habitacional como um fator complexo desse processo, especialmente porque Ouro Preto não teve um programa habitacional para população vulnerável. Diante disso, Maria Raquel problematiza como a ausência dessas políticas públicas de moradia no passado repercutiram no número de pessoas morando em áreas de risco. Ela defende então a importância da gestão integrada, articulando o desenvolvimento urbano e a preservação.

Por exemplo para morros: por que que as pessoas ocupam área de risco? Não tem outra opção. Eu vou para onde está possível de ser ocupado. Ouro Preto não teve o BNH. Nunca teve um programa de habitação, isso é muito preocupante. Aí as pessoas vão morando da forma que podem. Agora está começando um programa municipal... E quem define o uso de ocupação do solo é o município. O IPHAN vai lá, a prefeitura fala assim: “Ah, isso aqui é área edificável, aqui não é...”. Aí o IPHAN vai lá na sua lei e fala como essa área edificável pode ser ocupada ou não, mas quem define esse tipo de coisa (o que é área ambiental, de preservação ambiental?) é o plano municipal. Ele vai ser revisto agora, ele está em revisão, já foi contratada uma empresa... Então, se não existir um plano de habitação, arquitetura pública vinculada à mobilidade urbana, não tem como gerir, né? Então é integrado o desenvolvimento urbano e a preservação. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Segundo Cristina Simão (2016), a questão da paisagem urbana é tratada com uma nítida segmentação devido a postura da municipalidade em relação aos problemas urbanos e a priorização da área patrimonializada. A autora afirma então que aos morros

circundantes fica marcado o seu caráter de “descaracterizador” da paisagem cultural, pois “ao ocuparem informalmente as encostas do entorno do centro histórico, alteraram a relação entre ambiente construído e natural, excluindo-os dos benefícios do lugar patrimonializado” (Simão, 2016, p. 224). Desse modo, fica posto o contexto de desigualdade entre as áreas periféricas e a região central.

Sobre o programa habitacional que estava sendo desenvolvido e citado por Maria Raquel Ferreira, ela informa que o projeto foi chamado “Um teto é tudo” e que teve início em 2022. Segundo, Maria Raquel o programa iria começar atendendo as famílias desabrigadas durante os desabamentos provocados pelas chuvas de 2012, além de outros moradores que foram desabrigados do bairro Taquaral. Assim, ela explica que as ações do programa se concentram na execução de reformas estruturais nas casas para que as pessoas possam retornar à sua moradia com segurança, e nos casos em que isso não for possível a construção de novas residências. Tal informação foi verificada no site oficial da prefeitura municipal, onde são divulgadas informações do programa.

A iniciativa visa promover, gratuitamente, serviços técnicos nas estruturas, terrenos e casas dos cidadãos de baixa renda do município, através da atuação de profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia civil. No programa, serão priorizadas as famílias inscritas no auxílio-moradia e que estão fora de suas casas, mas que podem retornar para as residências após ser feita a requalificação das moradias. Já as famílias que não puderem voltar, devido aos riscos geológicos e outros, a equipe está retomando as construções das casas nos antigos reassentamentos, além de planejar os novos. (Coelho, 2022c)

Outra iniciativa citada por Maria Raquel Ferreira é o Programa BomSerá, organizado pelo Instituto de Arte Contemporânea⁵⁵. O projeto se concentrou na restauração de três casas localizadas no bairro Cabeças e promoveu oficinas de capacitação e educação patrimonial. Conforme divulgado no site do programa foram ofertadas as seguintes atividades: Oficinas de restauro (carpintaria, alvenaria, pintura e instalação); Educação Patrimonial; Manutenção Preventiva; Oficinas Conhecendo os Ofícios. O programa educativo foi desenvolvido a partir do curso “Agente de Memória e Patrimônio”, direcionado para estudantes do ensino médio e do curso online “Formação em Linguagens da Educação Patrimonial”, voltado para educadores interessados na temática. Como resultado das ações foi publicado o Caderno pedagógico memória e patrimônio: Programa Educativo do BomSerá – Oficinas de restauro (2023).

⁵⁵ Para saber mais ver: <https://ia.art.br/ia-programa-bomsera-sobre/>

É preciso destacar a sensibilidade com que foi feita a restauração das casas, respeitando as vivências e a história dos moradores. O processo de restauro esteve assim imerso em cuidado com a memória daquele local, a fim de fortalecer os laços de afeto com o patrimônio e proporcionar uma moradia digna.

Cada reparo realizado foi atravessado pelas vivências, gestos, emoções, lembranças e também pela resistência e o amor desses lugares. Além disso, a comunidade teve a oportunidade de olhar para essas três casas e reconhecer sua importância e valor cultural.

Aprendemos todos juntos que não é possível cuidar do patrimônio sem cuidar das pessoas que nele e com ele vivem, de suas histórias, memórias e condições de bem viver, em processos educativos que exploraram recursos artísticos e ferramentas sociais com a colaboração de formadores convidados, especialistas experientes em propostas de aprendizagem comunitária com a cultura nas urgências do agora. (Tavares; Lassar, 2023, p. 12)

Figura 65 - Projeto BomSerá.



Fonte: Instituto de Arte Contemporânea de Outro Preto.

Na questão seguinte, entramos na discussão sobre a relação do Iphan com a comunidade local. Assim, perguntamos se estava sendo executado o projeto “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania” - programa de educação patrimonial desenvolvido em parceria entre Iphan e UFOP, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais⁵⁶. Em resposta, Maria Raquel explica que nos últimos anos os servidores mais antigos foram se aposentando e com isso o programa foi perdendo força dentro do Iphan - pois ele se

⁵⁶Para saber mais ver: <https://programasentidosurbanos.blogspot.com/p/o-programa.html>

iniciou com a servidora Simone Fernandes que se aposentou e depois foi coordenado por um tempo por Ana Amaral, mas ela não era efetiva no órgão e atualmente já não está mais no escritório técnico de Ouro Preto. Com isso, entendemos que o programa não se consolidou como iniciativa estabelecida pela própria instituição. Ela informa então que o programa está sendo desenvolvido mais diretamente pela UFOP, mas expressa seu desejo de que possa ser retomado pelo Iphan, uma vez que era um meio de aproximação com a população.

Quem está levando o Sentidos atualmente é só a UFOP, então a gente apoia, mas a intenção é de que volte de alguma forma. Que tenha um servidor aqui no escritório técnico de Ouro Preto para dar continuidade aos Sentidos Urbanos de uma forma mais efetiva. Ele tinha uma receptividade muito grande da comunidade, era o nosso acesso. (Maria Raquel Alves Ferreira)

A arquiteta reconhece que o Iphan é visto pela população por uma postura de fiscalização e punição, pelo próprio processo histórico de tombamento feito de cima para baixo. Porém, ela acredita que a atuação institucional vem mudando ao longo dos anos e que a fiscalização através da portaria nº 187, de 11 de junho de 2010⁵⁷, possibilita reduzir a ação civil, pois o processo fica na instância administrativa de modo que o proprietário pode fazer a regularização antes de que se transforme em uma ação civil. Maria Raquel Ferreira diz que apesar da equipe ser muito reduzida, o que dificulta as ações de orientação, há intenção em se fazer mais reuniões por meio das associações de bairro para tirar dúvidas dos moradores. Ela exemplifica que em alguns casos a orientação adequada poderia evitar uma notificação ao proprietário:

O proprietário é notificado pelo processo de fiscalização, então a gente tem oportunidade de esclarecer tudo isso. Às vezes, assim, fez uma obra irregular que seria possível com orientação e autorização por reforma simplificada, sem nem ser autuado, e muita gente nem sabe disso. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Além disso, ela cita alguns projetos que fornecem a elaboração de laudos técnicos e projetos de arquitetura para a população que não tem condições financeiras de arcar com uma contratação específica para atender aos requisitos do Iphan. Entre eles: Arq. Jr⁵⁸, empresa júnior vinculada ao curso de arquitetura e urbanismo da UFOP; Geoconsultoria Jr⁵⁹, empresa Júnior ao curso de Engenharia Geológica da UFOP; e

⁵⁷ IPHAN. Portaria nº 187, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

⁵⁸ Para saber mais ver <https://www.arqjr.com.br/>

⁵⁹ Para saber mais ver: <https://www.instagram.com/geoconsultoria/?hl=ja>

Arquiteta Nômades⁶⁰, iniciativa criada por arquitetas formadas pela UFOP. Outro parceiro de trabalho mencionado foi o Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural (NEPAC/UFOP) coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Magno de Souza Paiva⁶¹.

A questão da habitação, infraestrutura e mobilidade urbana para as populações empobrecidas que residem nas áreas de ocupação antiga da cidade é discutida por Cristina Simão (2016). De acordo com as suas pesquisas, ela identificou que os moradores desses locais atribuem aos órgãos de proteção, em especial ao Iphan, a responsabilidade pela especulação imobiliária e gentrificação do sítio histórico. Segundo as observações da autora, a população entende que a instituição retira das classes mais pobres a possibilidade de realizar as adequações necessárias em suas casas, o que acarreta a venda desses imóveis para proprietários com maiores condições financeiras que podem arcar com os custos das intervenções exigidas (Simão, 2016).

Além disso, ao refletir sobre a relação da população com os bens culturais Maria Raquel Ferreira sinaliza a diferença de apropriação entre o patrimônio material e imaterial. Desse modo, a comunidade apresenta uma ligação de maior afeto com o patrimônio imaterial representado através das festividades e da religiosidade, enquanto por outro lado é no patrimônio material que os atritos se intensificam.

Quando a gente conversa com o ouro pretano sobre as festividades, o carnaval, semana santa, os grupos de congado, a relação do morador é outra: aí ele ama o patrimônio e a cidade, ela é o lugar onde tudo acontece. Quando você vai falar do patrimônio edificado, aí vem esse conflito, “o que eu posso fazer na minha casa”, é a punição, só vem essa parte... (Maria Raquel Ferreira)

Cristina Simão (2016) aborda essa diferença entre o olhar do patrimônio sob a ótica da relação cotidiana e afetiva com o sítio histórico em contraponto ao tom de aversão evidenciado quando o patrimônio é visto a partir da institucionalidade. Segundo a autora, no primeiro caso a população demonstra sentimentos de orgulho e apropriação do lugar ao destacar os valores estéticos, históricos, religiosos e de uso do patrimônio cultural. Já no segundo caso, ela explica que o patrimônio tombado percebido pela população a partir da ação institucional esbarra nos incômodos de uma atuação autoritária, arbitrária e sem critérios claros. Assim, a pesquisadora evidencia a insatisfação dos moradores diante de uma postura estatal que reflete a posição de vulnerabilidade dos cidadãos frente a um poder discricionário (Simão, 2016).

⁶⁰ Para saber mais ver: <https://www.instagram.com/arquitetasnomades/>

⁶¹ Para saber mais ver: <https://www.instagram.com/nepacufop/>

Dessa forma, em Ouro Preto, a ruptura entre o espaço concebido – o patrimônio institucionalizado, protegido, tombado – e o espaço percebido e vivido – a cidade do cotidiano, dos serviços, da fruição das belezas estéticas – é nítida e revela a ação do Estado ao longo do tempo. A rigidez e a forma como a cidade foi controlada, na perspectiva da preservação do acervo tombado, resultou num sentimento de aversão em relação à institucionalidade desses bens, conflitando com o valor atribuído a esse mesmo acervo quando destituído do título patrimonial, ou seja, ao patrimônio vivido e percebido. (Simão, 2016, p. 214)

Em relação a infraestrutura do Escritório Técnico, Maria Raquel Ferreira disse que houve uma certa melhora no quadro técnico após o concurso ocorrido em 2019, mas que ainda se encontra muito aquém do necessário. Ela explicita então como se encontrava a formação do quadro de funcionário naquele momento, em março de 2023:

Aí foram chamando os outros concursados, então continua a Taís, que é a arquiteta, eu como chefe, dois técnicos em edificações e uma técnica em restauro. Ah, uma técnica do administrativo. Melhorou bem! Um estagiário da arquitetura da UFOP, uma estagiária do ensino médio, um técnico em administrativo contratado e dois dos serviços gerais, um que cuida do jardim e a outra que cuida da limpeza da casa.

Diante desse quadro técnico, perguntamos se havia algum historiador atuando no escritório. Ela respondeu: “Não. A gente deu a sorte... a Carol, que é a técnica em restauro, ela tem formação em História, então de bom grado ela nos auxilia” (Maria Raquel Ferreira). Desse modo, notamos que o escritório mantém um quadro técnico concentrado em profissionais da área de arquitetura e edificações, não havendo um cargo específico direcionado para o campo da História, Sociologia, Antropologia ou Educação, por exemplo. Entendemos que a contribuição destas outras áreas seria fundamental para a consolidação de ações de aproximação com a comunidade. Diante disso, podemos refletir como a sua própria estrutura organizacional repercute uma atenção mais voltada ao patrimônio material.

Em seguida, perguntamos quais seriam os outros riscos identificados, para além do risco geológico e de incêndio já debatidos. Maria Raquel Ferreira apontou o risco de colisões no trânsito por conta das dificuldades em relação à mobilidade urbana, principalmente devido aos ônibus e a carga e descarga de caminhões. Além disso, ela demonstra preocupação em relação ao risco de rompimento de barragens e afirma a importância do monitoramento constante. Ela cita que próximo à região do complexo das barragens de Forquilha existe um bem tombado pelo Iphan que é a Fábrica de Ferro Patriótica, fundada pelo Barão de Eschwege⁶². Assim, ela considera que a mineração traz

⁶² Para saber mais ver: <https://www.ipatrimonio.org/ouro-preto-fabrica-de-ferro-patriotica/#!/map=38329&loc=-20.390733056170582,-43.951148986816406,12>

muitos danos ao patrimônio e à qualidade de vida da população. Um dos problemas trazidos pela mineração, exemplificado por Maria Raquel Ferreira é a poluição atmosférica, pois a fuligem afeta a cantaria das pedras dos monumentos. Diante da necessidade desse cuidado especial aos monumentos em pedra, ela informou que estava sendo retomado o Centro de Estudos e Conservação da Pedra:

Está sendo retomado agora através de um plano de ação do IPHAN em parceria como a Prefeitura de Congonhas, vai ser reativado o Centro de Conservação da Pedra com o departamento da Geologia da UFMG... Professor Antônio Gilberto. Vai, inclusive, ser feito um estudo em algumas peças aqui, a escultura da Samaritana do Aleijadinho e outros bens. A gente vai ampliar isso também, seguindo agora pelo plano de ação do IPHAN. Vai ser reativado o Centro de Estudo da Pedra. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Em março de 2023, foi assinada a carta de interesse pela Prefeitura de Congonhas para receber e apoiar o projeto Centro de Referência em Estudos da Pedra, realizado através da cooperação técnica entre a superintendência do Iphan em Minas Gerais e o Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais. Conforme informado pelo site da Prefeitura de Congonhas, o projeto tem como objetivo desenvolver ações na área do patrimônio cultural voltadas a caracterização e conservação de monumentos pétreos a fim de aprofundar conhecimentos tecnocientíficos que possam auxiliar na preservação desses bens culturais construídos em pedra (Rufo, 2023).

Adiante, perguntamos como ela avaliava o estado de preservação do sítio histórico de Ouro Preto. Maria Raquel Ferreira respondeu que considerava a cidade em boas condições de preservação, tendo em vista a sua dinamicidade.

Eu acho que ele está bom, a gente não pode dizer que ele está ótimo, não... Se a gente pensar que é um núcleo tão dinâmico, por exemplo, ele não é uma cidade que só funciona o turismo no final da semana. Tem o turismo, mas você anda aqui, é só morador. Tem habitação na Rua Direita, então pela dinamicidade desse sítio eu acho que ele é super preservado. (Maria Raquel Alves Ferreira)

Em seguida, foi questionado quais eram os principais avanços observados na proteção do patrimônio de Ouro Preto, desde o início dos anos 2000 até o momento atual, passando a execução dos Programas Monumenta e PAC Cidades Históricas.

Sobre o Programa Monumenta ela comenta que na época também não havia um quadro de funcionários suficientes para abarcar a dimensão, então foram feitos contratos temporários na prefeitura e no Iphan. Com o fim do Programa, esse quadro de contratação temporária foi sendo reduzido até ser zerado.

O Programa Monumenta em Ouro Preto foi um sucesso, acho que foi 99 ou 100% executado. Então essas edificações e espaços públicos... Ele era muito voltado para espaço público também. Aqui a própria Praça Tiradentes, a requalificação através do Programa Monumenta; o Horto dos Contos; a praça; a montagem da Ponte Seca... Então, foi uma série de intervenções, fora os bens, a casa da Baronesa foi através do IPHAN no Programa Monumenta. (Maria Raquel Ferreira)

Por outro lado, em relação ao PAC Cidades Históricas ela aponta que os resultados não foram tão positivos, pois grande parte das obras não foram concluídas justamente por conta da falta de equipe técnica para execução.

Então, vamos dizer, 90% das ações do PAC não deram certo, a meu ver, por causa dessa estrutura que foi pensada com terceirização, que não dá certo. O que precisa ser feito é o aumento da equipe dos órgãos públicos com concursados, quadro permanente, tanto na Prefeitura quanto no IPHAN. (Maria Raquel Ferreira)

Ao conversar sobre o Programa Monumenta, perguntamos se havia uma preocupação sobre a gestão de riscos. Ela disse que lembra de um dos consultores alertar sobre a necessidade de intervenção nos córregos e encostas, porém o recurso do Monumenta era muito restrito e as obras de recuperação e estabilização de encostas tinham um custo muito mais elevado. Assim, ela informou que para tais obras de infraestrutura existe o PAC das Encostas, do Ministério das Cidades. Maria Raquel Ferreira afirma a importância desses recursos diante das limitações do município: “O município não tem recurso para isso, não tem nem equipe técnica para fazer. A Secretaria de Obras Municipal não tem condição, tem que ser feito isso mesmo em nível estadual.” Ela comenta que Ouro Preto havia negociado em 2012 um recurso do PAC das Encostas, mas que ele ainda não havia sido efetivamente aplicado.

Conforme publicado pelo Portal Itatiaia em maio de 2023, após o deslizamento no Morro da Forca a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais revalidou o convênio que previa a liberação desse recurso, e assim o município conseguiu resgatar o acordo calculado em 35 milhões de reais (Trucchio, 2023).

Uma vez que as obras planejadas no PAC das Encostas em 2012 foram projetadas antes do desabamento do Morro da Forca, um novo projeto de drenagem teve que ser elaborado. Após ser submetido ao setor técnico do Governo do Estado, o projeto foi aprovado na semana passada. O projeto atual inclui a captação de toda a água pluvial no topo do morro para evitar o encharcamento e impedir que ela desça em direção ao sistema de drenagem da Rua Xavier da Veiga, desaguando no Rio Funil. Além disso, prevê a construção de escadas hidráulicas e dissipadores de energia. A previsão é que as obras de drenagem sejam iniciadas e concluídas até o final deste ano. A Prefeitura informou que em uma segunda fase, será realizada a contenção do talude por meio de grampeamento do solo com tirantes de grande

profundidade, além da construção de uma estrutura de concreto na base da encosta. (Trucchio, 2023)

Portanto, diante das entrevistas notamos que apesar de diversas iniciativas estarem sendo desenvolvidas em Ouro Preto a cidade ainda enfrenta importantes desafios para sua preservação. Para enfrentamento das questões se faz então fundamental a articulação entre os setores responsáveis pelo planejamento e proteção, a fim de promover uma gestão integrada. Isso porque, as problemáticas que envolvem o sítio histórico se relacionam com diferentes aspectos da gestão urbana e afirmam a dinamicidade do sítio tombado. Nesse sentido, podemos ver como a atuação dos órgãos selecionados, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Escritório Técnico do Iphan, aparece articulada entre si de modo que seus representantes apresentam uma aproximação entre os trabalhos desenvolvidos por cada órgão, buscando contribuir com suas competências.

Além disso, podemos perceber que a relação da população com as instituições aparece atravessada por atritos. Os conflitos do cotidiano na cidade patrimonializada são evidenciados na reflexão de Natanael Kafuri: “A grande maioria daqueles que trabalham na “Ouro Preto oficial” vivem na “Ouro Preto real”, espectadores de uma realidade que não lhes pertence. Dentro de suas “realidades”, convivem com problemas de infraestrutura urbana graves” (Kafuri, 2017). Sob esse aspecto, a vivência dos moradores de Ouro Preto implica a discussão sobre o direito à segurança, à moradia e ao Patrimônio Cultural. Nesse sentido, torna-se urgente a atenção ao desgaste do diálogo institucional para com a população, que constantemente se vê distanciada ou à margem do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o debate sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, a discussão proposta por esta pesquisa se insere no campo da preocupação com os riscos que atingem os sítios históricos. Assim, parte-se da conjuntura em que são construídas as noções de Patrimônio Mundial e Patrimônio Mundial em Perigo, definidas pela Unesco, para compreender os critérios as quais estão atreladas e as orientações para sua gestão. Além disso, os riscos são refletidos por meio das dinâmicas de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Para estudo de caso, foi escolhida a cidade de Ouro Preto (MG), a fim de analisar a situação em que se encontra a conservação de seu sítio histórico e os principais riscos que atingem seu patrimônio cultural. Para tanto, foi ponderado as disputas que atravessam a narrativa colonial e foram levantadas informações midiáticas sobre possíveis abalos na manutenção de seu título mundial. Ademais, para avaliação do estado de preservação, foram utilizados documentos e dados técnicos produzidos pelas instituições responsáveis, a fim de analisar de que modo questões referentes à política urbana, riscos geológicos e de incêndio podem vir a afetar a salvaguarda dos bens culturais. Diante deste percurso, chega-se ao ponto final de apresentação dos resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, na qual foram evidenciadas as percepções da comunidade local e as perspectivas institucionais em relação à preservação de Ouro Preto.

Através de uma pesquisa em torno dos riscos atrelados ao patrimônio mundial, procurou-se entender os aspectos que envolvem os desafios à preservação do sítio histórico de Ouro Preto, por meio da análise técnica e das percepções da comunidade local. Partindo do questionamento sobre como se expressam as nuances entre as percepções da comunidade e as compreensões técnicas sobre a noção de risco ao patrimônio mundial, considerou-se que a perspectiva da população traz contribuições fundamentais para a salvaguarda do sítio histórico de Ouro Preto.

De início, buscou-se compreender os contextos que levaram à preocupação com o patrimônio mundial em perigo e as ações desenvolvidas em prol da sua proteção, problematizando também as reflexões em torno das noções de risco. Assim, destaca-se a Convenção de 1972 como documento de grande importância para a organização de diretrizes e critérios internacionais que orientam a salvaguarda ao patrimônio mundial. A partir disso, são definidas a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial

em Perigo. Ao considerar os parâmetros estabelecidos pela Unesco, são analisados dados a respeito do estado de conservação dos bens, no intuito de apontar as principais ameaças identificadas. Além disso, são levantadas as interpretações acerca da noção de risco no contexto da contemporaneidade com as demandas e transformações geradas pelo avanço da globalização, do capitalismo e das mudanças climáticas. Diante desses desafios à preservação, é trazida a relevância da gestão do patrimônio e da prevenção de risco como uma das ferramentas fundamentais para a proteção do patrimônio cultural.

Neste momento, foi possível compreender como a preocupação com a preservação do patrimônio cultural tornou-se crescente a partir da virada do século XX para o XXI. Com o avanço da modernidade e os eventos traumáticos que marcaram a sociedade, o sentimento de perda e a atenção com os danos ao patrimônio foram se fortalecendo. Como consequência de tal apreensão e no ímpeto de proteger os bens considerados testemunhos da história e suportes para memória da civilização, começaram a ser elaborados os documentos internacionais que postulavam a preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, observou-se como as medidas de salvaguarda surgem devido à inquietação frente aos riscos e à vontade de ação perante esse cenário.

Assim, em 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Unesco trouxe diretrizes ao considerar a relação entre a exposição aos riscos e o desenvolvimento econômico e social. Além disso, afirmou a responsabilidade coletiva e a importância da cooperação e assistência entre os Estados-parte, reunindo os esforços necessários para garantir a transmissão do patrimônio para as futuras gerações. Desse modo, foi definido o Valor Universal Excepcional como critério para inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Logo, a identificação de elementos que representassem uma grave ameaça ao valor deste bem foi colocada como parâmetro para indicar a sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Entre estas duas listas, foi observada uma notável diferença entre a quantidade de bens inscritos como Patrimônio Mundial concentrados na Europa e América do Norte, enquanto, por outro lado, na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo tem-se uma maior incidência na África e Estados Árabes. Tal contexto elucida a influência da geopolítica internacional no quadro de valorização e preservação do patrimônio de determinadas regiões em detrimento de outras.

Dentre os pontos elencados pela Convenção e tendo em vista o estudo de caso de Ouro Preto, considera-se que deveria haver uma maior atenção em relação àqueles definidos como perigos potenciais, em especial, os seguintes: (I) modificação do estatuto

jurídico do bem, suscetível de reduzir o grau de proteção; (II) ausência de uma política de conservação; (III) ameaças decorrentes de projetos de desenvolvimento regional; (IV) ameaças decorrentes de planos de urbanização; (VI) ameaças de impactos decorrentes de fatores climáticos, geológicos ou outros fatores ambientais (Unesco, 2017, p. 40). Tais perigos potenciais também vão ao encontro da análise feita por Veilon (2014), na qual ele aponta que os fatores que mais afetaram os patrimônios mundiais foram relacionados aos problemas de gestão e institucionais, além de questões atreladas ao desenvolvimento urbano.

Nesse cenário, as reflexões em torno dos diversos sentidos assumidos pelo risco na sociedade contemporânea apresentam-se, então, como uma outra perspectiva importante para compreender a dimensão dos impactos do desenvolvimento capitalista nesse processo. Por meio dos estudos trazidos por Zanirato *et al.* (2006) e Kalb e Carelli (2018), foi possível compreender o panorama conceitual dos debates mais recentes em relação à noção de risco atrelada a uma visão crítica sobre a sua conexão com o campo político, econômico e social. Sob tal pensamento, formulado por autores como Ulrich Beck, Anthony Giddens e Calvo Garcia-Tornel, fica posto que nesta *sociedade de risco*, cujas ameaças decorrem do avanço da modernização, a própria sociedade se reconhece como causadora dos riscos, ao mesmo tempo em que também naturaliza a convivência constante com eles e demanda medidas de controle para mitigação dos danos. Nesse sentido, adotou-se aqui a posição de que o risco deve ser entendido através de sua historicidade, tendo em vista o processo de industrialização e a dimensão antrópica.

Outra questão fundamental da discussão desses autores é como a produção dos riscos implica em sua distribuição desigual entre as classes sociais, de modo que as pessoas de classe mais pobres ficam sujeitas a morar em locais mais vulneráveis. Tal reflexão pode ser percebida no contexto de Ouro Preto, em que parte das pessoas com poucos recursos financeiros acabam construindo suas moradias em áreas de risco geológico, por não possuírem condições de se estabelecerem em um local mais seguro e pela necessidade de estarem próximas do centro devido ao seu trabalho. Desse modo, concorda-se com o entendimento de que a percepção de risco está atrelada ao contexto vivenciado por cada grupo social.

Reconhecendo a multiplicidade de riscos do mundo contemporâneo e o modo como os patrimônios mundiais podem estar expostos a tais ameaças, a Unesco elaborou então os manuais de referência para gestão dos sítios históricos. Segundo as orientações,

a preservação do patrimônio deve se preocupar não só em garantir os valores dos bens, mas também precisa compartilhar seus benefícios para a população local, sejam eles sociais, culturais, educacionais, políticos e/ou econômicos. Para mais, a gestão deve atuar em parceria e de forma integrada com os diversos setores, buscando construir políticas de salvaguarda que levem em consideração o contexto físico e social em que estão inseridos. Assim, é preciso uma visão ampla do entorno em que se localiza o bem cultural, não sendo mais possível uma abordagem isolada do patrimônio. Defende-se nesta pesquisa que esta perspectiva é fundamental para a gestão de Ouro Preto, uma vez que a preservação do sítio histórico se encontra envolvida em uma série de questões que dizem respeito à dinâmica urbana, aos riscos geológicos e de incêndio e à necessidade de diálogo com a comunidade local.

Uma atenção especial deve ser direcionada ainda para as disputas que atravessam o discurso preservacionista e que elegeram Ouro Preto ao recebimento do título de Patrimônio Mundial. Na narrativa colonial eleita, os critérios que identificam seu valor universal remetem à história heroica da riqueza advinda do ciclo do ouro, que possibilitou a sua formação enquanto local proeminente da arquitetura barroca – expressa principalmente em monumentos religiosos e edificações administrativas. Assim, são destacadas os trabalhos em escultura do mestre Aleijadinho e as pinturas de Ataíde como exemplares singulares da originalidade artística brasileira. No campo político, é projetada a imagem do mártir Tiradentes e dos demais inconfidentes como símbolos da República que se queria construir.

Nesse cenário, são silenciadas as memórias que dizem respeito ao processo da escravidão, de modo que, nas poucas vezes em que o trabalho dos escravizados é citado, ele é apontado como mera mão de obra. Fica, então, em segundo plano o aspecto fundamental da participação da inteligência africana para a abertura das minas de ouro e das suas referências culturais difundidas pelo sítio histórico. Tal priorização dada a um patrimônio que está historicamente ligado às elites dominantes repercute em distanciamentos na sua apropriação pela comunidade local, especialmente por aquelas camadas mais humildes.

Diante do protagonismo de Ouro Preto enquanto primeiro bem brasileiro a ser reconhecido como patrimônio mundial, uma forte repercussão midiática existia em torno da sua preservação. A investigação através das plataformas de informação jornalísticas permitiu verificar que estes veículos direcionam sua preocupação aos riscos atrelados

àqueles patrimônios situados no núcleo turístico do centro histórico – que correspondem, portanto, aos bens afirmados pelo discurso oficial. Entre os acontecimentos de maior divulgação, estão: a destruição do chafariz do Pilar causado por um caminhão, o incêndio do Hotel Pilão e o desabamento do Morro da Forca sobre o Solar Baeta Neves. Tais eventos levantaram a inquietação sobre possíveis abalos na manutenção do título mundial, seja por sua retirada ou por sua inclusão na Lista do Patrimônio em Perigo. Contudo, os estudos demonstram que esta incerteza não se confirmou institucionalmente e representou mais uma agitação publicitária do que de fato uma ameaça real do ponto de vista do posicionamento dos órgãos responsáveis.

Os três episódios citados acima representam os riscos elencados como principais nesta pesquisa, uma vez que fazem referência aos problemas decorrentes do planejamento urbano, risco de incêndio e risco geológico. Nesse sentido, pode-se observar a importância da implementação do Plano Diretor assim como o estabelecimento de um quadro jurídico e legislativo capazes de articular a política urbana e a preservação do patrimônio. Tais instrumentos se apresentam como fundamentais para a regulamentação do uso e ocupação do solo e organização do trânsito. No âmbito dos riscos geológicos, a própria conformação geomorfológica da cidade devido a Serra de Ouro Preto é agravada pelos vestígios da mineração. Nesta topografia já acidentada e suscetível a movimentos de massa, em que são identificados 313 setores de risco, acrescenta-se o perigo decorrente das minas subterrâneas abandonadas após o período colonial. Sobre o risco de incêndio no sítio histórico, coloca-se a questão da configuração do espaço urbano, caracterizado por edificações geminadas, pelo emprego da madeira, pela alteração dos usos e pela dificuldade de acesso para o combate aos incêndios decorrentes do arruamento colonial.

Perante as necessidades de recuperação e preservação do sítio histórico, Ouro Preto foi contemplada com os programas de reabilitação ao patrimônio cultural urbano, denominados Programa Monumenta e PAC Cidades Históricas. Estes programas propunham reduzir os processos de degradação do patrimônio por meio da articulação entre diversos agentes e instituições para o desenvolvimento de ações de forma sustentável, na tentativa de promover não só a realização de obras de restauração, como também atividades educativas e capacitações. Para implementação destes planos, foram elaborados diagnósticos para compreender as principais demandas e, assim, direcionar as frentes de atuação. Entre os pontos de tensão levantados, estavam, por exemplo: as pressões do desenvolvimento urbano que implicaram na ocupação desordenada das

encostas e na sobrecarga da infraestrutura urbana; a não apropriação dos benefícios econômicos do turismo; os atritos entre a população e o Iphan. Apesar da proposta inicial apresentar a ideia de uma maior interlocução entre a gestão do patrimônio e o planejamento urbano, notou-se que os programas não conseguiram atingir todas as suas metas, especialmente o PAC Cidades Históricas que ficou ainda mais restrito à restauração de alguns bens culturais.

Munidos do arcabouço teórico, bibliográfico e técnico, mobilizados nos capítulos 2 e 3, traçou-se o percurso para chegar ao momento da discussão da pesquisa de campo realizada em Ouro Preto. Através da aplicação de questionário aos moradores do distrito sede, foi possível analisar as percepções da comunidade local no que tange à sua relação com o sítio histórico, aos riscos que o atingem e a atuação dos órgãos responsáveis. Foi observado que a população em geral apresenta uma aproximação positiva com o patrimônio, na medida em que ele traduz valores históricos e culturais que perpassam a vivência dessas pessoas, devendo receber então os cuidados da preservação. Contudo, se, por um lado, o título de Patrimônio Mundial é motivo de orgulho, por outro, ele ressalta os conflitos entre o poder público e a comunidade. A respeito da avaliação da condição de preservação do sítio histórico e da atuação dos órgãos de proteção, as respostas foram críticas e negativas, demonstrando um nível significativo de insatisfação da população. As problemáticas levantadas pela amostra populacional tocaram especialmente em questões de administração/gestão inadequada, preocupação com os riscos geológicos, transtornos causados pelo trânsito, necessidade de maiores recursos financeiros e realização de obras de infraestrutura urbana.

Sobre as nuances entre a população e os órgãos de proteção, fica evidente as lacunas de diálogo entre os dois campos. A relação com a Defesa Civil de Ouro Preto esbarra nos conflitos habitacionais e de segurança à moradia devido à quantidade de moradores em áreas de risco e a carência de planos de habitação da Prefeitura Municipal capazes de oferecer outra opção de moradia digna a essas famílias. Já o contato com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (2ª CIA Ouro Preto), mostra uma maior aproximação com os cidadãos, tendo em vista que eles reconhecem a presença do órgão de forma constante e relatam participar em ações de prevenção de incêndio. A situação se complica quando foi abordado a atuação do Escritório Técnico do Iphan, que foi alvo de críticas pelos moradores por estar concentrado na fiscalização de obras, causando impasses para que a comunidade possa realizar intervenções em suas casas e cujos

critérios são fortemente contestados. Neste ponto, entra em choque também a questão habitacional e a política de preservação. Assim, o distanciamento entre a população e o Iphan é marcado pelas dificuldades de comunicação e pela ausência da consolidação de projetos capazes de promover a interlocução entre a sociedade e a instituição.

Diante de todo o exposto, pode-se constatar que este estudo trouxe contribuições para pensar a gestão do patrimônio de forma integrada entre os setores responsáveis, inserindo a preservação na dimensão da dinâmica urbana. Assim, são ponderados os riscos que perpassam o sítio histórico de Ouro Preto, na compreensão de que a sua identificação é o primeiro passo para a construção de medidas para redução de possíveis danos. Por fim, é afirmada a importância do envolvimento da comunidade nas ações de salvaguarda e nos processos de tomadas de decisões. Desse modo, as instituições precisam afinar suas linhas de interação com a população, buscando aproximá-la das políticas públicas e mediando os conflitos existentes.

REFERÊNCIAS

- ALANO, Dener. Vegetação pega fogo perto de casarões e museu de Ouro Preto. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/08/28/vegetacao-pega-fogo-perto-de-casaro-es-e-museu-de-ouro-preto.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALVIM, Carlos Eduardo. Patrimônio Mundial da Humanidade, Ouro Preto convive com áreas de risco e danos ao casario histórico. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/01/14/patrimonio-mundial-da-humanidade-ouro-preto-convive-com-areas-de-risco-e-danos-ao-casario-historico.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. O título e a realidade. **Jornal do Brasil**, 4 set. 1980. Caderno B, p. 7.
- APARECIDO, Douglas. Manifesto Ou[T]ro Preto. **Território de Griots**, 9 jan. 2017. Disponível em: <http://terreirodegriots.blogspot.com/2017/01/manifesto-outro-preto.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- ARCO - Arte e Comunicação Ouro Preto. *Instagram*. Publicação de 28 ago. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CwfyRSOOSJJ/?igsh=MTV5cnB3bnppaGVwZQ%3D%3D&img_index=4. Acesso em: 16 jun. 2023.
- BASÍLIO, Sarah de Paula. **Os desafios do restauro público em Ouro Preto: um olhar sobre a população de baixa renda do caminho-tronco**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnóloga em Conservação e Restauro) - Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, 2017.
- BARBOSA, Viviane da Silva Borges. **Fechamento de mina para as minas setecentistas: inventário dos vestígios e avaliação dos ativos e passivos socioambientais resultantes em Ouro Preto, Minas Gerais**. 2021. Tese (Doutorado em Engenharia Mineral) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/13899>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- BECHLER, Rosiane Ribeiro; PEREIRA, Júnia Sales. Ouro Preto de todos os tempos: sentidos e efeitos do patrimônio na condição histórica da cidade. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 67-90, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v3i6.157>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **PMRR - Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Ouro Preto – MG**. Meta 1: Detalhamento da metodologia e planejamento da execução. Meta 2: Levantamento de informações. Brasil; Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, jul. 2023a.

BRASIL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **PMRR - Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Ouro Preto – MG**. Meta 3: Elaboração do plano municipal de redução de riscos de Ouro Preto – MG. Volume 1: Resultado do mapeamento do risco. Brasil; Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, jul. 2023b.

BRASIL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **PMRR - Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Ouro Preto – MG**. Meta 3: Elaboração do plano municipal de redução de riscos de Ouro Preto – MG. Volume 2: Plano de implantação de obras. Brasil; Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, jul. 2023c.

BRASIL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **PMRR - Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Ouro Preto – MG**. Meta 3: Elaboração do plano municipal de redução de riscos de Ouro Preto – MG. Volume 3: Capacitação técnica. Brasil; Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, jul. 2023d.

BRASIL; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **PMRR - Plano Municipal de Redução de Riscos do município de Ouro Preto – MG**. Meta 3: Elaboração do plano municipal de redução de riscos de Ouro Preto – MG. Volume 4: Propostas de intervenções não estruturais e de gestão de risco. Brasil; Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, jul. 2023e.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil Colonial**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2006. 256 p.

CALVO GARCÍA-TORNEL, Francisco. Algunas cuestiones sobre geografía de los riesgos. *Scripta Nova*, n. 10, 15 nov. 1997. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn->

10.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

CALVO GARCÍA-TORNEL, Francisco. **Sociedades y territorios en riesgo**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Audiência discute medidas de prevenção e combate a incêndio. **Câmara Municipal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 20 de abril de 2006. Disponível em: <https://cmop.mg.gov.br/audiencia-discute-medidas-de-prevencao-e-combate-a-incendio/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Audiência Pública nº: 523/2003. Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior destinada discutir a preservação do patrimônio histórico do País a partir da preservação do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto. **Câmara Municipal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 15 mai. 2003.

CAMILO, José Vítor. Ouro Preto é a cidade com maior número de barragens de rejeitos em risco do país. **O Tempo**, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ouro-preto-e-a-cidade-com-maior-numero-de-barragens-de-rejeitos-em-risco-do-pais-1.3289718>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CAMINHÃO destrói monumento histórico: Chafariz do Pilar foi construída no século 18, em Ouro Preto. **Jornal do Brasil**, 7 nov. 2002. O País/Política. p. A5.

CARMO, Bárbara Helena Almeida. **PCH, Programa Monumenta e PAC-CH: o patrimônio cultural na perspectiva de política pública**. 2020. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.102.2020.tde-12032020-151343>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARVALHO, Anakelli Gonçalves de. **A diplomacia cultural brasileira como instrumento de política externa nos governos Lula da Silva**. 2019. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/5385>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CASTRO, Jeanne Michelle Garcia. **Pluviosidade e movimentos de massa nas encostas de Ouro Preto**. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Departamento de Engenharia Civil, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/2737>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretária da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002. 240 p.

CBMMG. Bombeiros intensificam ações para tornar escolas mineiras mais resilientes. **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/bombeiros-intensificam-acoes-para-tornar-escolas-mineiras-mais-resilientes>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. (Org.). **Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. 466 p.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **Bens Culturais e Relações Internacionais: o Patrimônio como Espelho do Soft Power**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.1337>. Acesso em: 20 out. 2023.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p. 79-103, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CHUVAS e danos aos patrimônios em Minas Gerais. **Unesco (Notícias)**, 14 jan. 2022 [Última atualização: 20 abr. 2023]. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/chuvas-e-danos-aos-patrimonios-em-minas-gerais>. Acesso em: 20 out. 2023.

COELHO, Carla Maria Teixeira. **Gestão de risco para sítios históricos: uma discussão sobre valor**. 2018. 328p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/24028>. Acesso em: 20 out. 2023.

COELHO. Nízea. Base de apoio de prevenção e combate a incêndios florestais é inaugurada. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto**, 06 set. 2022a. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/2819>. Acesso em: 20 dez. 2023.

COELHO, Nízea. **“É da Humanidade, mas não da comunidade”**: redes sociais, participação popular e gestão do patrimônio em Ouro Preto. 2022b. 190 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, 2022.

COELHO. Nízea. Um direito de todos: programa Um Teto é Tudo leva dignidade por meio de moradias. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto**, 4 abr. 2022c. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/2435>. Acesso em: 20 dez. 2023.

COELHO, Nízea. Plano Municipal de Redução de Riscos de Ouro Preto é concluído e apresentado ao Poder Público. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto**, 8 out. 2023. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3469>. Acesso em: 20 dez. 2023.

COMPATRI - Conselho Municipal De Preservação do Patrimônio Cultural e Natural. **Ata da 223ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – Compatri**. Ouro Preto: Diário Oficial [Edição nº 3318], 1 nov. 2023. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/transparencia/diario-publicacoes/3345>. Acesso em: 20 dez. 2023.

COSTA, Inês de Carvalho. **O sentimento de perda: património mundial – casos de estudo dos principais riscos para os bens culturais**. 2020. Dissertação (Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/128142>. Acesso em: 13 jul. 2023.

COSTA, Inês de Carvalho; BOTELHO, Maria Leonor. Patrimônio Cultural e Direitos Humanos: Primeiras considerações. *In*: ANDRÉ, Paula. **Antologia de Ensaios**. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. VII - Seminário de investigação, ensino e difusão. Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, 2021. p. 196-207.

COSTA, Simona. As vilas mineiras setecentistas: o caso de Vila Rica. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 160-184, jan./mai. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v10i1.8651110>. Acesso em: 13 jul. 2023.

COSTA, E. B. **Totalidade-Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global**. 2011. 427 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

COURI, Leandro; COSTA, Mariana. Ouro Preto é a cidade brasileira com mais áreas de risco do país. **Estado de Minas**, 8 jan. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/01/08/interna_gerais,1441927/ouro-preto-e-a-cidade-brasileira-com-mais-areas-de-risco-do-pais.shtml. Acesso em: 2 nov. 2023.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho; OLIVEIRA, Alexandre Augusto de. Tempo e Fotografia: sensibilidades entrecruzadas na cidade de Ouro Preto. **Resgate**, Campinas, v. 26, n. 2, ed. 36, p. 79-98, jul./dez. 2018.

DIAS, Jussara Duarte Soares. História e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto. **Temporalidades – Revista de História**, v. 12, n. 1, edição 32, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19635>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ESTUDO inédito da Ufop mostra que Ouro Preto, patrimônio mundial da humanidade, está em processo de degradação. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/06/09/estudo-inedito-da-ufop-mostra-que-ouro-preto-patrimonio-mundial-da-humanidade-esta-em-processo-de-degradacao.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. *In*: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, Sueli Batista. **Estudo de ruptura em talude urbano no Morro do Curral - Ouro Preto**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas) - Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/3102>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FOGO destrói prédio secular: Casarão de 300 anos desaba em Ouro Preto. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 2003. O país/política, p. A4.

FONTES, Michel Moreira Morandini. **Contribuição para o desenvolvimento da metodologia de análise, gestão e controle de riscos geotécnicos para a área urbana da cidade de Ouro Preto**. 2011, 132 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/2892>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Saudação a Ouro Preto. **Jornal do Brasil**. 29 jul. 1980. Opinião, p. 11.

FREIRE, Paulo Fernando Bello. **Refletindo sobre o conceito do risco natural e de sua dimensão**: Breve Análise dos incêndios florestais no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. 2006. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

GAGLIARDI, Ignacio. OURO PRETO (MG): Igreja do Bom Jesus de Matozinhos e São Miguel e Almas – Parte II: Quanto tempo mais passará? **Ilumine o Projeto**, 2 ago. 2021. Disponível em: <http://ilumineoprojeto.com/igreja-do-bom-jesus-de-matozinhos-e-sao-miguel-e-almas-de-ouro-preto-parte-ii-quanto-tempo-mais-passara/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GARDA, Cynthia. Ouro Preto na mira da Unesco: Trânsito intenso e construções irregulares ameaçam título de Patrimônio Cultural da Humanidade. **Jornal do Brasil**, 5 nov. 2002. O País/Política, p. A5.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODINHO, Isac. Historic Mansion Destroyed by Landslide in Ouro Preto. **Folha de S. Paulo**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2022/01/historic-mansion-destroyed-by-landslide-in-ouro-preto.shtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

GOMES, Aline Burni Pereira. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas

considerações sobre o caso brasileiro. **Revista Estudos Políticos**, UFF, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 443-465, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rep.v6i12.39801>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GOMES, Carla Neves Almeida. **Sociedade civil e os programas de reabilitação do patrimônio: o caso dos programas Monumenta e PAC Cidades Históricas em Ouro Preto**. 2016, 141 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-AYFGVW>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/55761>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GOUVEIA, A. M. Claret. **Introdução à engenharia de incêndio**: para estudantes, arquitetos, engenheiros, administradores e bombeiros. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017. 230 p.

GOUVEIA, António M. Claret de. **Projeto Diagnóstico de Risco de Incêndio em Ouro Preto - Etapa 1: Rua São José**. Relatório técnico do projeto UNESCO/Movimento Chama. Laboratório de Análise de Risco de Incêndio. Universidade Federal de Ouro Preto, 2003, 89 p.

GOUVEIA, Antônio Maria Claret. **Análise de risco de incêndio em sítios históricos** (Cadernos técnicos 5). Brasília: Iphan/Monumenta, 2006. 104 p.

GRAMMONT, Anna Maria de. **Os significados do Patrimônio Histórico**: uma reflexão em torno do Hotel Pilão de Ouro Preto. 2005. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2005. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_anna_maria.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

GUIMARÃES, Thiago. Caminhão danifica chafariz recém-restaurado em Ouro Preto. **Folha de S. Paulo**, 26 ago. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u80985.shtml>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GUIVANT, Julia S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 5, p. 89-99, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22119/14483>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 167-212.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

ICOMOS. Carta de Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ICOMOS. Conferência de Nara, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ICOMOS. **State of Conservation - Historic Town of Ouro Preto**. 14th session of the World Heritage Committee, 1990. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/soc/1614>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

ICOMOS. **State of Conservation - Historic Town of Ouro Preto**. 17th session of the World Heritage Committee, 1993. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/soc/1752>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ICOMOS. **State of Conservation - Historic Town of Ouro Preto**. 27th session of the World Heritage Committee, 2003. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/soc/2779>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ICOMOS. **State of Conservation - Historic Town of Ouro Preto**. 28th session of the World Heritage Committee, 2004. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/soc/1504>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INCÊNDIO atinge construções dos séculos 17 e 18 em Ouro Preto. **Folha de S. Paulo**, 14 abr. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u73088.shtml>. Acesso em: 2 set. 2023.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>. Acesso em: 2 set. 2023.

IMPLANTADA a Rede Integrada de Proteção ao Turismo na cidade de Ouro Preto. **Agência Brasil**, 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/sala-de-imprensa/implantada-a-rede-integrada-de-protecao-ao-turismo-na-cidade-de-ouro-preto>. Acesso em: 29 set. 2023.

IPHAN. **Obras do PAC Cidades Históricas - Ouro Preto (MG)**. Iphan, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1782/>. Acesso em: 2 set. 2023.

IPHAN. **Salvaguarda do patrimônio - Ouro Preto-MG**. Série Preservação e Desenvolvimento, 12. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008a. 96 p.

IPHAN. **Patrimônio mundial**: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial.

Brasília: Iphan, 2008b. 80 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_do_patrimonio_mundial.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

KALB, Christiane Heloisa; CARELLI, Mariluci Neis. Dos riscos ao patrimônio cultural em debate: o olhar da Sociologia Ambiental. **Mouseion**, Canoas, n. 30, p. 9-27, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/mouseion.v0i30.4253>. Acesso em: 2 set. 2023.

KAFURI, Natanael. **Patrimônio perverso**: como Ouro Preto segrega sua cidade real. Caos planejado, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://caosplanejado.com/patrimonioperverso-ouro-preto/>. Acesso em 20 jul. 2023.

KATTAH, Eduardo. Ouro Preto: pior fase já passou: Apesar de problemas estruturais persistirem, acervo histórico da cidade mineira corre menos risco, diz Unesco. **Estadão**, 20 mai. 2008. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ouro-preto-pior-fase-ja-passou,175255>. Acesso em: 2 nov. 2023.

KRAKOVICS, Fernanda. Ouro Preto simboliza descaso com memória. **Folha de S. Paulo**, 17 nov. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1711200208.htm> Acesso em: 2 nov. 2023.

LANA, Julio Cesar; MARCUSSI, Maria Carolina Rodrigues. **Diagnóstico da população em áreas de risco geológico - Ouro Preto, MG**. Belo Horizonte: CPRM, 2021. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/22239>. Acesso em: 2 nov. 2023.

M'BOW, Amadou Mahtar. **Discurso del Sr Amadou Mahtar M'Bow, con ocasión de la ceremonia de inscripción de Ouro Preto en La Lista del Patrimonio mundial cultural y natural**. 1981. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000044421_spa. Acesso em: 2 nov. 2023.

MACHADO, Gisele. Fernandes; NUNES, Leonardo Silva; ROCHA, Víctor Fernando Muniz. O problema fundiário estrutural de Ouro Preto/MG: o processo estrutural como via adequada ao tratamento integral do problema e como alternativa ao manejo atomizado de pedidos de usucapião. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, ano 17, v. 24, n. 1, p. 128-153, jan./abr., 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/16992>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MACHADO, Jurema; BRAGA, Sylvia. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: Unesco/Iphan, 2010. 136 p.

MACHADO, Nívia. Departamento é criado no combate a incêndios florestais em Ouro Preto. **Estado de Minas**, 30 ago. 2022a. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/08/30/interna_gerais,1390129/departamento-e-criado-no-combate-a-incendios-florestais-em-ouro-preto.shtml. Acesso em: 02 nov. 2023.

MACHADO, Nívia. Saiba quais outros patrimônios em Ouro Preto estão em risco. **Estado de Minas**, 13 jan. 2022b. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/01/13/interna_gerais,1337386/saiba-

quais-os-outros-patrimonios-em-ouro-preto-estao-em-risco.shtml Acesso em: 16 nov. 2023.

MACHADO, Nívia. Estudo revela urgência na preservação ambiental de Ouro Preto. **Estado de Minas**, 09 jun. 2022c. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/06/09/interna_gerais,1372220/estudo-revela-urgencia-na-preservacao-ambiental-de-ouro-preto.shtml Acesso em: 28 out. 2023.

MANSUR, Rafaela. Deslizamento destrói casarão histórico em Ouro Preto. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/01/13/deslizamento-destroi-casarao-historico-em-ouro-preto-videos.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARQUES, Hugo. Ouro Preto terá R\$ 12 milhões: Governo anuncia ajuda para recuperação do patrimônio histórico e artístico da cidade. **Jornal do Brasil**, 18 abr. 2003. O país/política, p. A2.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MAZZINI, Leandro. Ministério Público investiga incêndio em Ouro Preto: Polícia Federal vai apurar se fogo que destruiu casarão secular foi criminoso. **Jornal do Brasil**, 16 abr. 2003. O país/política, p. A4.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto**. 1999. 156 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8GCML9>. Acesso em: 19 out. 2023.

MINC; IPHAN; BID. **Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano - Perfil de Projeto sobre o Programa Monumenta**. 1997.

MINA do século XVIII é encontrada em Ouro Preto após parte de casa desabar. **Jornal Nacional**, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/25/mina-do-seculo-xviii-e-encontrada-em-ouro-preto-apos-parte-de-casa-desabar.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MINAS ANTIGAS. Disponível em: <https://www.minasantigas.com/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MOUTINHO, Zaira Anislen Ferreira. **Lugar e percepção dos riscos socioambientais em Ouro Preto - MG**. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2014.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 108-122, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8015>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. 2000. 168 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: [http://www.repositorio-](http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12610/Dissertação%20Lia%20Motta%20UNIRIO%202000.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

[bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12610/Dissertação%20Lia%20Motta%20UNIRIO%202000.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12610/Dissertação%20Lia%20Motta%20UNIRIO%202000.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 out. 2023.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto**: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. 2007. 239 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2007.387364>. Acesso em: 13 out. 2023.

NEASPOC/UFOP. Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto. **Quinta Pesquisa “Assessoria Popular” em Ouro Preto**. 15 e 16 de abril de 2003.

NEASPOC/UFOP. Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto. **Nona Pesquisa “Assessoria Popular” em Ouro Preto**. Julho, 2005.

NEVES, William. Um incêndio que manchou a história de Ouro Preto. **Lamparina**: O portal de notícias dos alunos da UFOP, 23 ago. 2021. Disponível em: https://lamparinaufop.wordpress.com/2021/08/23/___trashed-3___trashed/. Acesso em: 2 nov. 2023.

NOGUEIRA, Rodrigo; PASSOS, Flora. Arquitetura tradicional de Ouro Preto: preciosa por ser negra. **Anais eletrônicos do encontro internacional do grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas e urbanismos do sul - Maloca**, v. 1, n. 1, p. 104-112, 2017. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/3531>. Acesso em: 13 jul. 2023.

NOTA - Furto de rosário ocorrido em Ouro Preto (MG). **Iphan**, 11 nov. 2023 [Atualizado em 13 nov. 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/nota-furto-de-rosario-ocorrido-em-ouro-preto>. Acesso em: 13 dez. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n° 10. 1993.

NYE JR., Joseph S. **Bound to lead**: the changing nature of American power. New York: Basic Books, 2011.

NYE JR., J. S. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: PublicAffairs, 2005.

OHNESORGE, Hendirck W. **Soft power**: the forces of attraction in international relations. *Chinese Political Science Review*, v. 7, p. 595-598, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41111-021-00182-5>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLENDER, M. “O abismo da história é grande o suficiente para todos”: os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade. **Locus**:

Revista de História, v. 26, n. 2, p. 291–313, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31204>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. Ouro Preto, a destruição pelas bordas. **Jornal do Brasil**, 29 abr. 2003. Outras opiniões, p. A14.

OLIVEIRA, Márcio Alves Teixeira de. **Movimentos gravitacionais de massa**: avaliação do risco geotécnico para edificações próximas ao morro da forca, no distrito sede do município de Ouro Preto, por meio do método do índice de risco (IR). 2022. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2022. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/4173>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Gestão patrimonial em Ouro Preto**: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas. 2005. 264 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2005.358572>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OPERAÇÃO Relicário - MPMG denuncia quatro colombianos por furto de rosário de ouro no Museu de Arte Sacra da Igreja do Pilar, em Ouro Preto. **Ministério Público de Minas Gerais**, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/operacao-relicario-mpmg-denuncia-quatro-colombianos-por-furto-de-rosario-de-ouro-no-museu-de-arte-sacra-da-igreja-do-pilar-em-ouro-preto.shtml>. Acesso em 20 dez. 2023.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e metiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.). **O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2002. p. 187-207.

PARANAIBA, Guilherme; OLIVEIRA, Junia. Ouro Preto é considerada bomba-relógio. **Estado de Minas**, 4 jan. 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/01/04/interna_gerais,270530/ouro-preto-e-considerada-bomba-relogio.shtml. Acesso em 20 dez. 2023.

PAULA, Isabella de. Programa PromoSAT-OP vai propiciar o conhecimento do território ouro-pretano e das condições socioambientais. **UFOP (Notícias)**, 30 mai. 2022. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/pesquisa-e-inovacao/programa-promosat-op-vai-propiciar-o-conhecimento-do-territorio-ouro#:~:text=O%20lan%C3%A7amento%20do%20Programa%20de,%2C%20vereador%2C%20professores%20e%20estudantes>. Acesso em: 28 out. 2023.

PAVANELLI, Lucas. Ouro Preto: estudo mostra que 3 mil moradores vivem em área de risco. **Itatiaia**, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/ouro-preto-estudo-mostra-que-3-mil-moradores-vivem-em-area-de-risco>. Acesso em: 2 nov. 2023.

PEDERSOLI JR., José Luiz. **A guide to risk management of cultural heritage**. Canadá: ICCROM, 2016. Disponível em: <https://www.iccrom.org/publication/guide-risk->

management. Acesso em: 20 dez. 2023.

PEREIRA, F. L.; PEREIRA, C. A.; IMBELLOINI, A. M. Projeto Cantaria: extensão universitária e a formação docente no viés da educação patrimonial. **Congreso Universidad**, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2013.

POLÍCIA investiga pichação no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/policia-investiga-pichacao-no-museu-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 13 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Alerta meteorológico. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/alerta-meteorologico>. Acesso em: 13 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Decreto nº 6.367, de 20 de janeiro de 2022**. Institui a Comissão de Salvaguarda do Patrimônio. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2022b. Disponível em: https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/51895c97b601c3aebb136b85d625dbfa.html. Acesso em: 20 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Defesa Civil - Ouro Preto (*Aplicativo*). Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=defesa_civil.ouropreto.mg.gov.br.reasderisco_defesacivil&hl=pt_BR&gl=US&pli=1. Acesso em: 20 out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei nº 59, de 07 de julho de 2005**. Institui diretrizes curriculares municipais para a educação patrimonial, para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras em Ouro Preto. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei nº 60, de 19 de junho de 2001**. Cria a disciplina de Educação patrimonial de caráter obrigatório para as escolas da rede pública da cidade de Ouro Preto. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei nº 64 de 2002**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural e dá outras providências. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 29 nov. 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006**. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2006. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/static/lc-29-2006-plano-diretor.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei complementar nº 93, de 20 de**

janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2011. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/static/lei-complementar-93-parcelamento-uso-e-ocupa-o-do-solo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Ofício nº 22, de 10 de janeiro de 2022.** Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Ouro Preto (COMPDEC). Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2022a. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/Anexo-decreto-6.355%20-%20Parecer%20tecnico%2001-2022.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Plano Diretor Municipal, 2023. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/planodiretor/apresentacao>. Acesso em: 1 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Zoneamento urbano distrito sede. Disponível em: https://ouopreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/zoneamento-ouopreto-1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

RAMIREZ, Cristina Escudero; PAUPÉRIO, Esmeralda; ROMÃO, Xavier (Eds.). **Desafios na gestão de riscos em patrimônio cultural.** Amarante: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2017.

REZENDE, Edson Fialho de. **A produção do espaço no centro histórico de Ouro Preto:** o processo de esvaziamento residencial e as práticas entre o percebido e o vivido. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-B4XPQR>. Acesso em: 20 set. 2023.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural:** seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. 128 p. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-528-diplomacia_cultural_seu_papel_na_politica_externa_brasileira. Acesso em: 13 jul. 2023.

RIBEIRO, Isadora Parreira. **Ouro Preto:** de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial: Estudo do impacto das classificações na comunidade local. 2021. Dissertação (Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/135612>. Acesso em: 13 jul. 2023.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O Direito ao patrimônio cultural preservado – um direito e uma garantia fundamental. **Pensar**, Fortaleza, v. 12, Edição Especial, p. 52-61, abr. 2007. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/53397/1/2007_art_fllrodrigues.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

RUFO, Isadora. Prefeitura oferece apoio ao projeto do Centro de Referência em Estudos da Pedra. **Prefeitura de Congonhas**, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/prefeitura-oferece-apoio-ao-projeto-do-centro-de-referencia-em-estudos-da-pedra/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RUSKIN, John. **A natureza do gótico**. Tradução e introdução: Lígia Larcher. Salvador: UFBA, 1996. 75p.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução, Apresentação e Notas: Odete Dourado. Salvador: Pretextos, 1996.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-8QCLUV>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTANA, Marcela Maciel. **As bordas da cidade colonial: um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto - MG**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/2189>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SCIFONI, Simone. Mundialização e a construção política do patrimônio mundial. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. (Org.). **Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. p. 87-98.

SILVA, Patrícia Reis da. **A postura da municipalidade na preservação do patrimônio cultural urbano**. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Área de Concentração em Teoria e História) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/3341>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SECRETARIA DE TURISMO DE OURO PRETO. Mapa turístico de Ouro Preto, s/d. Disponível em: https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/arquivos/Mapa_Tur%C3%ADstico_Ouro_Preto_MG.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

SOBREIRA, F.; FONSECA, M. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. **Geotecnia**, Lisboa, v. 92, n. 1, p. 5-28, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/4105>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SOCIEDADE EXCURSIONISTA E ESPELEOLÓGICA. A SEE. Sociedade Excursionista e Espeleológica. Disponível em: <https://see.ufop.br/asee>. Acesso em: 13 jul. 2023.

TAVARES, Greiza. Rede Integrada de Proteção ao Turismo avança com novas ações. **Prefeitura Municipal de Ouro Preto**, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/noticia/3310>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TAVARES Pompea; LASSAN; Flaviana. **Caderno pedagógico memória e patrimônio**: Programa Educativo do BomSerá: oficinas de restauro. Ouro Preto: Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto, 2023.

TORRES, Maurílio. Como monumento mundial Ouro Preto pode ser salva das ruínas. **Jornal do Brasil**, 19 mar. 1980. Caderno B, p. 10.

TRUOCCHIO, Bruna. Prefeito de Ouro Preto anuncia realização de obras de restauração em parceria com o IPHAN. **Itatiaia**, 14 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/editorias/ouropreto/2023/08/14/prefeito-de-ouro-preto-anuncia-realizacao-de-obras-de-restauracao-em-parceria-com-o-iphan> Acesso em: 23 out. 2023.

TRUOCCHIO, Bruna. Ouro Preto avança nas ações de reconstrução após desabamento. **Itatiaia**, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/editorias/ouropreto/2023/05/17/ouro-preto-avanca-nas-acoes-de-reconstrucao-apos-desabamento>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TV GLOBO. “Temos várias áreas de risco”, diz prefeito de Ouro Preto após desabamento de casarão histórico. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/01/13/temos-varias-areas-de-risco-diz-prefeito-de-ouro-preto-apos-desabamento-de-casarao-historico.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2023.

UNESCO LAMENTA danos ao Patrimônio Mundial em cidades mineiras atingidas pelas chuvas. **Nações Unidas Brasil**, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/168310-unesco-lamenta-danos-ao-patrim%C3%B4nio-mundial-em-cidades-mineiras-atingidas-pelas-chuvas>. Acesso em: 23 out. 2023

UNESCO VAI avaliar situação de acervo histórico de Ouro Preto. **Estadão**, 4 nov. 2002. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/unesco-vai-avaliar-situacao-de-acervo-historico-de-ouro-preto/>. Acesso em: 2 nov. 2023.

UNESCO VÊ tragédia; para prefeita foi acidente. **Folha de S. Paulo**, 7 nov. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0711200214.htm>. Acesso em: 2 nov. 2023.

UNESCO. Reflection on the trends of the state of conservation. Paris, 2010. p. 21. (Doc. WHC-10/34.COM/7C). Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2010/whc10-34com-7Ce.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

UNESCO; IPHAN. **Gestão de riscos de desastres para o Patrimônio Mundial** (Manual de referência do patrimônio mundial). Brasília, 2015. 80 p.

UNESCO; IPHAN. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural** (Manual de referência do patrimônio mundial. Brasília), 2016. 163 p.

UNESCO. **Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. (Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Paris, 17-21 nov. 1972.

UNESCO. **Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras**. Paris: Unesco, 1997. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000110827_por. Acesso em: 13 nov. 2023.

UNESCO. **List of factors affecting the properties**. Unesco, s.d. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/factors/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

UNESCO. **Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Lisboa: Unesco, 2017.

UNESCO. **Patrimônio Mundial nas Mãos dos Jovens: Conhecer, Estimar e Atuar** (kit pedagógico para uso dos educadores). Lisboa: Unesco, 2012. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-54-30.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

UNESCO. **Retrospective Statement of Outstanding Universal Value – Historic Town of Ouro Preto, 2012**. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20reprospectiva%20Ouro%20Preto%20RSOUV.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023

UNESCO. World Heritage Centre. **Predicting and managing the effects of climate change on world heritage**. Vilnius: Unesco, 2006.

VEILLON, Richard. **State of conservation of World Heritage properties: a statistical analysis (1979-2013)**. Paris: Unesco, 2014.

VELOSO, Abraão. Tecnologia ancestral africana: símbolos Adinkra. **Espaço do conhecimento UFMG**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo**. Recife: UFPE, 2022. 338 p.

VILLASCHI, João Nazário Simões. **Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto - MG**. 2014. 303 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WERNECK, Gustavo. Beleza e descaso convivem em Ouro Preto, Patrimônio da humanidade. **Estado de Minas**, 24 jul. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/24/interna_gerais,786830/beleza-e-descaso-convivem-em-ouro-preto-patrimonio-da-humanidade.shtml. Acesso em: 2 nov. 2023.

WERNECK, Gustavo. MPF recomenda plano anti-incêndio ao Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. **Estado de Minas**, 6 jun. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/06/interna_gerais,994665/mpf-recomenda-plano-anti-incendio-ao-museu-da-inconfidencia-em-ouro-p.shtml. Acesso em: 20 jan. 2024.

WERNER, Leonardo. Caminhão destrói monumento de 300 anos. **Folha de S. Paulo**, 7 nov. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0711200213.htm>. Acesso em: 2 nov. 2023.

ZANIRATO, Silvia Helena. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 1, p. 151-164, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100010>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Mudanças climáticas e risco ao patrimônio cultural em Ouro Preto, MG, Brasil. **Confins** - Revista franco-brasileira de Geografia, São Paulo, n. 21, p. 1-16, 2014.

ZANIRATO, Silvia Helena; RAMIRES, Jane Z. S.; AMICCI, Anie Gracie Noda; ZULIMAR, Márita Ribeiro; RIBEIRO, Wagner Costa. Sentidos do risco: interpretações teóricas. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, v. XIII, n. 785, 25 mai. 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-785.htm>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Anexo A – Questionário de pesquisa

Percepções sobre o Patrimônio Mundial em risco: o caso de Ouro Preto

1)Nome:_____

Sim Não

2)Idade:_____

Na sua visão, o que isso significa?

3)Sexo:

Masculino Feminino

4)Cor:

- Amarela
 Branca
 Indígena
 Parda
 Preta
 Não quis informar

11)Considerando que Ouro Preto é uma cidade relevante para o Brasil e para o mundo, quais são as características/elementos que você acredita que a tornam especial?

- História
 Arquitetura
 Barroco
 Escravidão
 Mineração / Ouro
 Período colonial
 Inconfidência Mineira / Tiradentes
 Aleijadinho
 Igrejas
 Patrimônio histórico/cultural
 Museus
 Cultura
 Casarios
 Pessoas / comunidade
 Arte
 Montanhas / Pico do Itacolomi
 Ladeiras e calçamento em pedras pé de moleque
 Antiguidades
 Beleza
 Paisagem
 Preservação
 Turismo
 Capital
 Artesanato
 Festas tradicionais
 Culinária

5)Grau de escolaridade:

- Analfabeto
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo
 Pós-graduação incompleto
 Pós-graduação completo

6)Profissão/Ocupação:_____

7)Há quanto tempo reside em Ouro Preto:

8)Bairro onde mora:

9)Bairro onde trabalha/estuda:

10) Ouro Preto tem destaque internacional por ter recebido da Unesco o título de Patrimônio Mundial. Você sabia que Ouro Preto faz parte da Lista do Patrimônio Mundial?

12) O que você entende como Patrimônio Cultural?

13) Em um cartão postal de Ouro Preto, o que não pode faltar na fotografia?

- Praça Tiradentes
- Pico Itacolomi
- Museu da Inconfidência
- Escola de Minas
- Igreja São Francisco de Assis
- Igreja do Pilar
- Igreja do Rosário
- Casa dos Contos
- Igreja N.S. do Carmo
- Feira de pedra sabão/Largo do Coimbra
- Estação ferroviária / trem
- Rua S. José
- Rua Direita (Conde de Bobadela)
- Rua do Ouvidor
- Igreja Santa Efigênia

14) Com que frequência você costuma visitar os museus e demais espaços culturais da cidade? (Em um período de 6 meses)

- entre 1 e 2 vezes
- entre 2 e 3 vezes
- entre 3 e 4 vezes
- entre 4 e 5 vezes
- mais de 5 vezes
- nunca visita

15) Como você avalia o estado de preservação do sítio histórico de Ouro Preto atualmente?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima
- Não sei responder

16) Você acha que algo poderia ser feito para melhor preservar o patrimônio da cidade?

- Sim Não
- Se sim, o quê?
- Administração
 - Conscientização
 - Restauração
 - Conservação
 - Infraestrutura
 - Fiscalização
 - Trânsito
 - Recursos financeiros
 - IPHAN
 - Corpo de Bombeiros

17) Por que é importante preservar o Patrimônio de Ouro Preto?

18) Na sua avaliação, você acha que o patrimônio de Ouro Preto se encontra em uma situação de risco ou perigo?

- Sim Não
- Por quê?

19) Na sua visão, qual a diferença entre risco e perigo?

20) Quais seriam os principais riscos que atingem o sítio histórico de Ouro Preto, na sua visão?

- Risco de incêndio (urbano e florestal)
 - Movimentos de massa (deslizamento, desabamento, queda, ruptura...)
 - Depredações, vandalismo
 - Rompimento de barragem
 - Tráfego pesado ou intenso de veículos
 - Ocupação desordenada dos morros circundantes
 - Infraestrutura urbana insuficiente
 - Turismo predatório
 - Descaracterização da paisagem histórica
 - Obras irregulares
 - Fiscalização insuficiente
 - Poluição atmosférica
 - Outros: _____
-
-

21) Quais áreas você considera como mais vulneráveis?

- Saramenha
- Tavares
- Vila Santa Izabel
- Pilar
- Maria Soares
- Passa dez
- Vila dos engenheiros
- Dores
- Vila operária
- Padre Faria
- Morro do Cruzeiro
- Rosário
- Vila São José
- Cabeças
- Jardim Alvorada
- Lagoa
- Nossa Senhora de Lourdes
- Passa dez de baixo
- Piedade
- São Francisco
- Água limpa
- São Cristóvão
- Alto da Cruz
- Morro São Sebastião
- Centro
- Morro da Queimada

- Barra
 - Antônio Dias
 - Bauxita
 - XIII de maio
 - Santa Cruz
 - Vila Aparecida
 - Taquaral
 - Novo Horizonte
 - Jardim Itacolomi
 - Nossa Senhora do Carmo
 - Caminho da fábrica
 - Morro Santana
 - Morro São João
 - Campo Grande de Vila Rica
 - Outros: _____
-
-

22) Como você avalia a atuação das autoridades responsáveis pela preservação do sítio histórico?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima
- Não sei responder

23) Você conhece alguns dos trabalhos desenvolvidos pela Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros?

- Sim Não

Qual: _____

24) Já participou de algum projeto de orientação aos cidadãos para prevenção de riscos, proteção do sítio histórico ou educação patrimonial?

- Sim Não

Qual: _____

25) Você conhece o IPHAN?

- Sim Não

Se sim, conhece alguma atividade desenvolvida pelo instituto?

Qual: _____

26) Você concorda que todo o conjunto e seu entorno devem ser preservados, não apenas o centro histórico?

Sim Não

27) Você se lembra do incêndio no Hotel Pilão? (Praça Tiradentes, 2003)

Sim Não

Se sim, lembra de alguma mudança, ação ou projeto desenvolvido logo após esse evento para proteção do patrimônio histórico?

Sim Não

Qual: _____

28) Você lembra de momentos em que notícias foram veiculadas sobre a possibilidade de inclusão de Ouro Preto na Lista do Patrimônio em Perigo ou de perda do título de Patrimônio Mundial?

Sim Não

Quando? _____

Se sim, você acreditava que isso poderia realmente acontecer?

Sim Não